

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DENISE GUICHARD FREIRE DA MOTA

**OS JOVENS QUE NEM TRABALHAM NEM ESTUDAM NO
BRASIL: Caracterização e transformações no período 2004/2015**

Rio de Janeiro

2018

DENISE GUICHARD FREIRE DA MOTA

OS JOVENS QUE NEM TRABALHAM NEM ESTUDAM NO BRASIL: Caracterização e transformações no período 2004/2015

Tese apresentada ao Corpo Docente do
Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Doutor em Ciências, em Economia.

:
BANCA EXAMINADORA:

Prof. João Luiz Maurity Saboia, Doutor, IE/UFRJ (Orientador)

Prof. Miguel Antonio Pinho Bruno, Doutor, FEE/UERJ

Prof^a. Danielle Carusi Machado, Doutora, IE/UFF

Prof^a. Maria Helena Lavinias de Moraes, Doutora, IE/UFRJ

Prof^a Valéria Lúcia Pero, Doutora, IE/UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

M917 Mota, Denise Guichard Freire da.

Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: caracterização e transformações no período 2004/2015 / Denise Guichard Freire da Mota.- 2018.

280 p. ; 31 cm.

Orientador: João Luiz Maurity Saboia

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2018.

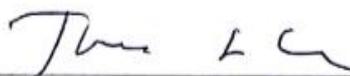
Bibliografia: f. 264 – 273.

1. Indicadores sociais. 2. Condição nem-nem. 3. Modelo logit. I. Saboia, João Luiz Maurity, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 307

FOLHA DE APROVAÇÃO**DENISE GUICHARD FREIRE DA MOTA****OS JOVENS QUE NEM TRABALHAM NEM ESTUDAM NO
BRASIL: Caracterização e transformações no período 2004/2015**

Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do
Instituto de Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Doutor em Ciências, em Economia.

BANCA EXAMINADORA:

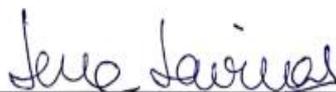
Prof. João Luiz Maurity Saboia, Doutor, IE/UFRJ (Orientador)



Prof. Miguel Antonio Pinho Bruno, Doutor, FEE/UERJ



Profª. Danielle Carusi Machado, Doutora, IE/UFRJ



Profª. Maria Helena Lavinas de Moraes, Doutora, IE/UFRJ



Profª Valéria Lúcia Pero, Doutora, IE/UFRJ

RESUMO

MOTA, Denise Guichard Freire da. **Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: caracterização e transformações entre 2004 e 2015**. Tese (Doutorado em Economia): Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Essa tese analisa a situação dos jovens que nem trabalham e nem estudam no Brasil entre 2004 e 2015 a partir do conceito adotado internacionalmente que engloba os jovens inativos e os desocupados, ambos fora do sistema de ensino. Este corte conceitual é fundamental para o entendimento da condição de nem-nem. No período, a taxa de jovens nem-nem brasileiros apresentou relativa estabilidade a despeito das mudanças demográficas, educacionais e econômicas. As características desses jovens, entretanto, se transformaram acompanhando essas mudanças como a redução da participação de mulheres com filhos e aumento da participação de homens e de mulheres sem filhos. A relativa estabilidade no número de jovens nem-nem no País no período analisado esconde mudanças regionais significativas. A taxa de jovens nem-nem aumentou nas regiões que apresentam a maior defasagem entre sua participação no conjunto de jovens e a respectiva participação econômica no país, como o Norte e Nordeste, manteve-se estável nas regiões Sudeste e Sul e diminuiu na região Centro-Oeste. Essa tese avança no conhecimento ao identificar dentro do universo dos jovens nem-nem pessoas com características e motivações diferenciadas. São apresentados os determinantes dos jovens nem-nem dentro da sua totalidade e nos seus subgrupos de inativos e desocupados. Ao fazer essa opção, foi possível conhecer mais a fundo esse universo e compreender as principais fragilidades que envolvem os jovens brasileiros nessa condição. Os principais motivos que levam os jovens a essa condição são a fecundidade precoce das jovens, o abandono escolar prematuro e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Foram utilizadas pela primeira vez as informações da nova pesquisa domiciliar do IBGE, a PNADC, na análise das probabilidades de permanência e de transição dos jovens nem-nem, mostrando que a população de jovens nem-nem possui um comportamento dinâmico no sentido de se renovar constantemente.

Palavras-chave: condição nem-nem; juventude; mercado de trabalho; inatividade; modelo logit; transições de probabilidade; regiões geográficas.

ABSTRACT

MOTA, Denise Guichard Freire da. **Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: caracterização e transformações entre 2004 e 2015**. Tese (Doutorado em Economia): Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

This thesis analyzes the situation of young people NEET – *Not in employment, in education or training* in Brazil between 2004 and 2015 based on the internationally adopted concept of inactive youth and the unemployed, both of which are outside the education system. This conceptual cut is fundamental to the understanding of the NEET condition. In the period, the Brazilian NEET youth rate presented relative stability in spite of the demographic, educational and economic changes. The characteristics of these young people, however, have been transformed following these changes, such as reducing the participation of women with children and increasing the participation of men and women without children. The relative stability in the number of young people NEET hides significant regional changes. The NEET youth rate increased in the regions that present the greatest gap between their participation in the group of young people and their respective economic participation in the country, such as the North and Northeast, remained stable in the Southeast and South regions and decreased in the Central region - West. This thesis advances knowledge by identifying within the NEET universe people with different characteristics and motivations. The determinants of young people are presented in their entirety and in their inactive and unoccupied subgroups. By making this option, it was possible to know more about this universe and to understand the main fragilities that involve the young Brazilians in this condition. The main reasons that lead young people to this condition are young fecundity, early school leaving and lack of opportunities in the labor market. The information from the new IBGE domicile survey, the PNADC, was used for the first time in the analysis of the probabilities of permanence and transition of the young people, showing that the youth population has a dynamic behavior towards renewal constantly.

Keywords: NEET; youth; labor market; inactivity; logit model; probability transitions; geographic regions.

DEDICATÓRIA

Para minha mãe Hortense

Para meus filhos Hugo e Yuri

Para meu companheiro Fernando

com todo o meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial aos meus filhos Hugo Freire e Yuri Freire, que compreenderam o gosto e o esforço da mãe deles na busca pelo conhecimento e ao meu companheiro Fernando Flores, me apoiando e me incentivando a cada etapa a ser vencida.

Ao IBGE, pela licença e pelo apoio financeiro para a realização deste Programa de Doutorado. A Diretoria de Pesquisas e a Gerência do Cadastro Central de Empresas me apoiaram neste projeto desde o início, fornecendo condições para a sua realização.

Ao meu orientador, professor João Saboia, que acreditou na proposta de projeto, me dando apoio, sugestões valiosas e me tranquilizando em momentos cruciais. Soube conduzir o trabalho com maestria, na medida certa.

À Coordenação da Pós-Graduação em Economia na figura da professora Marta Castilho, que me incentivou ao longo de todo o curso a vencer os muitos desafios.

Às professoras Lena Lavinias e Valéria Pero que participaram da banca da tese e da banca de qualificação, contribuindo com sugestões importantes para o desenvolvimento da tese e para a sua versão final.

Aos professores Miguel Bruno e Danielle Carusi Machado por terem aceitado participar da banca da tese e feito sugestões importantes para a versão final do trabalho.

Às minhas colegas Águida Cristina e Juliana, que compartilharam as angústias e as dificuldades ao longo do processo.

Aos colegas da Diretoria de Pesquisas do IBGE André Simões e Paulo Dick pela contribuição imprescindível, que tornaram a realização desse trabalho possível. À colega Denise Britz da ENCE pela indicação do Doutorando da ENCE Antonio Etevaldo, que possibilitou a realização de uma parte importante dessa tese.

Aos meus amigos, Andréa Guimarães, Juarez Silva, Kátia Cilene, Rogério Malheiros, Renata Lindgren e Maria Luiza Zacharias pelo apoio contínuo e pelo estímulo constante.

Sumário

Introdução	18
Capítulo 1: Os jovens que nem trabalham nem estudam: origem conceitual, panorama internacional e resenha bibliográfica	22
1.1. Origem do termo <i>nem trabalham nem estudam</i>	22
1.2. Panorama internacional	31
1.3. O que se conhece sobre os jovens nem-nem brasileiros	51
Capítulo 2: Aspectos demográficos e inserção dos jovens no sistema educacional e no mercado de trabalho brasileiros nos anos 2000	68
2.1. Aspectos demográficos	69
2.2. A inserção dos jovens no sistema educacional	86
2.3. Políticas públicas para incentivo à inserção educacional dos jovens	101
2.4. A inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro	108
2.5. Políticas públicas para incentivo à inserção laboral dos jovens	119
Capítulo 3: Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: evolução entre 2004 e 2015	132
3.1. Panorama geral dos jovens por situação de atividade e frequência escolar no Brasil	133
3.2. Evolução das características dos jovens nem-nem entre 2004 e 2015	143
3.3. Evolução das taxas de jovens nem-nem no Brasil	167
3.4. Evolução das taxas de jovens nem-nem nas Grandes Regiões e nas Unidades da Federação brasileiras	183
Capítulo 4	
Determinantes para a condição nem-nem e transitoriedade entre as situações de atividade e frequência escolar dos jovens nem-nem brasileiros	207
4.1. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros	208
4.2. Transitoriedade entre as situações de atividade e frequência escolar dos jovens nem-nem	232
Comentários finais	258
Referências bibliográficas	264
Anexo	274
Apêndice	276

Relação de gráficos

Gráfico 1: Taxa de desocupação dos jovens de 15 a 24 anos segundo região mundial - 2007-2015.

Gráfico 2: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos segundo região mundial (Circa 2010)

Gráfico 3: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos em países selecionados da América Latina - 2010

Gráfico 4: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos por sexo em países selecionados da América Latina - 2010

Gráfico 5: Evolução do número de jovens nem-nem de 15 a 24 anos segundo sexo - Brasil - 1990-2010

Gráfico 6: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos segundo sexo - Brasil - 1990-2010

Gráfico 7: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos segundo sexo e diferença entre as taxas - Europa - 2004-2015

Gráfico 8: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos segundo sexo e faixas etárias - Europa - 2004-2015

Gráfico 9: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos na União Europeia e em países europeus selecionados - 2004-2015

Gráfico 10: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos em países e parceiros selecionados da OCDE, em ordem decrescente da taxa, desmembrada em jovens desocupados e inativos - 2015

Gráfico 11: Participação relativa dos jovens de 15 a 29 anos na população total por faixa etária - Brasil - 2004-2015.

Gráfico 12: Transição demográfica - Brasil - 1950-2020

Gráfico 13: Razão de dependência - Brasil e regiões mundiais - 1950-2020

Gráfico 14: Taxa de fecundidade total segundo Grande Região – Brasil – 2004/2015

Gráfico 15: Proporção de jovens de 15 a 19 anos com um ou mais filhos segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 16: Proporção de jovens de 15 a 19 anos sem filhos segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 17: Distribuição percentual de mulheres de 15 a 19 anos por cor/raça segundo presença de filho - Brasil - 2004-2015

Gráfico 18: Taxa de fecundidade total por faixa etária segundo Grande Região - Brasil - 2004/2015

Gráfico 19: Taxas Específicas de Fecundidade segundo faixa etária em países selecionados da América Latina - 2010/2015

Gráfico 20: Taxas Específicas de Fecundidade segundo faixa etária no Brasil e em regiões mundiais - 2010-2015

Gráfico 21: Número de filhos nascidos vivos por mil mulheres segundo faixa etária e nível de escolaridade - Brasil - 2010

Gráfico 22: Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino dos jovens entre 15 e 24 anos por faixa etária e nível de ensino - Brasil - 2004-2015

Gráfico 23: Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam a escola segundo quintos de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil - 2004-2015

Gráfico 24: Proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, com menos de 11 anos de estudo e que não frequentavam a escola (%) por Grande Região - Brasil - 2004/2015

Gráfico 25: Frequência à escola por faixas etárias e gênero - Brasil - 2013

Gráfico 26: Participação de empregados informais em relação aos empregados formais segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 27: Taxa de participação dos jovens entre os empregados e taxas de crescimento relativo de empregados e de empregados jovens - Brasil - 2004-2015

Gráfico 28: Participação relativa dos empregados jovens no total de empregados segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 29: Distribuição de pessoas ocupadas de 15 anos ou mais segundo faixa etária e faixas de rendimento mensal em salários mínimos - Brasil- 2004/2015

Gráfico 30: Taxa de desocupação segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 31: Taxa de desocupação dos jovens segundo sexo - Brasil - 2004-2015

Gráfico 32: Taxa de desocupação dos jovens segundo Grande Região - Brasil - 2004-2015

Gráfico 33: Evolução das taxas de jovens de 15 a 29 anos segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 34: Evolução das taxas de homens jovens segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 35: Evolução das taxas de mulheres jovens segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 36: Evolução da média de anos de estudo dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar - Brasil - 2004-2015

Gráfico 37: Taxas de jovens segundo situação de atividade e frequência escolar e classe de rendimento domiciliar per capita- Brasil - 2004/2015

Gráfico 38: Distribuição percentual de jovens nem-nem segundo cor/raça - Brasil - 2004-2015

Gráfico 39: Distribuição percentual de jovens nem-nem por condição no domicílio - Brasil -- 2004-2015

Gráfico 40: Distribuição percentual dos jovens e dos jovens nem-nem segundo condição no domicílio - Brasil -- 2004-2015

Gráfico 41: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo sexo - Brasil - 2004-2015

Gráfico 42: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 43: Evolução do número de jovens nem-nem segundo sexo - Brasil - 2004-2015

Gráfico 44: Participação relativa no aumento dos jovens nem-nem segundo faixa etária e sexo - Brasil - 2004/2015

Gráfico 45: Distribuição dos jovens nem-nem segundo nível mais alto de escolaridade frequentado - Brasil - 2004-2015

Gráfico 46: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo sexo e faixa etária por nível mais alto de escolaridade frequentado - Brasil - 2004

Gráfico 47: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo sexo e faixa etária por nível mais alto de escolaridade frequentado - Brasil - 2015

Gráfico 48: Proporção de jovens nem-nem segundo condição de atividade e evolução real do PIB - Brasil - 2004- 2015

Gráfico 49: Distribuição percentual dos jovens nem nem inativos e classes de rendimento domiciliar per capita mensal - Brasil - 2004-2015

Gráfico 50: Distribuição percentual de jovens nem-nem segundo sexo e condição de atividade - Brasil - 2004-2015

Gráfico 51: Distribuição percentual dos jovens nem-nem por condição da atividade, sexo e nível de escolaridade - Brasil - 2015

Gráfico 52: Distribuição percentual das mulheres nem-nem segundo presença de filhos - Brasil - 2004-2015

Gráfico 53: Distribuição percentual das mulheres nem-nem segundo presença de filhos por faixa etária- Brasil - 2004/2015

Gráfico 54: Distribuição de jovens nem-nem por sexo e presença de filhos - Brasil - 2004/2015

Gráfico 55: Proporção de jovens nem-nem que cuidava dos afazeres domésticos segundo sexo - Brasil - 2004-2015

Gráfico 56: Número médio de horas que os jovens nem-nem se dedicavam semanalmente

aos afazeres domésticos segundo sexo e diferença de horas entre os sexos - Brasil - 2004-2015

Gráfico 57: Evolução do número de jovens e de jovens nem-nem - Brasil - 2004-2015

Gráfico 58: Taxa de jovens nem-nem segundo sexo - Brasil - 2004-2015

Gráfico 59: Taxa de jovens nem-nem segundo faixa etária - Brasil -2004-2015

Gráfico 60: Taxa de jovens nem-nem segundo sexo e faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 61: Razão de sexo entre as taxas de jovens nem-nem - Brasil - 2004-2015

Gráfico 62: Taxa de jovens nem-nem e variação real do PIB - Brasil - 2004-2015

Gráfico 63: Taxa de jovens nem-nem segundo condição de atividade - Brasil - 2004-2015

Gráfico 64: Taxa de jovens nem-nem segundo sexo e condição de atividade - Brasil - 2004-2015

Gráfico 65: Taxa de jovens nem-nem inativos segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 66: Taxa de jovens nem-nem desocupados segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 67: Taxa de jovens nem-nem segundo classe de rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil - 2004-2015

Gráfico 68: Razão entre a taxa dos jovens nem-nem dos domicílios mais pobres e dos mais ricos segundo faixa etária - Brasil - 2004-2015

Gráfico 69: Razão entre as taxas de jovens nem-nem dos domicílios mais pobres e dos mais ricos segundo condição de atividade - Brasil - 2004-2015

Gráfico 70: Taxa de jovens nem-nem inativos segundo situação do domicílio - Brasil - 2004-2015

Gráfico 71: Taxa de jovens nem-nem desocupados segundo situação do domicílio - Brasil - 2004-2015

Gráfico 72: Evolução das taxas de jovens nem-nem segundo Grande Região - Brasil - 2004-2015

Gráfico 73: Taxa de jovens nem-nem segundo sexo e Grande Região - Brasil - 2004/2014/2015

Gráfico 74: Diferença em pontos percentuais das taxas de jovens nem-nem segundo Grande Região e sexo - Brasil - 2004/2014.

Gráfico 75: Diferença em pontos percentuais das taxas de jovens nem-nem segundo Grande Região - 2004/2015

Gráfico 76: Variação relativa das taxas de jovens nem-nem segundo Grande Região, sexo e faixa etária - Brasil - 2004/2014

Gráfico 77: Distribuição percentual do PIB, dos jovens e dos jovens nem-nem segundo Grande Região - Brasil - 2014

Gráfico 78: Distribuição percentual dos jovens nem-nem, total, inativos e desocupados, segundo Grande Região - Brasil - 2014

Gráfico 79: PIB per capita e taxas de jovens nem-nem por Grande Região e condição de atividade - Brasil - 2014

Gráfico 80: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo Grande Região, sexo e presença de filhos - Brasil - 2015

Gráfico 81: Distribuição dos jovens nem-nem por sexo, presença de filhos e condição de atividade segundo Grande Região - Brasil - 2015

Gráfico 82: Distribuição dos jovens nem-nem segundo nível de escolaridade frequentado e Grande Região - Brasil - 2015

Gráfico 83: PIB per capita e taxa de jovens nem-nem por Unidade da Federação - Brasil - 2014

Gráfico 84: Diferença em pontos percentuais na taxa de jovens nem-nem entre 2004 e 2014 segundo Unidade da Federação - Brasil

Gráfico 85: Diferença na taxa de jovens nem-nem, em pontos percentuais, segundo Unidade da Federação - Brasil - 2004/2015

Gráfico 86: Probabilidades de transição entre desocupação e inatividade segundo sexo - médias anuais dos trimestres - Brasil - 2012-2016

Gráfico 87: Probabilidades de permanência dos jovens na inatividade ou na desocupação segundo nível de escolaridade (%) - médias anuais dos trimestres - Brasil - 2012-2016

Gráfico 88: Probabilidades de transição dos jovens nem-nem entre as situações de inatividade e de desocupação segundo nível de escolaridade (%) - médias anuais dos trimestres - Brasil - 2012-2016

Gráfico 89: Probabilidades de transição dos jovens nem-nem inativos e desocupados para somente trabalhar - médias anuais dos trimestres - 2012-2016

Gráfico 90: Probabilidades de transição dos jovens nem-nem inativos e desocupados para somente estudar - médias anuais dos trimestres - 2012-2016

Gráfico 91: Probabilidades de permanência dos jovens na inatividade segundo Grande Região (%) - médias anuais dos trimestres - Brasil - 2012-2016

Gráfico 92: Probabilidades de permanência dos jovens na desocupação segundo Grande Região (%) - médias anuais dos trimestres - Brasil - 2012-2016

Relação de tabelas

Tabela 1.1: Desocupação global e taxas globais de desocupação de jovens (15 a 24 anos), adultos (25 anos ou mais) e total (15 anos ou mais) - 2007-2015

Tabela 1.2: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos em países europeus em anos selecionados (%) – União Europeia (28 países) – 2005, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Tabela 1.3a. Taxa de jovens de 15 a 29 anos por situação de atividade e frequência escolar em países e parceiros selecionados da OCDE, agregada por frequência escolar - 2015

Tabela 1.3b. Taxa de jovens de 15 a 29 anos por situação de atividade e frequência escolar em países e parceiros selecionados da OCDE, agregada por situação de atividade - 2015

Tabela 1.4. Distribuição percentual (%) de jovens que entraram no ensino secundário em países selecionados, por duração – 2015

Tabela 1.5. Brasil: Distribuição percentual dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos por ocupação e frequência à escola por grupos de idade – 1981 e 1999

Tabela 1.6. Brasil: Algumas características dos jovens que não estudam nem são ocupados por grupos de idade – 1999.

Tabela 1.7. Matriz de Transições da quarta para a oitava entrevista – Regiões Metropolitanas -2010-2011

Tabela 1.8. Evolução da participação dos jovens de 19 a 24 anos e dos jovens nem-nem de 19 a 24 anos na população total por sexo e nível de ensino - Brasil - 2001/2011

Tabela 2.1: Distribuição da população total por sexo segundo faixa etária – Brasil – 2015.

Tabela 2.2. Taxa de jovens por faixa etária em relação à população total e em relação ao total de jovens segundo Grande Região – Brasil – 2015.

Tabela 2.3: Distribuição percentual dos jovens segundo sexo e situação do domicílio por Grande Região – Brasil - 2015.

Tabela 2.4: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 19 anos, por indicação de presença de filho nascido vivo, segundo características selecionadas – Brasil - 2015

Tabela 2.5: Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino dos jovens entre 15 e 24 anos por faixa etária, nível de ensino e sexo segundo Grande Região – Brasil – 2004/2015

Tabela 2.6: Distribuição percentual dos motivos de ter abandonado a escola por situação do domicílio (urbano/rural) e gênero – Brasil – 2013

Tabela 2.7: Distribuição dos alunos, segundo modalidade de ensino, gênero e motivos pelos quais parou de estudar (seleção múltipla dos que pararam) (%)

Tabela 2.8. Motivos declarados para voltar para escola, segundo modalidade de ensino

Tabela 2.9: Principais dificuldades que uma pessoa encontra para estudar, segundo gênero (%)

Tabela 2.10: Distribuição do total de empregados e dos empregados jovens de 15 a 29 anos segundo tipo de ocupação – Brasil – 2004-2015

Tabela 3.1. Distribuição percentual dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar por características selecionadas – Brasil – 2015

Tabela 3.2: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo faixa etária e condição de atividade – Brasil – 2004-2015

Tabela 3.3: Distribuição percentual dos jovens nem-nem por sexo, presença dos filhos e condição de atividade segundo Grande Região - Brasil - 2015

Tabela 4.1: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2004

Tabela 4.2: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2014

Tabela 4.3: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2015

Tabela 4.4: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2004

Tabela 4.5: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2014

Tabela 4.6: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2015

Tabela 4.7: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem – Brasil – 2004

Tabela 4.8: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem – Brasil – 2014.

Tabela 4.9: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem- Brasil – 2015.

Tabela 4.10: Razões de chance (%) dos jovens nem-nem segundo variáveis selecionadas – Brasil – 2004/2014/2015

Tabela 4.11: Matrizes de transição de probabilidades dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016

Tabela 4.12: Matrizes de transição de probabilidades dos homens segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016

Tabela 4.13: Matrizes de transição de probabilidades das mulheres segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016.

Relação de figuras

Figura 1: Diferenças entre a taxa de desocupação dos jovens (youth unemployment rate) e a taxa de jovens que nem trabalham nem estudam (Neet rate).

Figura 2: Gastos anuais das instituições educacionais por tipo de serviço – 2014 (em dólares americanos convertidos usando PPPs- Paridades de Poder de Compra, da educação primária à superior)

Figura 3: Gasto anual por estudante por nível educacional – 2014 (Em dólares americanos convertidos usando PPPs- Paridades de Poder de Compra).

Figura 4: Fases do Modelo de Transição Demográfica

Figura 5: Planejamento da gravidez com relação à gravidez atual para mulheres de 15-19 anos de idade por regiões e área de residência – Brasil - 2006

Figura 6: Frequenta curso de qualificação profissional (15 a 29 anos) % - 2002-2010

Figura 7: Educação profissional: motivos de nunca ter frequentado (15 a 29 anos)

Figura 8: Distribuição dos jovens nem-nem segundo sexo, presença de filhos e condição de atividade – Brasil – 2015

Figura 9: Modelo das técnicas de modelagem e de calibração na correção da não-resposta

Relação de quadros

Quadro 1: Fórmulas de cálculo das taxas de desocupação e de jovens nem-nem.

Quadro 2: Órgãos responsáveis e legislação

Quadro 3: Objetivos dos programas de primeiro emprego

Quadro 4: Unidades domiciliares e número de pessoas nos microdados agrupados da PNAD segundo ano de referência

Quadro 5: Descrição das variáveis explicativas

Quadro 6: Variáveis explicativas e suas respectivas categorias

INTRODUÇÃO

A crise econômica internacional de 2008/2009 provocou um forte desemprego em muitos países europeus e chamou a atenção para um grupo de jovens que nem trabalham nem estudam naquele continente denominados em inglês por NEET- *Not in employment, education or training*. Apesar de parecer um termo recente, ele surgiu no Reino Unido no final dos anos 1980, quando houve mudanças no acesso ao seguro desemprego dos jovens de 16 e 17 anos e abriu uma discussão sobre os jovens que estariam em uma ‘zona cinzenta’, fora do sistema de ensino e das garantias do mercado de trabalho.

O estudo de Istance et al (1994) foi considerado como o divisor de águas ao se referir pela primeira vez às pessoas que não eram abrangidas por nenhuma das categorias do mercado de trabalho (emprego, educação ou treinamento), pois até então elas eram estudadas somente a partir do fato de estarem ocupadas ou desocupadas (Furlong, 2007).

Esses jovens estão presentes em todo o mundo, porém sua presença normalmente apresenta relação inversa ao nível de desenvolvimento econômico. Em períodos de crise econômica internacional essa relação pode ser alterada, com forte aumento da taxa inclusive em países desenvolvidos. No Brasil, entre 2004 e 2014, a taxa de jovens nem-nem manteve-se em um patamar relativamente alto, em torno de 20,0%, a despeito das transformações demográficas, das políticas sociais, educacionais e laborais de incentivo à entrada dos jovens no sistema de ensino e no mercado de trabalho e do crescimento econômico em parte do período analisado.

A parcela de jovens na população brasileira apresentou um pico nos anos 1990, mas nos anos 2000 ela vem se reduzindo paulatinamente. O Brasil atravessa atualmente a terceira fase da transição demográfica, segundo Zuanazzi e Stampe(2014). A tendência é ter cada vez menos jovens na população brasileira dado que a taxa de fecundidade está abaixo da taxa de reposição.

O baixo nível educacional dos jovens estimulou a adoção de diversas políticas públicas nos anos 2000 pelos governos em nível federal e em nível estadual para tentar melhorar a sua inserção nos sistemas de ensino básico e superior. No mercado de trabalho, a

situação dos jovens também é complexa, com altas taxas de desocupação, ocupações precárias, forte presença na informalidade e baixos salários. Para tentar melhorar esse quadro, com o intuito de estimular a qualificação e a inserção dos jovens, os governos também adotaram diversas medidas voltadas principalmente para que as empresas oferecessem vagas ao primeiro emprego e ao estágio de jovens através de subsídios econômicos. A economia brasileira entre 2004 e 2013 apresentou períodos de crescimento econômico sustentado com geração de mais de 11 milhões de empregos com carteira assinada, redução do desemprego, redução da informalidade, elevação do salário médio e redução das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho.

Nesse contexto, chama a atenção como em torno de 10 milhões de jovens mantiveram-se à margem do sistema de ensino e do mercado de trabalho. A geração de emprego e renda e as políticas públicas adotadas demonstraram que não foram suficientes para alterar esse quadro.

A juventude é uma fase de formação onde se criam as bases para a vida adulta. O trajeto trilhado nessa fase da vida pode determinar qual caminho o jovem seguirá. Essa trajetória não depende somente dele. Necessita principalmente de apoio familiar, condições econômicas, acesso ao sistema de ensino e ao mercado de trabalho. Em um país com forte desigualdade econômica, social e regional como o Brasil, essa trajetória não é igual para todos os jovens.

Os jovens que vivem em famílias com melhores condições econômicas e com mais acesso à educação e ao mercado de trabalho trilham caminhos mais lineares e com a transição para a vida adulta compatível ao que se observa em países desenvolvidos. Contudo, muitos jovens enfrentam dificuldades econômicas e sociais, não conseguindo essa linearidade na sua trajetória. A gravidez precoce na adolescência, o abandono escolar prematuro, o baixo nível de escolaridade e dificuldades de acesso ao sistema de ensino e ao mercado de trabalho tornam a vida desses jovens mais incerta e sujeita às vulnerabilidades sociais e econômicas.

No Brasil, em 2015, havia 11 milhões de jovens entre 15 e 29 anos fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho, simultaneamente. Considerando desde 2004 esse número pouco se alterou. Conhecer mais profundamente quem são esses jovens e as causas que os levam a permanecer ou a entrar nessa condição em um período em que foram tomadas diversas medidas que deveriam melhorar o acesso dos jovens ao ensino e

houve crescimento econômico com geração de emprego e renda em boa parte do período analisado se torna premente.

Este é um tema ainda pouco explorado no Brasil e que ainda permite avanços para o seu melhor conhecimento. Ocorreram mudanças importantes ao longo das últimas décadas no perfil deste grupo que precisam ser exploradas, existem particularidades regionais que precisam ser conhecidas.

A principal pergunta a se procura responder na tese é quais são os principais motivos que levam os jovens a permanecer e a entrar na condição nem-nem e por que esta taxa tem sido tão elevada apesar da adoção de diversas políticas públicas voltadas para a inserção educacional e laboral dos jovens e com o crescimento econômico observado em parte do período analisado.

A principal hipótese levantada é que apesar das políticas públicas e do crescimento econômico os jovens das regiões menos desenvolvidas como a Norte e Nordeste foram os menos favorecidos, aumentando sua parcela entre os jovens que nem trabalham e nem estudam, fazendo com que a taxa se mantenha em um patamar elevado. A forte desigualdade social, econômica e regional está por detrás da persistência do fenômeno dos jovens nem-nem no Brasil.

Este trabalho analisa diversos aspectos da situação dos jovens brasileiros que nem trabalham e nem estudam:

- compara a situação dos jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil em uma perspectiva internacional;
- faz um levantamento dos estudos acadêmicos realizados sobre os jovens nem-nem brasileiros e os principais estudos internacionais sobre o tema;
- examina as principais mudanças demográficas que ocorreram no período em análise que se relacionam à população jovem;
- levanta as principais políticas públicas adotadas visando à inserção dos jovens no sistema de ensino e no mercado de trabalho nos anos 2000;
- busca os motivos que levam os jovens a estarem fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho;
- compara as características dos jovens que nem trabalham e nem estudam com as dos jovens nas demais situações de atividade e frequência escolar;
- verifica se as características dos jovens que nem trabalham nem estudam brasileiros se alteraram entre 2004 e 2015, acompanhando as mudanças sociais, demográficas,

educacionais e laborais;

- acompanha a evolução das taxas de jovens que nem trabalham e nem estudam segundo sexo, faixa etária, condição de atividade, classes de rendimento domiciliar per capita, situação do domicílio, dentre outras;
- analisa a evolução da situação dos jovens nem-nem em nível regional;
- estuda os principais determinantes para o jovem permanecer na condição nem-nem, tanto para a totalidade dos jovens nem-nem como para os seus subgrupos de inativos e de desocupados em 2004, 2014 e em 2015;
- analisa em que medida a situação dos jovens nem-nem é estrutural ou transitória a partir de matrizes de transição de probabilidades, onde é possível verificar as probabilidades dos jovens permanecerem nesta condição ou migrarem para outras situações de atividade e de frequência escolar, assim como de outras condições para a condição nem-nem. Os jovens que nem trabalham e nem estudam serão desmembrados nos subgrupos de inativos e desocupados.

A faixa etária a ser estudada é de 15 a 29 anos, separando-as a análise nas faixas de 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos sempre que necessário para melhor compreender suas peculiaridades. Esta escolha permite avaliar a situação destes jovens de acordo com o Estatuto dos Jovens e dos adolescentes no Brasil dado que o objetivo deste estudo é melhor conhecer a situação dos jovens brasileiros dentro do contexto econômico nacional e internacional.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos. O objetivo do capítulo 1 é mostrar o estado das artes do tema dos jovens que nem trabalham nem estudam em estudos nacionais e internacionais. O capítulo 2 contextualiza a situação dos jovens na demografia, no mercado de trabalho e no sistema educacional brasileiro de 2004 a 2015. O capítulo 3 trata especificamente dos jovens de 15 a 29 anos que nem trabalham e nem estudam no Brasil. O capítulo 4 analisa os determinantes para a condição nem-nem na sua totalidade e nos seus subgrupos de inativos e de desocupados e apresenta as probabilidades de permanência e de transição desses jovens para as demais situações de atividade e frequência escolar. O trabalho é encerrado com as principais conclusões. Há ainda um anexo estatístico e um apêndice sobre os microdados da PNAD.

Capítulo 1: Os jovens que nem trabalham nem estudam: origem conceitual, panorama internacional e resenha bibliográfica

A juventude é um período de transição da infância para a vida adulta, uma fase crucial para o desenvolvimento do ser humano, quando normalmente começam a ser definidas suas perspectivas futuras no que se refere à sua formação educacional, ao seu trabalho e a outros aspectos da sua vida.

A transição da fase escolar para o mercado de trabalho dos jovens tem sido motivo de preocupação de diversos especialistas com uma gama imensa de trabalhos publicados nacional e internacionalmente. Os jovens que nem trabalham nem estudam têm sido foco de vários estudos, tendo em vista que esta é uma fase da vida em que se espera que, na maioria dos casos, estejam estudando, trabalhando ou ambos. O fato de não estar inserido nem no sistema educacional nem no mercado de trabalho suscita vários tipos de questionamentos, principalmente no que tange à sua vulnerabilidade econômica e social. Contudo, a opção por nenhuma dessas situações também pode ser legítima, como, por exemplo, no caso da maternidade, do cuidado de parentes, das pessoas com deficiência ou do trabalho voluntário.

Os objetivos deste capítulo são conhecer como se originou o termo “nem trabalham nem estudam”, mostrar um panorama internacional para avaliar comparativamente a situação dos jovens brasileiros e uma resenha dos estudos realizados sobre este tema no Brasil. Para isso, o capítulo está dividido em três seções, uma para cada objetivo.

1.1. A origem do termo *nem trabalham nem estudam*

Os jovens que ‘nem trabalham nem estudam’, ou ‘nem-nem’, são conhecidos internacionalmente por diferentes siglas: NEET – *Not in employment, in education or training*, em inglês, PEEF – *Pas aux études, ni en emploi, ni en formation*, em francês e NINIs – *ni estudián, ni trabajan*, em espanhol. Apesar de parecer um termo recente, que teria surgido após a crise econômica internacional de 2008/2009 quando as altas taxas de desocupação dos jovens em alguns países europeus chamaram a atenção para este grupo, o termo NEET surgiu no Reino Unido no final dos anos 1980, quando houve mudança no acesso ao seguro desemprego dos jovens de 16 e 17 anos, segundo Furlong (2007). Neste caso, aos jovens sem trabalho foi negados o seu reconhecimento como

trabalhadores desempregados de forma que lhes garantissem acesso ao benefício. Eles estariam em uma ‘zona cinzenta’, pois estavam desempregados porém não tinham este reconhecimento por parte do poder público.

O estudo de Istance et al (1994) foi considerado como o precursor na abordagem destes jovens ao se referir pela primeira vez a pessoas que não eram abrangidas por nenhuma das categorias do mercado de trabalho (emprego, educação ou treinamento), pois até então elas eram estudadas somente a partir do fato de estarem ocupadas ou desocupadas. Inicialmente, foi utilizado o termo Status A para designar estes jovens, que posteriormente foi alterado para Status Zero em parte por motivações políticas e em parte para esclarecer um conceito que não estaria claro. Posteriormente, os pesquisadores adotaram o termo NEET no lugar de Status Zero. NEET representa uma categoria heterogênea de jovens que estão desocupados e procurando emprego, mas também engloba aqueles que não estão disponíveis e não procuram emprego. Dada a heterogeneidade deste grupo, suas características e necessidades de políticas públicas e de ações são distintas. Jovens que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social estão agrupados com aqueles que não precisam de nenhuma ajuda, tendo condições de retornar ao trabalho e/ou estudo por conta própria (Furlong, 2007).

Furlong (2007) considera que alguns jovens necessitam de aprimoramento das suas capacitações, enquanto outros já estão qualificados. Alguns possuem dificuldades específicas de saúde ou paralisias que requerem cuidados. Outros não estão procurando emprego, às vezes por razões legítimas. Portanto, são necessárias políticas diferentes para cada um dos grupos que compõem este grupo. O autor ressalta que para os jovens que nem trabalham nem estudam são necessárias políticas que atuem nos fatores de oferta e de demanda de trabalho, embora historicamente uma ênfase maior tenha sido ao lado da oferta quando o problema é principalmente devido à redução no nível de demanda por trabalhadores jovens não qualificados ou semi-qualificados na indústria.

O termo NEET não é uma unanimidade. Yates e Payne (2006) argumentam que haveria uma percepção corrente predominante que ser ‘NEET’ representa um maior risco dos jovens se tornarem socialmente excluídos e que o objetivo das políticas públicas seria reduzir o número de jovens na condição de não trabalhar nem estudar.

“There is a widespread current perception that being ‘NEET’ (not in employment, education or training) presents a major risk for young people of becoming socially excluded. One of the key foci for combating social exclusion thus aims at reducing the numbers of young people who are NEET.” (Yates e Payne, 2006)

Contudo, para os autores, este conceito seria problemático, pois define os jovens pelo o que eles são e subestima a heterogeneidade dos jovens que possuem situações e dificuldades diversas que não são consideradas. Neste sentido, deveria haver um cuidado para que as políticas públicas que visem reduzir a quantidade de jovens NEET não sejam somente paliativas e que se concentrem em áreas onde elas podem ser mais efetivas.

O estudo de Cuzzocrea (2014) busca rever a categoria de NEET para rastrear suas origens e avaliá-lo como um instrumento para futuras análises de transições e inclusão total da juventude na sociedade. Ela argumenta sobre a importância das características dos regimes de bem-estar social em que os jovens vivem, citando a Itália em particular, para ilustrar a heterogeneidade subjacente ao conceito. Ela trata das fraquezas da categoria que devem ser abordadas se o conceito continuar a ser usado no debate europeu.

Ela considera que o conceito NEET é específico do país, permeado por uma certa ideologia e, mais significativamente, um conceito estático, tornando-o pouco apropriado para apoiar os jovens a encontrar seu lugar em um trabalho dinâmico. Para a autora, os jovens constroem suas vidas com base nos recursos institucionais que eles têm disponíveis. Qualquer política pública deve atender às suas necessidades como cidadãos completos. Portanto, seria aconselhável que estas políticas refletissem suas condições sociais, econômicas e históricas.

Serracant (2012 apud Feixa e Strecker, 2014) também identifica problemas nesse conceito, sugerindo a necessidade de um conceito alternativo, que consiga excluir os jovens com algum vínculo com estudo ou trabalho ou que possuem alguma impossibilidade objetiva de estudar ou trabalhar. Os jovens nem-nem¹ seriam aqueles que:

¹ Doravante, os jovens que nem trabalham nem estudam serão denominados jovens nem-nem para facilitar a leitura do texto.

- a) Não estudam (exceto os “estudantes ocultos”);
- b) Não trabalham (excluindo o trabalho reprodutivo);
- c) Não buscam trabalho
- d) Não estão doentes ou incapacitados para trabalhar ou estudar.

Coles et al (2002), por sua vez, analisam os fatores de risco e as consequências a longo prazo para os jovens entre 16 e 18 anos estarem na condição nem-nem no Reino Unido no início dos anos 2000. Pobreza familiar, necessidade educacional especial, abandono escolar antes de 16 anos, baixo nível educacional aos 16 anos, dificuldades de saúde (incluindo saúde mental), gravidez na adolescência, pais desempregados, membro de minoria étnica, abandono escolar e treinamento governamental após os 16 anos foram considerados como fatores de risco para esses jovens. Para os autores, a longo prazo, os efeitos sobre a vida do jovem nem-nem envolvem desemprego, uso de drogas ou álcool, dificuldades de saúde, maternidade ou paternidade precoces e envolvimento no crime. Muitos jovens desempregados com 18 anos têm pouca ou nenhuma qualificação, o que também gera um impacto significativo em quaisquer ganhos posteriores se o emprego for obtido. Quase metade daqueles que estavam fora do trabalho aos 16 anos também estavam sem emprego aos 18 anos.

Os jovens que estão desempregados não têm experiência no trabalho, ganhando um nível de remuneração provavelmente baixo. Períodos de desemprego e níveis mais baixos de remuneração no trabalho também significarão um direito à pensão (ou seguro-desemprego) mais baixo. A infração persistente entre os jovens de 18 a 30 anos está altamente correlacionada com a exclusão de escola, com qualificações baixas, uso regular de drogas e álcool. A maternidade precoce tem consequências a longo prazo tanto para a mãe como para a criança. Tornar-se mãe antes dos 23 anos de idade e a experiência da pobreza infantil estão fortemente ligados a consequências adversas na vida adulta.

Bruno, Marelli e Signorelli (2013) comparam a evolução da taxa de desocupação dos jovens em relação à taxa de desocupação total e à taxa nem-nem nas regiões europeias entre 2000 e 2011 a partir das informações do EUROSTAT, buscando analisar a situação antes e depois da crise econômica internacional de 2008/2009. Os resultados indicam que as taxas de jovens nem-nem são persistentes, aumentam durante o período de crise, mas respondem pouco ao crescimento do PIB. Eles avaliam que algumas políticas de

ajuste que foram adotadas especialmente na Alemanha contribuíram para reduzir o impacto da crise no mercado de trabalho: ajustamento das horas trabalhadas, gerenciamento da crise junto com sindicatos de trabalhadores, políticas específicas para os jovens.

Carcillo et al (2015) fazem um panorama da situação dos jovens nem-nem nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE. Os autores mostram que a taxa de jovens nem-nem ainda não tinha se recuperado depois da crise econômica internacional e que existe uma grande diferença entre desocupação e inatividade entre os países e essas diferenças são maiores durante a recessão. As subvenções econômicas para contratação de jovens pelas empresas seriam políticas ativas que poderiam ter um impacto positivo no mercado de trabalho, principalmente entre os jovens menos qualificados ou para ocupações menos qualificadas.

No Reino Unido, por exemplo, uma das opções da política denominada *New Deal for Young People* (NDYP) depois de 6 meses de desemprego era um subsídio pago pelo governo às empresas por trabalho no valor de 60 libras por semana oferecido por seis meses. Esse programa foi considerado mais efetivo para retirar o jovem da desocupação do que outros programas como de qualificação ou emprego público temporário (Dorsett, 2006 apud Carcillo et al, 2015). Na Alemanha, Caliendo, Künn e Schimith (2011 apud Carcillo et al, 2015) encontraram resultados semelhantes, com incremento significativo na probabilidade de emprego em 60 meses.

Scarpetta et al (2010) propõem medidas que previnam as consequências de longo prazo da desocupação dos jovens dos países da OCDE em decorrência da crise econômica internacional. Em um contexto de mercado de trabalho fraco, com poucas opções de trabalho, os jovens são mais vulneráveis à desocupação, necessitando de suporte. Para os autores, eles devem receber subsídio econômico para que consigam continuar sua procura por emprego e por programas de treinamento, que são importantes para os jovens menos qualificados. A crise deve servir também para conscientizar e manter os jovens por mais tempo na escola, evitando abandono escolar precoce na tentativa de entrar no mercado de trabalho. Deve-se evitar que os jovens busquem o mercado de trabalho sem a qualificação exigida pelos empregadores.

Dennett e Sasser Modestino (2013) realizaram um estudo sobre a juventude americana. Constataram que não há evidências de uma tendência ascendente de longo prazo para sugerir o aumento da parcela de jovens na condição nem-nem. O estudo contempla dados desde a década de 1990 até o início dos anos 2010 para demonstrar que as taxas de jovens nem-nem no país no auge da crise econômica internacional não foram superiores às taxas observadas duas décadas atrás após a recessão de 1990-91. Assim, há um crescente reconhecimento de que a taxa nem-nem é em grande parte pró-cíclica. Ou seja, embora alguns componentes dos jovens nem-nem possam diminuir com a recuperação econômica, estratégias de ativação ainda são necessárias para incentivar o emprego dos desempregados de longa duração e a participação de jovens inativos, inclusive os deficientes.

Chen (2010) realizou uma pesquisa qualitativa com dez jovens entre 15 e 20 anos candidatos a participar de um programa de treinamento em Taiwan, que estavam na condição nem-nem, para entender os motivos de estarem nessa situação. A maioria dos jovens relatou que não estava naquela condição por escolha, mas por razões econômicas. Muitos concordaram que a ajuda monetária oferecida pelo programa de treinamento era um bom incentivo para a sua participação.

Ose e Jansen (2017) focaram seu trabalho no grupo de jovens nem-nem fora da força de trabalho, os inativos, chamados de NLFET-*Neither in labour force nor in education or training* na Noruega para identificar as barreiras existentes ao emprego e ao estudo para esses jovens. Através de uma pesquisa com 586 pessoas entre 18 e 29 anos, foram identificadas três barreiras principais: motivação, sensação de falta de objetivo e expectativas irrealistas sobre a vida laboral. Outras barreiras apontadas foram problemas de saúde, baixo nível educacional, ausência de experiência profissional, baixa autoestima, depressão, a combinação desses fatores, dentre outros.

Os autores concluem que problemas de saúde, sociais e outros problemas prevalecem entre os jovens nem-nem inativos. A maioria gostaria de encontrar um trabalho ou terminar os estudos, contudo problemas de saúde mental camuflam problemas sociais. Dada a natureza das barreiras identificadas, são necessárias equipes multidisciplinares para atuar sobre esses jovens.

Ose e Jansen (2017) indicam que os problemas de saúde mental em jovens nem-nem estão presentes em estudos de vários países. Um estudo na Austrália conduzido por O’Dea et al (2014) teria mostrado que os jovens nem-nem tendem a ser homens, mais velhos, com histórico de problemas criminais e uso de maconha, maior nível de depressão, maior dificuldade econômica e doenças mentais mais graves do que os jovens que se dedicam aos estudos e/ou trabalho. O estudo de coorte de Baggio et al (2015) mostrou que problemas de saúde mental anteriores, uso de maconha e tabagismo diário aumentam a chance do jovem ser nem-nem na Suíça. Egan, Daly e Delaney (2015) realizaram dois estudos de coorte associando saúde mental infantil de pobres com desocupação posterior no Reino Unido. Ou seja, esses estudos indicam que em países desenvolvidos, que não foram fortemente afetados pela crise econômica e possuem sistema de ensino bem estruturado, as causas que levam à condição nem-nem dos jovens estão associadas principalmente à saúde mental, histórico de uso de entorpecentes e problemas criminais.

Portanto, a literatura internacional levantada que trata sobre os jovens nem-nem discute a heterogeneidade do conceito NEET e a necessidade de melhor filtrar esses jovens em busca de conhecer os que realmente estejam em situação de vulnerabilidade. Propõe políticas públicas que podem ser tomadas para amenizar a situação dos jovens desempregados em decorrência da crise econômica internacional; discute a identificação do grupo de jovens que são nem-nem mesmo em países que não foram seriamente afetados pela crise econômica internacional de 2008/2009 e as consequências futuras para os jovens de estar nessa condição. E, ainda, analisa no longo prazo como a taxa nem-nem evolui em relação ao PIB.

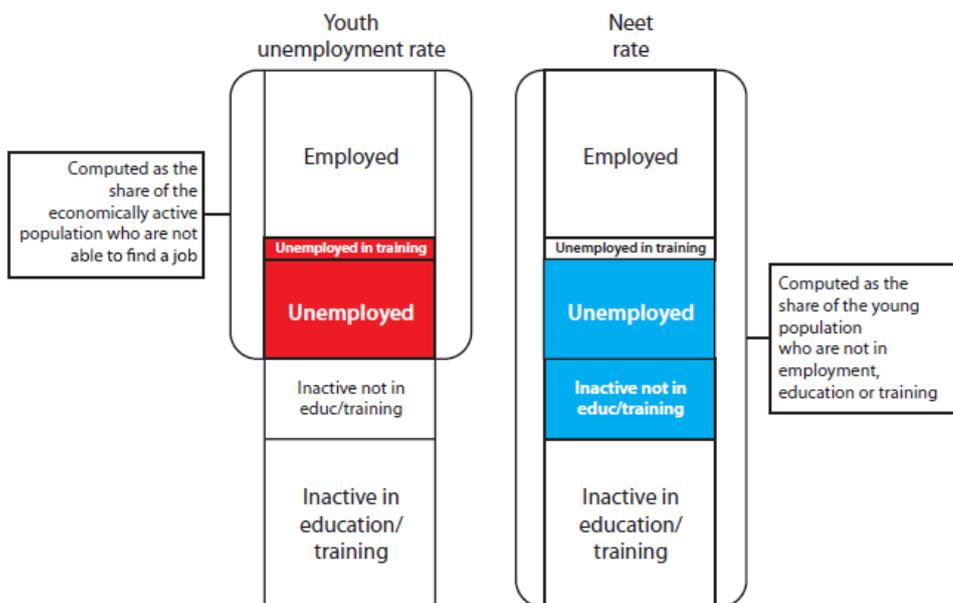
Apesar da heterogeneidade do conceito e da discussão sobre a sua abrangência, o *Employment Committee* e o *Indicators Group da European Commission* criaram um indicador estatístico para acompanhar a situação dos jovens nem-nem na Europa. O conceito de NEET abrangeria os jovens entre 15 e 24 anos que estavam desocupados ou inativos (segundo a Organização Internacional do Trabalho-OIT²), assim como aqueles que não estavam estudando ou em treinamento. Este indicador foi implementado pelo EUROSTAT, que é o órgão estatístico da União Europeia.

² De acordo com a OIT, uma pessoa é considerada inativa quando não trabalhou pelo menos uma hora no período de referência, não está disponível para o trabalho e não procurou emprego.

O conceito de NEET pode apresentar outros critérios de seleção como acontece em alguns países. No Japão e na Coreia, por exemplo, este termo difere do conceito adotado pelos países europeus, pois nesses países esta categoria estaria associada com um fenômeno social que afeta não somente o mercado de trabalho, mas também a integração dos jovens na sociedade. No Japão, são considerados os jovens de 15 a 34 anos que não fazem parte da força de trabalho, não estudam e não fazem serviços domésticos. Na Coreia, são considerados nesta condição os jovens de 15 a 34 anos que não estudam, não estão se preparando para entrar em uma empresa, não trabalham, não tem responsabilidades familiares (ou com crianças) e não são casados (Eurofound, 2012).

Considerando novamente a definição do indicador adotado pelo EUROSTAT, observa-se que a taxa de jovens nem-nem difere da definição da taxa de desocupação. Essa taxa mensura as pessoas que estão sem trabalho, mas que procuraram trabalho nos últimos 30 dias, independentemente de estar estudando ou não. As pessoas inativas não são incluídas nesta taxa. Por sua vez, a taxa de jovens nem-nem engloba os desocupados e os inativos, que não estejam estudando nem em treinamento. A figura 1 ajuda a visualizar as diferenças entre as taxas e o quadro 1 mostra as fórmulas de cálculo de cada uma delas.

Figura 1: Diferenças entre a taxa de desocupação dos jovens (youth unemployment rate) e a taxa de jovens que nem trabalham nem estudam (Neet rate).



Fonte: Eurofound, 2012

Quadro 1: Fórmulas de cálculo das taxas de desocupação e de jovens nem-nem:

A taxa de desocupação dos jovens é calculada como:

$$\frac{\text{Número de jovens desocupados}}{\text{Número de jovens economicamente ativos}}$$

A taxa de jovens nem-nem é calculada como:

$$\frac{\text{Número de jovens que nem trabalham nem estudam}}{\text{Número total de jovens}}$$

Os jovens nem-nem representam um grupo heterogêneo, revelando diferentes motivos que podem levar a esta situação, a saber:

- i) **Desocupados:** que podem ser divididos em desocupados de curto e de longo prazo;
- ii) **Aguardando oportunidades:** os jovens que estão ativamente à procura de trabalho ou de formação, mas estão aguardando oportunidades que eles vêem como condizente com as suas competências e status;
- iii) **Indisponíveis ou inativos:** que incluem os jovens que cuidam de outras pessoas, os jovens com responsabilidades familiares e os que estão doentes ou deficientes;

iv) **Desalentados**: os jovens que não estão à procura de trabalho ou educação, e não são restritos de fazê-lo por outras obrigações ou incapacidades e jovens que estão buscando estilos de vida perigosos e anti-sociais;

v) **Voluntários**: os jovens que estão viajando e os que estão envolvidos em outras atividades, tais como arte, música e auto-aprendizagem. (Eurofound,2012)

A compreensão desta heterogeneidade é importante para saber quais políticas públicas poderiam ser adotadas para este conjunto de jovens ou para os seus subconjuntos. Entretanto, não é possível compreender este tema sem tocar na questão da globalização e da reestruturação produtiva global, que transferiu plantas industriais e, portanto, empregos para o Sudeste Asiático ou outras regiões. Este movimento do capitalismo global, que se iniciou no começo dos anos 1990, reduziu a oferta de trabalho em muitos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e aumentou a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho (exceto aqueles para onde tais empresas se deslocaram). Após a crise econômica internacional de 2008-2009, com a forte retração da economia mundial, houve a extinção de muitos postos de trabalho tornando o mercado de trabalho mais competitivo e mais restrito.

Neste contexto, a despeito das mudanças demográficas que têm ocorrido que levam ao envelhecimento populacional em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a necessidade de inserção dos jovens no mercado de trabalho, principalmente por questões econômicas e sociais, é uma realidade que precisa ser enfrentada. O que pode ser proposto em termos de políticas públicas tanto do ponto de vista da oferta quanto da demanda de trabalho para esses jovens precisa ser analisado.

1.2. Panorama Internacional

O objetivo desta seção é apresentar uma comparação internacional sobre a situação dos jovens nem-nem a partir da utilização de informações disponibilizadas pelos organismos internacionais que possibilitam uma visão comparativa entre os países.

Existe diferença na definição da faixa etária dos jovens nos diversos estudos dos organismos internacionais. Os estudos da OIT- Organização Internacional do Trabalho e

do Banco Mundial consideram como jovens as pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos, enquanto os da OCDE abarcam as que estão entre 15 e 29 anos de idade.

Segundo a OIT, a crise econômica internacional que ocorreu em 2008-2009 aumentou o número de pessoas desocupadas em 15,8% entre 2007 e 2009. Eram 171 milhões em 2007 e atingiu 198,1 milhões em 2009, como mostrado na tabela 1.1. O crescimento relativo do número de jovens desocupados, 8,8%, foi menor do que o de adultos desocupados, 21,0%. Entretanto, a taxa dos jovens desocupados saltou de 11,7% para 12,9%, mantendo-se quase o triplo da observada entre os adultos, que passou de 4,0% para 4,7% nesse período. Até 2015, as taxas mantiveram-se nesse patamar.

Tabela 1.1: Desocupação global e taxas globais de desocupação de jovens (15 a 24 anos), adultos (25 anos ou mais) e total (15 anos ou mais) - 2007-2015

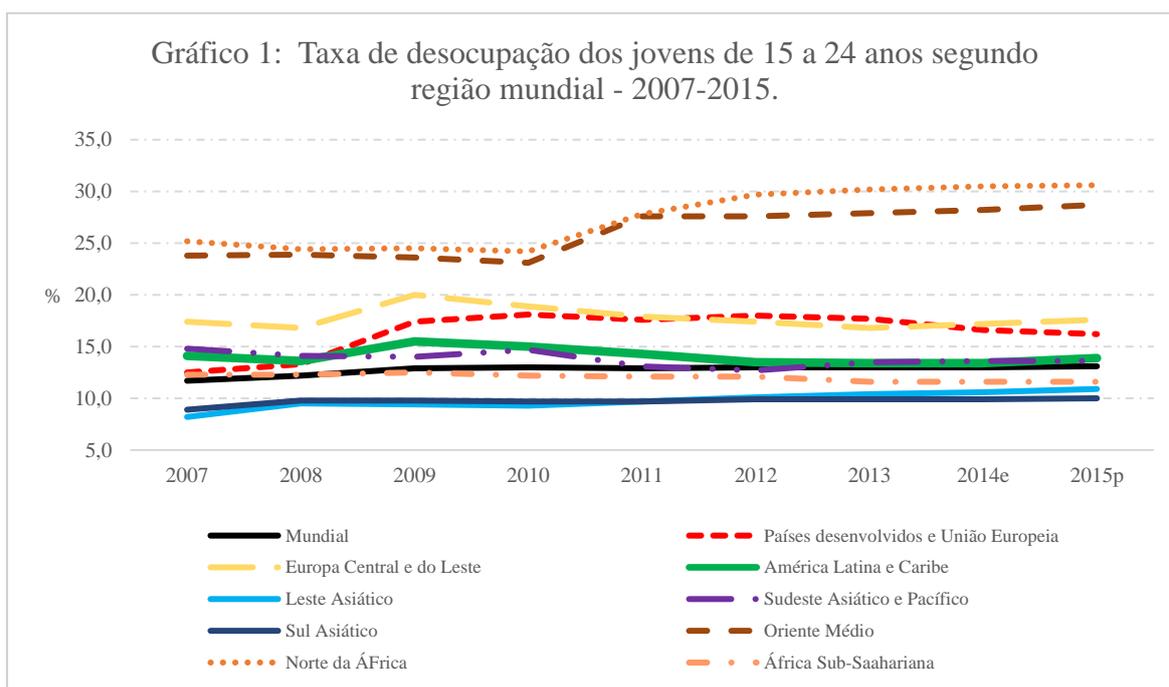
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Desocupação dos jovens (milhões)	70,5	72,9	76,6	75,6	74,4	74,3	73,9	73,3	73,4
Desocupação dos adultos (milhões)	100,5	106,1	121,5	120,8	120,9	123	125,7	126,2	128,2
Desocupação total (milhões)	171,0	179,0	198,1	196,4	195,3	197,3	199,6	199,5	201,6
Taxa de desocupação dos jovens (%)	11,7	12,2	12,9	13,0	12,9	13,0	13,0	13,0	13,1
Taxa de desocupação dos adultos (%)	4,0	4,2	4,7	4,6	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Taxa de desocupação total (%)	5,5	5,7	6,2	6,1	6,0	6,0	6,0	5,9	5,9
Razão entre as taxas de jovens e de adultos	2,9	2,9	2,8	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9

Fonte: OIT, 2015.

A participação dos jovens na força de trabalho tem se reduzido a despeito do aumento da escolaridade. Entre 1991 e 2014, a parcela de jovens economicamente ativos (empregados ou desocupados) na população jovem se reduziu em 11,5 pontos percentuais (de 59,0% para 47,3%) enquanto a parcela economicamente ativa na população adulta se reduziu em 1 ponto percentual. O principal motivo apontado pela OIT foi o crescimento dos jovens que permanecem estudando na educação secundária e na educação superior (OIT, 2015).

Considerando por regiões mundiais, o impacto da crise foi maior entre os países desenvolvidos e da União Europeia e entre os países da Europa Central e do Leste, com as taxas de desocupação passando de 12,3% para 17,4% e de 17,4% para 20,0% entre 2007 e 2009, respectivamente (gráfico 1). Nas demais regiões mundiais, o impacto da

crise não foi tão forte, pelo menos de imediato. Os países do Norte da África e do Oriente Médio, que apresentavam as maiores taxas, tiveram incremento nos seus valores somente a partir de 2011. Na América Latina e no Caribe, houve aumento entre 2008 e 2009, mas em seguida a taxa voltou a uma trajetória decrescente e se estabilizou em um valor inferior ao de 2007. Os países asiáticos e da África Subsaariana apresentavam as menores taxas e tiveram pouca alteração em decorrência imediata da crise econômica internacional, apresentando também incremento somente a partir de 2011 no Leste Asiático.



Fonte: Elaboração própria a partir de OIT, 2015.

Nesse contexto, o aumento do número de jovens europeus desocupados começou a chamar atenção, que junto com os jovens europeus inativos e fora do sistema de ensino, formaram o conjunto de jovens nem-nem ou NEET que chamaram atenção para esse tema.

Em 2008, a taxa de jovens nem-nem era de 10,9% na União Europeia (28 países), aumentando para 12,4% em 2009 e seguindo uma trajetória ascendente até 2012 quando atingiu 13,1%, como mostram os dados da tabela 1.2. Entre 2008 e 2009, houve aumento da taxa de jovens nem-nem em 26 dos 28 países que compõem a União Europeia. Bulgária, Irlanda e Espanha apresentaram as maiores taxas, 19,5%, 18,6% e 18,1%, respectivamente, em 2009. As taxas mantiveram-se nesse patamar até 2013, quando

começaram a ceder na maioria dos países. Alemanha, Dinamarca, França e Suíça, por exemplo, apresentaram taxas baixas ao longo de todo o período em decorrência da existência de ensino médio obrigatório e pelo fato dessas economias não terem sido tão fortemente atingidas pela crise. Contudo, em países como Itália, Grécia, Portugal, na Bulgária e em Chipre, as taxas somente começaram a se reduzir a partir de 2014.

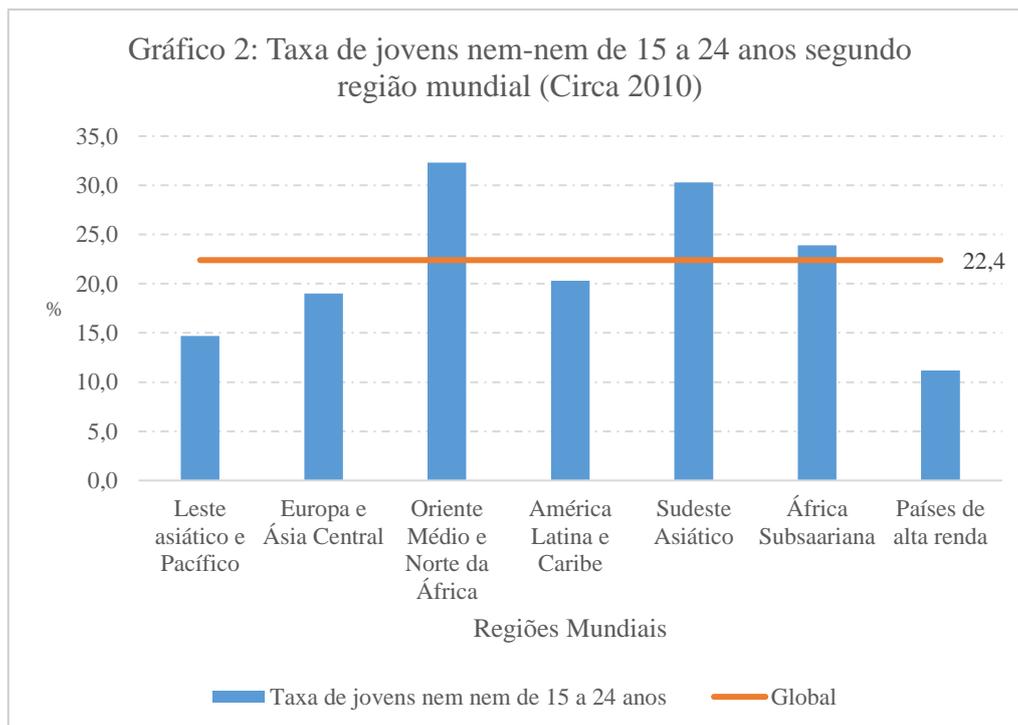
Tabela 1.2: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos em países europeus em anos selecionados (%) – União Europeia (28 países) – 2005, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014.

Regiões/Países	2005	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
União Europeia (28 países)	12,7	10,9	12,4	12,7	12,9	13,1	13,0	12,4
Alemanha	10,9	8,4	8,8	8,3	7,5	7,1	6,3	6,4
Áustria	8,6	7,4	8,2	7,4	7,3	6,8	7,3	7,2
Bélgica	13,0	10,1	11,1	10,9	11,8	12,3	12,7	12,0
Bulgária	25,1	17,4	19,5	21,8	21,8	21,5	21,6	20,2
Croácia	16,7	11,6	13,4	15,7	16,2	16,6	19,6	19,3
Chipre	19,5	9,7	9,9	11,7	14,6	16,0	18,7	17,0
República Tcheca	13,3	6,7	8,5	8,8	8,3	8,9	9,1	8,1
Dinamarca	4,3	4,3	5,4	6,0	6,3	6,6	6,0	5,8
Estônia	10,6	8,7	14,5	14,0	11,6	12,2	11,3	11,7
Espanha	13,0	14,3	18,1	17,8	18,2	18,6	18,6	17,1
Finlândia	7,8	7,8	9,9	9,0	8,4	8,6	9,3	10,2
França	10,9	10,2	8,8	8,3	7,5	7,1	6,3	6,4
Grécia	15,9	11,4	12,4	14,8	17,4	20,2	20,4	19,1
Hungria	12,9	11,5	13,6	12,6	13,2	14,8	15,5	13,6
Irlanda	10,9	15,0	18,6	19,2	18,8	18,7	16,1	15,2
Itália	17,1	16,6	17,6	19,0	19,7	21,0	22,2	22,1
Letônia	10,6	11,8	17,5	17,8	16,0	14,9	13,0	12,0
Lituânia	8,8	8,8	12,1	13,2	11,8	11,2	11,1	9,9
Luxemburgo	5,5	6,2	5,8	5,1	4,7	5,9	5,0	6,3
Malta	11,9	8,3	9,9	9,5	10,2	10,6	9,9	11,5
Noruega	8,3	4,1	5,0	4,9	5,0	5,2	5,6	5,5
Países Baixos	5,3	3,4	4,1	4,3	3,8	4,3	5,1	5,0
Polônia	13,9	9,0	10,1	10,8	11,5	11,8	12,2	12,0
Portugal	11,1	10,2	11,2	11,4	12,6	13,9	14,1	12,3
Reino Unido	8,4	12,1	13,2	13,6	14,2	13,9	13,2	11,9
República Tcheca	13,3	6,7	8,5	8,8	8,3	8,9	9,1	8,1
Suécia	10,5	7,8	9,6	7,7	7,5	7,8	7,5	7,2
Suíça	7,5	6,3	8,1	6,7	6,7	6,9	7,1	7,3

Fonte: OIT, 2015.

Apesar da crise econômica internacional de 2008-2009 ter chamado a atenção para a situação dos jovens nem-nem nos países desenvolvidos, eles estão presentes em todo o mundo. Segundo De Hoyos, Rogers e Székely (2016), havia 260 milhões de jovens nem-nem entre 15 e 24 anos do total de 1,19 bilhão de jovens em 2010, uma taxa global de 22,4% (gráfico 2). De acordo com os autores, a região mundial com a maior parcela de jovens nem-nem era Oriente Médio e Norte da África, onde 32,3% dos jovens estavam fora da escola e do mercado de trabalho seguida de perto pelo Sudeste Asiático com 30,3%. A África Subsaariana com 23,9% dos jovens estava na terceira colocação e América Latina com 20,3% na quarta, muito próxima à apresentada pela região da Europa e Ásia Central com 19,0%. Na região Leste Asiático e Pacífico somente 14,7% dos jovens eram nem-nem. A menor taxa era observada no conjunto dos países de renda alta, apenas 11,2%, ou seja, um terço das regiões com as taxas mais elevadas.

Assim, em algumas regiões existe uma situação mais crítica onde praticamente 1 a cada 3 jovens está nesta condição (Oriente Médio e Norte da África e Sudeste Asiático), outras onde existiria uma situação intermediária com 1 em cada 5 jovens (África Subsaariana, América Latina, Europa e Ásia Central) e em outras uma situação melhor com 1 a cada 8 ou 9 jovens (Leste Asiático e Pacífico e países de renda alta). Logicamente, a desigualdade econômica mundial se reflete no acesso dos jovens ao ensino e ao trabalho.



Fonte: De Hoyos, Rogers e Székely (2016)

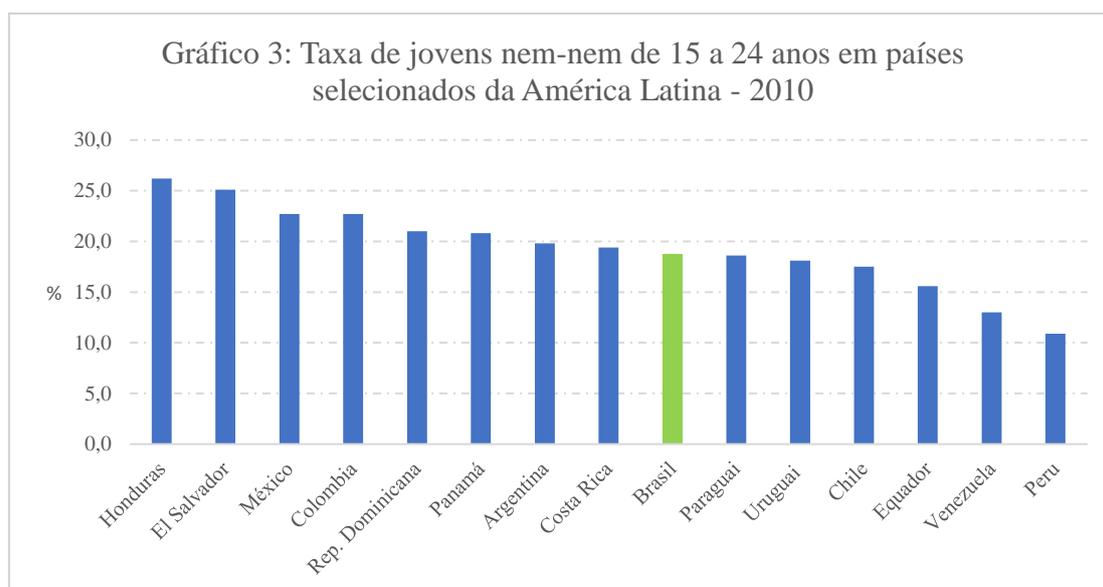
Ressalta-se que existe, segundo os autores, uma diferença na prevalência de gênero entre os jovens nem-nem entre as regiões mundiais. No Leste Asiático e Pacífico, na Europa e Ásia Central e em países com renda alta, as mulheres não eram mais propensas a ser nem-nem do que os homens, enquanto no Sudeste Asiático as mulheres representavam 82% dos jovens nesta condição e no Oriente Médio e Norte da África, na África Subsaariana e na América Latina a parcela feminina atingia 2/3 dos jovens.

Em termos de escolaridade, nas regiões em desenvolvimento, com exceção da Europa e da Ásia Central, mais de dois terços dos jovens nem-nem não completaram o ensino médio e menos de 10% tinham mais do que o ensino médio. Em relação à localização, a América Latina possuía a maior proporção de jovens nem-nem em áreas urbanas, assim como no Oriente Médio e Norte da África. Nas demais regiões em desenvolvimento, a sua presença era maior em áreas rurais.

A presença de jovens nem-nem entre os 40% mais pobres era mais significativa na América Latina (64%), seguida do Leste Asiático e Pacífico (58%) e da África Subsaariana (49%). Na Europa e Ásia Central foi de 44%, enquanto nos países de renda alta era de 32%, metade da taxa da América Latina. Essas informações nos ajudam a

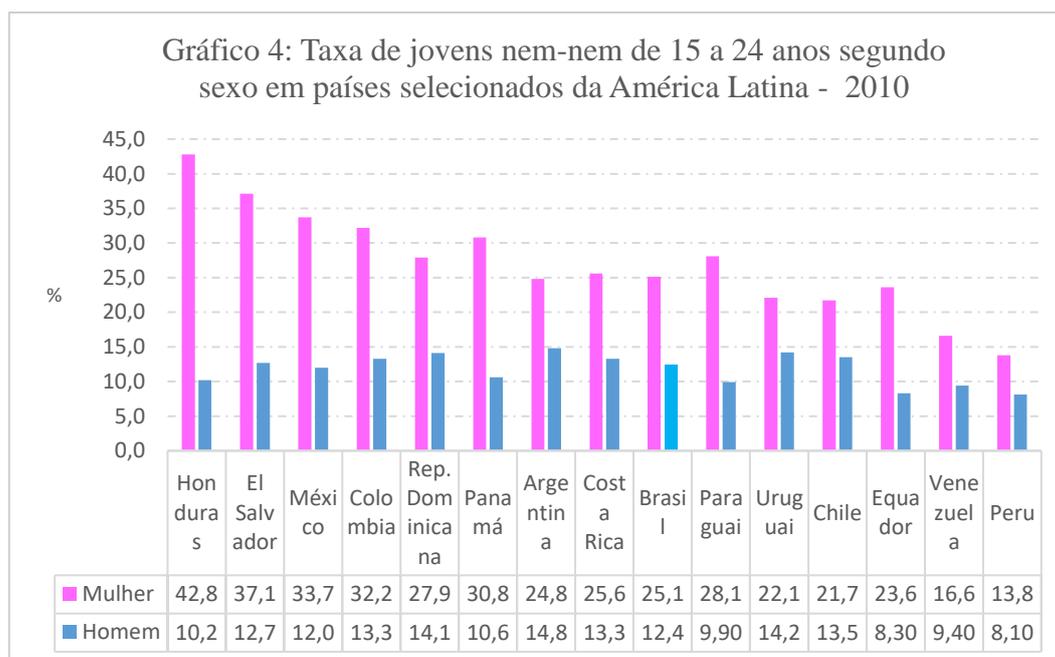
compreender que o fenômeno dos jovens nem-nem é um fenômeno mundial com padrões e características diferentes entre as regiões e os países.

Passando da situação mundial para a Latino-Americana, De Hoyos, Popova e Rogers (2016) apresentaram um estudo sobre os jovens nem-nem em 15 países da América Latina. De acordo com os autores, existiam 18 milhões de jovens nem-nem de 15 a 24 anos do total de 92 milhões de jovens em 2010, o que correspondia a 19,3% do total. Em termos quantitativos, as mulheres eram o dobro do número de homens, 12 milhões de mulheres e 6 milhões de homens. No Brasil, a taxa era de 18,7%, a nona maior entre os 15 países analisados (gráfico 3). O ranking era liderado por Honduras (26,2%), seguido por El Salvador (25,1%) e por México e Colômbia (22,7%). Peru e Venezuela apresentaram as menores taxas, 10,9% e 13,0%, respectivamente.



Fonte: Elaboração própria a partir de De Hoyos, Popova e Rogers (2016).

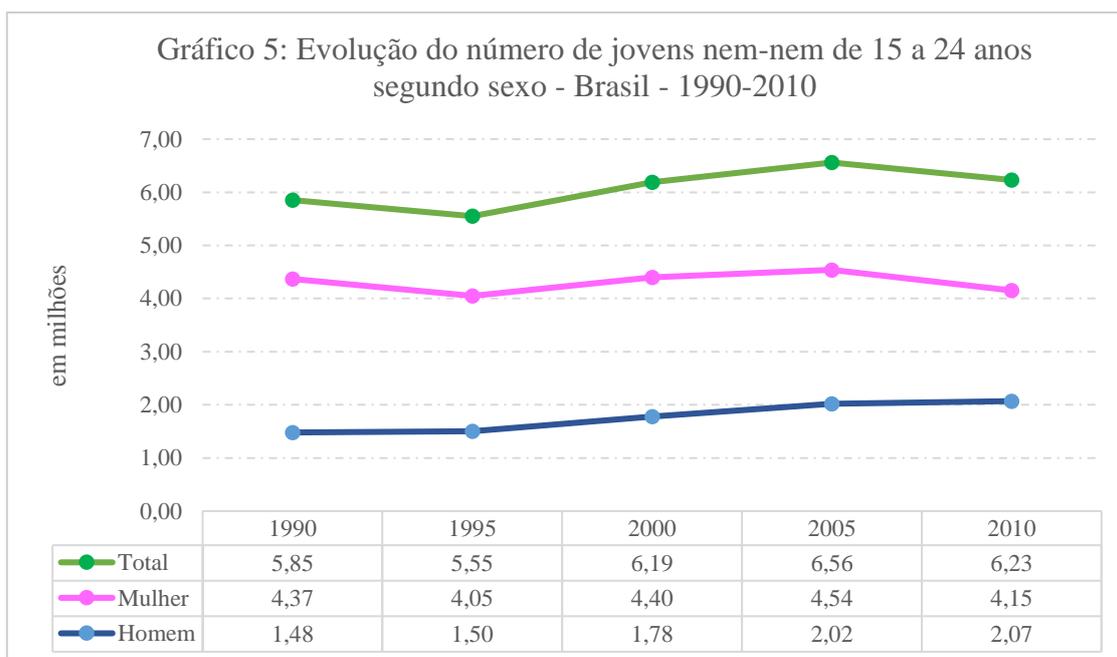
Considerando o ranking dos países da América Latina por sexo, observa-se que a taxa de jovens nem-nem estava muito relacionada ao sexo feminino (gráfico 4). Os quatro primeiros países que apresentavam as maiores taxas totais também apresentavam as maiores taxas femininas. Existe, contudo uma grande amplitude entre as taxas femininas entre os diferentes países, sendo de 42,8% em Honduras e 13,8% no Peru. Na taxa masculina, por sua vez, a amplitude é muito menor, variando de 14,8% na Argentina a 8,1% no Peru. No Brasil, a taxa feminina (25,1%) era praticamente o dobro da taxa masculina (12,4%), em 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de De Hoyos, Popova e Rogers (2016).

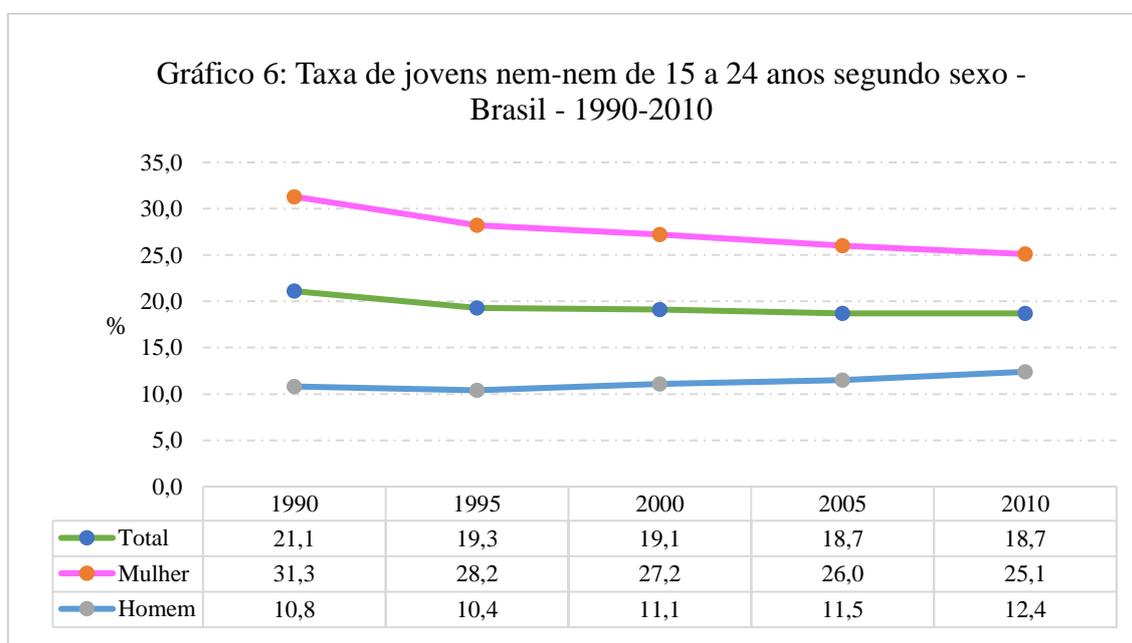
Os autores apontam ainda, em uma análise de mais longo prazo, entre 1990 e 2010, que o percentual de jovens nem-nem se reduziu na América Latina passando de 23,4% para 19,3%. Esta queda estaria relacionada à redução do número de jovens nos anos 2000 em comparação com a década 1990, quando a participação dos jovens na população havia atingido seu pico e, ainda, à redução da participação das mulheres entre os jovens nem-nem. Por outro lado, houve crescimento relativo expressivo no número de homens entre os jovens nem-nem (46%), o que aumentou sua participação relativa no período. Em termos absolutos, o número de jovens nem-nem saltou de 16,4 milhões para 18 milhões, um crescimento de 14,0%.

De acordo com o estudo, no Brasil, em 2010, as mulheres representavam 2/3 e os homens 1/3 do total de 6,23 milhões de jovens nem-nem. Entre 1990 e 2010, houve aumento de 6,5% no número de jovens nesta condição, contudo o número de mulheres diminuiu em 5,0% (de 4,37 milhões para 4,15 milhões), enquanto o número de homens aumentou em 39,9% (de 1,48 milhões para 2,07 milhões) (gráfico 5). Apesar do forte aumento no número de homens, o número de mulheres ainda permanecia o dobro do de homens.



Fonte: De Hoyos, Popova e Rogers (2016)

A taxa de jovens nem-nem de 15 a 24 anos no Brasil se reduziu de 21,1% para 18,7% entre 1990 e 2010 com forte redução da taxa feminina, de 31,3% para 25,1%, enquanto a taxa masculina cresceu de 10,8% para 12,4% (gráfico 6).



Fonte: De Hoyos, Popova e Rogers (2016)

O aumento da taxa masculina entre os jovens nem-nem não ocorreu somente no Brasil. Segundo De Hoyos, Popova e Rogers (2016), no México, por exemplo, a taxa de homens passou de 7,5% em 2000, para 10,9% em 2005 e 12,0% em 2010.

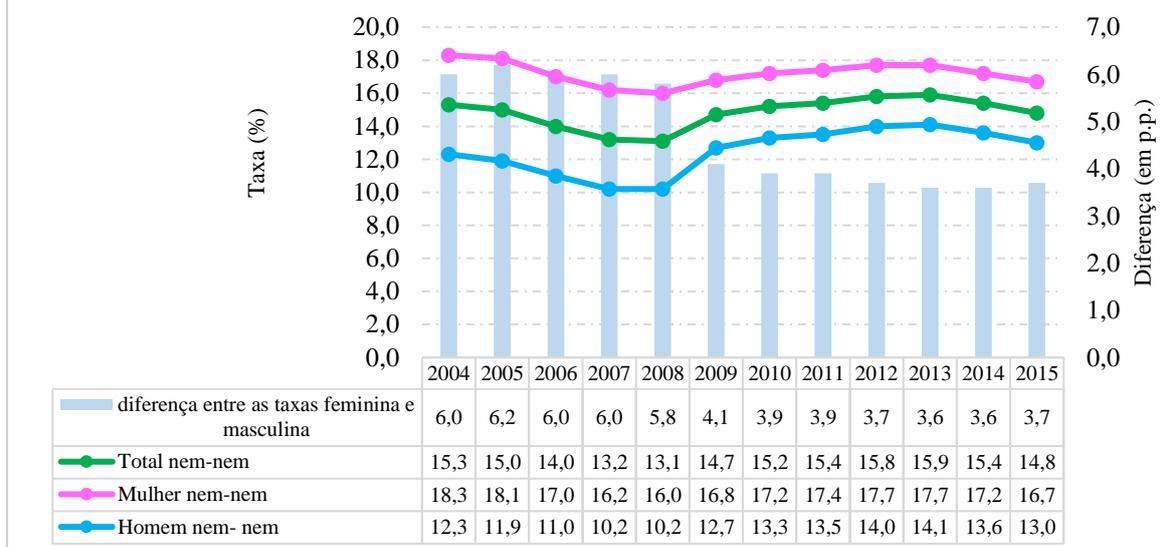
O EUROSTAT disponibiliza informações sobre os jovens nem-nem europeus³, sendo possível fazer o acompanhamento da sua situação desde o início dos anos 2000. Neste caso, como é possível personalizar as consultas, optamos por considerar os jovens entre 15 a 29 anos de idade, tendo em vista que será a faixa etária abordada neste estudo quando tratarmos do caso brasileiro e que é adotada nos estudos da OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento e do Eurofound, que serão apresentados em seguida.

Analisando entre 2004 e 2015, com o objetivo de abranger o período pré e pós crise, observa-se que a taxa média de jovens nem-nem havia recuado na Europa entre 2004 e 2008, de 15,3% para 13,1%, e aumentou a partir da 2009 em decorrência da crise para 14,7%, subindo paulatinamente até 15,9% em 2013. A partir de 2014, com a melhora do cenário econômico, a taxa recuou para 14,8% em 2015, ou seja, retornou ao nível do início da crise (gráfico 7 e tabela 1 do anexo).

Na Europa, a taxa feminina era superior à masculina em todo o período. Observa-se, contudo, que enquanto no período pré-crise havia uma diferença de 6 pontos percentuais entre as taxas, no período pós-crise essa diferença se reduziu à metade para 3 pontos percentuais. Ambas as taxas vinham se reduzindo entre 2004 e 2008, porém a partir de 2009 até 2013 a taxa feminina aumentou somente 11,0% (de 16,0% para 17,7%), enquanto a masculina aumentou 40,0%, de 10,2% para 14,1%, aproximando-se da feminina.

³ Informações disponíveis em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>

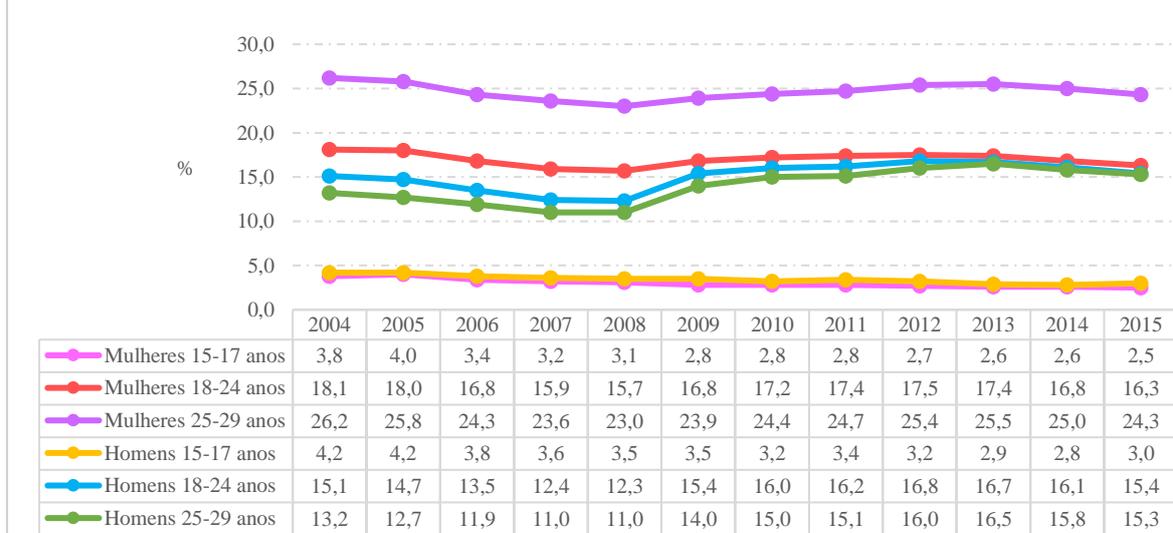
Gráfico 7: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos segundo sexo e diferença entre as taxas - Europa - 2004-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de EUROSTAT disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database> acesso em 10/12/2016.

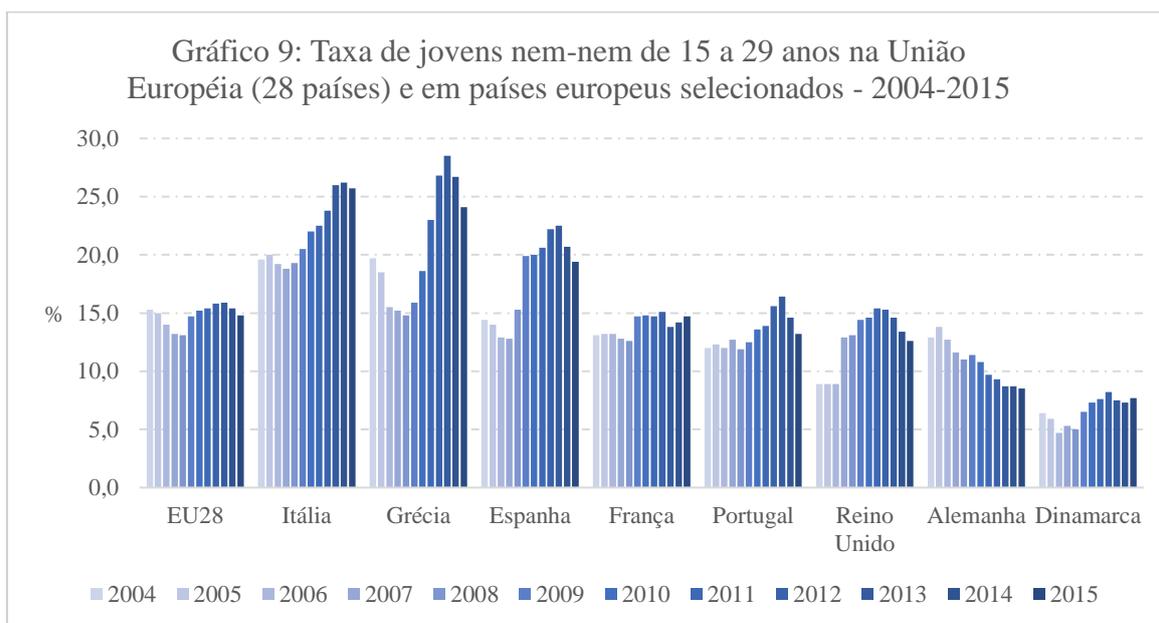
O crescimento na taxa de jovens nem-nem europeus ocorreu principalmente devido ao aumento da taxa entre os homens de 18 a 29 anos. Entre as mulheres de 18 a 29 anos, as taxas também aumentaram, porém em um nível bem inferior, tendo em vista que suas taxas já eram mais elevadas (gráfico 8).

Gráfico 8: Taxa de jovens nem-nem de 15 a 29 anos segundo sexo e faixa etária - Europa - 2004-2015



Fonte: Elaboração própria a partir de EUROSTAT disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database> acesso em 10/12/2016.

O que se deduz é que o aumento das taxas está fortemente atrelado à dificuldade de inserção de tanto de homens como de mulheres no mercado de trabalho europeu no período pós-crise, particularmente nos países mais afetados pela crise como na Itália, na Grécia e em Portugal, como pode ser observado no gráfico 9. Em contraposição, na Alemanha, cuja economia não foi fortemente atingida como as demais, a taxa de jovens nem-nem se reduziu. Na Dinamarca, por sua vez, o aumento da taxa não foi expressivo.



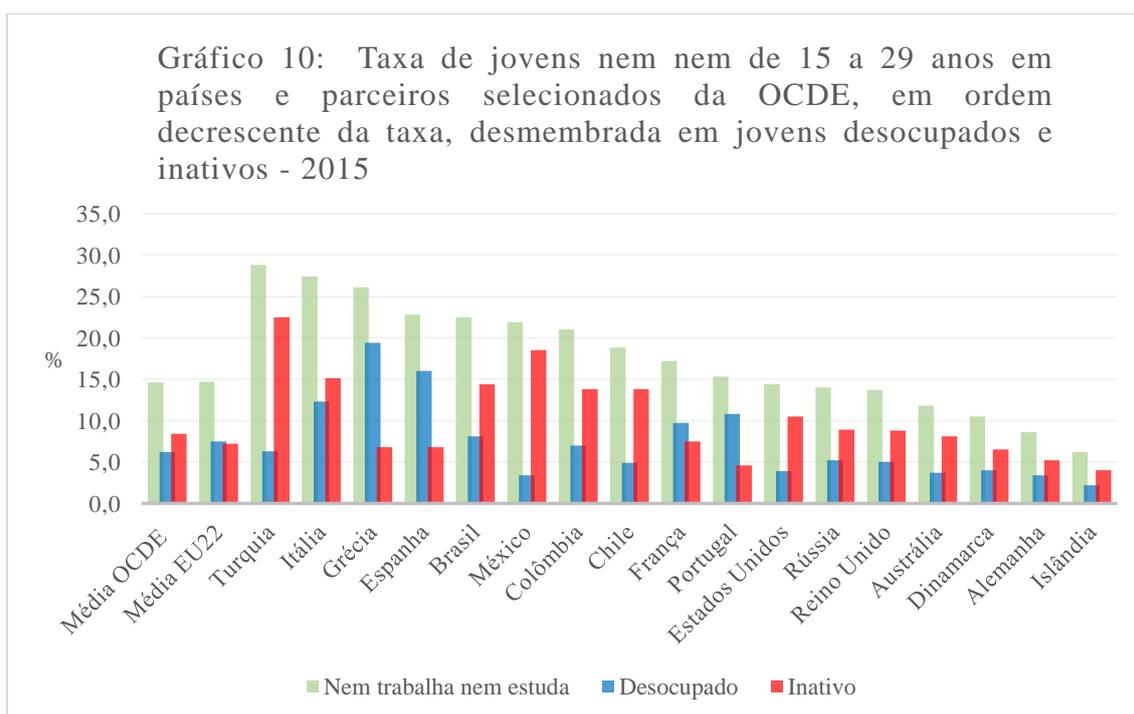
Fonte: Elaboração própria a partir de EUROSTAT disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database> acesso em 10/12/2016.

A OCDE divulga anualmente um relatório intitulado *Education at a glance* que permite comparar a situação dos jovens nem-nem em países desenvolvidos e em desenvolvimento que compõem o organismo assim como países parceiros.

O conceito de jovem nem-nem que está sendo considerado neste trabalho abarca os jovens desocupados e os inativos, que não estudam. O gráfico 10 apresenta as taxas de jovens nem-nem em 17 países desenvolvidos e em desenvolvidos selecionados a partir das informações do relatório da OCDE, desmembrando-as nesses subgrupos. Esta comparação nos ajuda a conhecer não somente quão elevada é a taxa de jovens nem-nem no Brasil em relação a outros países, mas também como é a sua composição por subgrupo em relação aos demais.

As estatísticas disponíveis para o ano de 2015 apontam a maior taxa nem-nem para a Turquia (28,8%)⁴, seguida da Itália (27,4%) e da Grécia (26,1%). O Brasil estava na quinta colocação (22,5%), logo após da Espanha (22,8%). A menor taxa foi observada na Islândia (6,2%), seguida da Alemanha (8,6%), o que sinaliza que mesmo em países muito desenvolvidos existe uma parcela de jovens nesta condição, entretanto em uma proporção muito baixa, 1 a cada 16 e 1 a cada 12, respectivamente. No caso brasileiro, em 2015, era quase 1 a cada 4 jovens.

Na União Europeia, a taxa média de jovens nem-nem era de 14,7% com a proporção de desocupados (7,5%) pouco acima da de inativos (7,2%), destacamente na Grécia, na Espanha, em Portugal e na França. Nos países da OCDE, a taxa média era de 14,6%, porém a proporção de inativos (8,4%) era superior à de desocupados (6,2%). Semelhante ao caso brasileiro, tendo em vista que dentre os 22,5% de jovens nem-nem, 14,4% eram inativos e 8,1% desocupados.



Fontes: Elaboração própria a partir de OCDE, Education at a glance 2016 e IBGE, Sistema de Informações Sociais, 2016.

⁴ Essas informações divergem das apresentadas anteriormente pela OIT, tendo em vista que aquele organismo utilizou como critério as informações do EUROSTAT para os jovens nem-nem de 15 a 24 anos nos 28 países que compõem a União Europeia, enquanto o relatório da OCDE apresenta informações para os jovens de 15 a 29 anos dos países que compõem a OCDE e seus parceiros, muito embora forneça a média de jovens nem-nem também para a União Europeia.

Deve-se ressaltar, contudo, que o problema de desemprego dos jovens em alguns países da OCDE é anterior à crise econômica internacional de 2008/2009, embora deva se reconhecer que a crise agravou fortemente esta situação. Quintini et al (2007) analisaram a transição da escola para o mercado de trabalho dos jovens dos países da OCDE entre 1995 e 2005 e já sinalizavam as dificuldades na inserção dos jovens no mercado de trabalho como a redução do nível de ocupação de 43,6% para 42,3% e as altas taxas de desocupação, 16,4% e 15,7% em 1995 e 2005, respectivamente. Neste estudo, os autores já haviam incorporado informações dos jovens nem-nem (NEET) por entender que se considerassem somente a análise de ocupação e desocupação deixariam os jovens inativos fora da análise. O indicador NEET seria necessário, pois realmente apontaria para a quantidade de jovens com dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

O Eurofound (2012) apresentou um relatório sobre a situação dos jovens nem-nem europeus, onde foi identificado um critério por faixas para identificar os diferentes níveis das taxas de jovens nem-nem. Para efeito de análise, consideraram as seguintes faixas de taxas:

- taxa > 17%: muito alta
- taxa de 14% a 17%: alta
- taxa de 10% a 14%: média
- taxa de 7% a 10%: baixa
- taxa <7%: muito baixa

Através da identificação de padrões comuns nas características e nas taxas de jovens europeus nem-nem, o Eurofound agrupou os países do continente em quatro tipos diferentes de clusters, a saber:

Cluster 1: Baixa taxa de jovens nem-nem, inativos, com experiência profissional, pouca habilidade, sem trabalhadores desalentados: Alemanha, Áustria, Dinamarca, Finlândia, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido e Suécia.

Cluster 2: Alta taxa de jovens nem-nem, mulher, inativa, sem experiência profissional, alta habilidade, trabalhadores desalentados: Bulgária, Eslováquia, Grécia, Hungria, Itália, Polônia e Romênia.

Cluster 3: Alta taxa de jovens nem-nem, homem, desempregado, com experiência profissional, alta habilidade, trabalhadores desalentados: Espanha, Estônia, Irlanda, Letônia, Lituânia e Portugal.

Cluster 4: Taxa de jovens nem-nem abaixo da média, desempregados, com experiência profissional, habilidade média, sem trabalhadores desalentados: Bélgica, Chipre, Eslovênia, França, Luxemburgo e República Tcheca (Eurofound,2012).

Ampliando a análise sobre a situação dos jovens brasileiros em termos de educação e trabalho em comparação a outros países da OCDE e seus parceiros, são apresentadas duas tabelas com informações agregadas segundo frequência escolar (1.3a) e por situação de atividade (1.3b).

No Brasil, em 2015, apenas 36,5% dos jovens estudavam⁵, dos quais 11,6% conciliavam estudo com trabalho. O percentual dos jovens brasileiros que não estudavam era muito elevado, 64,5%, sendo que 22,5% também não trabalhavam, os nem-nem. Essa configuração de estudo e trabalho dos jovens no Brasil difere consideravelmente da apresentada nos países da OCDE. O percentual de jovens estudantes naqueles países era, em média, de 47,5%, 11 pontos percentuais maior do que no Brasil. Dentre os jovens que estudavam nos países da OCDE, 12,4 % conciliavam estudo e trabalho. Os nem-nem eram somente 14,6%, um terço menor do que a taxa de 22,5% no Brasil. Ou seja, o estudo ainda fazia parte da vida de quase metade dos jovens da OCDE e países parceiros, enquanto no Brasil somente pouco mais de um terço estudava. Por outro lado, o percentual dos jovens brasileiros que trabalham nessa faixa etária era elevado, 52,5%.

A situação dos jovens mexicanos assemelha-se à dos brasileiros, enquanto a dos chilenos se aproxima da média dos países da OCDE. Por sua vez, Dinamarca e Alemanha apresentam uma dinâmica diferenciada, pois além do alto percentual de jovens que somente estudam, muitos conciliam estudo e trabalho, o que totaliza 60,5% e 53,7% de jovens estudantes, respectivamente, os maiores percentuais dentre os países analisados.

Exige cuidado, entretanto, a comparação com as informações sobre trabalho, tendo em vista que alguns países europeus atravessavam, alguns ainda atravessam, um período conturbado na economia em decorrência da crise econômica internacional com reflexos no mercado de trabalho. A desocupação aumentou muito na Espanha, na Itália e na

⁵ Existe, entretanto, grande diferença por faixa etária: 85,0% entre 15 e 17 anos, 30,7% entre 18 e 24 anos e 11,9% entre 25 e 29 anos (IBGE, SIS2016).

Grécia em decorrência da crise, atingindo fortemente os jovens, de modo que o percentual de jovens que trabalham nesses países seja baixo e o percentual de nem-nem elevado.

Tabela 1.3a. Taxa de jovens de 15 a 29 anos por situação de atividade e frequência escolar em países e parceiros selecionados da OCDE, agregada por frequência escolar - 2015

Países e parceiros selecionados da OCDE	Estuda (%)			Não estuda (%)		
	Trabalha	Não trabalha	Total	Trabalha	Não trabalha	Total
OCDE	12,4	35,0	47,5	37,9	14,6	52,5
EU 22	10,4	38,4	48,8	36,5	14,7	51,2
Brasil	11,6	24,9	36,5	40,9	22,5	63,4
Chile	7,6	41,0	48,6	32,7	18,8	51,4
Dinamarca	31,8	28,7	60,5	29,0	10,5	39,5
França	7,1	40,4	47,5	35,3	17,2	52,5
Alemanha	20,3	33,4	53,7	37,7	8,6	46,2
Itália	1,8	45,3	47,1	25,5	27,4	52,9
Portugal	3,8	46,0	49,8	34,9	15,3	50,2
Espanha	5,0	44,7	49,7	27,5	22,8	50,3
Grécia	2,4	46,8	49,2	24,6	26,1	50,7
Estados Unidos	14,4	30,4	44,8	40,8	14,4	55,1
Reino Unido	14,0	27,1	41,1	45,2	13,7	59,0
México	7,5	29,5	37,0	41,1	21,9	63,0

Tabela 1.3b. Taxa de jovens de 15 a 29 anos por situação de atividade e frequência escolar em países e parceiros selecionados da OCDE, agregada por situação de atividade - 2015

Países e parceiros selecionados da OCDE	Trabalha (%)			Não trabalha (%)		
	Estuda	Não estuda	Total	Estuda	Não estuda	Total
OCDE	12,4	37,9	50,3	35,0	14,6	49,6
EU 22	10,4	36,5	46,9	38,4	14,7	53,1
Brasil	11,6	40,9	52,5	24,9	22,5	47,4
Alemanha	20,3	37,7	58,0	33,4	8,6	42,0
Chile	7,6	32,7	40,3	41,0	18,8	59,8
Dinamarca	31,8	29,0	60,8	28,7	10,5	39,2
Espanha	5,0	27,5	32,5	44,7	22,8	67,5
Estados Unidos	14,4	40,8	55,2	30,4	14,4	44,8
França	7,1	35,3	42,4	40,4	17,2	57,6
Grécia	2,4	24,6	27,0	46,8	26,1	72,9
Itália	1,8	25,5	27,3	45,3	27,4	72,7
México	7,5	41,1	48,6	29,5	21,9	51,4
Portugal	3,8	34,9	38,7	46,0	15,3	61,3
Reino Unido	14,0	45,2	59,2	27,1	13,7	40,8

Fontes: Elaboração própria a partir de OCDE, Education at a glance 2016 e IBGE, Síntese de Informações Sociais, 2016.

Nota: Eventuais diferenças nos totais ocorrem devido ao arredondamento das taxas. A informação do Brasil que consta no relatório da OCDE se referia ao ano de 2014. Desse modo, essa informação foi atualizada nessa tabela a partir dos dados disponíveis na Síntese de Informações Sociais 2016 do IBGE.

Em suma, o que se apreende é que o percentual de jovens brasileiros que estudam é baixo, 36,5%, mesmo quando considerando aqueles que conciliam trabalho e estudo. A necessidade de trabalho se impõe precocemente, o que leva muitos jovens a optar por conciliá-lo com os estudos ou a abandoná-los para entrar no mercado de trabalho, principalmente no caso dos homens. Para as mulheres, as obrigações familiares também contribuem para o abandono escolar precoce, dado forte viés de gênero das tarefas domésticas e familiares que existe no Brasil. O percentual de jovens nem-nem neste contexto é elevado, 22,5%, somente sendo superado nesta comparação por países europeus que apresentam graves problemas econômicos.

O baixo percentual de jovens que estudam no Brasil está relacionado ao abandono escolar precoce, principalmente no ensino médio. A tabela 1.4 apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pela OCDE em países selecionados que aponta que 26% dos jovens brasileiros haviam abandonado os estudos ainda dentro do tempo esperado para o ensino médio e, após dois anos, esse percentual havia atingido 41%, o que representa quase o dobro da média dos países analisados, 21%. Apenas 50% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio no tempo esperado e 57% após dois anos. No Chile, 75% dos jovens se formam. Nos EUA, mais de 90%. A situação dos jovens brasileiros no ensino médio é crítica e dependente da atuação dos governos estaduais, que são os responsáveis pela oferta deste nível de ensino. A adoção de práticas pedagógicas e estímulos financeiros da mesma forma que ocorrem no ensino superior que possibilitem a permanência dos estudantes nas escolas se tornam prementes.

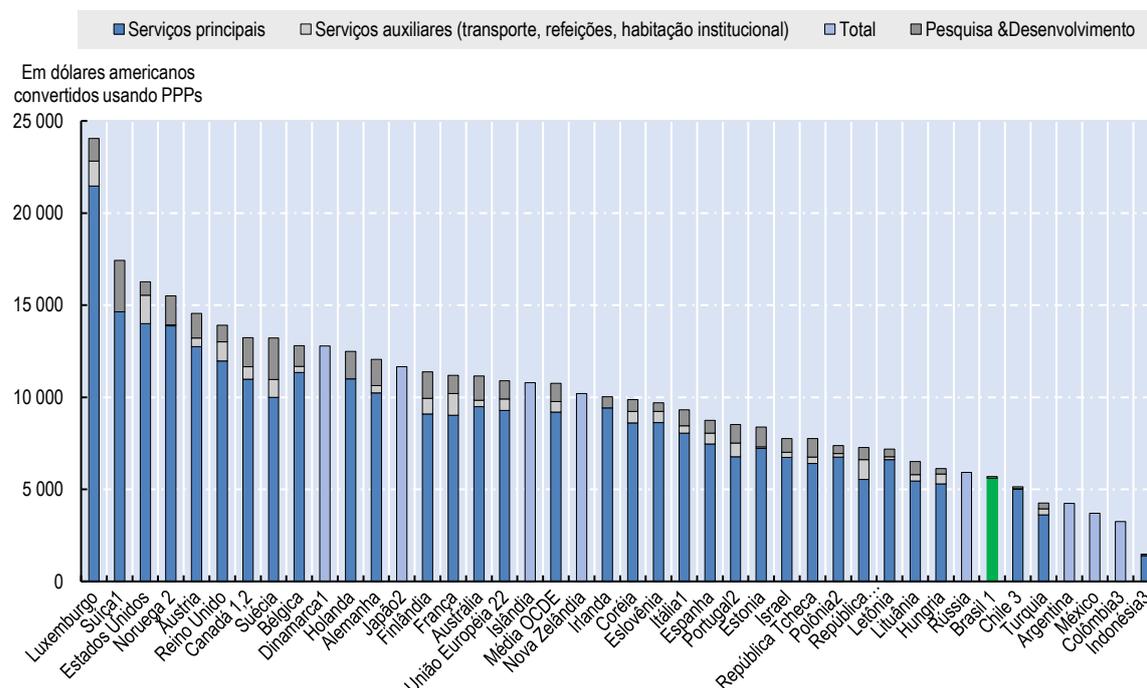
Tabela 1.4. Distribuição percentual (%) de jovens que entraram no ensino secundário em países selecionados, por duração – 2015

Países selecionados	No tempo esperado			Até dois anos após o tempo esperado		
	Formado em qualquer programa de ensino secundário	Ainda estudando	Não se formou e não está estudando	Formado em qualquer programa de ensino secundário	Ainda estudando	Não se formou e não está estudando
Estados Unidos	92	5	3	-	-	-
Irlanda	91	1	8	-	-	-
Israel	91	1	8	-	-	-
Nova Zelândia	75	12	13	80	3	18
Estônia	74	10	16	80	2	17
França	72	25	3	-	-	-
Suécia	71	10	18	78	0	22
Finlândia	71	18	11	82	7	10
Média	68	20	12	76	4	21
Holanda	68	23	9	84	4	12
Chile	64	27	9	75	4	20
Áustria	60	31	8	81	5	13
Noruega	57	18	25	75	5	20
Inglaterra	56	39	5	65	2	33
Brasil	50	24	26	57	2	41
Portugal	50	36	14	61	4	35
Luxemburgo	44	44	12	74	8	17

Fonte: OCDE, Education at a glance 2017.

Avançando na questão educacional, o Brasil gastou em 2014 somente US\$ 5.610 dólares por estudante no ano, como mostra a figura 3, ficando na 34ª colocação entre os 40 países analisados pela OCDE. Foram consideradas apenas as instituições públicas nos três níveis de ensino. Luxemburgo, Suíça e Estados Unidos lideram o ranking com valores acima de US\$ 15 mil dólares por estudante, o triplo do Brasil. Luxemburgo chega a quase US\$ 25 mil dólares.

Figura 2: Gastos anuais das instituições educacionais por estudante por tipo de serviço – 2014 (Em dólares americanos convertidos usando PPPs, da educação primária à superior.)



Fonte: OCDE, Education at a Glance 2017.

Notas: 1. Somente instituições públicas

2. Todos os níveis educacionais estão incluídos.

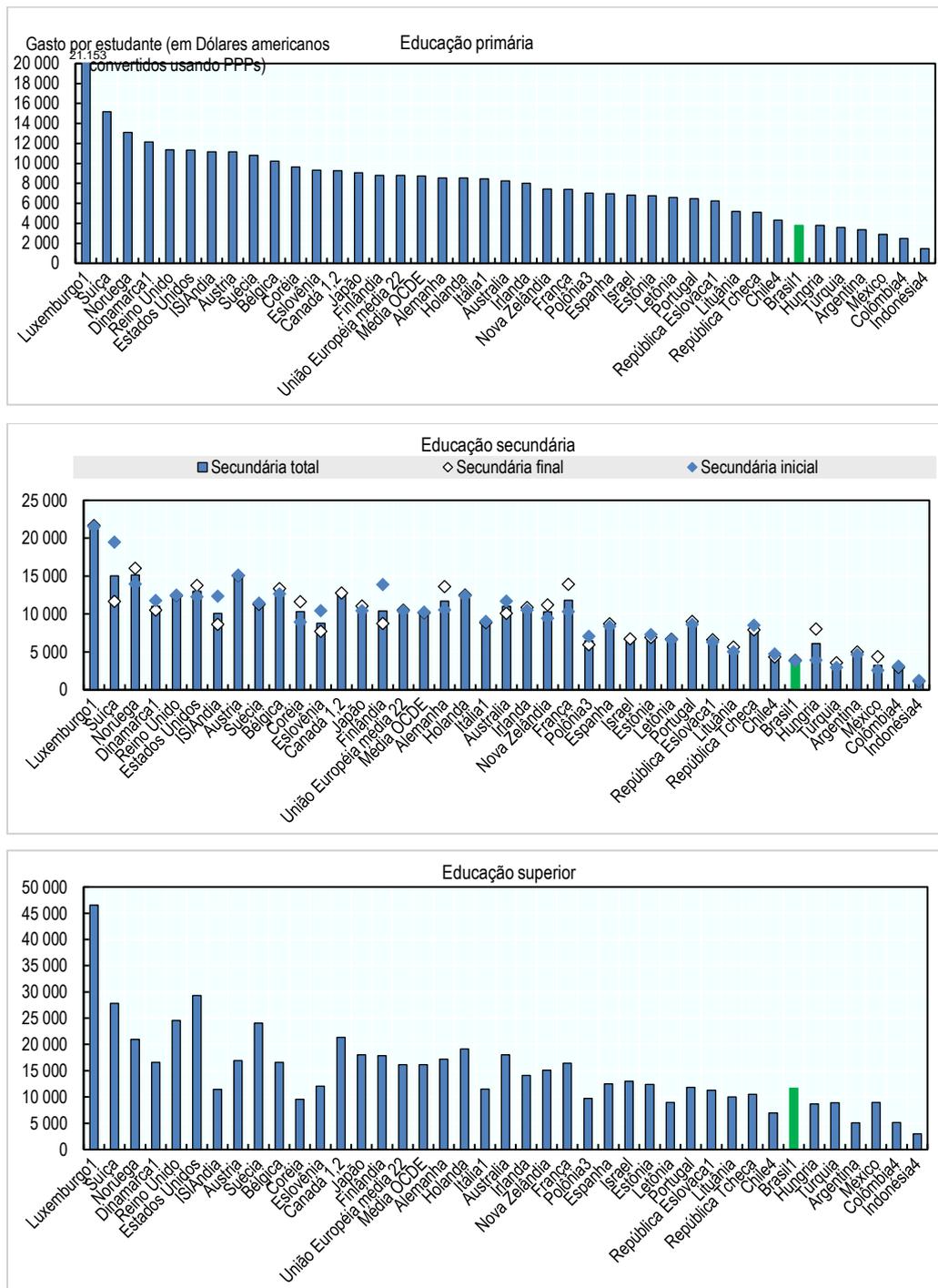
3. Referente a 2015.

Quando os gastos são desmembrados por nível educacional, como mostra a figura 4, é possível observar que os gastos por estudante realizados para a educação primária e para a secundária, US\$ 3.799 e US\$ 3.814 eram muito inferiores aos dos demais países da OCDE e seus parceiros, ficando na 33ª e na 35ª colocações, respectivamente, entre os 40 analisados. Esses valores estavam 56,5% e 62,0% abaixo das médias dos países analisados, US\$ 8.733 e US\$ 10.166, respectivamente. Na educação superior, a situação não é tão crítica com gastos anuais por estudante de US\$ 11.666, próximo ao observado em países como Portugal (US\$ 11.813) e Islândia (US\$ 11.435), contudo estava 38,4% abaixo da média de gastos dos países da OCDE (US\$ 16.143).

Portanto, os gastos com os estudantes brasileiros são baixos em termos agregados, sendo a situação mais crítica nos ensinos primário e secundário. Para se combater a alta evasão escolar no Brasil, é preciso reverter esse quadro e investir em políticas públicas de qualidade que mantenham nossos jovens estudando.

Figura 3: Gasto anual por estudante por nível educacional - 2014

(Em dólares americanos convertidos usando PPPs- Paridades de Poder de Compra).



Fonte: OCDE, Education at a Glance 2017.

Nota: Ranking em ordem decrescente de gasto por estudante na educação primária

1. Somente instituições públicas.
2. Educação primária inclui desde educação pré-primária até secundária.
3. Educação secundária final inclui programas vocacionais na educação secundária inicial.
4. Ano de referência 2015.

1.3. O que se conhece sobre os jovens nem-nem brasileiros

O objetivo desta seção é fazer uma resenha sobre os trabalhos publicados sobre a situação dos jovens nem-nem no Brasil. Os estudos sobre esses jovens estavam inicialmente inseridos dentro de uma análise mais ampla sobre a transição dos jovens entre a saída da escola e o mercado de trabalho. De acordo com o estudo de Pais (1995, 2001, apud Camarano et al, 2006), os modelos tradicionais de transição se caracterizam pela sequência linear e unidirecional das etapas de saída da escola, entrada no mercado de trabalho e saída de casa coincidindo com o casamento e nascimento do primeiro filho. Embora predominantes, esses modelos estão convivendo com novas trajetórias marcadas, muitas vezes, pela imprevisibilidade, não-linearidade e reversibilidade das etapas. No que concerne à transição escola-trabalho, é cada vez mais comum a combinação de atividades e situações características dos mundos jovem e adulto.

Por sua vez, Hasenbalg (2003 apud Camarano et al, 2006) considera que para os países desenvolvidos é realista assumir a entrada no mercado de trabalho após a conclusão da educação formal. Segundo o autor, “a norma é que os jovens façam trajetórias escolares prolongadas, cumprindo minimamente a educação compulsória estipulada”. No Brasil e em outros países da América Latina, essa continuidade nem sempre se verifica devido à entrada precoce no mercado de trabalho e à conciliação ou superposição entre escola e trabalho.

Dentro deste contexto surgem as primeiras análises sobre os jovens nem-nem, que seriam aqueles que estariam com mais dificuldades nesta transição ou que a interromperam, buscando compreender as suas características.

De acordo com o Estatuto da Juventude⁶, para efeito de políticas públicas, são considerados jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade. Contudo, existe uma dificuldade na conceituação da população jovem. Camarano et al (2004) trata desta dificuldade. Segundo os autores, a Assembleia Geral da ONU definiu juventude, pela primeira vez, em 1985 na ocasião do Ano Internacional da Juventude. Ao subscrever as diretrizes para as ações futuras e o acompanhamento desse subgrupo populacional, a Assembleia considerou como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos de idade, sem prejuízo

⁶ Lei N° 12.852, de 5 de agosto de 2013.

de outras definições de Estados membros.

A faixa etária escolhida seria baseada em fundamentos apropriados, tendo em vista que as entradas e saídas dessa fase coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. O limite inferior considera a idade em que as funções sexuais e reprodutivas já estão desenvolvidas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior refere-se ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, normalmente entram no mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando a transição para a fase adulta.

Os estudos publicados recentemente pelo IPEA sobre a população jovem consideram a faixa etária de 15 a 29 anos. Os organismos internacionais como ONU, OIT e Banco Mundial consideram como jovens em suas publicações as pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos de idade. A OCDE, por sua vez, utiliza a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, mas apresenta também estatísticas para subgrupos.

Os trabalhos exclusivamente sobre os jovens nem-nem no Brasil são relativamente recentes, tendo sido o de Camarano et al (2006) o primeiro a tratar especificamente deste tema. Estudos anteriores apresentavam informações sobre esses jovens dentro do contexto mais amplo de análise do mercado de trabalho dos jovens e sua inserção educacional e sobre como estava sendo feita a transição escola-trabalho dos jovens. Não havia um olhar específico.

Ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000, muitos estudos nacionais centravam-se sobre o aumento da escolaridade dos jovens, resultando em uma maior proporção de jovens que somente estudavam ou que trabalhavam e estudavam, enquanto se reduzia a proporção daqueles que somente trabalhavam. Ressalta-se ainda que não havia, e em muitos casos ainda não há, uma faixa etária comum nos diferentes estudos acadêmicos. Somente a partir dos estudos de Camarano et al (2001) que se iniciou uma tentativa de fazer análises de acordo com as faixas etárias adotadas internacionalmente. Inicialmente, seus estudos focavam na faixa etária de 15 a 24 anos, tendo sido ampliada posteriormente para de 15 a 29 anos, em decorrência de padrões de comportamento dos jovens na transição para a fase adulta.

Outro ponto importante é que a maioria dos estudos trata especificamente os jovens que não trabalham, não estudam e nem procuram emprego, pois consideram que aqueles que estão à procura de emprego teriam feito a opção pelo trabalho, estando temporariamente fora do mercado de trabalho. Com esta opção, um estudo amplo com jovens nem-nem de acordo com os critérios internacionais (desocupados e inativos) ainda não havia sido realizado.

Leme e Wajnman (2000) apresentaram um estudo sobre a alocação do tempo dos adolescentes brasileiros de 12 a 19 anos entre o trabalho e o estudo entre os anos de 1981 e 1998 que jogou luz sobre a situação desses jovens, apesar do foco do trabalho ter sido o aumento do nível de escolaridade dos jovens e da proporção de jovens que trabalhavam e estudavam simultaneamente ao longo deste período.

Em relação aos jovens nem-nem, os resultados apontam que naquele período era mais provável esta condição para as mulheres, nas famílias com maior número de crianças, o que estaria associado ao maior tempo dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados dos irmãos pequenos. Para as mulheres, uma diferença importante entre 1981 e 1996 foi a redução na probabilidade de não trabalhar nem estudar. Segundo as autoras, as variáveis macroeconômicas analisadas (taxa de crescimento do PIB, salário mínimo, taxa de desemprego, gastos com educação, tamanho relativo da coorte e taxa de urbanização) não tiveram impacto sobre a probabilidade de não trabalhar e não estudar.

Camarano et al (2001) apresentaram um estudo sobre a situação dos jovens de 15 a 24 anos no mercado de trabalho a partir das informações das PNADs em 1981 e em 1999, considerando sua situação de atividade e de frequência escolar, contemplando na análise os jovens na condição nem-nem. Este estudo também aponta para a redução da participação de mulheres neste grupo de jovens em todas as faixas etárias analisadas e um aumento da participação entre os homens nas faixas etárias de 18 a 19 anos e de 20 a 24 anos e redução na faixa de 15 a 17 anos. Houve aumento de 56% de homens entre 20 e 24 anos de idade.

Entre os anos de 1981 e 1999, o percentual de jovens nem-nem de 15 a 24 anos passou de 9,1% para 11,7% para os homens e de 37,8% para 28,7% para as mulheres (Tabela 1.5). Ao longo deste período, o destaque entre os jovens brasileiros foi o aumento na

participação daqueles que somente estudam e dos que trabalham e estudam, enquanto houve redução dos jovens que somente trabalham.

Tabela 1.5. Brasil: Distribuição percentual dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos por ocupação e frequência à escola por grupos de idade – 1981 e 1999

Grupos de idade	Estuda e é ocupado		É só ocupado		Só estuda		Nem estuda nem é ocupado	
	1981	1999	1981	1999	1981	1999	1981	1999
Homens								
15-17	19,7	27,8	38,9	13,7	32,7	50,6	8,7	7,9
18-19	16,8	24,7	56,4	35,1	16,2	26,5	10,6	13,7
20-24	11,4	16,1	74,0	61,8	5,9	8,6	8,7	13,5
15-24	15,4	21,9	58,0	40,0	17,4	26,5	9,1	11,7
Mulheres								
15-17	9,8	15,6	22,3	6,4	43,2	63,0	24,7	15,0
18-19	12,0	18,4	28,4	18,9	24,0	34,3	35,6	28,4
20-24	8,6	12,9	34,0	35,2	8,7	13,4	48,7	38,5
15-24	9,7	15,0	28,8	22,3	23,6	34,0	37,8	28,7

Fonte: Camarano et al (2001).

Para o ano de 1999, os autores apontaram que quase metade dos homens nem-nem (47,2%) estavam procurando trabalho (Tabela 1.6). Entre as mulheres seriam 21,8%, mas com uma taxa crescente em relação à idade. A situação dos indivíduos na família era bastante diferenciada entre os sexos. Cerca de 80% dos jovens homens eram filhos, com taxa decrescente com a idade. Contudo, 73% dos jovens de 20-24 anos ainda moravam com os seus pais. Entre as mulheres, 55% eram cônjuges e 11,2% eram chefes de família, portanto, já tinham formado as suas próprias famílias, sendo que a proporção cresce com a idade. Em 1999, 16,5% daquelas na condição nem-nem já tinham tido filhos.

Tabela 1.6. Brasil: Algumas características dos jovens que não estudam nem trabalham por grupos de idade – 1999.

Características	Homens				Mulheres			
	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	Total	15-17 anos	18-19 anos	20-24 anos	Total
Proporção de jovens nessa categoria (%)	7,9	13,7	13,5	11,7	15,0	28,4	38,5	28,7
Escolaridade média (em anos de estudo)	4,1	6,1	6,4	5,8	4,8	6,2	6,5	6,1
Proporção de jovens à procura de emprego (%)	30,4	46,8	54,6	47,2	16,3	22,3	23,2	21,8
Proporção de jovens sem rendimento (%)	96,7	95,8	94,2	95,2	95,6	94,9	94,0	94,4
Distribuição dos jovens por condição na família								
Chefe (%)	1,4	6,1	15,0	9,7	10,3	11,5	11,2	11,2
Cônjuge (%)	0,1	0,2	1,0	0,6	36,3	47,9	62,5	55,0
Filho (%)	86,3	84,1	72,8	78,7	44,3	34,8	22,1	28,5
Outros (%)	12,2	9,6	11,2	11,0	9,1	5,8	4,2	5,3
Proporção de mulheres que tiveram filhos (%)	-	-	-	-	5,0	14,3	25,8	16,5

Fonte: Camarano et al (2001)

O estudo de Camarano et al (2006) trata pela primeira vez especificamente dos jovens nem-nem no Brasil a partir de informações dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, apontando se seria o caso de uma não transição ou uma transição negada a partir das vulnerabilidades e potencialidades advindas do contexto familiar. Os autores focam a análise nos jovens de 15 a 29 anos que nem trabalham, nem estudam e nem procuram trabalho, os inativos, pois consideram que aqueles que procuram trabalho já fizeram a opção pelo trabalho. Em 2000, eram cerca 8 milhões de jovens inativos, o que representava 17,0% dos jovens não inseridos nem no sistema educacional nem no mercado de trabalho.

Neste estudo foi utilizado um modelo de regressão logística para avaliar o impacto de algumas variáveis para essa condição dos jovens em 2000, presumindo que idade, sexo, cor/etnia, situação de domicílio, estado conjugal, posição no domicílio, posição social, tamanho das famílias e, no caso das mulheres, maternidade poderiam exercer influência na ampliação ou restrição das possibilidades dos jovens. A família afeta a constituição identitária e social dos jovens, funcionando, para os autores, como agente promotor de potencialidades ou de acirramento da condição de vulnerabilidade.

Ao comparar a situação de atividade e de frequência escolar de jovens entre 1980 e 2000, um dos principais resultados apontados foi a forte redução da proporção de mulheres que nem estudavam, nem trabalhavam e nem procuravam emprego. Em 1980, 48,9% das mulheres jovens estavam nesta condição, enquanto em 2000 havia se reduzido para 26,4%, caindo mais de 20 pontos percentuais em decorrência do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e na frequência escolar. A proporção de homens jovens, por sua vez, permaneceu estável em torno de 7% ao longo das duas décadas.

Os resultados apontam ainda que os jovens que não estudavam e não compunham a força de trabalho, em 2000, residiam principalmente na zona rural, eram de cor parda, com baixa escolaridade, inseridos em domicílios com maior número de crianças, com renda baixa e chefe de menor escolaridade. A proporção de mulheres jovens que não estudavam e não trabalhavam era consideravelmente mais elevada que a dos homens. E, ainda, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro. Para os autores, esses resultados permitem concluir que a alocação do tempo dos jovens e, portanto, o processo de transição para a vida adulta apresenta um forte viés de gênero. De modo geral, os homens parecem mais vinculados ao mercado de trabalho e as mulheres ao estudo ou às tarefas domésticas.

Através de um modelo de regressão logística foram identificados fatores que contribuíram para que o jovem não estivesse estudando nem trabalhando. A análise considerou características de saúde e sócio demográficas do indivíduo, assim como as do domicílio em que se encontram, separadamente, para homens e mulheres. A variável que mostrou o maior impacto na probabilidade de o jovem estar nesta condição, para ambos os sexos, foi a de ser portador de algum tipo de paralisia física, sendo maior entre mulheres, pessoas mais velhas e menos educadas. Em contrapartida, entre as variáveis que mais contribuíram para os jovens não pertencerem à esta categoria destaca-se o número médio de pessoas com renda positiva, o que pode funcionar como uma *proxy* da renda domiciliar, e a escolaridade do indivíduo.

O estado conjugal, por sua vez, teve efeitos importantes, mas com sinais diferentes entre os sexos. Havia maiores chances de não estar estudando e estar fora do mercado de trabalho entre os homens solteiros e entre as mulheres casadas, independentemente do fato de a mulher ter filho ou não. Se a mãe jovem for solteira ou divorciada e tiver filho, a

probabilidade de se encontrar nessa condição diminui, ou seja, é provável que a mãe que não vive com um companheiro trabalhe para sustentar do filho.

Para Camarano e Kanso (2012), a situação dos jovens de 15 a 29 anos que não trabalham, não estudam e não procuram trabalho em relação aos jovens com as demais situações de atividade e frequência escolar é preocupante, tendo em vista a vulnerabilidade à qual estão submetidos. As autoras analisaram as informações entre 2000 e 2010 e concluíram que para as mulheres, estado conjugal e maternidade são fatores que parecem associados à condição de não trabalhar e não estudar, o que determinaria uma transição para a vida adulta “diferenciada” por sexo.

As mulheres representam cerca de 7 a cada 10 jovens nesta situação. 41,1% seriam cônjuges e 61,0% seriam mães em 2010. Entre os homens, a maioria era solteiro. Em termos de vulnerabilidade, esses jovens estavam inseridos em famílias cujo rendimento médio domiciliar *per capita* era o mais baixo dentre as famílias que tinham jovens nas outras categorias.

A condição nem-nem seria um mecanismo gerador de exclusão e desigualdade a longo prazo para Cardoso (2013), que assim como os demais autores considera como nem-nem os jovens inativos. A maioria desses jovens possui baixa escolaridade, pertence a famílias pobres, cerca de 70% são mulheres, das quais 41% com filhos. A chance de retornar ao mercado de trabalho e/ou aos estudos é pequena, tendendo a permanecer nesta situação. Segundo o autor, esta condição é resultado da conjunção de dois feixes de determinantes: de um lado, a inserção social dos jovens, que engloba a família, o sistema escolar e o mercado de trabalho, e de outro as trajetórias dos indivíduos.

Menezes-Filho et al (2013) analisam o aumento da proporção de jovens nem-nem entre 2003 e 2011 e questionam se a situação desses jovens é permanente ou transitória. O estudo foca também nos jovens inativos na faixa etária de 17 a 22 anos a partir dos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE em dois momentos, 2003-2004 e 2010-2011. A tendência de aumento da taxa de jovens inativos seria mais acentuada para os homens, de 9% em 2003 para 11,2% em 2011, contudo o valor da taxa seria maior para as mulheres, 19,1% em 2003 e 19,2% em 2011.

Para os autores, o crescimento da taxa de jovens inativos ao longo do período analisado, a despeito da melhora observada no mercado de trabalho para os trabalhadores em geral, inclusive para os jovens, ocorreu devido ao aumento da duração média dos jovens nesta situação. Porém, esta duração seria curta, com indícios de grande rotatividade dessa situação em relação ao mercado de trabalho. Esta seria uma condição temporária na maioria dos casos, durando mais tempo no caso dos jovens com ensino fundamental incompleto com duração bem maior do que aqueles que possuem graus de escolaridade maiores.

A tabela 1.7 apresenta a matriz de transições da quarta para oitava entrevista da Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, o que representa um intervalo de um ano. 42,4% dos jovens que estavam na condição nem-nem na situação inicial permaneceram na mesma situação. 41,8% passaram a ser só PEA⁷, 10,1% só estudavam e 5,8% estudavam e eram da PEA. Daqueles que só estudavam, 12,5% passaram à condição nem-nem após um ano, quem só trabalhava, 11,6% e quem estudava e trabalhava, 6,3%.

Tabela 1.7. Matriz de Transições da quarta para a oitava Entrevista – RMs -2010-2011

Situação inicial	Situação final			
	Estuda e PEA	Só PEA	Só estuda	Nem-nem inativo
Estuda e PEA	48,2%	33,0%	12,5%	6,3%
Só PEA	9,6%	75,8%	2,9%	11,6%
Só estuda	20,4%	18,4%	48,6%	12,5%
Nem-Nem inativo	5,8%	41,8%	10,1%	42,4%

Fonte: Menezes-Filho et al (2013).

Neste sentido, como alegam os autores, a condição nem-nem seria transitória para muitos jovens, principalmente para o mercado de trabalho. Em relação ao aumento da taxa de homens jovens inativos, os autores consideram que ela se deve ao aumento da duração média desses jovens nesta condição (de 2,4 meses em 2004 para 3 meses em 2010). No caso das mulheres, tanto a taxa de entrada na condição nem-nem quanto a

⁷ Neste caso, ser PEA significa que ou estava trabalhando ou estava procurando emprego. O jovem na condição nem-nem, nesse caso, é aquele que não estuda, não trabalha e nem procura emprego.

duração média na mesma condição são maiores. Contudo, apesar de a taxa ser estável ao longo do tempo, há uma redução da taxa de entrada que compensa um movimento de aumento da duração média.

Por nível de escolaridade, os autores apontam que a taxa de inatividade era significativamente maior entre os menos escolarizados (com Ensino Fundamental incompleto) e o crescimento da proporção de jovens nem-nem inativos era também mais acentuado nesse grupo. Ressaltam as elevadas taxas de entrada e durações médias da condição nem-nem dos indivíduos com Ensino Fundamental incompleto, consistentemente maiores do que aquelas dos mais escolarizados.

Eles relacionam a dificuldade escolar com a condição de inatividade dos jovens brasileiros. Para os autores, os jovens com 17 a 22 anos que não completaram o Ensino Fundamental estavam com um atraso escolar de no mínimo dois anos, abandonaram os estudos de forma crescente e, aqueles que o fizeram, permanecem em média mais tempo fora do mercado de trabalho. Neste sentido, consideram que o atraso no sistema educacional pode ter relação com o fluxo de jovens para a condição nem-nem, que passa a constituir um grupo em condições de competição no mercado de trabalho muito desfavoráveis.

O estudo apresentado por Monteiro (2013) busca caracterizar também os jovens inativos, porém na faixa etária de 19 a 24 anos. Seriam 3,2 milhões ou 17% dos jovens nesta condição. Os principais resultados apontam que a condição nem-nem inativa é mais preponderante entre jovens com baixa escolaridade (cerca de 1 milhão possui ensino fundamental incompleto) e de baixa renda (1,5 milhão vivem em família com renda de até 2 salários mínimos, em 2011) Quase metade dos jovens são mulheres com filhos. Essas mulheres têm níveis de inatividade muito altos (43% em 2011), mas sua participação no mercado de trabalho vem aumentando, ao mesmo tempo em que seu peso na população vem caindo devido à queda da fecundidade. A autora considera que ter um filho de menos de 1 ano é o principal fator que explica porque as mulheres, especialmente as mais pobres, estão na condição nem-nem.

A autora mostra também que a inatividade tem crescido entre os homens (de 7%, em 2001 para 9% em 2011), especialmente entre os que possuem menor nível de escolaridade (de

9% para 14%), indicando que os homens que estudam pouco estão se afastando do mercado de trabalho (tabela 1.8). Ressalta, ainda, o aumento da inatividade entre jovens com ensino médio, o que seria um dado preocupante tendo em vista que se trata do nível de ensino preponderante não só entre os jovens nem-nem inativos, mas entre os jovens como um todo, indicando que o aumento da escolaridade traz novos desafios.

Tabela 1.8: Evolução da participação dos jovens de 19 a 24 anos e dos jovens nem-nem de 19 a 24 anos na população total por sexo e nível de ensino - Brasil - 2001/2011

Sexo e nível de ensino	Participação dos jovens na população total		Participação dos jovens nem nem na população total	
	2001	2011	2001	2011
Homens	49%	50%	7%	9%
Fundamental Incompleto	22%	11%	9%	14%
Fundamental Completo	5%	6%	6%	9%
Ensino Médio Incompleto	6%	7%	3%	6%
Ensino Médio Completo	12%	18%	6%	8%
Ensino Superior	4%	8%	2%	4%
Mulheres sem filhos	29%	33%	15%	15%
Fundamental Incompleto	6%	2%	30%	39%
Fundamental Completo	2%	2%	20%	26%
Ensino Médio Incompleto	4%	3%	6%	11%
Ensino Médio Completo	11%	16%	15%	18%
Ensino Superior	5%	10%	2%	3%
Mulheres com filhos	22%	18%	46%	43%
Fundamental Incompleto	12%	5%	54%	55%
Fundamental Completo	3%	3%	45%	49%
Ensino Médio Incompleto	2%	3%	32%	37%
Ensino Médio Completo	4%	6%	38%	37%
Ensino Superior	1%	1%	12%	14%

Fonte: Monteiro (2013)

Monteiro (2013) ainda revela que mulheres que têm um bebê e são pobres têm 10 pontos percentuais a mais de chance de estar na condição nem-nem do que mulheres que têm um bebê e não são pobres, o que poderia ser explicado tanto pela falta de creches públicas quanto pelo fato de que mulheres de domicílios pobres são em geral pouco educadas e por isso têm um custo de oportunidade menor de ficar em casa.

Cabanas et al (2014) analisaram a situação dos jovens de 15 a 24 anos entre as condições de estudo e trabalho no contexto de redução da taxa de desemprego e alto nível de atividade econômica do País. Apesar da melhora no mercado de trabalho [de 2004 a 2013](#), a taxa de participação dos jovens na População Economicamente Ativa (ocupados ou desocupados) diminuiu, assim como dos jovens que estudam e trabalham. Por outro lado, verificaram um aumento na proporção dos jovens que somente estudam e dos jovens nem-nem inativos. Em relação aos determinantes dessas condições, os resultados do estudo mostram que, no geral, aumentos na renda dos jovens e dos adultos influenciam positivamente as probabilidades de estudo e negativamente de oferta de trabalho, porém esse resultado varia de acordo com características dos jovens e do domicílio.

Os autores mostram que existe uma forte dependência dos jovens em relação à renda domiciliar, o que pode explicar em parte a recente queda na taxa de participação dos jovens no mercado de trabalho e crescimento daqueles que só estudam dado os incrementos salariais reais dos adultos no Brasil. Essa influência é ainda maior caso os pais estejam presentes no domicílio, ou caso os próprios jovens ou os pais tenham escolaridade maior.

Outro fator importante apresentado no estudo foi que o recente aumento na renda também para o grupo dos jovens, o que torna o custo de oportunidade do estudo mais alto. Esse aumento leva à redução da participação exclusiva dos jovens na PEA, em favor da dedicação aos estudos.

Simulações com interações da renda do jovem com seu nível educacional mostra que os resultados diferem muito para jovens com formação no Ensino Fundamental ou Médio. Entre aqueles sem o Fundamental completo, um aumento da renda impacta na redução da participação na PEA e crescimento da dedicação exclusiva aos estudos, mas também da situação nem-nem inativa, o que evidencia a relação da baixa escolaridade com a situação nem-nem.

Por outro lado, entre os mais escolarizados, o aumento da renda representa a redução das probabilidades de participação exclusiva na PEA e da situação nem-nem inativa em favor das duas situações de estudos, especialmente aquela associada à participação no mercado de trabalho.

A renda domiciliar e a educação dos pais também proporcionariam condições para melhor qualificação dos filhos, que passam a se dedicar mais aos estudos mesmo com as pressões para ofertar trabalho, ou seja, os pais passam a cobrir o custo de oportunidade dos jovens trabalharem.

Outro aspecto observado pelos autores foi a influência positiva para o estudo quando existe a presença do adulto e/ou do idoso no domicílio. Além disso, há impacto negativo da presença de crianças sobre as probabilidades de não ser nem-nem inativo, acentuado no caso de haver mais crianças no domicílio, fato que pode ser explicado pela necessidade dos jovens cuidarem das crianças presentes não podendo estudar nem ofertar trabalho. A presença dos pais no domicílio tem efeitos positivos sobre as probabilidades de qualquer situação, relativamente aos nem-nem inativos, o que mostra a importante influência da estrutura familiar.

Ciríaco (2015) analisa os jovens nem-nem inativos de 18 a 25 anos com o objetivo de determinar os principais condicionantes da condição nem-nem no Brasil entre os anos de 2002 e 2012 através de um modelo logístico. Os resultados apontaram que ter outro jovem nem-nem com a mesma faixa de idade na família tende a aumentar em mais de 2/5 a probabilidade do jovem estar na condição nem-nem. Além disso, as variáveis de background familiar e escolaridade do jovem também foram apontadas como fundamentais na determinação da condição do jovem nem-nem, o que reforça a ideia de que uma conjuntura familiar favorável é primordial para redução das taxas de inatividade laboral e educacional entre os jovens. O estudo ainda aponta que a existência de idosos aposentados no meio familiar tende a aumentar a probabilidade do jovem estar na condição nem-nem.

Martins (2016) analisou os jovens nem-nem inativos de 18 a 24 anos no Estado do Rio de Janeiro entre 2004 e 2014, identificando também que as mulheres, especialmente as mães, e jovens com baixa escolaridade e renda possuem maiores chances de se encontrarem inativos. Entre 2004 e 2014, houve aumento da inatividade entre as mulheres sem filho e homens, enquanto decresceu das mulheres com filhos, o que indica a redução da importância da maternidade como justificativa para a inatividade. Isto decorre tanto pela redução da taxa de fecundidade como pela maior participação de mulheres com filho no mercado de trabalho.

Em termos de escolaridade, mais anos de estudo representam menor probabilidade do jovem estar inativo. Contudo, o estudo aponta que apesar do aumento dos anos de estudo dos jovens brasileiros, houve aumento na quantidade de jovens inativos em todos os níveis educacionais com exceção do Ensino Fundamental Incompleto. Um nível de escolaridade maior teve efeito mais significativo para as mulheres do que para os homens saírem da inatividade, o que pode indicar que as políticas de aumento de atratividade da escola para os jovens parecem ser mais efetivas para as mulheres do que para os homens.

Em relação à renda, os jovens de domicílios que pertenciam ao primeiro e ao segundo quintos de renda tinham um percentual de inatividade mais alto do que os demais. Já quando se consideram as rendas advindas de programas sociais, o estudo aponta que, em 2014, o recebimento deste tipo de renda diminuiu a probabilidade das mulheres com filhos estarem inativas.

Simões et al (2013), em um relatório técnico do Ministério do Desenvolvimento Social, mostram um panorama para a totalidade dos jovens nem-nem de 16 a 24 anos entre 2001 e 2011, onde destacam a concentração de jovens nem-nem nas áreas urbanas, com uma distribuição semelhante à da população geral, 83,0% nas áreas urbanas e 17,0% nas áreas rurais. A taxa de jovens nem-nem é maior nas áreas rurais (17,6%) do que nas áreas urbanas (14,1%). Entretanto, existe uma grande concentração de jovens nem-nem nas áreas urbanas não-metropolitanas. Em 2011, 55,0% viviam em área urbana não metropolitana, 27,7% em área urbana metropolitana e 17,3% na área rural.

Conclusões

O termo NEET ou nem-nem não é recente, tendo surgido em meados dos anos 1980 no Reino Unido, apesar de ter sido mais divulgado e estudado após a crise econômica internacional de 2008-2009. É um conceito controverso, que não possui unanimidade, tendo em vista que abarca um conjunto heterogêneo de jovens com características e necessidades de políticas públicas e de ações distintas. Jovens que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social agrupados com aqueles que não precisam de nenhuma ajuda.

Assim, a literatura internacional levantada que trata da questão dos jovens nem-nem discute a heterogeneidade do conceito NEET e a necessidade de melhor filtrar esses jovens em busca de conhecer os que realmente estejam em situação de vulnerabilidade. Propõe políticas públicas que podem ser tomadas para amenizar a situação dos jovens desempregados em decorrência da crise econômica internacional; discute a identificação do grupo de jovens que são nem-nem mesmo em países que não foram seriamente afetados pela crise econômica internacional de 2008/2009 e as consequências futuras para os jovens de estar nessa condição. E, ainda, analisa no longo prazo como a taxa nem-nem evolui em relação ao PIB.

Observa-se, ainda, que não existe um padrão internacional que determine a faixa etária dos jovens. Alguns estudos internacionais consideram entre 15 e 24 anos, outros 15 a 29 anos ou ainda 15 a 34 anos. Nesse trabalho, sempre que possível adotamos o critério definido pela OCDE, entre 15 e 29 anos, pois permitiria uma melhor comparação internacional pois engloba países desenvolvidos e em desenvolvimento em suas estatísticas e permite melhor avaliar a condição do jovem brasileiro. Os estudos do Banco Mundial, por sua vez, abordam o tema para a faixa etária de 15 a 24 anos. Essa diferença etária impacta os resultados por gênero, por exemplo, pois na maioria dos casos existe uma inatividade feminina relevante na faixa de 25 a 29 anos.

A importância desse tema pode ser medida pela sua extensão. Em 2010, de acordo com o Banco Mundial, havia 260 milhões de jovens nem-nem no mundo, o que representava 2,2 jovens nem-nem a cada 10 jovens entre 15 e 24 anos de idade. Um fenômeno mundial que atinge as diferentes regiões mundiais de forma desigual. A situação é mais grave nas regiões do Oriente Médio, Norte da África e Sudeste Asiático com 3 jovens nem-nem a cada 10 jovens. África Subsaariana, América Latina, Europa e Ásia Central apresentam indicadores medianos com cerca de 2 nem-nem a cada 10 jovens. As melhores condições para os jovens estão no Leste Asiático e Pacífico e nos países de renda alta com apenas 1,5 e 1 jovem nem-nem a cada 10, respectivamente.

Mesmo em países muito desenvolvidos existe uma parcela de jovens nem-nem, entretanto em uma proporção muito baixa como na Alemanha ou na Islândia com 1 a cada 16 e 1 a cada 12 jovens, respectivamente. Seja por opção ou por necessidade, sempre há um grupo de jovens nesta condição. Entretanto, o caso brasileiro, de cerca de 1 a cada 4 é uma

situação crítica, em que pese estar dentro da média mundial, pois existem países na África do Norte e no Sudeste Asiático cujos jovens estão em uma situação mais grave.

Portanto, os estudos com jovens nem-nem apontam que o problema ocorre mundialmente, com grande desigualdade entre as regiões mundiais e entre os países. A taxa é relativamente elevada, mesmo em alguns países desenvolvidos que foram afetados pela crise econômica de 2008/2009. Na Europa, a melhora da economia mundial a partir de 2013 tem reduzido paulatinamente a quantidade de jovens nesta condição no continente.

Nesse contexto, a América Latina está em uma situação intermediária, com muito a avançar na melhoria nas condições dos jovens. A taxa de jovens nem-nem era de 19,3%, em 2010, o que representava 18 milhões de jovens. No Brasil, estavam 1/3 desses jovens, 6,2 milhões, com uma taxa de 18,7%.

Analisando a situação brasileira entre 1990 e 2010, os resultados apontam que a taxa média apresentou uma pequena redução de 21,1% para 18,7%, menos 2,4 pontos percentuais. Contudo, a taxa média esconde uma importante mudança por sexo na sua composição. Houve uma redução de 20,0% da taxa feminina, de 31,3% para 25,1%, enquanto a taxa masculina apresentou trajetória de crescimento, 14,8%, de 10,8% para 12,4%. Com isso, a taxa feminina que era o triplo da masculina passou a ser o dobro, o que ainda representa uma situação crítica para as mulheres apesar dos avanços.

Esta redução da taxa feminina relaciona-se à maior inserção das mulheres tanto no mercado de trabalho quanto no sistema educacional, que ocasionaram uma redução significativa da taxa de fecundidade e da necessidade das mulheres ficarem sem estudar e/ou trabalhar para cuidar da família.

O aumento da participação masculina entre os nem-nem não ocorreu somente no Brasil. Tendo ocorrido em outros países da América Latina, como o México. Considerando o caso dos jovens europeus de 15 a 29 anos, a taxa de jovens nem-nem aumentou a partir de 2009 em decorrência da crise internacional e permaneceu elevada até 2013. Desde 2014, voltou a recuar, mas ainda permanece em um patamar superior ao do período pré-crise.

Observa-se uma baixa proporção de jovens brasileiros que estudam (36,5%) em comparação com os demais países. Entre esses jovens, uma pequena parcela (11,6%) conjuga estudo com trabalho. Por sua vez, a parcela dos jovens nem-nem era elevada na comparação com os demais países desenvolvidos e em desenvolvimento da OCDE, ficando abaixo somente dos países europeus fortemente atingidos pela crise econômica internacional.

Os estudos realizados sobre os jovens nem-nem brasileiros focam principalmente na parcela de jovens inativos. Os jovens nem-nem inativos são predominantemente mulheres, com baixo nível de escolaridade, provenientes de domicílios pobres, cônjuges, na maioria dos casos com filhos pequenos, de cor parda ou negra. As participações de mulheres sem filhos e de homens têm aumentado, inclusive entre aqueles com ensino médio completo.

Internacionalmente, os estudos focam não somente nos jovens inativos mas também nos desocupados. Em que pese a importância dos jovens inativos no conjunto dos jovens brasileiros na condição nem-nem, seria relevante a sua compreensão dentro de um contexto mais amplo e afinado com o conceito internacionalmente aceito, inclusive para que se possa compreender a sua mobilidade entre inativos e desocupados. Ao se considerar que o jovem desocupado já fez uma opção pelo mercado de trabalho, apesar de não estar inserido nele, parte-se do pressuposto que sua situação seria menos grave que os inativos, o que não necessariamente ocorre. Em alguns casos, a inatividade é uma opção, enquanto a desocupação demonstra uma situação de vulnerabilidade econômica e social.

A presença de outro jovem inativo e de idosos na família tende a aumentar as chances de um jovem estar nesta condição, enquanto o recebimento de transferências sociais, como o Bolsa Família, tende a reduzir esta chance. Em alguns casos, a condição nem-nem seria transitória, e o aumento da taxa observada recentemente seria decorrente do aumento do tempo de duração dos jovens menos escolarizados nesta condição, que teriam mais dificuldade de recolocação no mercado de trabalho. Em relação à renda, os jovens mais pobres apresentam um percentual de inatividade mais alto do que os demais.

Um ponto a salientar é que a maioria dos estudos aborda este tema do ponto de vista

nacional. Não existem ainda estudos sobre as diferenças regionais dos jovens nem-nem considerando as profundas desigualdades econômicas do país.

As análises realizadas tendem a responsabilizar a falta de qualificação dos jovens pela sua dificuldade e de inserção no mercado de trabalho com base na teoria do capital humano. Contudo, a evasão escolar precoce por necessidade econômica e a dificuldade de se inserir e se manter no mercado de trabalho demonstra que este problema possui aspectos que extrapolam a qualificação da força de trabalho dos jovens.

Somente a educação não é suficiente para garantir a sua inserção no mercado de trabalho, mas sim crescimento econômico e geração de renda e emprego que possibilitem aos adultos a permanência de seus filhos na escola e não os obrigue a abandonar a escola para compor a renda domiciliar. Outro ponto é uma maior igualdade por gênero em relação aos afazeres domésticos e cuidados de familiares que possa reduzir a sobrecarga atual sobre as mulheres jovens.

Capítulo 2: Aspectos demográficos e inserção dos jovens no sistema educacional e no mercado de trabalho brasileiros entre 2004 e 2015

O padrão demográfico, o sistema educacional e o mercado de trabalho brasileiros apresentaram mudanças significativas ao longo dos anos 2000. O Brasil atravessa a terceira fase da transição demográfica, com redução consistente da taxa de natalidade, que tem ocasionado um processo de envelhecimento populacional, com diminuição da presença de crianças e jovens e aumento da presença de adultos e idosos na sua população.

Do ponto de vista educacional, houve um avanço significativo na inserção dos jovens nos ensinos médio e superior devido à adoção de diversas políticas públicas que propiciaram esta melhoria principalmente para as mulheres. Foram gerados mais de 20 milhões de novos postos de trabalho entre 2003 e 2013 em decorrência do crescimento econômico em quase todo o período, aumento da formalização do mercado de trabalho, redução da taxa de desocupação e aumento da renda do trabalho.

A despeito dos avanços mencionados, em torno de 10 milhões de jovens brasileiros permaneceram fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho, simultaneamente. O número de jovens na população tem se reduzido, mas o número de jovens na condição nem-nem não recua.

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral sobre aspectos demográficos, educacionais e laborais que ajudem a compreender a inserção dos jovens dentro desses três escopos que estão intimamente relacionados com a condição nem-nem. Todas essas informações servirão como “pano de fundo” para o próximo capítulo que tratará especificamente dos jovens nem-nem.

A análise será realizada para o conjunto dos jovens entre 15 e 29 anos, que é a faixa etária definida como juventude no Estatuto de Jovens e Adolescentes no Brasil. Sempre que necessário, a análise será desmembrada por faixas etárias, tendo em vista que a faixa adotada é extensa e ao longo dos anos os jovens passam por diversas transições familiares, educacionais e laborais. Sendo assim, serão estudadas preferencialmente as faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos de idade. Na primeira, espera-se que os jovens estejam somente estudando, na segunda estejam estudando e/ou trabalhando e

na terceira somente trabalhando. Para a análise da fecundidade na adolescência, contudo, será utilizada a faixa etária de 15 a 19 anos para uma melhor compreensão do fenômeno.

Neste capítulo são utilizadas informações provenientes da PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e do SIS-Sistema de Informações Sociais, ambas do IBGE, entre 2004 e 2015. O SIS utiliza informações da PNAD em suas tabulações, de modo que as fontes são comparáveis.

2.1. Aspectos demográficos

2.1.1. Participação dos jovens na população brasileira

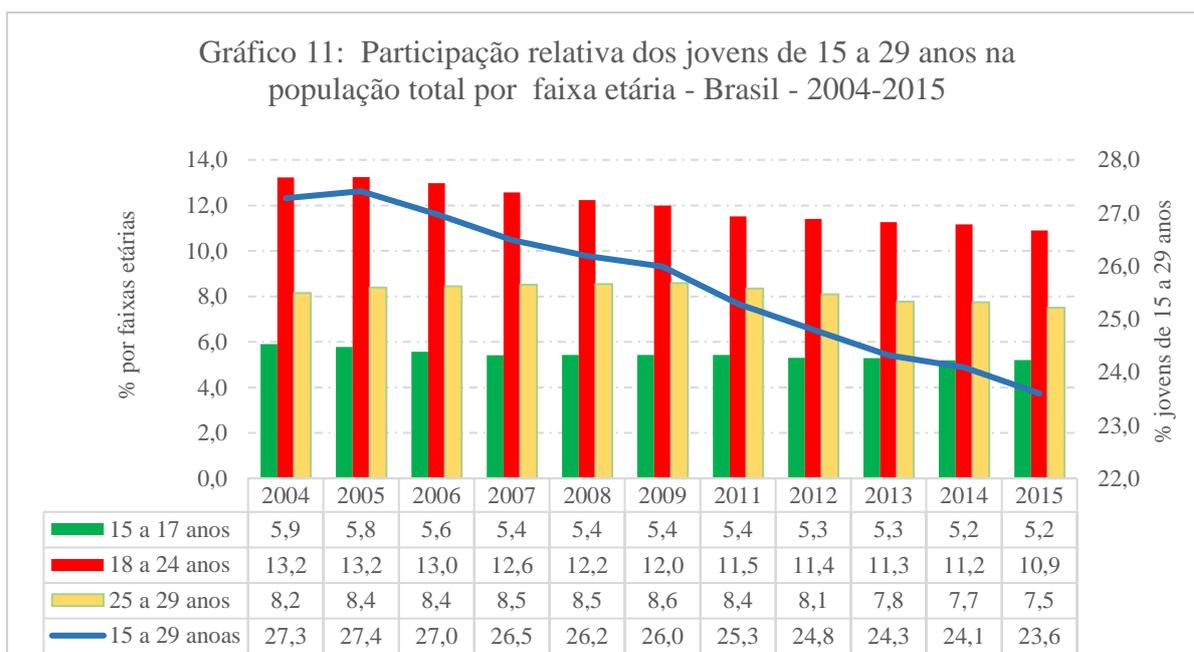
Em 2015, a população brasileira era de 204,9 milhões de pessoas, sendo 21,0% de crianças até 14 anos de idade, 23,6% de jovens entre 15 e 29 anos, 41,0% de adultos entre 30 e 59 anos e 14,3% de idosos com 60 anos ou mais (Tabela 2.1). Na população total, a participação feminina era superior à masculina, 51,5% e 48,5%, respectivamente. Entretanto, entre os jovens, a participação masculina (50,5%) era ligeiramente superior à feminina (49,5%).

Tabela 2.1: Distribuição da população total por sexo segundo faixa etária –Brasil– 2015.

Faixas etárias	População total (em milhares)		Homem (em milhares)		Mulher (em milhares)	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total	204.860	100,0	99.408	48,5	105.452	51,5
0 a 14 anos	43.067	21,0	22.022	10,7	21.046	10,3
15 a 29 anos	48.346	23,6	24.393	11,9	23.953	11,7
15 a 17 anos	10.638	5,2	5.424	2,6	5.214	2,5
18 a 24 anos	22.432	10,9	11.443	5,6	10.990	5,4
25 a 29 anos	15.276	7,5	7.526	3,7	7.749	3,8
30 a 59 anos	84.072	41,0	40.048	19,5	44.025	21,5
60 anos ou mais	29.374	14,3	12.945	6,3	16.429	8,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Entre 2004 e 2015, a parcela de jovens de 15 a 29 anos na população diminuiu, tendo passado de 27,3% para 23,6% (gráfico 11). Houve retração nas três faixas etárias analisadas, contudo foi mais acentuada entre os jovens de 18 a 24 anos, que tinham a maior participação e que passaram de 13,2% para 10,9% da população total. A participação da faixa etária de 15 a 17 anos de idade passou de 5,9% para 5,2%, enquanto a de 25 a 29 anos de 8,2% para 7,5%.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

A tabela 2.2 apresenta a taxa de jovens por faixa etária nas regiões brasileiras em relação à população total e em relação à população jovem. É possível observar que existe uma diferença significativa na participação dos jovens na população das regiões brasileiras. A Região Norte destaca-se com a maior participação de jovens, 26,3%. Em seguida, estavam as Regiões Nordeste, 24,7%, e Centro-Oeste, 24,0%. Enquanto as Regiões Sudeste e Sul tinham as menores, 22,7% e 22,3%.

Interessante notar, analisando por faixa etária, que em todas as regiões existe a prevalência de jovens entre 18 e 24 anos, porém nas Regiões Norte e Nordeste havia relativamente mais jovens entre 15 e 17 anos do que nas demais, enquanto nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste havia mais jovens entre 25 e 29 anos.

Tabela 2.2: Taxa de jovens por faixa etária em relação à população total e em relação ao total de jovens segundo Grande Região – Brasil – 2015.

Grandes Regiões	Faixas etárias (em relação à população total)				Faixas etárias (em relação ao total de jovens)			
	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Brasil	23,6	5,2	10,9	7,5	100,0	22,0	46,2	31,8
Norte	26,3	6,2	12,1	8,0	100,0	23,6	46,0	30,4
Nordeste	24,7	5,7	11,4	7,6	100,0	23,1	46,2	30,8
Sudeste	22,7	4,8	10,6	7,3	100,0	21,1	46,7	32,2
Sul	22,3	4,8	10,4	7,1	100,0	21,5	46,6	31,8
Centro-Oeste	24,0	5,0	11,2	7,8	100,0	20,8	46,7	32,5

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Por situação de domicílio, 85,3% dos jovens brasileiros moravam na área urbana e 14,7% na área rural no País. Por região geográfica, entretanto, existem diferenças relevantes. Enquanto nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, em torno de 90% dos jovens moravam na área urbana, nas Regiões Norte e Nordeste este percentual era bem menor, 77,0% e 73,6%, respectivamente. Ou seja, existe uma heterogeneidade por situação de domicílios entre as regiões brasileiras que precisa ser contemplada na análise dos jovens brasileiros. Nas Regiões Nordeste e Norte, 1 a cada 4 jovens vivia na zona rural. Na Região Sul, era 1 a cada 8, na Região Centro-Oeste, 1 a cada 12 e no Sudeste apenas 1 a cada 16. Realidades muito distintas.

Tabela 2.3: Distribuição percentual dos jovens segundo sexo e situação do domicílio por Grande Região – Brasil - 2015.

Brasil e Grandes Regiões	Sexo	Situação do domicílio			Situação do domicílio (em relação ao total da região)		
		Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	Total	100,0	85,3	14,7	-	-	-
	Homem	50,5	42,6	7,8	-	-	-
	Mulher	49,5	42,6	6,9	-	-	-
Norte	Total	9,5	7,3	2,2	100,0	77,0	23,0
	Homem	4,8	3,7	1,2	50,7	38,4	12,3
	Mulher	4,7	3,7	1,0	49,3	38,6	10,7
Nordeste	Total	29,0	21,3	7,7	100,0	73,6	26,4
	Homem	14,5	10,4	4,1	50,0	36,0	14,0
	Mulher	14,5	10,9	3,6	50,0	37,6	12,4
Sudeste	Total	40,3	37,7	2,6	100,0	93,6	6,4
	Homem	20,3	19,0	1,4	50,5	47,1	3,4
	Mulher	19,9	18,7	1,2	49,5	46,5	3,0
Sul	Total	13,5	11,8	1,7	100,0	87,7	12,3
	Homem	6,9	6,0	0,9	51,2	44,6	6,6
	Mulher	6,6	5,8	0,8	48,8	43,2	5,6
Centro-Oeste	Total	7,7	7,0	0,6	100,0	91,6	8,3
	Homem	3,9	3,5	0,3	50,4	46,0	4,4
	Mulher	3,8	3,5	0,3	49,6	45,6	4,0

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

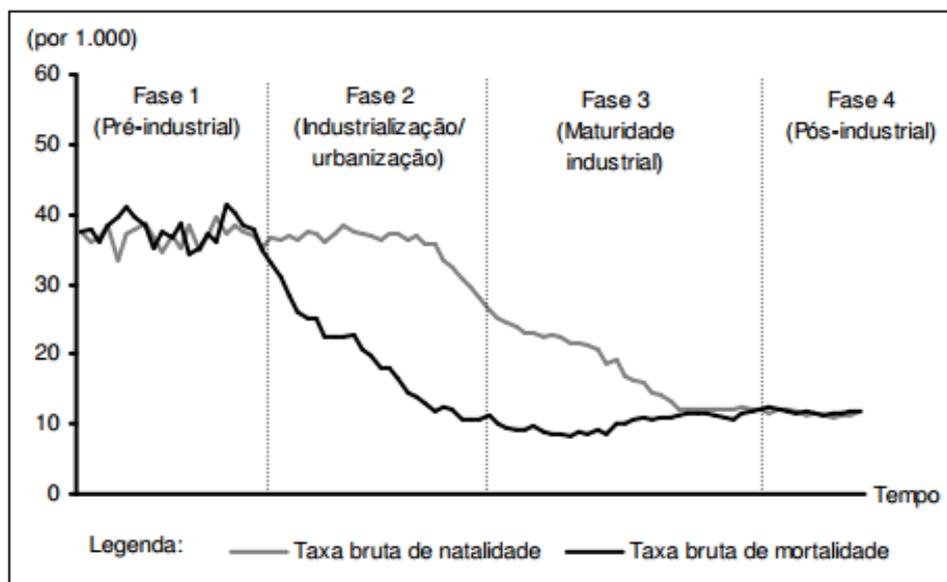
2.1.2. Transição Demográfica

Assim como os demais países, o Brasil passou por uma transição demográfica profunda ao longo das últimas décadas. Normalmente, se inicia com redução da taxa de mortalidade, em decorrência do processo de urbanização, e, posteriormente, com redução da taxa de natalidade.

Warren Thompson (1929) foi pioneiro no estudo sobre a teoria da transição demográfica, que posteriormente foi dividida na literatura em quatro fases como apresentada na Figura 4. Na primeira fase, que corresponde ao período pré-industrial, as taxas de natalidade e de fecundidade são elevadas, ocorrendo baixo crescimento populacional. A segunda fase se inicia com a redução da taxa de mortalidade, em decorrência da industrialização que propicia melhores condições de saúde, de higiene e de alimentação, porém ainda com elevada taxa de natalidade, levando a um alto crescimento populacional. Na terceira

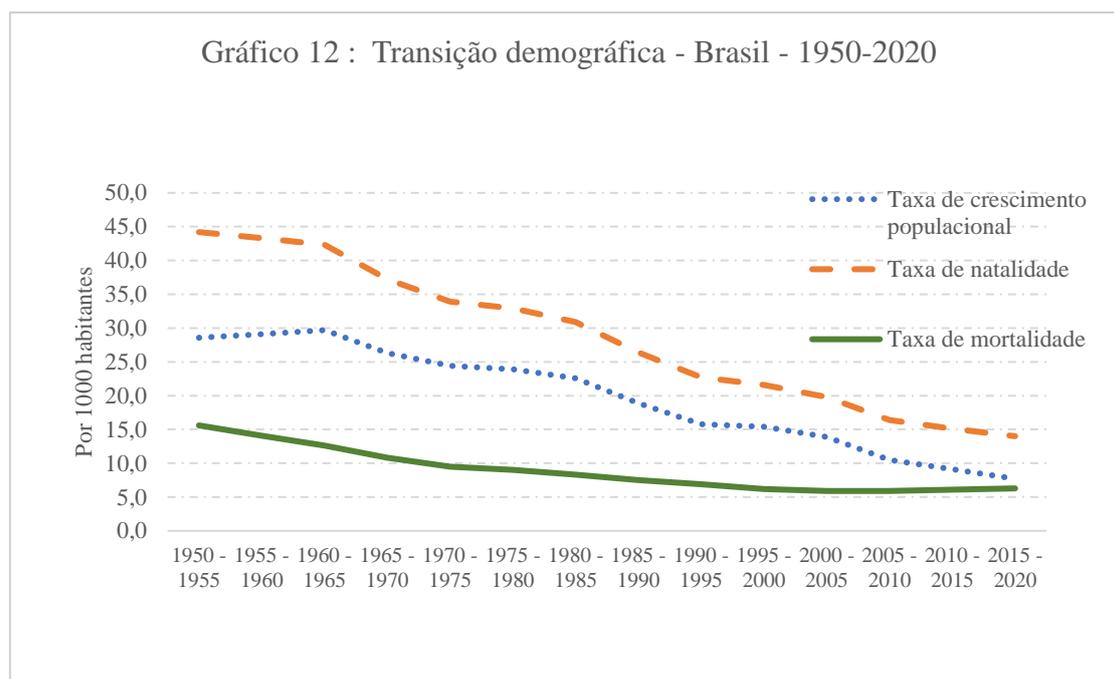
fase, a taxa de natalidade começa a declinar em decorrência da entrada da mulher no mercado de trabalho e no sistema educacional e da descoberta de medicamentos anticoncepcionais, porém ainda permanece em um patamar superior à taxa de mortalidade e com a população crescendo em um ritmo inferior à da segunda fase. Na quarta fase, as taxas demográficas se aproximam, estabilizando ou até mesmo decrescendo a evolução populacional. Atualmente, o Brasil estaria na terceira fase da transição demográfica (Zuanazzi e Stampe, 2014).

Figura 4: Fases do Modelo de Transição Demográfica



Fonte: Zuanazzi e Stampe (2014)

O gráfico 12 apresenta as taxas brutas de natalidade e de mortalidade no Brasil entre 1950 e 2020 e corroboram esta visão. Paulatinamente, as taxas demográficas têm se aproximado com redução contínua da taxa de crescimento populacional.



Fonte: Elaboração própria a partir de ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015), World Population Prospects: The 2015 Revision. Disponível em <https://esa.un.org/unpd/wpp/DataQuery/> acesso em 11/02/2017.

A transição demográfica pela qual o país atravessa trouxe a baila a discussão sobre bônus demográfico, que acontece quando a razão de dependência⁸ se reduz com menor número de crianças, jovens e idosos em relação à população em idade produtiva. Ocorre assim, um aumento da relação entre produtores e consumidores efetivos na população. Se o desempenho econômico e institucional do país for positivo, haverá aproveitamento da janela de oportunidade demográfica. (Alves, 2015)

O gráfico 13 apresenta a evolução da razão de dependência no Brasil e nas regiões mundiais classificadas de acordo com a renda per capita entre 1950 e 2020. De uma forma arbitrária, são definidos como dependentes as crianças e jovens até 14 anos e os idosos a partir de 65 anos. A população em idade ativa é aquela entre 15 a 64 anos.

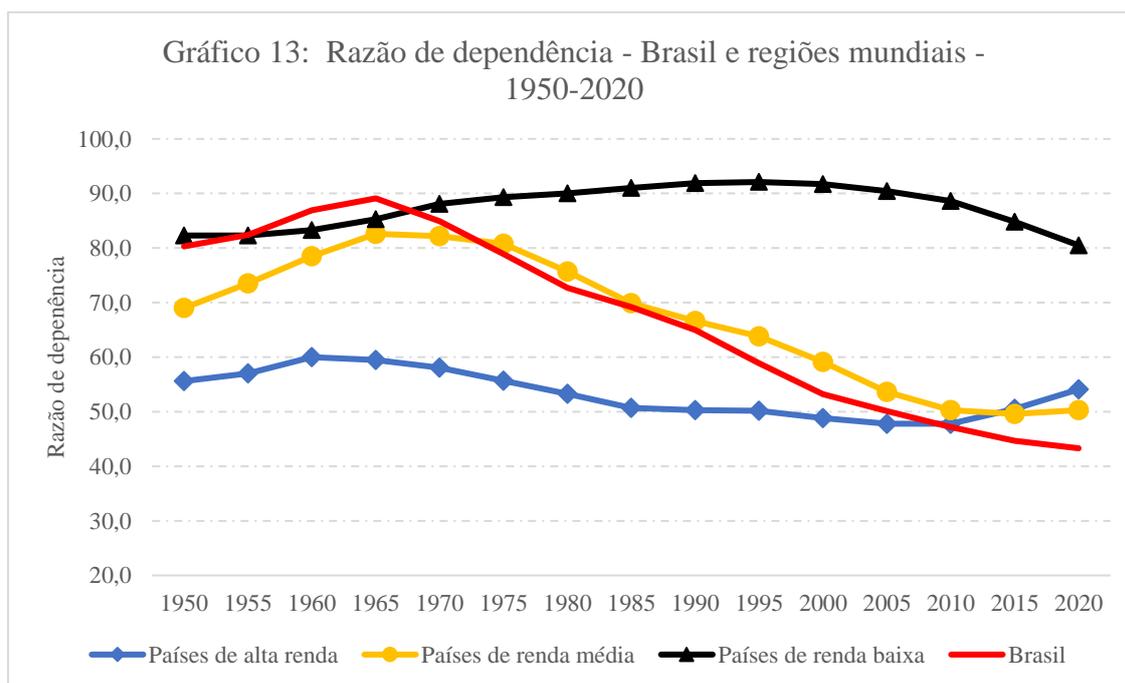
A razão de dependência brasileira estava acima de 80 dependentes por 100 pessoas em idade ativa nas décadas de 1950 e 1960. Em decorrência do processo de urbanização, do advento de métodos concepcionais, de novos medicamentos e da entrada da mulher no mercado de trabalho, as taxas brutas de natalidade e de mortalidade se reduziram,

⁸ Razão de dependência é uma medida demográfica que relaciona o número de dependentes (crianças, jovens e idosos) sobre a população em idade ativa.

enquanto cresce a expectativa de vida dos brasileiros. Neste sentido, a razão de dependência tem se reduzido consistentemente, atingindo 44,7 dependentes em 2015.

Essa redução foi observada nos países de renda média, enquanto nos países de renda baixa ela apresentou uma tendência ascendente, aumentando até 2005 e atingindo cerca de 90 dependentes. A razão tem se reduzido gradativamente, mas mantendo-se ainda em um patamar elevado em decorrência das altas taxas de natalidade. Nos países de renda alta, por sua vez, a razão de dependência apresentou um patamar muito inferior aos demais ao longo de quase todo o período analisado, mantendo-se em torno de 60 dependentes nos anos 1960, reduzindo-se até atingir cerca de 48 dependentes em 2010. Contudo, essa razão tem aumentado em decorrência do maior número de idosos na sua população.

Em termos comparativos, o que se observa é que a situação demográfica brasileira era favorável, estando abaixo da média dos países de renda média (49,6 dependentes) e dos países de renda alta (50,5 dependentes), em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de ONU, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015), World Population Prospects: The 2015 Revision. Disponível em <https://esa.un.org/unpd/wpp/DataQuery/> acesso em 02/03/2017.

Entretanto, para que o bônus demográfico seja aproveitado é necessário que haja um crescimento econômico compatível que possibilite absorção da força de trabalho. Por definição, o crescimento econômico é igual ao incremento da força de trabalho

multiplicado pelo aumento da produtividade das pessoas ocupadas, via aumento do estoque de capital, progresso técnico e aumento do capital humano. De acordo com Alves (2015), entre 1970 e 2010, o PIB brasileiro cresceu, em termos reais, 438%, a população cresceu 105% e o PIB per capita cresceu 163%.

O crescimento populacional e a mudança da estrutura etária contribuíram para transformar o Brasil em uma das dez maiores economias do mundo. Porém, segundo o autor, o bônus demográfico é um fenômeno temporário e tem prazo de validade. Não adianta haver um grande contingente de pessoas em idade produtiva, se o mercado de trabalho não for capaz de absorvê-lo. Assim como pouco contribui a redução da razão de dependência demográfica se os jovens não conseguem se inserir adequadamente nas atividades produtivas e se há uma retirada precoce do mercado de trabalho.

Atualmente, as condições macroeconômicas estariam fazendo com que o Brasil esteja deixando de colher os últimos frutos oferecidos por uma situação demográfica ainda favorável e o fim precoce do bônus demográfico brasileiro. Para colher este bônus em potencial, Alves (2015) afirma que seria preciso que o mercado de trabalho oferecesse as vagas necessárias para incorporar a disponibilidade de mão de obra.

Por sua vez, Bonelli (2014) afirma que, dadas as mudanças demográficas, para a economia crescer dependerá cada vez mais de aumentos na produtividade. Ou dito de uma outra forma, os ganhos de produtividade tornam-se um imperativo com o fim do bônus demográfico, se o objetivo for acelerar o crescimento econômico para além daquele dado pelo ritmo de evolução da força de trabalho.

A produtividade do trabalho⁹ está estagnada desde os anos 1990, após o forte crescimento entre 1950 e 1980 e redução nos anos 1980 (Mation, 2014). Entre 1995 e 2009, segundo Squeff et al (2014), a produtividade cresceu em média apenas 0,8 % a.a., mas com diferenças importantes entre as atividades econômicas. A agropecuária e a indústria extrativa apresentaram variações médias anuais positivas, 5,0% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. Contudo, a indústria de transformação teve variação média anual negativa, -0,2% a.a. e nos serviços mantiveram estáveis. Segundo o autor, a estagnação

⁹ Diversos trabalhos tratam dessa temática da estagnação da produtividade do trabalho brasileira. O livro organizado por De Negri e Cavalcante (2014) aborda o assunto a partir da análise de diferentes autores, inclusive sobre qual seria a melhor medida, com ou sem capital humano.

da produtividade do trabalho está relacionada fortemente ao fato do valor adicionado ter crescido a uma taxa inferior à das ocupações. Ou seja, para aumentar a produtividade do trabalho é necessário aumentar o nível de investimentos da economia, principalmente em setores tecnologicamente mais avançados, para que haja ganhos de produtividade.

A discussão sobre transição demográfica, bônus demográfico e produtividade, portanto, se insere na problemática dos jovens nem-nem, dado que eles fazem parte da população em idade produtiva. Vale lembrar que nesse estudo estamos considerando como jovem nem-nem tanto os inativos como os desocupados, que não estejam estudando. Ou seja, os desocupados, que estão em busca de um emprego, que querem fazer parte do mercado de trabalho, estão contemplados em nosso estudo. O Brasil ainda é um país com uma situação demográfica favorável apesar da redução da taxa de natalidade e aumento da proporção de adultos e idosos. A razão de dependência ainda é baixa em comparação com outros países.

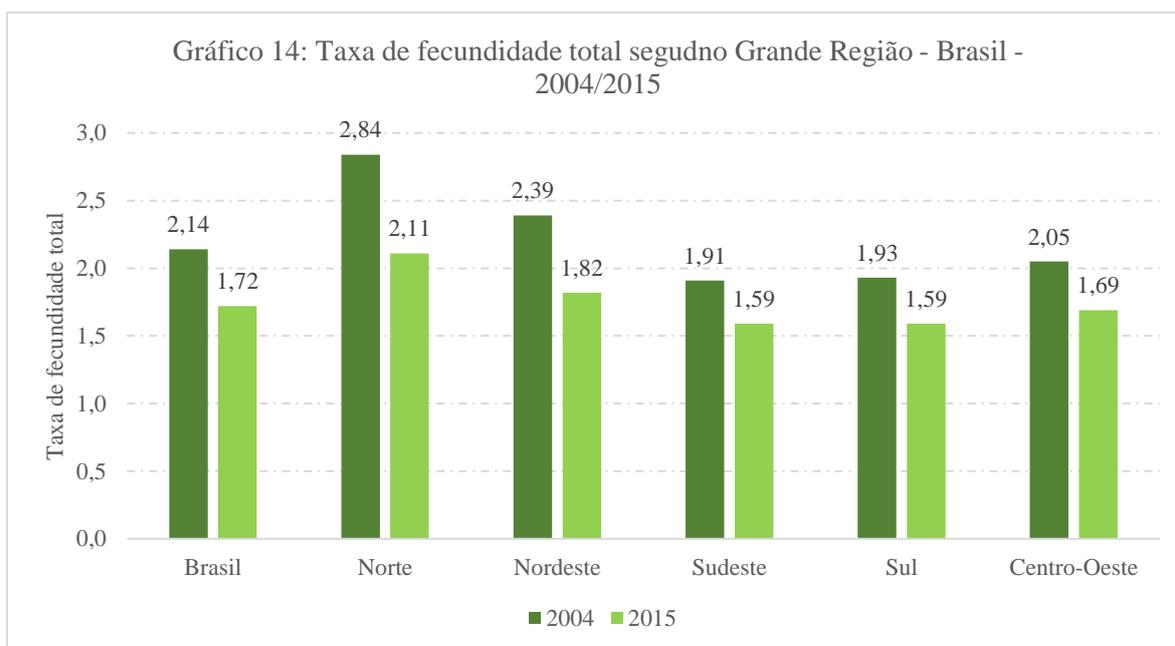
2.1.3. Fecundidade

Conceitualmente, a taxa de fecundidade¹⁰ é o número médio de filhos nascidos vivos por mulher. Entre 2004 e 2015, a taxa de fecundidade diminuiu¹¹, passando de 2,14 filhos para 1,72 filho, uma redução de 19,6% (gráfico 14). Por região, houve maior redução naquelas que tinham as maiores taxas, Norte e Nordeste, enquanto nas demais regiões o ritmo de redução foi menor. Nas regiões Norte e Nordeste, as taxas de fecundidade recuaram 25,7% e 23,8%, respectivamente. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, 17,6% e na região Sudeste, que já tinha a menor taxa, recuo de 16,8%. Em 2004, a diferença entre a maior e a menor taxa, 2,84 filhos e 1,91 filho, era de quase 1 filho por mulher. Com a redução contínua da fecundidade, em 2015 essa diferença havia se reduzido à metade com a Região Norte com 2,11 filhos e a Sudeste com 1,59 filho, levando à uma tendência de convergência das taxas de fecundidade regionais¹².

¹⁰ Conceitualmente, a taxa de natalidade refere-se ao número de filhos tidos vivos ou mortos pelas mulheres, enquanto a taxa de fecundidade refere-se somente aos filhos nascidos vivos.

¹¹ A taxa de fecundidade no Brasil está em queda desde os anos 1980, quando era de 4,36 filhos por mulher, passando para 2,89 filhos em 1991, 2,38 filhos em 2000 e 1,90 em 2010, segundo os Censos Demográficos do IBGE.

¹² Entretanto, por Unidade da Federação ainda existe grande diferença. No Acre, com a maior taxa, eram 2,45 filhos por mulher, enquanto em Santa Catarina, a menor taxa, era 1,55 filho.



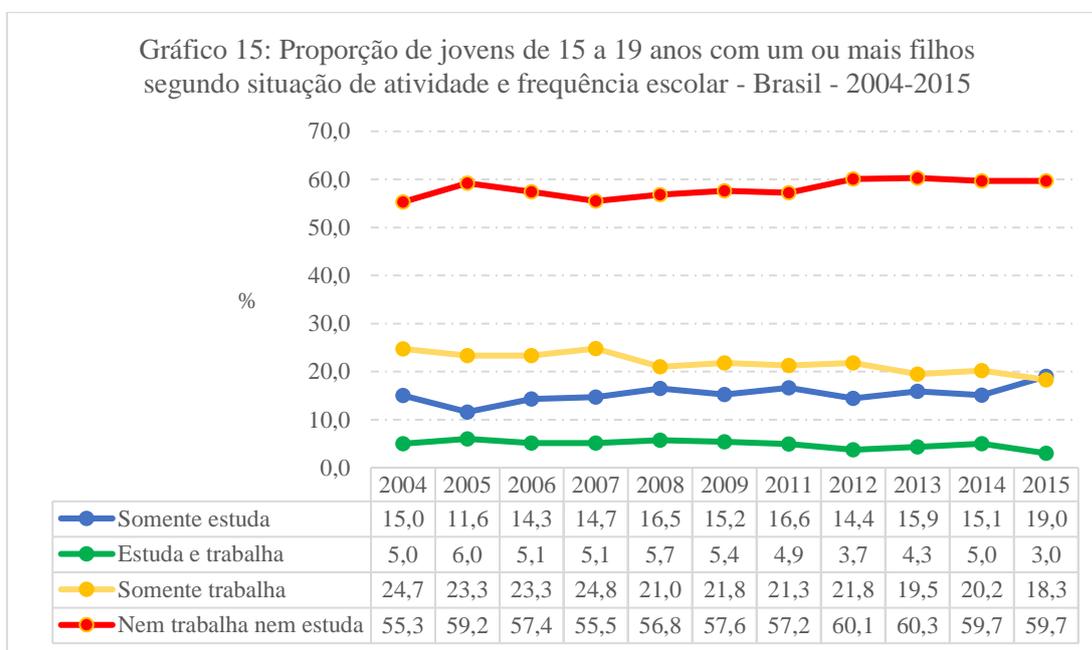
Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Apesar da redução nesta taxa ocorrida ao longo dos anos 2000, por situação de domicílio a diferença ainda é significativa com as taxas na área rural permanecendo bem acima das observadas nas áreas urbanas em todas as regiões geográficas, conforme as informações do Censo Demográfico 2010. A maior taxa foi observada na rural da região Norte, 3,43 filhos por mulher, o dobro da menor da taxa, que fica na área urbana da região Sudeste, 1,67 filho.

A questão da fecundidade é relevante, tendo em vista que um dos principais motivos apontados para o aumento da chance de a jovem ser nem-nem inativa é a necessidade de cuidado de filhos pequenos, como mostrado em Monteiro (2013). No caso das mulheres adolescentes, entre 15 e 19 anos de idade, observa-se fortemente a influência da maternidade na determinação da condição nem-nem¹³. Em 2015, 6 em cada 10 mulheres (59,7%) nesta faixa etária que tinham pelo menos um filho eram nem-nem (gráfico 15). Apenas 19,0% somente estudavam, 18,3% somente trabalhavam e 3,0% estudavam e

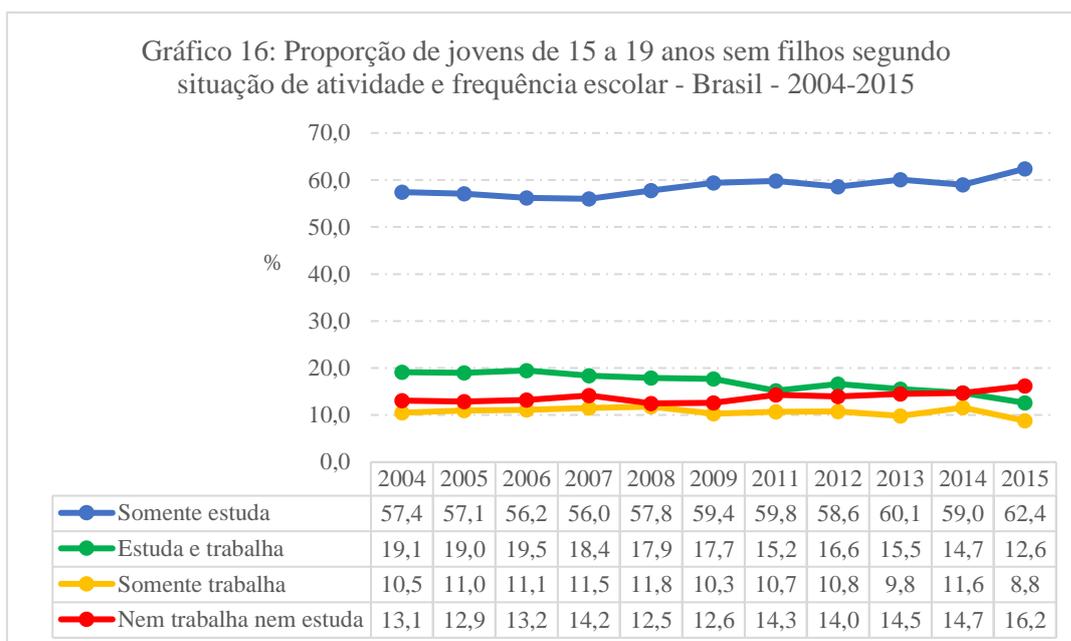
¹³ Embora o objetivo deste estudo seja analisar a situação os jovens nas três faixas etárias utilizadas acima, em se tratando de gravidez na adolescência, faz-se necessária a análise das informações das jovens entre 15 e 19 anos de idade. Por isso, optamos por desmembrar a faixa etária de 18 a 24 anos entre 18 e 19 anos e de 20 a 24 anos neste caso. Em temas onde não exista a necessidade desta mudança, serão mantidas as análises das faixas etárias selecionadas inicialmente.

trabalhavam. Em comparação com 2004, o percentual de jovens nem-nem com filhos aumentou, assim como as que somente estudam. Por sua vez, houve redução entre as que somente trabalham ou estudam e trabalham, provavelmente em decorrência da crise econômica de 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Por outro lado, a maioria das jovens adolescentes que não possuíam filho tinha possibilidade de somente estudar, representando 62,4% em 2015 (gráfico 16). Apenas 16,2% dessas jovens eram nem-nem, 12,6% estudavam e trabalhavam e 8,8% somente trabalhavam. Em comparação com 2004, houve aumento das jovens que somente estudam e das jovens nem-nem, enquanto houve redução das que somente trabalham e das que estudam e trabalham.



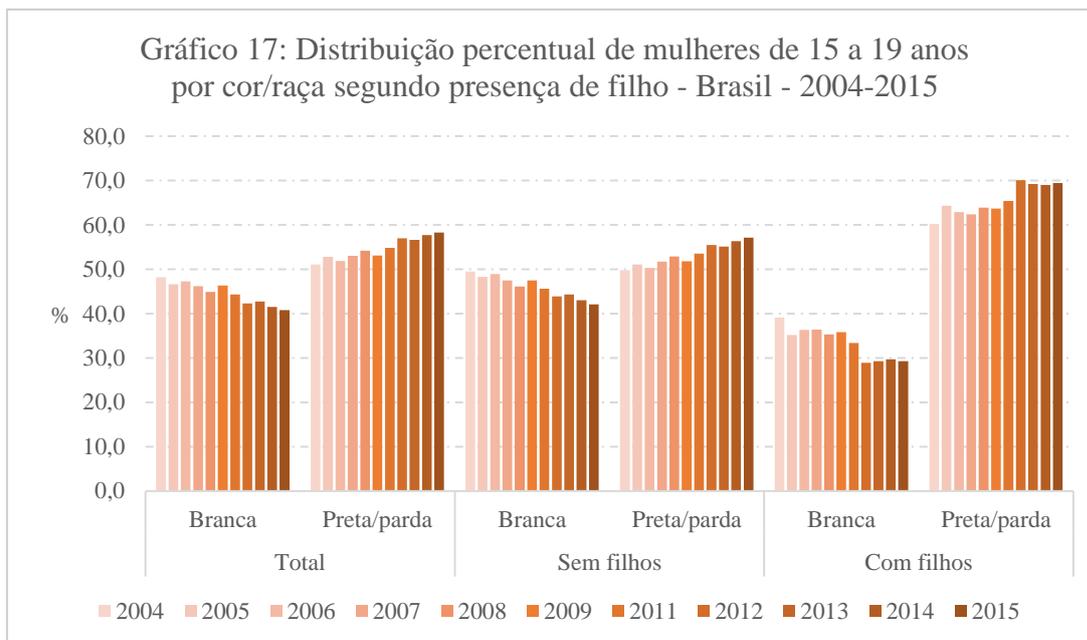
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Portanto, a maternidade altera profundamente a realidade da jovem brasileira, levando 6 de cada 10 jovens a manter-se nem estudando nem trabalhando. Ao mesmo tempo, a necessidade de trabalho torna-se maior do que entre aquelas que não possuem filhos.

A maternidade está mais presente entre as jovens pretas/pardas do que entre as brancas (gráfico 17). 69,4% das mulheres jovens com filhos eram pretas/pardas, em 2015, o que representa uma participação mais elevada do que as mulheres pretas/pardas possuíam na população jovem, 58,3%. Somente 29,3% eram brancas, porém elas representavam 40,8% das mulheres jovens.

Comparando em relação ao quadro observado em 2004, pode-se afirmar que esse percentual cresceu, tendo passado de 60,2% para 69,4%, acima do aumento observado de mulheres pretas/pardas na população jovem. Enquanto isso, a participação das jovens brancas com filhos se reduziu. Em 2015, 40,8% das jovens eram brancas, porém entre as que tinham filhos eram somente 29,3%.

Entre as jovens sem filhos, existe também diferença havendo maioria preta/parda, entretanto a diferença entre as cores/raças revela-se bem menor. Em 2015, 57,1% das jovens eram pretas/pardas e 42,1% eram brancas, diferença de 15 pontos percentuais. Entre as jovens com filhos a diferença entre as cores era de 40,0 pontos percentuais.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

A tabela 2.4 apresenta informações que contribuem para um quadro geral da situação das jovens brasileiras em relação à presença de filhos. Em 2015, a região Sudeste era a que tinha o maior contingente de jovens, 39,9%, seguida da Região Nordeste, 30,3%. Entretanto, havia relativamente mais jovens com filhos nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e jovens sem filhos nas regiões Sudeste e Sul.

Por faixa etária, apesar do conjunto de 15 a 17 anos ser mais numeroso (60,9%), as jovens com filhos estavam principalmente entre aquelas entre 18 e 19 anos 64,9%. Apenas 35,1% tinham entre 15 e 17 anos. O casamento era uma realidade para cerca de 1 a cada 3 jovens, dado que 32,7% eram cônjuges. Para as jovens sem filhos a situação era diferente com apenas 3,6% cônjuges, a maioria mantendo-se na condição de filho, 78,6%. O casamento para as quem possuem filhos, contudo, não era uma obrigação, 36,3% eram filhas.

O nível de escolaridade das jovens com filhos era inferior ao daquelas sem filhos: 36,7% tinham ensino fundamental incompleto e 45,0% ensino fundamental completo a ensino médio incompleto. Ou seja, 83,7% possuíam até ensino médio incompleto. Somente 17,3% com ensino médio completo ou mais. Entre as jovens sem filhos, a possibilidade de estudo é maior e assim o quadro é um pouco melhor: 55,0% tinham ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, mais 10 p.p., e 24,3% ensino médio completo, mais 7,0 p.p.. A participação das jovens com ensino fundamental incompleto era quase a

metade do observado entre as jovens com filhos, 20,3%. Assim, as jovens sem filhos apresentavam uma média de anos de estudo superior à média das jovens com filhos, 8,8 anos e 8,0 anos, respectivamente.

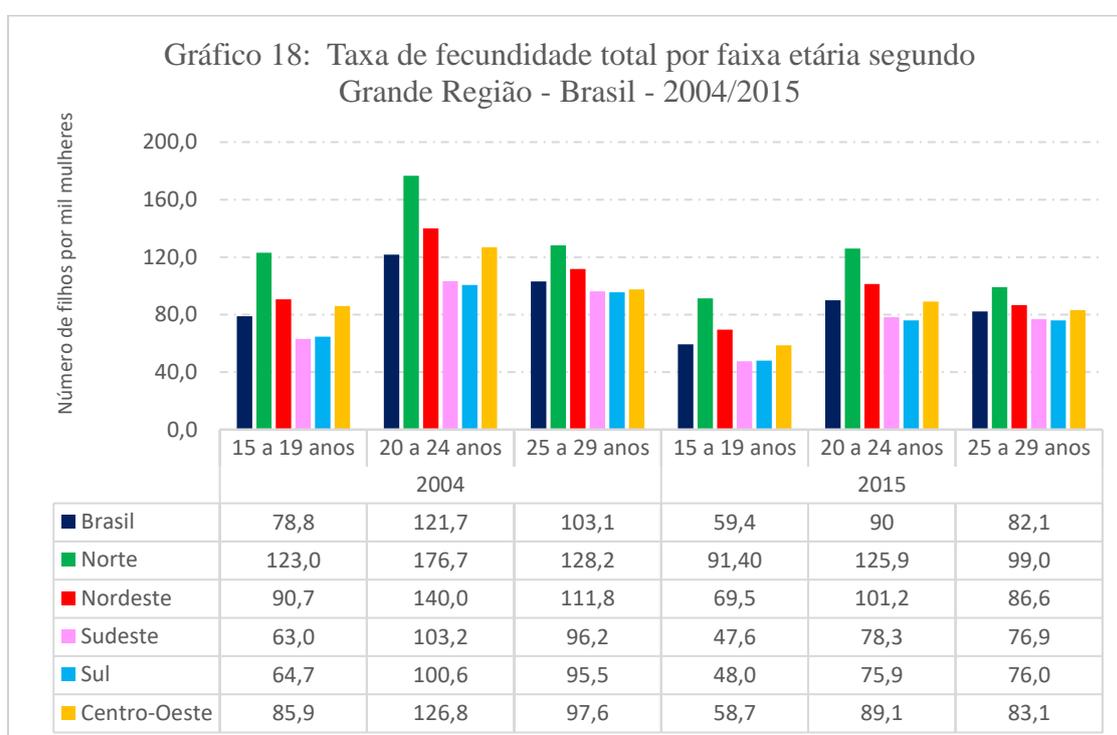
Tabela 2.4: Distribuição percentual das mulheres de 15 a 19 anos, por indicação de presença de filho nascido vivo, segundo características selecionadas – Brasil - 2015

Características selecionadas	Distribuição percentual das mulheres de 15 a 19 anos por indicação de presença de filho nascido vivo (%)		
	Total	Indicação de presença de filho nascido vivo (%)	
		Nenhum filho	1 filho ou mais
	Percentual	Percentual	Percentual
Grande Região	100,0	100,0	100,0
Norte	9,8	9,3	13,9
Nordeste	30,3	29,6	37,2
Sudeste	39,9	40,9	30,6
Sul	12,8	13,1	10,7
Centro-Oeste	7,1	7,1	7,7
Grupos de idade	100,0	100,0	100,0
15 a 17 anos	60,9	63,8	35,1
18 e 19 anos	39,1	36,2	64,9
Condição na unidade domiciliar (1)	99,8	99,8	99,6
Pessoa de referência	2,3	1,6	8,9
Cônjuge	6,6	3,6	32,7
Filho	74,3	78,6	36,3
Outro parente ou agregado	16,7	16,1	21,7
Nível de instrução mais elevado alcançado (2)	99,6	99,7	99,0
Até fundamental incompleto ou equivalente	22,0	20,3	36,7
Fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente	54,0	55,0	45,0
Médio completo ou equivalente ou nível mais elevado	23,6	24,3	17,3
Anos de estudo			
Média de anos de estudo	8,7	8,8	8,0

Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Nota: (1) não são apresentados resultados para pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico. (2) não são apresentados resultados para nível de instrução não-determinado.

A taxa de fecundidade diminuiu no Brasil entre 2004 e 2015 de 2,14 filhos para 1,72 filho. Entre as jovens de 15 a 19 anos, a taxa de fecundidade total, que é calculada como o número de filhos por mil mulheres, se reduziu, tendo passado de 78,8 filhos para 59,4 filhos por mil mulheres (gráfico 18). Houve diminuição em todas as Grandes Regiões, consequentemente as diferenças regionais permaneceram. A região Norte manteve-se com a maior taxa de fecundidade total entre as adolescentes, 91,4 por mil mulheres, que era cerca de 90,0% maior do que as taxas verificadas nas regiões Sudeste e Sul, cerca de 48,0 filhos por mil mulheres, em 2015. Nas demais faixas etárias das mulheres jovens, a região Norte manteve-se com as maiores taxas de fecundidade total, seguida da região Nordeste.



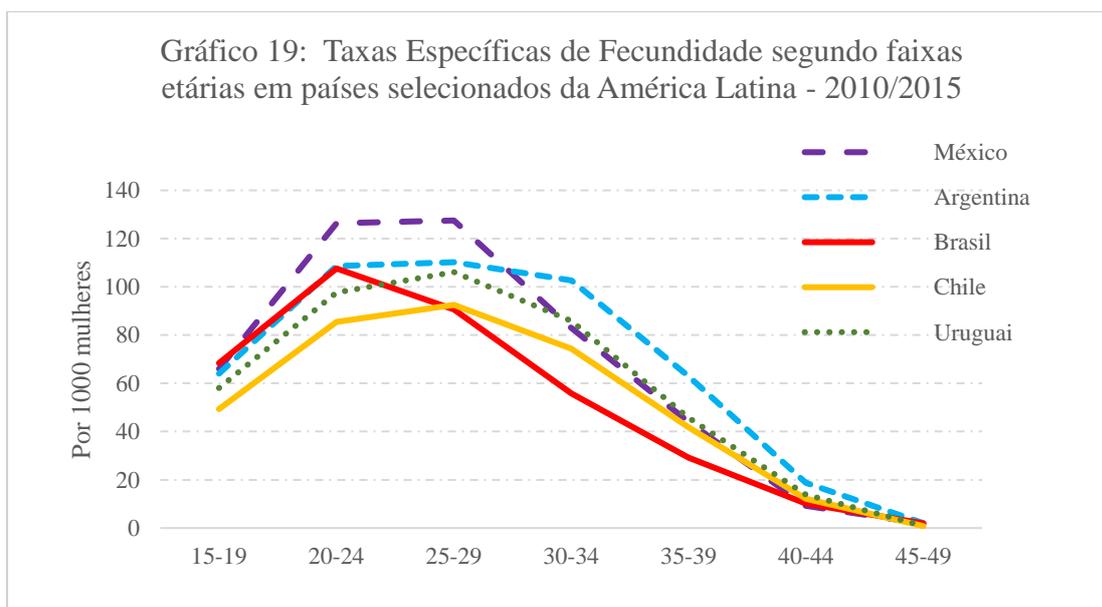
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Alves (2014) mostrou que a taxa de fecundidade apresentou trajetória de queda entre 2000 e 2010, através da análise dos dados Censos Demográficos, inclusive entre as mulheres mais jovens (67,2 por mil em 2010). Porém, ele chama a atenção que as taxas brasileiras ainda são altas quando comparadas com as de outros países, citando como exemplo a Coreia do Sul com apenas 2,3 por mil; França com 7 por mil; China com 8,4 por mil; Arábia Saudita com 11,6 por mil; Irã com 29,5 por mil e Estados Unidos com 34 por mil.

A fecundidade entre adolescentes e jovens no Brasil é maior, portanto, do que em todos estes países. Alves (2014) considera que o Brasil tem uma **estrutura rejuvenescida da fecundidade**, ou seja, as mulheres começam a ter filhos cedo e deixam de tê-los também cedo (ao contrário do padrão europeu, asiático e islâmico). O que pode significar que muitas jovens não estavam conseguindo separar sexualidade de reprodução.

Quando se compara a situação das adolescentes brasileiras com a de outros países da América Latina, que possuem cultura e nível de desenvolvimento mais próximos, como apresentado no gráfico 19, a taxa de fecundidade das jovens brasileiras também é elevada (68,4 por mil), seguida de perto pelo México (66 por mil) e pela Argentina (64 por mil). No Uruguai era um pouco menor (58 por mil) e no Chile bem inferior 49,3 por mil.

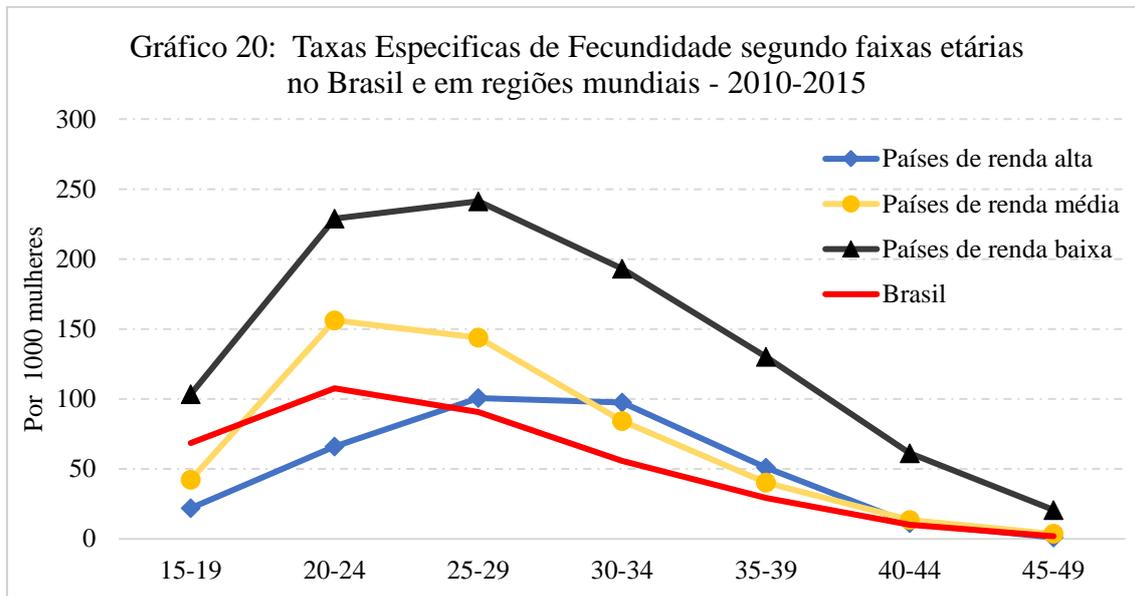
No Brasil, além da incidência de alta fecundidade na adolescência, a maior taxa de fecundidade ocorre entre 20 e 24 anos com mulheres ainda novas. No México e na Argentina, as taxas são elevadas durante toda a juventude, enquanto no Chile e no Uruguai, as maiores taxas ocorrem entre as mulheres de 25 a 29 anos.



Fonte: Elaboração própria a partir de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision, acesso em 12/02/2017.

Para concluir, uma comparação entre a taxa brasileira e as regiões mundiais segundo o nível de renda no gráfico 20 mostra que a gravidez na adolescência é sim um problema a ser enfrentado no Brasil. Nos países de renda média era de 42,3 por mil mulheres de 15 a 19 anos, nos países de alta renda de 21,9 por mil e nos mais pobres 103,3 por mil. Assim,

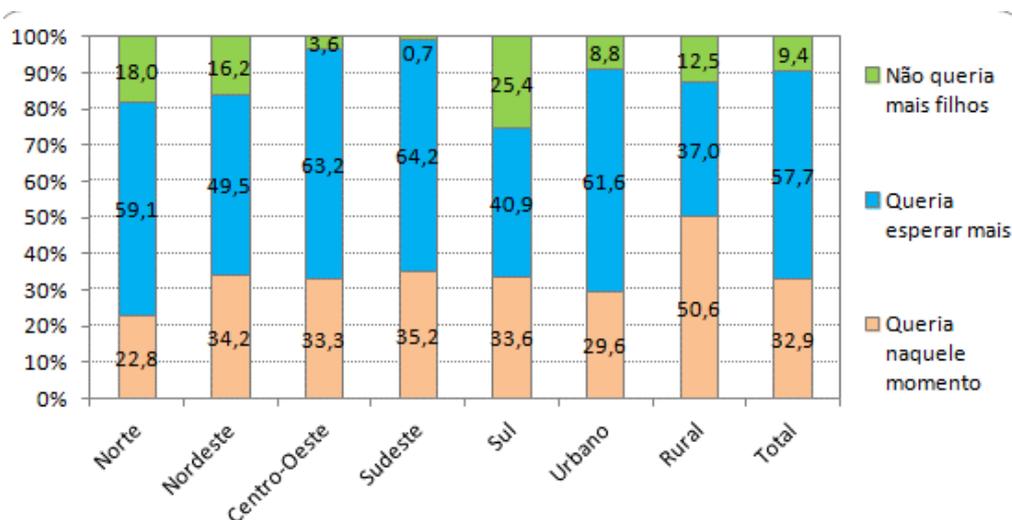
no Brasil, era o triplo dos países de alta renda e 50% acima da média dos países de renda média.



Fonte: Elaboração própria a partir de United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). World Population Prospects: The 2015 Revision, acesso em 12/02/2017.

Como Alves (2014) afirmou, as adolescentes podem estar com dificuldades de dissociar sexualidade e reprodução. De acordo com a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, o índice de gravidez indesejada era muito alto, principalmente na área urbana (figura 5). Em 2006, 57,7% das mulheres gostariam de ter esperado mais para engravidar e 9,4% não queriam ter filhos (IBGE/PNDS).

Figura 5: Planejamento da gravidez com relação à gravidez atual para mulheres de 15-19 anos de idade por regiões e área de residência – Brasil - 2006



Fonte: IBGE/MS/Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde(PNDS), 2006 apud Alves (2014).

Nota: O último ano de realização desta pesquisa foi em 2006.

Para Alves (2014), a universalização dos serviços de saúde sexual e reprodutiva é de fundamental importância para reduzir a gravidez não desejada na adolescência, aumentar a autonomia feminina e propiciar o empoderamento dos jovens para efetivar a autodeterminação reprodutiva e o livre exercício da sexualidade.

2.2. A inserção dos jovens no sistema educacional

O acesso à educação é um dos direitos básicos dos jovens brasileiros, conforme artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA para garantir o preparo para sua cidadania e a qualificação para o trabalho. O ECA estabelece como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos. Madeira (2006) aponta que uma das características dessa fase reside na grande heterogeneidade nos momentos de realização dos diferentes eventos demográficos, o que reflete as amplas possibilidades de escolha pessoal. Desse modo, nada seria demograficamente normativo. Na realidade, a própria diversidade demográfica reflete o traço experimental e altamente exploratório dessa fase.

Durante a adolescência, as características demográficas mostram pouca variabilidade. A maioria dos jovens ainda vive com seus pais, quase todos são solteiros, poucos têm filhos

e a maioria está na escola. Já na nova fase, após os 18 anos e à medida que as pessoas se aproximam dos 30 anos, aumenta a proporção de casados, daqueles que têm filhos e dos que moram em domicílio próprio. Em contrapartida, diminui progressivamente a proporção dos que frequentam escola. Entretanto, nas diferentes idades que constituem esse período, é difícil fazer previsões, já que qualquer um desses estados é possível.

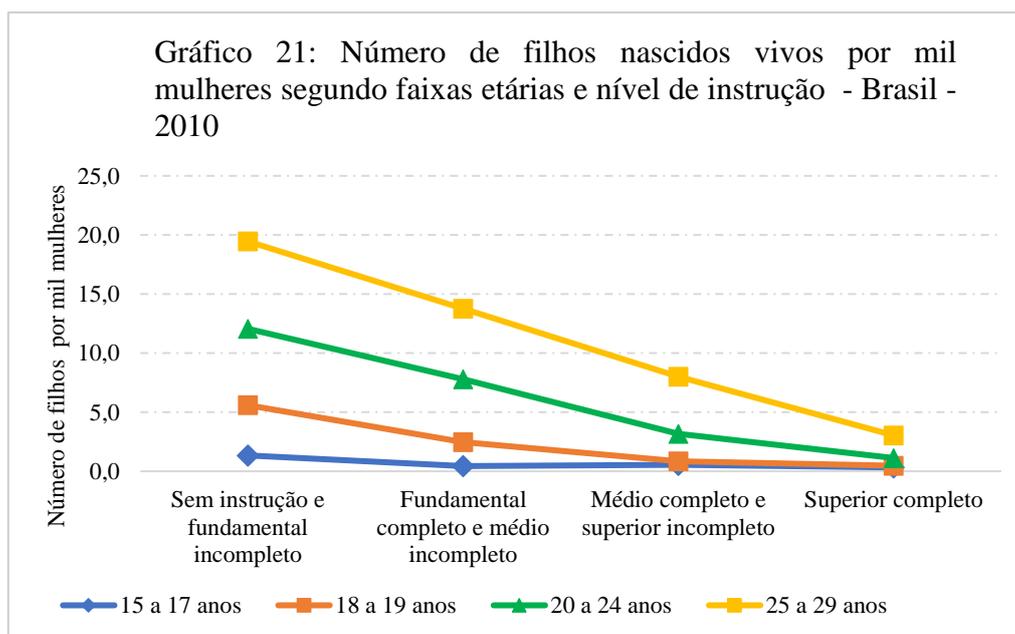
Madeira (2006) destaca que a emergência desse período rico na exploração de possibilidades e escolhas e na vivência de variadas experiências dos jovens só tem sido possível em países que democratizaram de forma massiva o acesso ao ensino médio simultaneamente ao aumento da esperança de vida. Assim, na medida em que as sociedades exigem mais qualificação para obtenção de melhores rendas, tornam-se mais propensas a dar aos jovens a oportunidade de estender o período de moratória da juventude. Isso ocorre porque nesses países, com o avanço da tecnologia, as famílias vão perdendo a necessidade de envolver crianças e adolescentes no processo produtivo.

Em alguns dos países emergentes, China e Coreia, na Ásia; Chile e México, na América Latina, a proporção de jovens que concluíram o ensino médio e já podem aspirar ao nível universitário vem crescendo rapidamente após a globalização econômica. Simultaneamente, vêm se deslocando as idades médias de casamento e do primeiro filho. Para a autora, isso ocorre porque, à medida que os países emergentes integram-se mais à economia global, há um crescimento no número de ocupações que requerem a assimilação das novas tecnologias. São tarefas que necessitam nível de instrução mais elevado e conhecimentos de informática. Atendidas tais exigências pelos jovens, eles poderiam almejar progressões nos seus níveis educacionais e salariais. O Brasil, entretanto, seguiu um caminho inverso com o rejuvenescimento da fecundidade como apontado na seção anterior.

Rios-Neto (2005 apud Madeira, 2006) concluiu que o movimento de postergação do primeiro filho e do casamento só ocorrerá quando houver um substancial aumento na prevalência de mulheres com maior educação na população, sobretudo quando o acesso ao ensino médio estiver mais disseminado. Neste sentido, uma transição para o modelo dos países desenvolvidos e dos emergentes bem-sucedidos só ocorrerá no Brasil quando a escolaridade passar por um processo acentuado de democratização do ensino médio. O número de filhos se reduz drasticamente à medida que aumenta o nível de escolaridade

da mulher (gráfico 21). As jovens de 18 a 19 anos sem instrução ou com fundamental incompleto tinham 5,6 filhos por mil mulheres, entre aquelas que concluíram o ensino fundamental e tinham ensino médio incompleto o número se reduziu para 2,5 filhos por mil mulheres. Entretanto, aquelas que concluíram o ensino médio ou o ensino superior ao número de reduziu para 0,8 e 0,5, respectivamente. De fato, em todas as faixas etárias, o número de filhos vivos foi superior para as mulheres com menos escolaridade, observando-se uma redução acentuada entre aquelas que completaram pelo menos o ensino médio.

A permanência no sistema de ensino é de suma importância para que a mulher adie a maternidade e consiga concluir a educação básica. Os conhecimentos adquiridos possibilitam um melhor conhecimento do seu corpo, tomada de decisões e planejamento familiar.



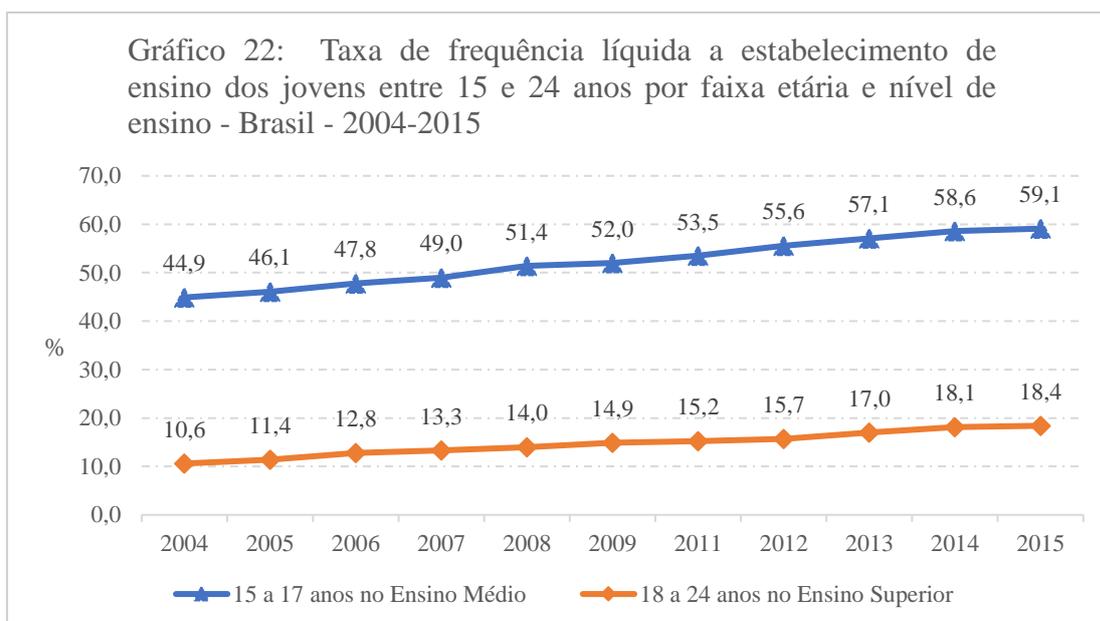
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

De qualquer forma, existe uma desigualdade no modelo de transição para a vida adulta no Brasil. Os jovens inseridos nas famílias que detêm os maiores rendimentos e níveis de escolaridade apresentam um comportamento mais próximo ao daqueles países desenvolvidos. Heilborn e Cabral (2006) ressaltam que parte significativa de mães adolescentes e seus parceiros já estava fora da escola quando ocorreu a gravidez. Várias

delas já cuidavam dos irmãos, portanto, sabiam que não podiam aspirar a um futuro muito diferente daquele que vivenciavam. Diferentemente do que ocorre nos outros países, as mulheres no Brasil entram no mercado de trabalho já com filhos, dado que a união e o nascimento do primeiro filho ocorrem muito cedo.

O nível educacional de um jovem afetaria a dimensão de seu espaço na trajetória do ciclo vital. Para Madeira (2006), à medida que a sociedade demanda mais qualificação, o espaço da juventude se prolonga e acaba por prorrogar a entrada na vida adulta. Neste sentido, a conclusão do ensino médio seria importante pois essa etapa do processo de progressão escolar costuma ser entendida como ponte necessária para chegar aos mais altos níveis educacionais. Por isso, atua como um estímulo importante na ampliação do período de exploração das possibilidades, na área dos relacionamentos afetivos e de aperfeiçoamento pessoal. Somente após atravessar essa ponte, que seria viável desenhar planos e dar mais tempo na busca de um futuro melhor. A educação seria, assim, um fator chave na determinação dos jovens nem-nem, tendo em vista que quanto maior o nível de escolaridade, menor a taxa de fecundidade e menor a chance de a mulher entrar nesta condição.

Uma série de políticas públicas foram adotadas no setor educacional ao longo dos anos 2000 no Brasil, que serão apresentadas na próxima seção. Dentre os indicadores da evolução educacional, pode-se citar o aumento da taxa de frequência dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio entre 2004 e 2015 de 44,9% para 59,1%, assim como da taxa de frequência dos jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior que passou de 10,6% para 18,4% (gráfico 22). Ou seja, mostram que houve uma inclusão importante dos jovens nos sistemas de ensino médio e superior, embora ainda seja necessário avançar muito mais.



Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Nota: Não são consideradas no ensino médio as pessoas com ensino médio completo nem as pessoas com ensino superior completo no ensino superior.

Esse avanço foi mais significativo para as mulheres em ambas as modalidades de ensino, que atingiram taxas de 64,7% e 21,7% das jovens, respectivamente, como mostra a tabela 2.5. Entre os homens, houve um avanço maior no ensino médio, de 39,7% para 53,8%, do que no ensino superior, de 9,2% para 15,4%.

Esta melhoria na inserção dos jovens no ensino superior está relacionada entre outros fatores à adoção de uma série de políticas públicas que visam estimular a entrada e a manutenção dos jovens no ensino superior. Existem políticas de reservas de vagas para alunos de etnias específicas, com baixa renda familiar, procedente de escola pública, política de financiamento estudantil reembolsável como o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, e também financiamento não-reembolsável como o PROUNI – Programa Universidade para Todos disponível para alunos das instituições privadas de ensino.

Em termos regionais, destacam-se os aumentos das taxas de frequência dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista que apresentavam as menores taxas em 2004 e chegaram em 2015 com taxas cerca de 70% maiores para as

mulheres e quase o dobro para os homens. Apesar disso, as taxas nessas regiões ainda eram as mais baixas em 2015. Por sua vez, a região Sudeste apresentava as maiores taxas de frequência em ambos os sexos no ensino médio em 2004 e em 2015, enquanto a Região Sul apresentava a maior taxa para os homens e a região Centro-Oeste para as mulheres no ensino superior. Nesse caso, destaca-se que a taxa dobrou entre 2004 e 2015, passando de 14,0% para 28,6%.

Tabela 2.5: Taxa de frequência líquida a estabelecimento de ensino dos jovens entre 15 e 24 anos por faixa etária, nível de ensino e sexo segundo Grande Região – Brasil – 2004/2015

Grandes Regiões	15 a 17 anos no Ensino Médio (1)				18 a 24 anos no Ensino Superior (2)			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015
Brasil	39,7	53,8	50,3	64,7	9,2	15,4	12,1	21,7
Norte	23,0	44,5	32,4	55,0	5,0	12,8	6,3	16,8
Nordeste	23,2	44,1	33,1	56,3	5,1	11,4	6,6	16,1
Sudeste	54,0	63,1	63,9	72,5	12,0	16,8	14,7	24,0
Sul	47,2	55,9	62,8	68,1	12,1	19,2	19,5	27,1
Centro-Oeste	39,5	56,7	52,3	65,1	10,9	19,0	14,0	28,6

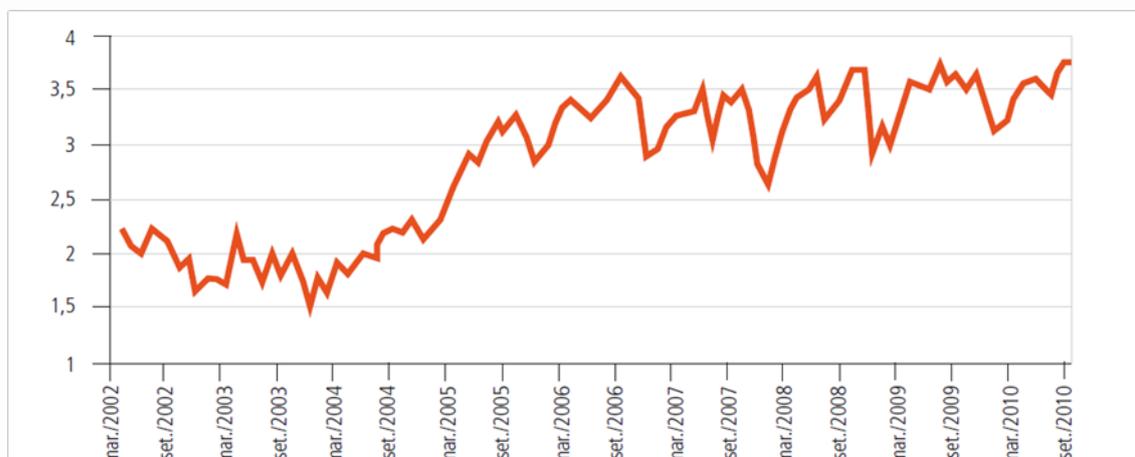
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Nota: (1) Não são consideradas as pessoas com ensino médio completo. (2) Não são consideradas as pessoas com ensino superior completo.

Neri (2014) chama a atenção para o forte crescimento na frequência de cursos profissionalizantes entre 2004 e 2010, 83%¹⁴, considerando como cursos profissionalizantes aqueles de qualificação profissional, curso médio técnico ou tecnólogo superior. Aos 16 anos, a participação havia passado de 3% para 7%. Para os jovens de 15 a 29 anos, a proporção que frequentava esses cursos mais que dobrou, passando de cerca de 1,5% para 3,5% como pode ser visto na figura 6.

¹⁴ Informações geradas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

Figura 6: Frequenta curso de qualificação profissional (15 a 29 anos) % - 2002-2010



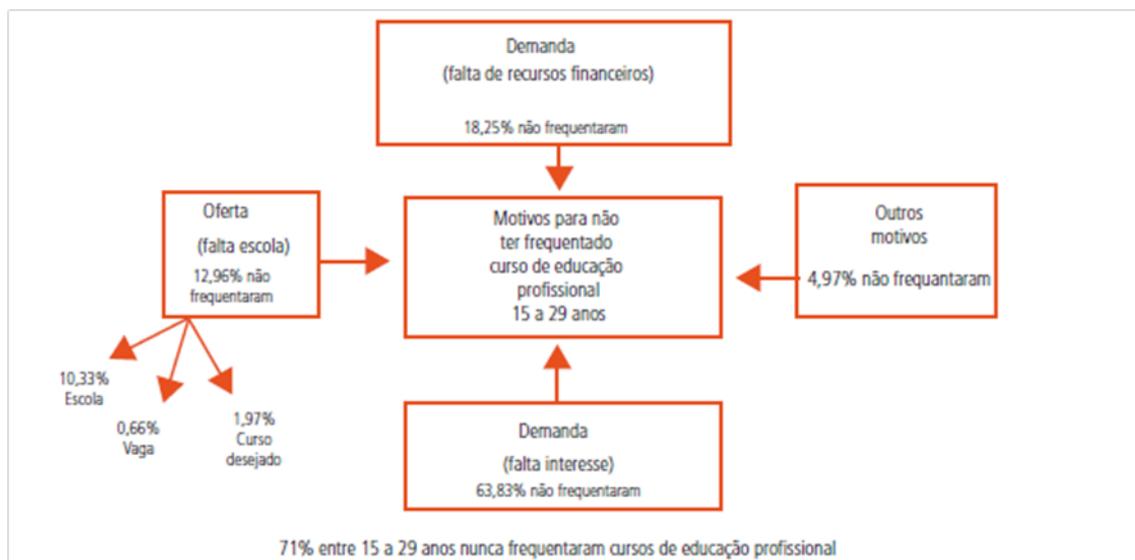
Fonte: Neri (2014)

A melhoria na educação profissional está relacionada, entre outros fatores ao aumento dos investimentos na oferta de escolas técnicas federais que passou de 140 em 2002 para 562 em 2014 em 502 municípios.

Apesar do aumento da oferta de cursos e de vagas, do ponto de vista da demanda ainda é necessário avançar muito, tendo em vista que 71,0% dos jovens não haviam frequentado este tipo de curso em 2007¹⁵, dos quais 63,83% apontam a falta de interesse, 18,25% a falta de recursos financeiros, indicando a necessidade de bolsas de estudo, 12,96% a falta de oferta de escola e 4,97% outros motivos (figura 7) . O desinteresse aumenta quanto maior a renda do jovem e a maior perspectiva de acesso ao ensino superior.

¹⁵ Esta parte da análise foi elaborada a partir dos microdados do Suplemento da PNAD 2007 que trata dos motivos subjetivos por detrás da educação profissional (Neri, 2014).

Figura 7: Educação profissional: motivos de nunca ter frequentado (15 a 29 anos)

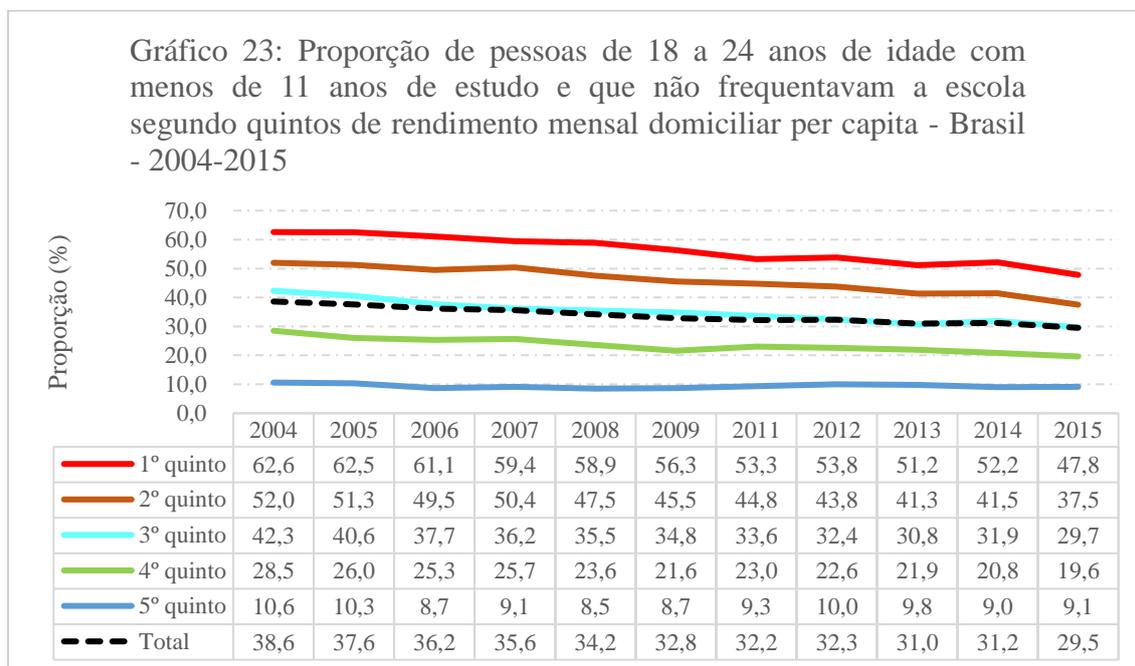


Fonte: Neri (2014)

Neri (2014) considera que a falta de demanda por desinteresse é um paradoxo, dados os altos prêmios observados no Brasil nos vários níveis de educação, inclusive profissional. Seria necessário, assim, investir em uma campanha de conscientização dos jovens sobre a importância da sua qualificação. Aqueles que possuem maior renda, tendem a migrar do ensino médio para o superior, sem passar pelo ensino profissionalizante. Contudo, aqueles que não possuem essa perspectiva e mesmo assim não investem em uma qualificação profissional precisam de melhor orientação seja por parte da família, seja por parte das escolas, seja por parte do Estado.

Com o aumento das taxas de frequência nos ensinos médio e superior e da participação dos jovens nos cursos profissionalizantes, a evasão escolar entre 18 e 24 anos diminuiu entre 2004 e 2015, passou de 38,6% para 29,5%. Destaca-se a redução de cerca de 15 pontos percentuais nos dois menores quintos de rendimento domiciliar per capita e de 12,6 pontos percentuais no terceiro quinto. Entretanto, a evasão ainda pode ser considerada elevada, pois 3 a cada 10 jovens ainda permanecem fora do sistema de ensino, sendo mais elevada quanto menor o rendimento domiciliar. Aqueles que fazem parte de domicílios mais pobres possuem taxa de evasão escolar cinco vezes superior do

que aqueles que fazem parte dos domicílios mais ricos, demonstrando que a condição econômica familiar pesa muito na decisão do jovem abandonar os estudos (gráfico 23).

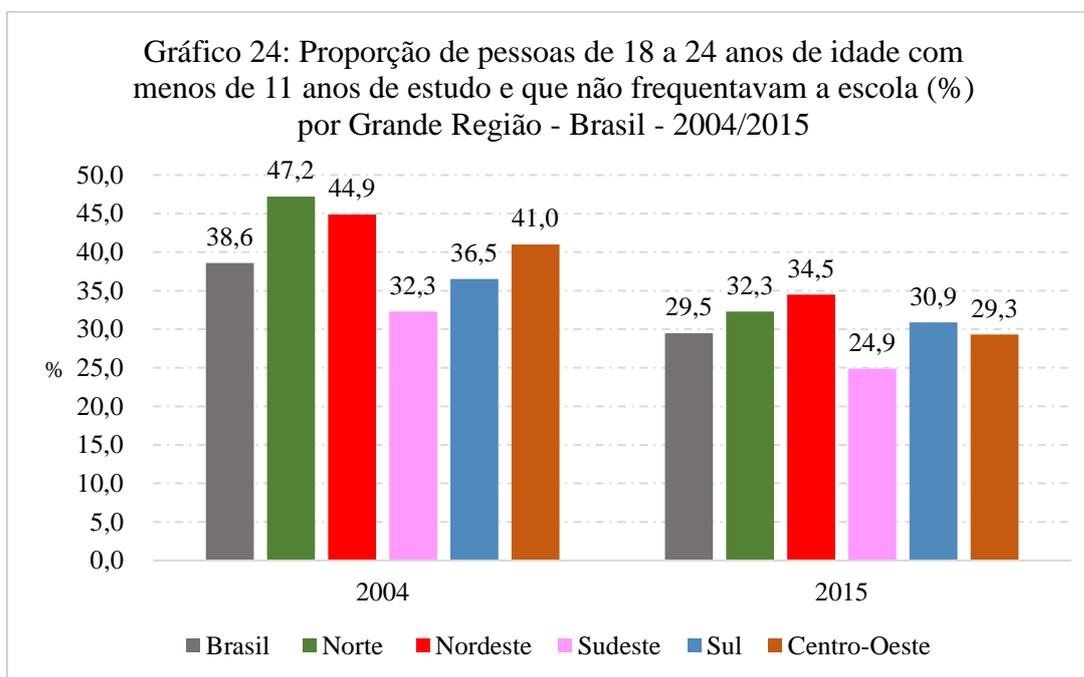


Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Do ponto de vista regional, houve redução na taxa de evasão escolar em todo o País, oscilando de 5,6 pontos percentuais na região Sul a 14,9 pontos percentuais na região Norte. Com essa redução, a Região Norte deixou a primeira colocação em evasão escolar por região com 32,3%, posição que foi ocupada pela região Nordeste com 34,5% (gráfico 24). Na região Centro-Oeste também houve uma forte queda, 11,7 pontos percentuais, o que a tornou a região com a segunda menor taxa, 29,3%, atrás somente da região Sudeste, 24,9%. Ressalta-se a resistência na redução da evasão escolar na região Sul, com queda de apenas 5,6 pontos percentuais, chegando em 2015 com uma taxa de 30,9%.

Observa-se que as taxas regionais apresentavam uma grande amplitude em 2004, cerca de 15,0 pontos percentuais, que se reduziu em 2015 para abaixo de 10,0 pontos percentuais. Assim, tem havido uma convergência da proporção de jovens de 18 a 24 anos fora do sistema de ensino para um patamar próximo a 30,0%, com uma situação ligeiramente melhor na região Sudeste com 24,9% e um pouco mais difícil na região

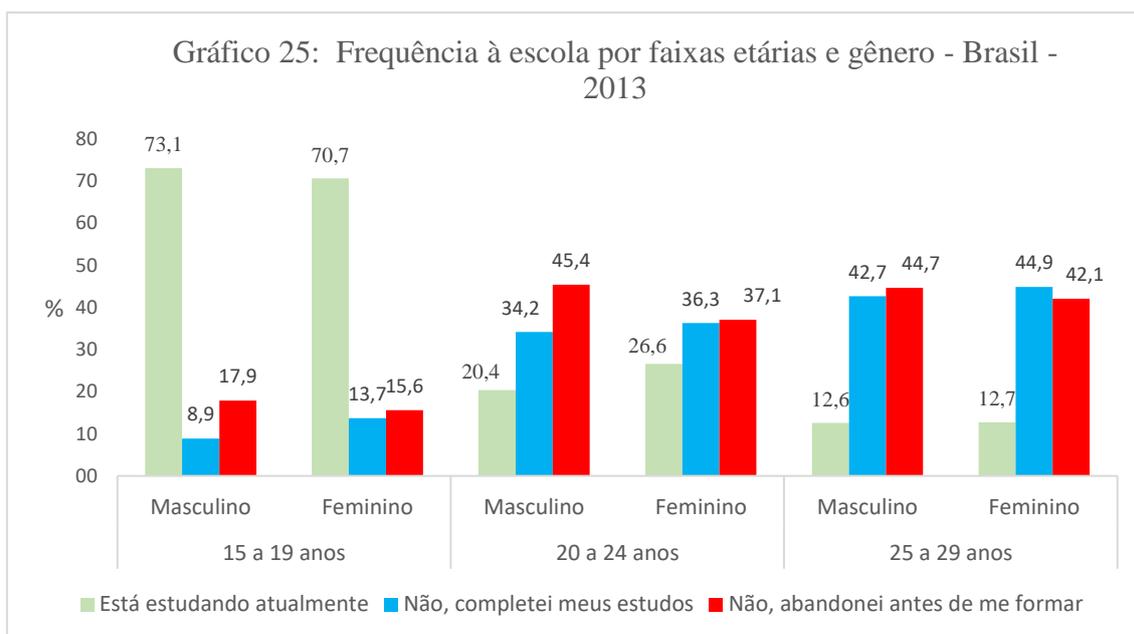
Nordeste com 34,5%. O que se retém, entretanto, é que a situação dos jovens em relação ao abandono escolar antes de completar a educação básica ainda é grave em todo o País.



Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016.

Corroborando este resultado, Venturi e Torini (2014), que analisaram a transição dos jovens da educação para o trabalho entre 15 e 29 anos de idade, apesar da maior frequência escolar observada na última década, a proporção de jovens que abandonam a escola antes de se formar ainda é elevada, principalmente entre os homens.

Enquanto na faixa de 15 a 19 anos, 73,1% dos homens e 70,7% das mulheres ainda estão estudando, na faixa de 20 a 24 anos, 45,4% dos homens e 37,1% das mulheres já abandonaram os estudos antes de se formar (gráfico 25). Na faixa de 25 a 29 anos, as proporções também são elevadas, 44,7% e 42,1%, respectivamente. Em todas as faixas etárias, as proporções de homens que abandonaram os estudos são mais elevadas que as das mulheres. Os autores ressaltam que a percepção de já ter concluído os estudos está ligada sobretudo à conclusão do ensino médio, que é o final da educação básica obrigatória.



Fonte: Venturi e Torini (2014)

Em relação aos motivos que levam a este abandono escolar, os familiares e os econômicos prevalecem com 37,4% e 37,5%, respectivamente (tabela 2.6). Os motivos escolares como reprovação foram considerados em 16,8% dos casos, busca de autonomia em 16,0% e outros 4,0%. Existe uma importante diferença de gênero entre os motivos, mais do que por situação do domicílio. No caso das mulheres, os motivos familiares seriam os principais responsáveis por este abandono (71,2% na área rural e 62,5% na área urbana), enquanto para os homens seriam os motivos econômicos (55,6% na área rural e 52,1% na área urbana). A necessidade de a mulher trabalhar responde por 28,5% na área urbana.

Tabela 2.6: Distribuição percentual dos motivos de ter abandonado a escola por situação do domicílio (urbano/rural) e gênero – Brasil – 2013.

Motivos	Urbana			Rural			Total
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	
Motivos familiares	36,9	13,5	62,5	39,9	17,3	71,2	37,4
Motivos econômicos (necessidade de trabalhar)	37,0	52,1	28,5	40,2	55,6	18,9	37,5
Busca de autonomia	16,8	24,5	8,4	11,9	17,2	4,6	16,0
Motivos escolares	16,5	19,2	13,6	18,4	23,6	11,2	16,8
Outras respostas	4,0	4,9	2,9	4,0	3,4	4,7	4,0

Fonte: Venturi e Torini (2014).

Os motivos familiares apontados pelas mulheres para o abandono escolar estão na maioria das vezes relacionados à necessidade de cuidado de crianças, sejam filhos, irmãos ou parentes. Assim como outros indicadores educacionais, a inserção de crianças de 0 a 5 anos de idade na Educação Infantil cresceu no Brasil entre 2004 e 2015. A proporção entre as crianças de 0 a 3 anos de idade quase dobrou, passando de 13,4% para 25,6%, e entre 4 e 5 anos cresceu 37,7%, de 61,5% para 84,3%.

O estudo de Abramovay et al (2015) tinha como foco compreender o que leva os jovens a permanecer na escola, mas também o que os leva a abandonar. Para isso, conduziram uma pesquisa com jovens entre 15 e 29 anos que estudavam no Ensino médio, na Educação de Jovens e adultos-EJA e no Projovem urbano - PJU.

Muitos desses jovens haviam parado de estudar anteriormente uma ou mais vezes, mas haviam retornado ao estudo. Uma das questões da pesquisa trata dos motivos que levaram esses jovens a abandonar os estudos, de acordo com a modalidade de ensino e o sexo do aluno, como mostrado na tabela 2.7. Em termos gerais, para as mulheres, as questões familiares, a necessidade de trabalhar e a gravidez são os três principais motivos para o seu afastamento, com percentuais muito próximos, 23,1%, 20,9% e 18,1%, respectivamente. Para os homens, a necessidade de trabalhar é o motivo mais apontado, 36,6%, sendo mais que o dobro do percentual daqueles que apontam questões familiares 16,4%.

Por modalidade de ensino, contudo, a situação é diferente. Na Educação de Jovens e Adultos, a necessidade de trabalhar foi a mais apontada por mulheres (26,2%) e homens

(47,1%). A gravidez ficou na segunda colocação com 22,9% das mulheres. Entre as que estudam no Projovem Urbano¹⁶, a gravidez foi a mais apontada pelas mulheres (35,7%). Entre as estudantes do Ensino Médio, a gravidez ficou apenas na terceira colocação, 13,3%, onde lideram os motivos por questões de família.

Não gostar de estudar, foi apontado por 10,1% dos homens. Isso pode estar associado pelo fato do jovem não enxergar na educação uma forma de melhorar sua condição, considerando que somente o trabalho seria capaz de lhe trazer acesso aos desejos imediatos. Foram apontados ainda problema de saúde para 7,7% das mulheres e 5,0% dos homens e problemas na escola, 7,0% dos homens e 4,1% das mulheres.

Tabela 2.7: Distribuição dos alunos, segundo modalidade de ensino, gênero e motivos pelos quais parou de estudar (seleção múltipla dos que pararam) (%)

Motivos pelos quais parou de estudar	EJA		EM		PJU		Total	
	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc	Fem.	Masc
Por motivo de gravidez	22,9	1,4	13,3	1,2	35,7	0,0	18,1	1,3
Por questões de família	21,0	10,8	24,9	21,1	20,8	12,8	23,1	16,4
Para trabalhar	26,2	47,1	16,4	27,5	18,7	49,0	20,9	36,6
Não gostava de estudar	4,6	11,3	6,3	9,1	6,9	12,1	5,5	10,1
Problemas de saúde	5,5	3,2	9,8	6,6	4,0	2,0	7,7	5,0
Problemas na escola	2,9	6,1	5,2	7,9	2,1	4,0	4,1	7,0
Escola chata/desinteressante	2,1	4,0	5,0	6,6	1,7	3,3	3,6	5,4
Violências na escola	1,7	3,0	2,8	2,7	1,4	3,3	2,3	2,9
Outro	13,1	13,0	16,2	17,2	8,7	13,4	14,6	15,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Abramovay et al (2015).

Os diferentes motivos revelam que o abandono escolar no caso masculino está relacionado à necessidade de trabalho. Para muitos jovens, o trabalho aparece como um dos principais temas de interesse para sua vida, para sua identidade, como um direito importante para sua cidadania e, principalmente, como uma necessidade para obtenção de recursos financeiros (Abramovay et al, 2015).

¹⁶ A Educação de Jovens e Adultos destina-se à conclusão dos ensinos fundamental e médio para pessoas que não puderam cursar na idade indicada. O Projovem Urbano destina-se a jovens que não concluíram o ensino fundamental.

Além dos motivos do abandono escolar, é interessante conhecer os motivos que levam esses jovens a retornar à escola. A tabela 2.8 apresenta esses motivos de acordo com a modalidade de ensino. Os motivos ‘para ter uma vida melhor’ e ‘mais oportunidades para conseguir trabalho’ foram citados por 68,9% dos alunos. A maior diferença entre os motivos está entre os jovens do ensino médio em relação aos demais. No ensino médio, ainda prevalece para ter uma vida melhor, enquanto nos demais, possivelmente por serem jovens mais velhos, a oportunidade de trabalho lidera.

Ainda assim, aqueles jovens que conseguem compreender a importância da escola e da educação na sua condição de vida, para que consiga fazer uma transição para a vida adulta em melhores condições educacionais que lhe proporcionarão acesso a informações para melhor conduzir sua vida, como por exemplo evitar uma gravidez na adolescência, assim como ter acesso a melhores postos no mercado de trabalho. Esses jovens ainda representam 7 a cada 10 que retornam. Os demais alegaram terem resolvido os problemas que tinham (12,3%), pelo certificado (2,4%), obrigado pela família ou pela justiça (2,4%) para retornar para a escola.

Tabela 2.8: Motivos declarados para voltar para a escola, segundo modalidade de ensino (%)

Motivos declarados para voltar para escola	EJA	EM	PJU	Total
Para ter uma vida melhor	41,2	35,7	44,4	37,9
Mais oportunidades para conseguir trabalho	42,2	23,7	47,9	31,0
Resolveu os problemas que tinha	6,5	16,0	2,5	12,3
Pelo certificado	3,6	1,6	1,0	2,4
Obrigado pela família	1,7	2,1	0,2	1,9
Obrigado pela justiça/juizado	0,4	0,6	0,8	0,5
Outros	4,4	20,2	3,1	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Abramovay et al (2015)

A tabela 2.9 mostra as principais dificuldades enfrentadas que as pessoas enfrentam para estudar. Cansaço e precisar trabalhar lideram as dificuldades em ambos os gêneros, assim como a distância da escola. No caso das mulheres, destaca-se ainda ter que cuidar das obrigações domésticas, 12,3%, o que seria um problema para 7,7% dos homens. A falta

de dinheiro para se manter na escola foi citada por 6,4% das pessoas, sendo 7,5% para as mulheres e 4,8% para os homens.

Tabela 2.9: Principais dificuldades que uma pessoa encontra para estudar, segundo gênero (%)

Principais dificuldades que uma pessoa encontra para estudar	Fem.	Masc.	Total
Cansaço	21,4	24,0	22,5
Precisa trabalhar	19,5	18,4	19,1
A escola é longe	12,0	11,4	11,7
Ter que cuidar da casa, dos filhos, ter outras obrigações	12,3	7,7	10,3
O ambiente da escola é ruim, desanima	8,2	9,5	8,7
Falta de dinheiro para passagens, livros, cadernos, etc	7,5	4,8	6,4
Não ter certeza se vai ter algum ganho com estudar	4,9	7,4	6,0
Falta de base, o ensino é fraco	5,9	5,8	5,9
Por outro motivo	8,3	11,0	9,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Abramovay et al (2015)

Do ponto de vista econômico, segundo Fraga (2016), o custo social anual do abandono escolar do jovem seria de R\$ 35 bilhões, tendo em vista que o jovem que sai prematuramente da escola tem mais chance de se envolver com a violência e o gasto público com um adolescente encarcerado é superior ao de um aluno de ensino médio. Além disso, este jovem teria mais chance de usar droga, aumentando as despesas com saúde pública, aumentando os gastos públicos. Adicionando que esses jovens que não completam o ensino básico deixariam de ganhar cerca de R\$ 15 bilhões ao ano devido a sua baixa escolaridade, o custo do abandono escolar pelo jovem para a sociedade como um todo chegaria a R\$ 50 bilhões anuais.

Em suma, o nível educacional de um jovem afeta a dimensão de seu espaço na trajetória do ciclo vital. A conclusão do ensino básico seria um fator primordial para que o jovem tivesse um melhor controle sobre o seu ciclo de vida. No Brasil, houve avanço importante na taxa de conclusão dos jovens no ensino médio, assim como na frequência no ensino superior ao longo da última década.

Entretanto, a taxa de evasão escolar ainda permanece elevada em todo o País: 3 em cada 10 jovens brasileiros de 18 a 24 anos não haviam concluído a educação básica. A taxa é mais elevada para os homens do que para as mulheres e, ademais, enquanto para eles o motivo econômico é o que mais provoca evasão, no caso delas é o familiar.

Contudo a população adulta brasileira ainda apresenta um nível de escolaridade muito abaixo da média dos países desenvolvidos. Em 2015, mais da metade (52%) dos adultos brasileiros de 25 a 64 anos brasileiros não tinham ensino médio completo, enquanto que a média nos países analisados pela OCDE era de somente 22%. Com ensino médio completo eram 34% e 39%, e com ensino superior 15% e 39%, respectivamente. (OCDE, *Education at a glance*, 2016, p. 50).

2.3. Políticas Públicas para incentivo à inserção educacional dos jovens

A educação é um posto-chave quando se trata de abordar a situação dos jovens nem-nem, tendo em vista que se quer entender o porquê de jovens estarem nesta condição. Embora, como veremos adiante, nem todo jovem brasileiro esteja nesta condição por dificuldades financeiras, para muitos, principalmente os homens, este é um fator preponderante para abandonar os estudos ainda na educação básica. No caso das mulheres, as questões familiares ainda predominam entre os motivos que resultam em abandono escolar precoce.

Para tentar minimizar este problema, os governos criaram diversas políticas públicas em níveis federal e estadual ao longo dos anos 1990 e 2000. As políticas em nível federal estão voltadas principalmente para o ensino superior, mas também buscam apoiar Estados e Municípios com ampliação da infraestrutura física e de recursos financeiros, de modo a permitir avanços nos ensinos médio e técnico, assim como na qualificação profissional. Em nível estadual, destaca-se a adoção de políticas de cotas raciais e sociais.

O objetivo desta seção é apresentar algumas das políticas públicas de amplo impacto adotadas ao longo dos anos 2000, que visaram ampliar a oferta de vagas nas escolas e nas universidades para os jovens, assim como aquelas que buscaram apoiá-los através do fornecimento de bolsas de formação, de ampliação do crédito estudantil ou de cotas aos considerados socialmente mais vulneráveis.

Frigotto et al (2014) afirmam que durante os anos 1990 aos 2000 grande parte da oferta da Educação Profissional no Brasil foi assumida pela sociedade civil através da adesão ao Programa de Expansão da Educação Profissional- Proen do Ministério da Educação. Em 2003, o setor privado era responsável por 53% da educação profissional, de acordo com dados do Censo Escolar, superando a oferta pública. Entre 2011 e 2013, essa relação se inverteu, com a oferta pública atingindo 53% das vagas. Isso teria ocorrido porque houve a integração da educação profissional ao ensino médio na oferta da esfera pública, enquanto a educação profissional não-integrada ao ensino médio permanece sendo ofertada principalmente pela esfera privada.

A partir de 2003, o governo federal formulou uma política pública de educação e tecnológica distinta das tendências fragmentadas e focalizadas que havia no governo anterior. Para os autores, *“essas políticas implicaram as redes federal, estadual e municipal, atingindo, a totalidade do sistema público que atua na educação profissional. Além disto, vieram acompanhadas de documentos que dispõem sobre princípios e diretrizes para as ações políticas e pedagógicas realizadas sob a sua égide.”* Desde 2011, essa política foi unificada no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego -PRONATEC.

Principais Programas

O Fundo de Financiamento Estudantil-FIES é um programa do Ministério da Educação-MEC que se destina a financiar a graduação presencial na educação superior de estudantes matriculados em cursos não gratuitos. Ele foi criado pela Medida Provisória nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99¹⁷.

Podem concorrer os candidatos matriculados em cursos selecionados e bem avaliados pelo Ministério da Educação-MEC, ou seja, com nota maior ou igual a 3 das instituições de ensino superior participantes do FIES. Para concorrer, os estudantes devem ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, tendo atingido as notas mínimas estabelecidas, possuir renda bruta familiar per capita até 3 salários mínimos, não ter utilizado anteriormente o financiamento. Normalmente, é necessário apresentar um

¹⁷ <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/FIES2000.pdf>.

fiador para conseguir o financiamento, contudo os bolsistas parciais do Programa Universidade para Todos -PROUNI, alunos de cursos de licenciatura e aqueles com renda familiar per capita até um salário mínimo e meio estão dispensados dessa exigência.

Desde 2010, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE se tornou o agente operador do programa de contratos. Anteriormente, era a Caixa Econômica Federal. Os recursos para o crédito são oriundos de dotação orçamentária do MEC e do retorno de financiamentos.

Vale ressaltar que antes da implantação do FIES, existia o Programa de Crédito Educativo - Creduc, que havia sido criado em 1975 pela Lei 8.436 e suspenso em 1997. O Creduc Financiava até 100% do valor do curso e após um ano da conclusão, iniciava-se o pagamento do crédito. Até a Constituição de 1988, o programa utilizava recursos provenientes de um Fundo de Assistência Social, derivado de rendimentos de loterias. A partir da Constituição de 1988, passou a ser operado com recursos provenientes do Ministério da Educação administrados pela Caixa Econômica Federal. Em 1991, foi paralisado devido à falta de recursos e em decorrência de ausência de mecanismos adequados para correção dos débitos pela inflação. Ademais, o processo de cobrança era ineficaz, o que não garantia a efetiva devolução dos recursos concedidos. (Menezes e Santos, 2001).

Em 2017, as mensalidades dos cursos podiam ser financiadas em até 100% através do FIES com taxa de juros de 6,5% ao ano e período de carência de 18 meses com período de amortização de três vezes o período do curso mais 12 meses.

O PROUNI¹⁸ foi criado em 2004 como o objetivo de fornecer bolsas de permanência para pessoas sem diploma de curso superior em universidades privadas, que fizeram o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM no ano anterior com nota mínima de 450 pontos e que tenham renda familiar de até três salários mínimos mensais por pessoa. Para participar do processo seletivo, as pessoas precisam ainda atender aos seguintes critérios:

- ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em escola privada com bolsa integral da instituição;

¹⁸ De acordo com informações disponíveis no portal do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=202:como funciona> e do Edital nº 6 de 23/01/2017. Acesso em 01/02/2017.

- ter cursado o ensino médio integralmente em escola pública ou parcialmente em escola privada com bolsa integral da instituição;
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor de ensino básico, em efetivo exercício, integrando o quadro permanente da instituição, e estar concorrendo à vaga em curso de licenciatura em Pedagogia.

A seleção é realizada a partir da nota obtida pelo candidato no ENEM. Os candidatos com renda familiar per capita mensal com até 1,5 salário mínimo podem se inscrever para receber bolsas integrais, enquanto aqueles com renda familiar até 3 salários mínimos podem se inscrever para bolsas parciais de 50,0%. Em 2017, foram oferecidas 214.110 bolsas de estudo, o maior desde a sua criação em 2004, sendo 103.719 integrais e 110.391 parciais. A estimativa do Ministério da Educação era que até o segundo semestre de 2016, 1,9 milhão de estudantes tenham sido atendidos pelo programa.

O PRONATEC foi criado em 2011, com o objetivo de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

De forma detalhada, os objetivos apontados pelo Ministério da Educação são:

- expandir a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação ou qualificação profissional;
- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento profissional e tecnológica;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público por meio da articulação com a educação profissional;
- Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, através do incremento da formação e qualificação profissional;
- Estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos;
- Estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

Para concretizá-lo foram apontadas cinco iniciativas:

- i) Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Entre 2003 e 2014, foram construídas 422 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia. O todo, são 562 *campi* federais em funcionamento considerando as escolas federais.

ii) Programa Brasil Profissionalizado: destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional integrada de ensino médio nas redes estaduais. Através do programa, o governo federal repassa recursos para as redes de educação profissional dos estados e do Distrito Federal. Até 2015, o MEC afirma que foram construídas, reformadas e ampliadas 342 escolas públicas estaduais aptas a oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio.

iii) Rede e-Tec Brasil: através desta iniciativa são oferecidos gratuitamente cursos técnicos e de qualificação profissional à distância. Estão contempladas as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as unidades de ensino dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR E SENAT) e as instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

iv) Acordo de gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem: tem como objetivo ampliar a aplicação de recurso do SENAI e do SENAC em cursos técnicos e de qualificação profissional às vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda com prioridade para estudantes e trabalhadores. Este acordo foi firmado em 2008 e, em 2014, as instituições haviam atingido o percentual de alocação de 66,7% da receita líquida oriunda da contribuição compulsória nos seus programas de gratuidade.

v) Bolsa-Formação: oferece cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. São oferecidos cursos para os estudantes matriculados no ensino médio, para quem concluiu o ensino médio por meio do Sistema de Seleção Unificada de Educação Profissional e Tecnológica-Sisutec, para estudantes de educação de jovens e adultos e, ainda, cursos de qualificação profissional. De acordo com o MEC, entre 2011 e 2015, foram realizadas mais de 9,4 milhões de matrículas.

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social- MDS, que tem como objetivo fornecer recursos para que famílias pobres mantenham suas crianças e adolescentes na escola. A linha de extrema pobreza utilizada é de R\$ 82 mensais de renda per capita¹⁹, em 2016, instituída no Plano

¹⁹ De acordo com informações do Portal Brasil, www.brasil.gov.br publicadas em 01/05/2016, acesso em 06/02/2017.

Brasil sem Miséria. A linha de pobreza era de R\$ 164 mensais per capita. O programa foi criado em 2003, contemplando famílias que tivessem crianças até 15 anos, gestante ou nutriz, exigindo em contrapartida frequência escolar de no mínimo 85%. A partir de 2008, os jovens até 17 anos foram incluídos com o objetivo de ajudar conter a evasão escolar nesta faixa etária, exigindo frequência escolar mínima de 75%. Em 2016, o benefício foi pago a 13,8 milhões de famílias. O valor referência era de R\$ 82 mais R\$ 38 por criança até 14 anos, gestante e nutrizes e R\$ 45 por jovem entre 15 e 17 anos.

As cotas raciais e sociais também têm sido utilizadas como medida afirmativa, visando melhorar a inclusão dos jovens no ensino superior. Aqueles se autodeclararam de raça preta, parda ou indígena ou que comprovam ser de baixa renda concorrem a vagas exclusivas para esse fim. Os jovens que também estudaram integralmente em escolas públicas ou com bolsa integral em escolas privadas, também são beneficiados. O objetivo é facilitar a inclusão daqueles que não tiveram as mesmas oportunidades de jovens com melhores condições sociais e financeiras.

Esse sistema em sido adotado não somente nos programas do governo federal, mas também nos estaduais. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ foi uma das pioneiras neste tipo de programa, que foi definido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no final de 2001. Em nível federal, a Universidade de Brasília foi a primeira a adotar este tipo de programa (Maio; Santos, 2005).

No ensino superior, em nível de graduação, ainda é possível concorrer a bolsas de apoio de iniciação científica que possibilitam a participação de jovens estudantes em pesquisas desenvolvidas pelos professores, assim como a do “Ciências sem Fronteiras” para realizar estudos no exterior em carreiras pré-determinadas pelo MEC²⁰. Na pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, os estudantes concorrem a bolsas de auxílio fornecidas por agência de fomento à pesquisa, como a CAPES, o CNPQ, FAPERJ, dentre outras, que possibilitem a sua permanência na universidade.

Os programas do governo federal, FIES e ProUni, estavam atrelados à reforma do Ensino superior – REUNI que visava reestruturar e ampliar as vagas nas instituições federais públicas de ensino. Longe de serem uma unanimidade, os programas sofreram inúmeras críticas tais como precarização do trabalho docente, estímulo às instituições privadas,

²⁰ O MEC irá descontinuar o Programa Ciências sem Fronteiras para a graduação a partir de 2018, mantendo as bolsas para cursos de pós-graduação (Valor Econômico, 02/04/2017).

dentre outras. Em que pese tais críticas, os avanços observados foram importantes e o que se busca compreender é o porquê ou os porquês de apesar dos diversos estímulos dos governos nas políticas públicas de educação, uma parcela significativa e persistente de jovens permaneceu fora do sistema de ensino. Um caminho possível é que as políticas públicas oferecidas melhoraram a situação para muitos jovens, impedindo que tenham entrado na condição nem-nem, ou seja, a quantidade poderia ser bem maior do que a observada ao longo dos anos 2000, ou elas ainda não foram suficientes para atingir o cerne dos problemas que atingem os jovens nesta condição.

O FIES é um sistema de crédito estudantil que oferece condições especiais de financiamento aos estudantes de instituições privadas que não conseguiram vagas em universidades públicas e não possuem condições financeiras de arcar com as mensalidades. O ProUni, por sua vez, oferece bolsas de permanência integrais e parciais para os estudantes de baixa renda em universidades particulares. O sistema de cota atua como uma via complementar, disponibilizando uma quantidade específica de vagas para grupos específicos, principalmente de baixa renda.

As políticas de fornecimento de bolsas para que estudantes de baixa renda do ensino médio possam permanecer na escola ficam a critério dos Estados, dos Municípios ou das próprias escolas. Assim como, no caso das bolsas oferecidas para os estudantes de universidades sejam públicas sejam privadas. Não existe uma política pública específica que atenda à essa necessidade e que possa evitar a evasão escolar antes da conclusão da educação básica.

A transferência de renda realizada pelo Bolsa Família para as famílias dos jovens pobres atua no sentido de tentar conter a alta evasão escolar dos adolescentes, mas restringe-se a jovens até 17 anos e a dois jovens por família. Para os jovens entre 18 e 24 anos, que ainda estejam estudando ou que queiram estudar, não existe nenhum tipo de política pública que atue nesse sentido.

Como apontado na seção anterior, entre 2004 e 2015, houve uma importante redução da evasão escolar. Contudo, entre os jovens de 18 a 24 anos, 29,5% já haviam abandonado os estudos antes de concluir a educação básica. Esta situação é mais grave quanto mais pobre for a família. O que demonstra que o aspecto financeiro é um determinante importante, embora não seja o único, na contenção da evasão escolar. Este é um fator

que atinge sobretudo os homens. No caso das mulheres, as questões familiares são mais relevantes, estando na frente dos aspectos financeiros.

Fraga (2014) ressalta que o número de adolescentes que cursam o antigo supletivo, modalidade de ensino mais rápida destinada a alunos atrasados, cresceu entre 2007 e 2013. As matrículas de alunos de 15 a 17 anos nos anos finais do ensino fundamental da EJA- Educação para Jovens e Adultos subiram 6% no período, para 466 mil. Todas as outras faixas etárias nas diferentes etapas encolheram. Com isso, a fatia dos adolescentes nos anos finais do ensino fundamental da EJA saltou de 22,3% para 30%. Essa migração reflete a dificuldade das escolas em manter os adolescentes na série certa. A ida dos adolescentes para a EJA melhora as estatísticas escolares. Os alunos atrasados transferidos deixam de ser contabilizados em indicadores do ensino regular, como a distorção entre idade e série cursada, que vem caindo no país.

Em suma, as políticas públicas para a educação adotadas ao longo dos anos 2000 propiciaram uma inclusão significativa de jovens nos ensinos médio, superior e profissionalizante. Entretanto, o nível de evasão escolar ainda permanece elevado, o que significa que ainda são necessárias outras políticas públicas complementares para que a juventude brasileira consiga estudar por um tempo mais elevado.

Políticas públicas que garantam a permanência dos jovens na escola passa por oferecer auxílio financeiro para que despesas primordiais das famílias mais pobres com jovens sejam supridas e eles não precisem abandonar os estudos para se manter, assim como aumentar a oferta de vagas em creches públicas onde as jovens possam deixar seus filhos pequenos, caso queiram continuar os estudos e/ou trabalhar. Os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos compõem o grupo majoritário entre os jovens nem-nem e necessitam um olhar atento do poder público.

2.4. A inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro

Um dos pontos cruciais para o entendimento do contexto dos jovens nem-nem é a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O objetivo desta seção é apresentar um panorama sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho que contribua ao conhecimento das características dos jovens nem-nem.

Saboia e Kubrusly (2014) mostram que a partir de 2004 o mercado de trabalho urbano brasileiro apresentou uma mudança de rumo com alterações significativas: a forte redução das taxas de desemprego, o crescimento da população ocupada, o aumento da escolaridade, a elevação do nível médio de remuneração do trabalho, a queda da desigualdade de rendimentos e a redução da informalidade através do aumento da presença da carteira do trabalho assinada para os empregados no setor privado da economia. Mesmo após 2011, com as dificuldades pela economia brasileira, o mercado de trabalho continuou apresentando sinais de melhora até 2013, embora em menor intensidade.

Os autores²¹ apontam um conjunto de motivos que justificam a melhora observada no mercado de trabalho:

- i) aumento das taxas de crescimento da economia em comparação com o período anterior e conseqüente aumento da demanda, estimulando novas contratações e reduzindo o desemprego;
- ii) política de recuperação do salário mínimo que contribuiu para a redução das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho e a elevação do salário médio.
- iii) aumento da fiscalização das relações de trabalho que proporcionaram a regularização das contratações e o aumento da carteira assinada;
- iv) forte crescimento das exportações devido ao cenário externo favorável;
- v) simplificação tributária para as pequenas empresas
- vi) aumento e desconcentração do gasto social
- ii) aumento e diversificação do crédito interno
- viii) uma maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra

As informações apresentadas na tabela 2.10 corroboram essa visão. Entre 2004 e 2015, houve um importante processo de formalização das relações de trabalho. O número de pessoas com carteira assinada cresceu 42,7%, de 26 milhões para 36,8 milhões, o triplo do aumento da população ocupada total, 14,2%, de acordo com a PNAD/IBGE. O número de empregados com carteira em relação ao total de empregados saltou de 54,9% para 64,0%, assim como cresceu a participação dos empregados públicos. Ao mesmo tempo, a participação dos empregados sem carteira diminuiu de 33,1% para 23,3%.

²¹ Cardoso Jr (2007) aponta também uma série de fatores que contribuíram para a recuperação do emprego formal no Brasil em meados dos anos 2000.

Entre os empregados jovens, houve aumento da formalização entre 2004 e 2011, de 22,8% para 25,4%. Contudo, a partir de 2012 vem ocorrendo um movimento inverso, chegando a 21,9% em 2015, o que representa um nível pouco abaixo do observado no início da série em 2004. Observa-se uma redução contínua da participação dos jovens na informalidade, tanto que a participação dos empregados jovens sem carteira no emprego total se reduziu em 7,1 pontos percentuais, de 17,1% para 10,0%.

Tabela 2.10: Distribuição do total de empregados e dos empregados jovens de 15 a 29 anos segundo tipo de ocupação – Brasil – 2004-2015

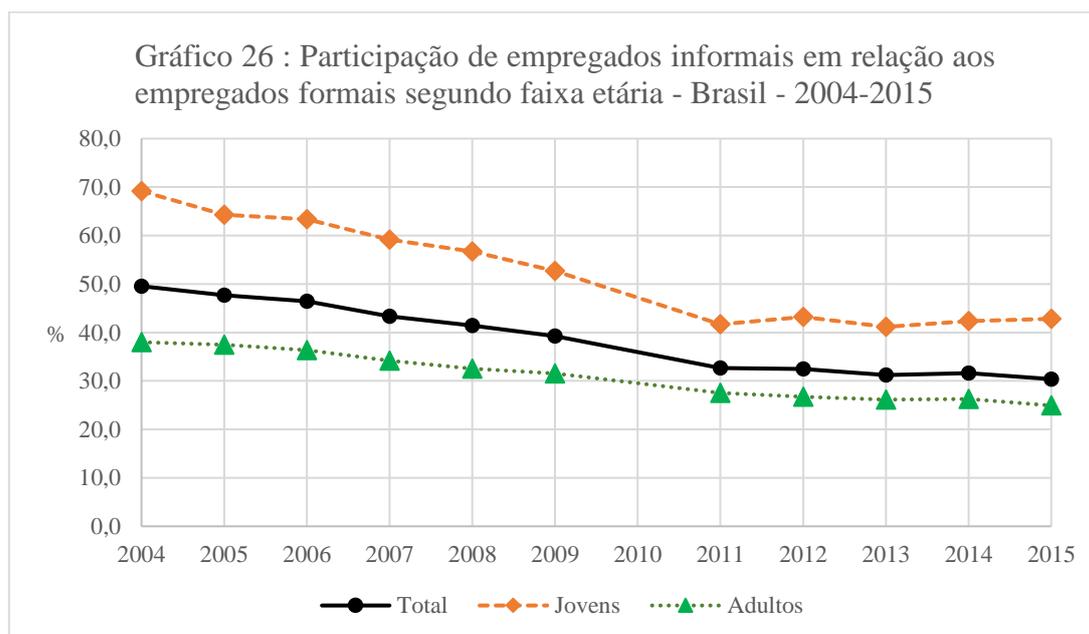
Ano	Total de empregados			Empregados jovens no total de empregados		
	Com carteira	Sem carteira	Militares e funcionários públicos estatutários	Com carteira	Sem carteira	Militares e funcionários públicos estatutários
2004	54,9	33,1	11,9	22,8	17,1	2,0
2005	56,3	32,3	11,4	24,0	16,6	1,8
2006	56,5	31,7	11,8	23,6	16,1	1,8
2007	57,9	30,2	11,9	23,8	15,2	1,9
2008	58,9	29,3	11,8	24,2	14,8	1,9
2009	59,6	28,2	12,2	24,1	13,7	1,9
2011	63,7	24,6	11,7	25,4	11,4	1,8
2012	63,6	24,5	11,9	24,5	11,3	1,7
2013	64,3	23,8	11,9	24,0	10,6	1,7
2014	64,2	24,0	11,8	23,7	10,7	1,6
2015	64,0	23,3	12,7	21,9	10,0	1,5

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

O gráfico 26 mostra a participação dos empregados informais no total de empregados segundo faixas etárias entre 2004 e 2015. As relações informais de trabalho se reduziram substancialmente. Metade dos empregados estavam na economia informal em 2004, tendo se reduzido fortemente até 2011, 32,6%, chegando em 2015 com 30,4%. Entre os jovens a situação era mais crítica, pois 7 em cada 10 jovens estava no emprego informal²² em 2004. Esta relação foi se reduzindo acompanhando o movimento geral de redução de

²² Foi considerado como emprego informal o emprego sem carteira assinada e como emprego formal o emprego com carteira assinada e como servidor público.

informalidade, porém se estabilizou em torno de 4 a cada 10 desde 2011. Entre os adultos, a redução da informalidade também foi significativa, principalmente entre 2004 e 2011, passando de 38,0% para 27,5%. Entre 2012 e 2015, a redução foi menos expressiva, tendo chegado a 24,9%. Portanto, a situação dos jovens é mais crítica do que a dos adultos, com maior resistência na redução da informalidade, demonstrando que existe muito a avançar em relação à ocupação dos jovens no mercado de trabalho.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

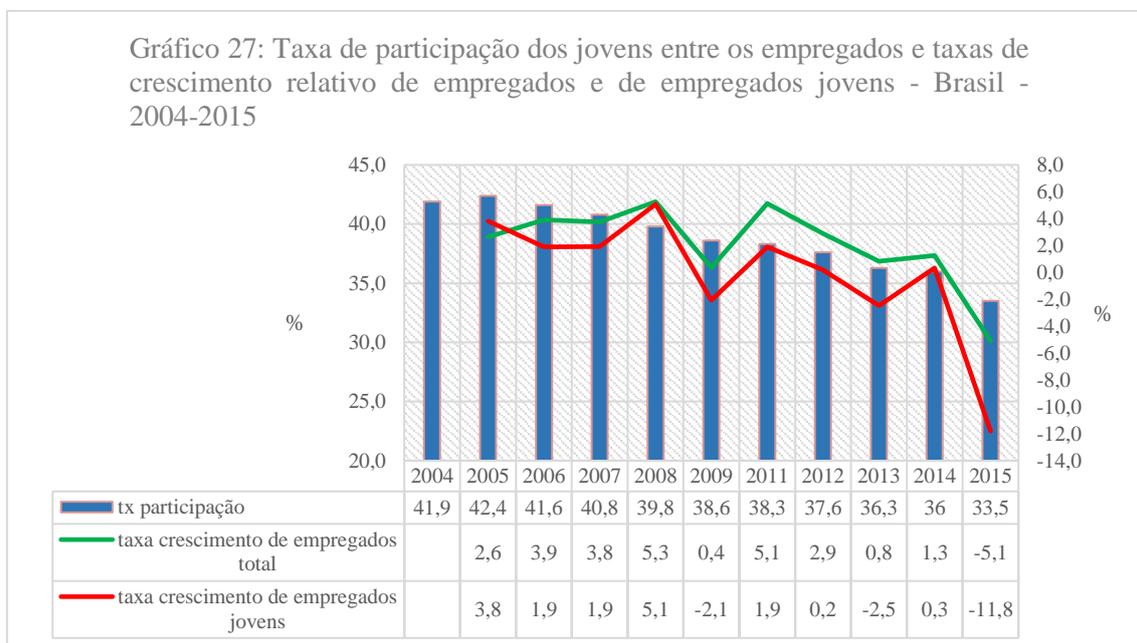
Nota: 1: Jovens entre 15 e 29 anos de idade. Adultos: 30 anos ou mais de idade

2: Não houve pesquisa em 2010.

A melhoria no ambiente econômico e no mercado de trabalho não significou um maior contingente de jovens no mercado de trabalho. O gráfico 27 apresenta a evolução da participação dos jovens entre as pessoas empregadas e as taxas de crescimento relativo do total de empregados e dos empregados jovens de 2004 a 2015. A taxa de crescimento do número de empregados jovens foi positiva entre 2004 e 2008 e em 2011, contudo esse crescimento esteve sempre abaixo do observado no total de empregados.

Apesar do ambiente favorável, a participação dos jovens no mercado de trabalho se reduziu de forma contínua e significativa, passando de 42,4% em 2005 para 33,5%, em 2015. Esta redução pode ter acontecido não somente por restrições na demanda de trabalho, como maior exigência de formação e de experiência, que dificultam o acesso

dos jovens ao mercado de trabalho, mas também do lado da oferta de trabalho, pois os jovens podem ter optado por permanecer estudando ao invés de trabalhar, o que se confirma pelo aumento do número de jovens nos ensinos médio e superior.

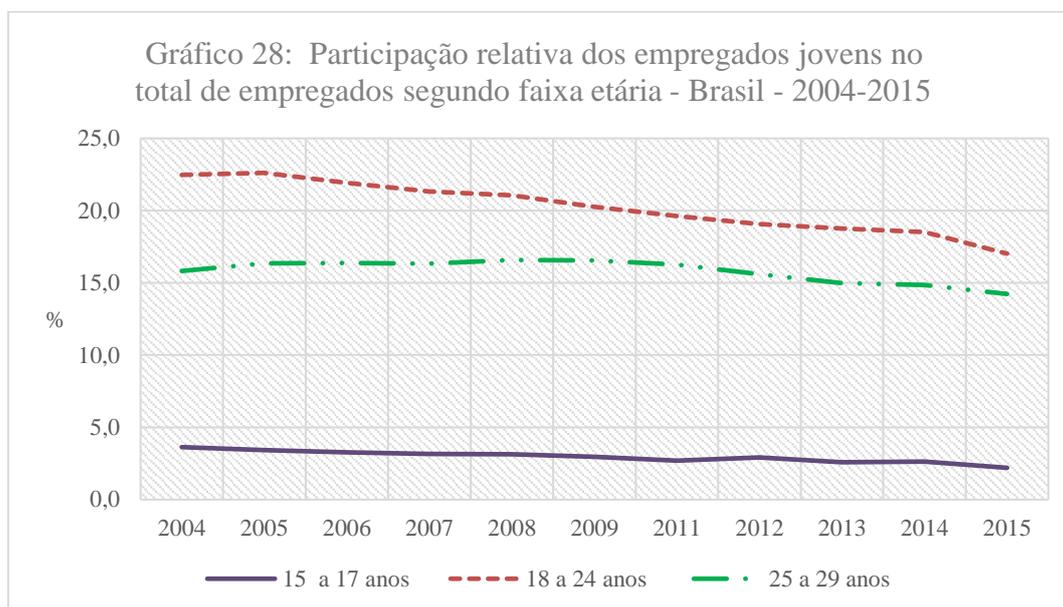


Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

De maneira geral, os homens jovens estavam mais inseridos no mercado de trabalho do que as mulheres jovens, com taxa de ocupação superior em todas as faixas etárias. Mesmo entre os homens mais jovens, de 15 a 17 anos de idade, 29% já estavam trabalhando, enquanto entre as mulheres eram 17%, em 2015. Entre 18 e 24 anos, 71,2% dos homens e 50,6% das mulheres trabalhavam e entre 25 e 29 anos 87,6% e 54,1%, respectivamente.

Em relação à faixa etária, a redução na participação dos jovens no mercado de trabalho foi mais acentuada entre os jovens de 18 a 24 anos, de 22,5% para 17,0% do total (gráfico 28). Na faixa etária de 25 a 29 anos, a participação manteve-se praticamente estável entre 2005 e 2011 em torno de 16,5%, reduzindo-se paulatinamente até atingir 14,2% em 2015. A faixa de 15 a 17 anos tinha a menor participação, apresentou queda entre 2004 e 2009, mantendo-se estável até 2015. É uma faixa etária em que a maioria dos jovens está estudando, a opção por se manter-se fora no mercado de trabalho é clara, justamente o oposto do que ocorre entre 25 e 29 anos. A faixa etária mais complexa é a de 18 a 24 anos, pois uma parcela de jovens não mais estuda e ao mesmo tempo apresenta

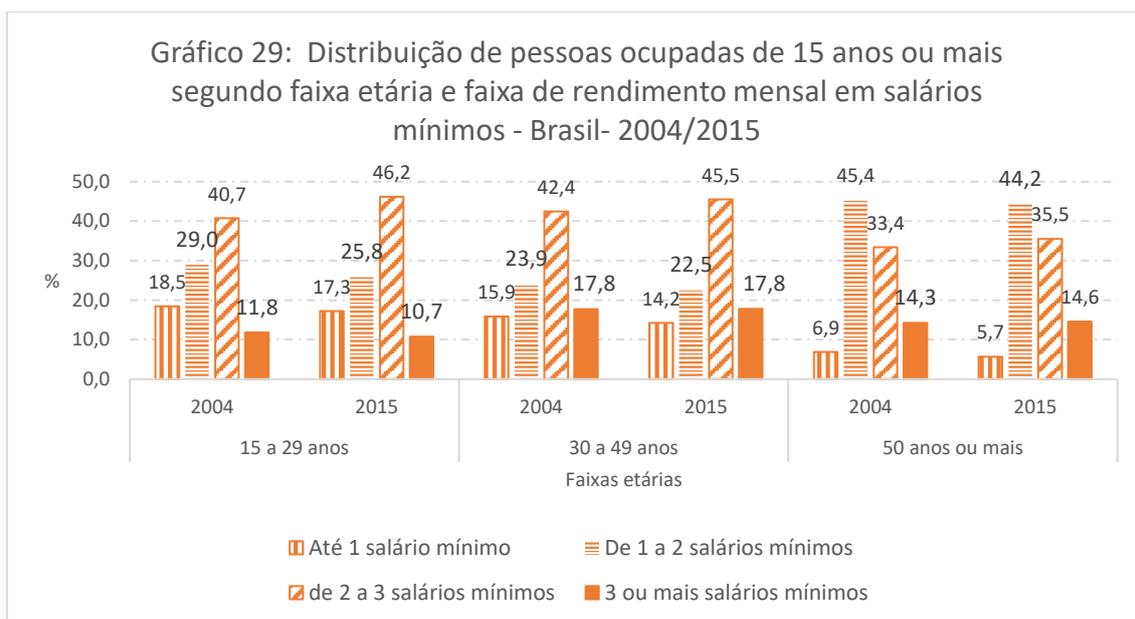
dificuldades de se inserir e se manter no mercado de trabalho. A maior parcela de jovens nem-nem está justamente nessa faixa etária.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

Em relação aos rendimentos, em 2015, os jovens recebiam menos do que os adultos de 30 a 49 anos. Em ambas as faixas etárias, a maior parcela recebe entre 2 e 3 salários mínimos mensais, 46,2% e 45,5%, respectivamente (gráfico 29). Contudo, entre os jovens, 43,1% recebiam até 2 salários mínimos e somente 10,7% recebiam 3 salários mínimos ou mais. Entre os adultos, a parcela que recebia até 2 salários mínimos era menor, 36,7%, e a que recebia 3 salários mínimos ou mais era maior, 17,8%. Entre os adultos mais velhos, acima de 50 anos, a maior parcela estava entre 1 e 2 salários mínimos, 44,2%. A parcela dos que recebiam até 1 salário mínimo era a mais baixa, 5,7%.

Em comparação com 2004, a situação dos jovens em 2015 havia melhorado em relação aos rendimentos, enquanto a dos adultos e dos adultos mais velhos permaneceram muito semelhantes. A maior parcela de jovens recebia até 2 salários mínimos, 47,5%, e 40,7% entre 2 a 3 salários mínimos. Ou seja, os jovens recebem menores salários do que os adultos, mas o nível salarial em 2015 estava ligeiramente melhor do que em 2004.

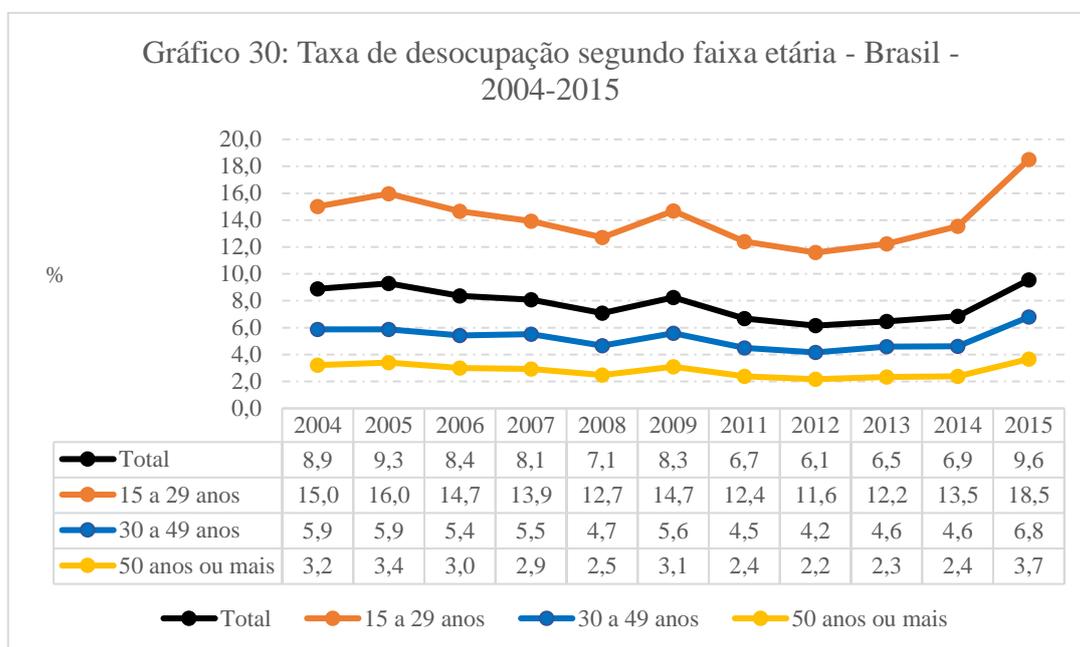


Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

Corseuil et al (2014) apontam que um dos fatos mais preocupantes em diversos países é a existência de baixas taxas de emprego para jovens trabalhadores, levando geralmente ao desemprego. A Organização Internacional do Trabalho- OIT mostra que a taxa de desocupação para jovens no mundo era mais que o dobro da taxa para os adultos, em 2013. Outro fato preocupante e bem documentado para países em desenvolvimento, segundo os autores, é a maior prevalência de emprego informal entre os jovens, o que é entendido como evidência de uma inserção no mercado de trabalho em postos de pior qualidade.

No Brasil, a taxa de desocupação dos jovens é quase três vezes maior do que a de adultos entre 30 e 49 anos e cinco vezes maior do que os adultos com 50 anos ou mais (gráfico 30). Entre 2004 e 2015, a taxa média total de desocupação foi de 7,8%, mas entre os jovens foi quase o dobro, 14,1%. A taxa varia de acordo com o ciclo econômico, crescendo em momentos de crise e recuando em períodos de crescimento econômico. Assim, os picos foram observados nos anos de crise econômica em 2009 e em 2015. Ao longo do período, é possível observar que além da taxa dos jovens estar bem acima da taxa dos adultos, ela oscila mais. Nos anos de crise, a taxa juvenil varia pelo menos duas vezes mais do que a dos adultos. Em 2009, ela cresceu 2,0 p.p, enquanto dos adultos de 30 a 49 anos cresceu 1,0 p.p. e de 50 anos ou mais 0,6 p.p. Em 2015, a taxa juvenil subiu

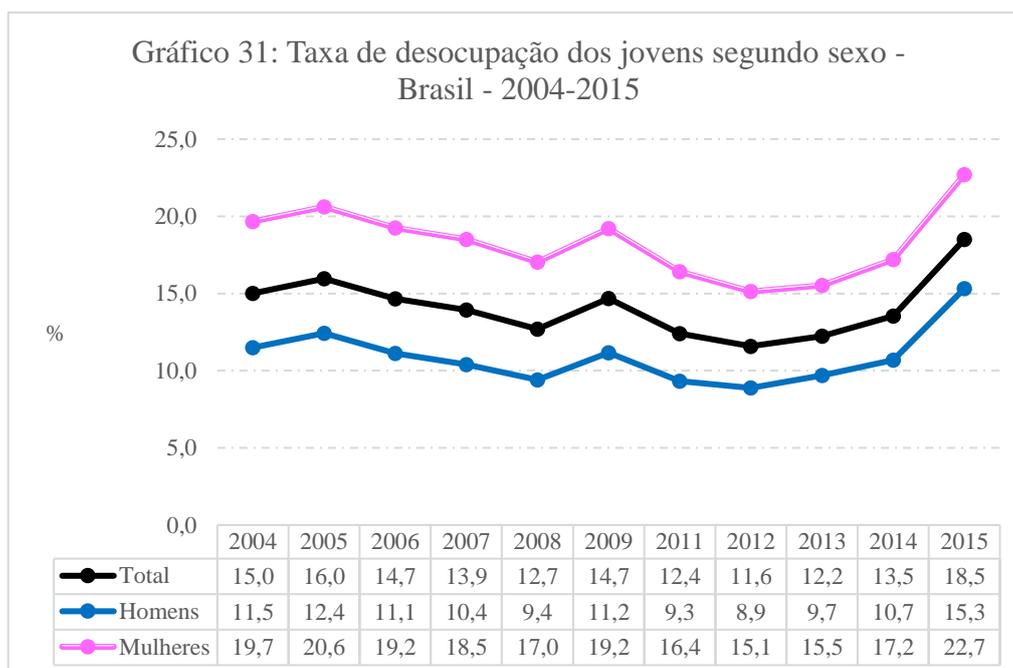
5,0 p.p. e a dos adultos 2,2 p.p. e 1,3 p.p, respectivamente. Ou seja, os jovens apresentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e em momentos de crise são os mais atingidos pela desocupação.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Ademais, existe uma grande diferença nas taxas de desocupação juvenil segundo sexo. Entre as mulheres, a taxa estava cerca de 70% acima da taxa dos homens entre 2004 e 2012 (gráfico 31). A partir de 2013, com o crescimento da taxa de desocupação juvenil dos homens, essa diferença caiu para cerca de 60,0%. Em média, entre 2004 e 2015, a taxa das mulheres jovens foi de 18,3% e dos homens 10,9%. Considerando que a taxa de desocupação média foi de 7,8%, pode-se afirmar que a dificuldade de inserção dos jovens é alta, mas para as mulheres jovens é ainda mais difícil do que para os homens jovens apesar das mulheres possuírem um nível de escolaridade maior.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

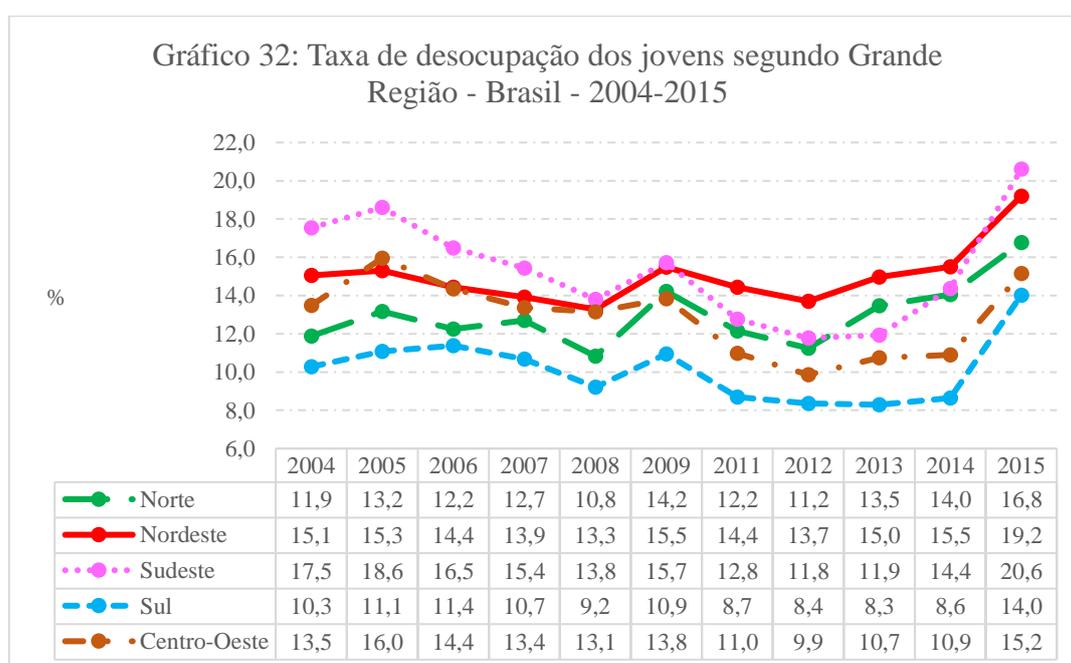
A dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho pode ser ainda maior para aqueles que tentam o primeiro emprego. Reis (2014) mostrou essa dificuldade em comparação com os adultos. Segundo o autor, a probabilidade de os jovens em busca do primeiro emprego ainda se encontrarem desempregados é de 58% após oito trimestres. Para os jovens que já trabalharam anteriormente, a probabilidade é de 38%, enquanto para os indivíduos com idade entre 25 e 60 anos a probabilidade estimada de permanecer no desemprego é de 41%. Depois de vinte trimestres, a probabilidade de jovens que nunca trabalharam ainda permanecerem desempregados é de 29%, enquanto para aqueles na mesma faixa etária que já trabalharam anteriormente é de 17%. Para os adultos, a probabilidade de permanecerem no desemprego após vinte trimestres também é igual a 17%.

Reis (2014) revela que o primeiro emprego dos jovens costuma apresentar algumas peculiaridades em relação ao restante do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, os jovens em busca do primeiro emprego passam por um período mais longo de desemprego, mesmo em relação a outros jovens na mesma faixa etária, mas com alguma experiência prévia no mercado de trabalho. Em segundo lugar, o primeiro emprego está geralmente associado a empregos sem carteira, temporários, ou em tempo parcial, e com remunerações bem mais baixas que a média. Apesar de ingressar no mercado de trabalho em condições mais precárias, uma parcela elevada dos jovens progride rapidamente.

Muitos dos que começaram como empregados sem carteira assinada se transferem para empregos no setor formal durante o período de um ano. Além disso, após um ano, os jovens tendem a registrar aumentos significativos nos rendimentos em relação ao que recebiam no primeiro emprego.

Em nível regional, as regiões Sudeste e Nordeste apresentaram as maiores taxas de desocupação juvenil entre 2004 e 2015 (gráfico 32). Houve uma inversão nas duas primeiras colocações, pois entre 2004 e 2009 e em 2015, as taxas na região Sudeste eram as mais elevadas e entre 2011 e 2014 a região Nordeste assumiu a liderança.

É interessante notar que as taxas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram tendência contínua de queda entre 2005 e 2012, com exceção é claro de 2009, enquanto as taxas das regiões Nordeste e Norte apresentaram tendência de estabilidade nesse período e em 2013 aumentaram, enquanto na região Sudeste somente subiu a partir de 2014 e nas demais em 2015. Ou seja, o crescimento econômico e o bom desempenho do mercado de trabalho beneficiou mais os jovens das regiões Centro-Sul do País. Os jovens das regiões Norte e Nordeste permaneceram com dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e foram os primeiros a sentir os efeitos da crise econômica que se iniciou em 2014.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 2004-2015.

Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Outra questão relevante no mercado de trabalho refere-se à rotatividade nos postos de trabalho. Corseuil et al (2014) mostram que os postos de trabalho encontrados pelos jovens têm duração menor e são em firmas mais instáveis, fazendo com que sua rotatividade no mercado de trabalho seja maior que a dos adultos. Essa situação seria ainda mais acentuada para jovens de baixa escolaridade. Isto demonstra que mesmo o jovem consegue entrar no mercado de trabalho, mas apresenta dificuldade em permanecer.

Para Corseuil et al (2014), a fim de diminuir as taxas de rotatividade, a principal dimensão para fins de política públicas deve ser reduzir a taxa de desligamento. Com efeito, embora as contratações e os desligamentos estejam inter-relacionados, enfrentar o problema dos elevados níveis de saída parece mais eficiente para manter os trabalhadores por mais tempo em seus trabalhos.

A situação dos homens jovens no mercado de trabalho também é desafiadora. Os jovens desocupados podem estar em uma situação de vulnerabilidade econômica muito maior do que aqueles que são inativos, pois neste caso muitos ainda estão estudando. Por sua vez, não se pode descartar a possibilidade de entre os jovens inativos estejam aqueles desocupados por desalento. Ou seja, tentaram se inserir no mercado de trabalho, mas desistiram de procurar, retornando à inatividade.

Existem diferentes abordagens acadêmicas relacionadas à questão da juventude e do trabalho. Mattos e Chaves (2010 apud Abramovay et al, 2015) identificam uma vertente para a qual o trabalho representa uma situação de risco, principalmente por não se enquadrar na definição de trabalho decente, prejudica os estudos e pode até mesmo acarretar em abandono escolar; uma segunda vertente considera que o trabalho em si não representa um risco intrínseco, pois pode favorecer a permanência do jovem na escola e aumentar seus interesses pelo estudo. Para alguns, é o próprio trabalho que motiva o retorno à escola. No entanto, existe um consenso de que a educação é um fator fundamental na inserção profissional da juventude.

Alguns jovens têm no trabalho uma categoria essencial, embora se saiba que trabalhar possibilita a essa parcela da população recursos para o lazer e o consumo, bem como um aumento do grau de autonomia, o que significa a passagem para a vida adulta: “[...] uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola

e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas” (BOURDIEU, 1983). O trabalho pode em determinadas situações adquirir centralidade na vida dos jovens, retirando a escola dessa posição (SARAVÍ, 2009 apud Abramovay et al, 2015).

Contudo, tal centralidade não necessariamente responde ao desejo dos jovens, mas a necessidades materiais. É quando muitas vezes o trabalho no presente pode vir a comprometer uma trajetória. O mais comum é que os jovens não se insiram no mundo do trabalho por aquilo que se entende como trabalho decente, pois em geral ocupam postos informais, precários, de curta duração e baixa remuneração.

2.5. Políticas públicas para incentivo à inserção laboral dos jovens

Assim como no campo educacional, os governos federais e estaduais adotaram uma série de políticas públicas de trabalho para a juventude ao longo das últimas décadas. A adoção de medidas que visem melhorar a qualificação profissional dos jovens e sua inserção no mercado de trabalho no Brasil remonta aos anos 1940, segundo Gonzalez (2009). Nesta época, de acordo com o autor, foram constituídos os serviços de aprendizagem voltados para a formação de jovens e adultos para a indústria e para o comércio, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC, cujo objetivo era atender à necessidade de força de trabalho desses setores. Contudo, somente a partir dos anos 1990, que ganha força a perspectiva de estruturar cursos de qualificação profissional voltados especificamente para os jovens em situação de risco social, por meio de cursos financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT. Eram cursos focados nos jovens das comunidades mais pobres, com a intenção declarada de enfrentar sua marginalização e, até mesmo, seu envolvimento com a criminalidade.

Para Gonzalez (2009), existiriam duas opções de políticas. A primeira seria preparar o jovem para fazer a transição escola-trabalho, procurando facilitar sua contratação e oferecendo melhores oportunidades e trabalho. A segunda opção vai em sentido contrário, prolongando sua escolarização, desestimulando sua entrada no mercado de trabalho. No Brasil, existem políticas federais que combinam os dois enfoques. Todas

as iniciativas que já foram implementadas, segundo o autor, direcionam-se à formação profissional, ao incentivo à contratação ou ao empreendedorismo, visando facilitar a inserção do jovem ao mundo do trabalho.

Para Mesquita (2006), as políticas de emprego realizadas para os jovens a partir da década de 1990 podem ser classificadas em três tipos, pois incorporam as políticas de qualificação profissional ao lado das políticas de inserção no mercado de trabalho e das políticas de retardamento do ingresso ao mercado de trabalho.

As políticas de qualificação profissional objetivam preparar os jovens para concorrer a uma vaga no mercado de trabalho. Para os formuladores dessas políticas, o problema principal enfrentado pelo segmento juvenil não seria a ausência de postos de trabalho, mas de baixa qualificação dos jovens. Um outro objetivo seria permitir que ricos e pobres competissem com igualdade pelas vagas do mercado de trabalho.

As políticas de inserção no mercado de trabalho buscam criar mecanismos que facilitem a passagem dos jovens da inatividade para o mercado de trabalho através de estágios ou o estabelecimento de subsídios financeiros para as empresas contratarem jovens tanto em empregos formais como em estágios. Para os formuladores dessas políticas, o desemprego dos jovens se resolveria por intermédio da inserção no mercado de trabalho, e em muitos casos, se coloca o ingresso à estrutura produtiva como forma de evitar o aumento da violência e da vulnerabilidade juvenil.

As políticas de retardamento do ingresso no mercado de trabalho são ações que tentam diminuir o desemprego dos jovens e a pressão desse segmento social sobre o mercado de trabalho através de medidas que visam retardar a inserção no mercado de trabalho. Essas medidas se destacam por ampliar o tempo de permanência dos jovens na escola, bem como sua qualificação profissional, além do incentivo a cidadania pelo exercício de trabalhos sociais. Contudo, isso somente é possível pelo recebimento de uma bolsa de estudos pelos jovens, que enquanto estão vinculados à política não podem procurar emprego, desta maneira podem ter renda e auxiliar no orçamento familiar. Evitaria, que os jovens atendidos aceitassem quaisquer empregos, sobretudo os precários, que em muitos casos prejudicam a ida a escola (Mesquita, 2006).

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador-Planfor, vigente entre 1995 e 2002, teve 40% dos educandos na faixa etária entre 16 e 24 anos. A partir de 2003, foram instituídas novas diretrizes no Plano Nacional de Qualificação – PNQ como a elevação da carga horária dos cursos e o estreitamento da articulação com o sistema público de emprego. Neste sentido, Gonzalez (2009) considera que a percepção de que apenas oferecer cursos de formação profissional não mudaria significativamente a situação dos jovens no mercado de trabalho, influenciou a criação de programas que procuravam aliar qualificação e alguma medida de colocação no mercado de trabalho.

Além do Governo Federal, os Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Bahia também adotaram programas públicos de estímulo à contratação de jovens. Os quadros 2 e 3 apresentam os órgãos responsáveis, a legislação e os objetivos dos programas.

Quadro 2: Órgãos responsáveis e legislação

Programa	Responsável	Legislação
Programa Primeiro Emprego	Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Lei 11.363, de 30 de julho de 1999; • Decreto 39.696, de 31 de agosto de 1999; • Decreto 39.821, de 17 de dezembro de 1999.
Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho	Governo do Estado de São Paulo/Secretaria de Estado de Relações de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto 44.860, de 27 de abril de 2000; • Decreto 45.761, de 19 de abril de 2001.
Programa Primeiro Emprego	Governo do Estado da Bahia/Secretaria do Trabalho e Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Lei 8.578, de 20 de fevereiro de 2003; • Decreto 8.485, de 07 de abril de 2003.

Fonte: Weyrich (2007)

Quadro 3: Objetivos dos programas de primeiro emprego

Programa	Objetivos
Programa Primeiro Emprego/RS	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a inserção dos jovens ao mercado de trabalho e sua escolarização; • Estimular o desenvolvimento das cooperativas, das micro, pequenas e médias empresas e das propriedades rurais no Estado do Rio Grande do Sul; • Fortalecer a participação da sociedade na formulação de políticas de geração de trabalho e renda.
Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho/SP	<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao jovem sua primeira oportunidade de experiência profissional, através do estágio.
Programa Primeiro Emprego/BA	<ul style="list-style-type: none"> • Estimular a geração de novos postos de trabalho para emprego dos jovens.

Fonte: Weyrich (2007)

No Rio Grande do Sul, foi criado o Programa Primeiro emprego, em 1999, voltado a jovens de 16 a 29 anos, sem emprego formal anterior e que estivessem frequentando os ensinos fundamental, médio ou superior. Os jovens que participassem de programas de inclusão social, em situação de pobreza e que estivessem cursando o ensino fundamental teriam prioridade, assim como os jovens egressos do sistema prisional e com deficiências. Em 2000, o Governo do Estado de São Paulo criou o Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho era direcionado a estimular as empresas a oferecerem estágios para jovens de 16 a 21 anos matriculados nas instituições de ensino médio ou profissionalizante, não tenham vínculo empregatício e estejam cursando as séries mais adiantadas. 10% das vagas direcionado para quem participasse de programas de inclusão social de recuperação de jovens. Em 2003, o Governo do Estado da Bahia criou o Programa Primeiro Emprego para jovens de 18 a 25 anos que não tivessem vínculo formal anterior. Esses programas ainda permanecem em funcionamento.

Weyrich (2007) constatou que os programas de estímulo ao primeiro emprego para jovens apresentam aspectos restritivos em relação ao universo de jovens atendido. A maior parte deles visa beneficiar apenas o jovem menos favorecido, contudo o problema do desemprego juvenil atinge aos jovens sem discriminação de classe social. Outro aspecto verificado é que a maior parte dos programas prefere visar à inserção do jovem no mercado de trabalho por meio de subsídios às empresas contratantes. Foi constatado

também que o programa do estado da Bahia é o mais abrangente no que diz respeito ao público-alvo: não há critérios severos para a qualificação dos jovens interessados, ao contrário do programa paulista, onde houve uma excessiva focalização do público-alvo.

Para tratar a questão do emprego dos jovens, durante o governo Lula foi implementado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens- PNPE através da Lei nº 10.748/2003. Ele visava melhorar a qualificação e estimular a geração de postos de trabalho para jovens entre 16 e 24 anos em situação de desemprego involuntário, sem vínculo empregatício anterior, provenientes de famílias com até ½ salário mínimo per capita e matriculados e frequentando o ensino fundamental, médio ou de jovens e adultos ou que já tenham concluído o ensino médio. O cadastramento dos jovens era realizado através do Sistema Nacional de Emprego- SINE ou órgãos ou entidades conveniadas como as Delegacias Regionais do Trabalho. O objetivo era que a atuação fosse descentralizada. Os contratos poderiam ser por tempo indeterminado ou por tempo determinado por no mínimo 12 meses. A contratação era incentivada através de subvenção econômica do governo aos empregadores no valor de cerca de meio salário mínimo ao longo do primeiro ano.

Sampaio e França (2009) afirmam que o PNPE teve como parceiros a Organização Internacional do Trabalho-OIT; o Banco Interamericano de Recuperação do Desenvolvimento- BIRD, os Governos Estaduais, as prefeituras Municipais e as Organizações e movimentos da sociedade civil, além de empresas privadas e o sistema “s” de ensino.

O PNPE possuía duas linhas de ação. Uma primeira linha em projetos Consórcios Sociais da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Juventude Cidadã para qualificar os jovens que seriam posteriormente inseridos no mercado de trabalho. Na segunda linha, estavam as ações de captação de vagas no mercado formal, com contratações subsidiadas pelo governo ou não, e as ações alternativas de geração de renda, como empreendedorismo, cooperativismo e associativismo, ou ainda, os contratos especiais de trabalho nas linhas de Aprendizagem e estágio (Sampaio e França, 2009).

Segundo Gonzalez (2009), este programa teve adesão muito restrita por parte dos empregadores, com o argumento de que as restrições quanto ao tipo de contrato e demissões tornariam a contratação subvencionada pouco atrativa. O autor afirma que a

resposta do governo federal à dificuldade enfrentada pelo PNPE foi combinar em um programa a preparação para o trabalho e a elevação de escolaridade por meio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que iniciou em 2005. Este programa era voltado para jovens de 18 a 24 anos que não haviam concluído o ensino fundamental. Apesar de manter a intenção de que estes jovens se integrassem ao mundo do trabalho após saírem do programa, o ProJovem reforçou a perspectiva de adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, ao conceder uma bolsa de um ano para que os jovens concluíssem o nível fundamental.

Programas públicos voltado para o primeiro emprego dos jovens são importantes, pois, como mostra Reis (2015), jovens em busca do primeiro emprego apresentam probabilidades menores de sair do desemprego do que os demais trabalhadores que já tiveram emprego antes. Contudo, a situação dos jovens que já trabalharam anteriormente parece bastante semelhante à dos adultos. A dificuldade dos jovens transitarem do desemprego para o emprego está associada particularmente ao primeiro emprego. Uma vez adquirida alguma experiência no mercado de trabalho, os jovens não mostram condições necessariamente piores do que os trabalhadores mais velhos no que se refere à probabilidade de conseguir emprego. Os resultados de Monte, Araújo e Lima (2007) também sinalizam nesse sentido ao compararem as transições do desemprego para o emprego entre pessoas que procuram o reemprego com aquelas em busca do primeiro emprego. As probabilidades de permanência no desemprego após 12 meses e 24 meses foram maiores para quem procurava o primeiro emprego.

As Leis do Jovem Aprendiz (nº 10.097/2000 e nº 11.180/2005) também se enquadram nas políticas que procuram conciliar escolarização, formação profissional e trabalho. Elas obrigaram as empresas a contratar um número de aprendizes equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% de seu contingente de empregados e permitiram a contratação de jovens entre 14 e 24 anos por tempo determinado, até dois anos sob a condição de que estes frequentem um curso de aprendizagem profissional. Diante da obrigação legal e da expansão da faixa etária de jovens que pode ser abarcada pelos contratos de aprendizagem, diferentemente dos outros programas, estes estão se difundindo rapidamente.

Em 2007, a Medida Provisória nº 411/2007 criou no âmbito do Programa Bolsa Família o Benefício Variável Jovem, que assegura um adicional às famílias beneficiárias com filhos entre 16 e 17 anos. A partir de então, segundo Gonzalez (2009), o desenho da política de juventude no tocante ao trabalho parece ter começado a se articular em dois níveis. No primeiro, há um esforço de manter os jovens até 17 anos na escola e oferecer oportunidades de elevação de escolaridade para os acima desta idade. Trata-se de incentivar o adiamento da (re)entrada no mercado de trabalho. No segundo nível, continua a haver duas modalidades destinadas a favorecer a inserção no mundo do trabalho: o ProJovem Trabalhador e o ProJovem Campo, este último voltado para a juventude rural. A novidade trazida pela nova política de juventude foi justamente a tentativa de sistematizar essas experiências e dar-lhes escala. Porém, esse propósito não foi alcançado. Em 2008, reunindo o ProJovem Urbano e o ProJovem Campo, foram beneficiados 334,2 mil jovens e concedidos 160 mil bolsas. A abrangência desse programa foi limitada dentro do universo de cerca de 7 milhões de jovens na faixa etária atendida pelo programa.

Em suma, os programas adotados tiveram alcance limitado, não conseguindo efetivamente absorver a força de trabalho jovem desocupada. As políticas públicas precisam agir de forma coordenada entre jovens, escola e empresas. Os jovens precisam ser informados para compreenderem quais profissões e atividades lhes proporcionariam melhores chances de inserção no mercado de trabalho. A escola teria um papel fundamental, instruindo os jovens, orientando-os em parceria com as ofertas de emprego em empresas privadas, entidades sem fins lucrativos e órgãos públicos. Para os mais pobres, a subvenção econômica para permanecerem estudando ao invés de abandonar os estudos para trabalhar, é essencial.

Conclusões

O Brasil é um país com uma imensa população jovem, quase 50 milhões. Um a cada quatro brasileiro é jovem. O país ainda possui um “bônus demográfico”, que para ser utilizado pressupõe crescimento econômico e investimentos que gerem emprego para absorver essa força de trabalho em idade produtiva.

O País atravessa a terceira fase da transição demográfica com redução da taxa de natalidade e redução do crescimento populacional. A taxa de fecundidade era de 1,72

filho por mulher, em 2015, abaixo do nível de reposição. A parcela de crianças e jovens na população tem se reduzido e a de adultos e idosos tem crescido. As realidades regionais, contudo, são muito distintas. Nas regiões Norte e Nordeste, as taxas de fecundidade são mais elevadas do que nas demais regiões e, conseqüentemente, as parcelas de jovens na população também são mais altas.

Em relação a outros países, as mulheres brasileiras possuem uma fecundidade rejuvenescida. A gravidez indesejada na adolescência é uma realidade, demonstrando que as jovens têm dificuldade em separar sexualidade e reprodução.

A maternidade influencia fortemente na determinação da condição nem-nem das adolescentes brasileiras. Em 2015, cerca de 60% das jovens entre 15 e 19 anos que tinham pelo menos um filho eram nem-nem. Por outro lado, a maioria das jovens adolescentes que não possuíam filho tinham possibilidade de somente estudar e a parcela de nem-nem era pequena.

A taxa de fecundidade está relacionada ao nível educacional da mãe. Quanto menor o nível, maior a taxa e vice-versa. Para mudar a situação das jovens brasileiras, é necessário ampliar o acesso ao ensino médio, onde as jovens têm acesso às informações que possibilitam um melhor controle sobre a sua escolha em relação à maternidade. O investimento público em educação básica no Brasil é premente, 41% dos jovens abandonam o ensino médio antes de concluí-lo.

A educação seria, assim, um fator chave na determinação dos jovens nem-nem, tendo em vista que quanto maior o nível de escolaridade, menor a taxa de fecundidade e menor a chance de a mulher entrar nesta condição.

Uma série de políticas públicas foram adotadas no setor educacional ao longo dos anos 2000 no Brasil, que levaram ao aumento da taxa de frequência dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio entre 2004 e 2015, assim como da taxa de frequência dos jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior. Esse aumento foi mais significativo para as mulheres em ambas as modalidades de ensino. Houve melhoria ainda na educação profissional.

Em termos regionais, destacam-se os aumentos das taxas de frequência dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio nas regiões Norte e Nordeste, tendo em vista que apresentavam as menores taxas em 2004. Apesar disso, as taxas nessas regiões ainda eram as mais

baixas em 2015. Por sua vez, a região Sudeste apresentava as maiores taxas de frequência em ambos os sexos no ensino médio em 2004 e em 2015.

Com o aumento das taxas de frequência nos ensinos médio e superior e da participação dos jovens nos cursos profissionalizantes, a evasão escolar entre 18 e 24 anos diminuiu entre 2004 e 2015, passou de 38,6% para 29,5%. Entretanto, ela ainda pode ser considerada elevada, pois 3 a cada 10 jovens brasileiros ainda permanecem fora do sistema de ensino, sendo mais elevada quanto menor o rendimento domiciliar. Aqueles que fazem parte de domicílios mais pobres possuem taxa de evasão escolar cinco vezes superior do que aqueles que fazem parte dos domicílios mais ricos, demonstrando que a condição econômica familiar pesa muito na decisão do jovem abandonar os estudos.

Existe uma importante diferença de gênero entre os motivos do abandono escolar, mais do que da área onde vivem. No caso das mulheres, os motivos familiares seriam os principais responsáveis, enquanto para os homens seriam os motivos econômicos. Os motivos familiares apontados pelas mulheres para o abandono escolar estão na maioria das vezes relacionados à necessidade de cuidado de crianças, sejam filhos, irmãos ou parentes.

Os governos federal e estadual adotaram diversos programas para incentivar a entrada e/ou permanência dos jovens nos sistemas de ensino básico e superior. Em 1999, o FIES foi criado com o objetivo de financiar a graduação presencial na educação superior de estudantes matriculados em cursos não gratuitos. O PROUNI foi criado em 2004 como o objetivo de fornecer bolsas de permanência integrais ou parciais para pessoas sem diploma de curso superior em universidades privadas. O PRONATEC foi criado em 2011, com o objetivo de expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda para que famílias pobres mantenham suas crianças e adolescentes na escola. O programa foi criado em 2003, contemplando famílias que tivessem crianças até 15 anos, gestante ou nutriz. A partir de 2008, os jovens até 17 anos foram incluídos com o objetivo de ajudar conter a evasão escolar nesta faixa etária.

As cotas raciais e sociais também têm sido utilizadas como medida afirmativa, visando melhorar a inclusão dos jovens no ensino superior. Os jovens que também estudaram integralmente em escolas públicas ou com bolsa integral em escolas privadas, também são beneficiados. O objetivo é facilitar a inclusão daqueles que não tiveram as mesmas oportunidades de jovens com melhores condições sociais e financeiras.

Longe de serem uma unanimidade, os programas educacionais sofreram inúmeras críticas tais como precarização do trabalho docente, estímulo às instituições privadas, dentre outras. As políticas de fornecimento de bolsas para que estudantes de baixa renda do ensino médio possam permanecer na escola ficam a critério dos Estados, dos Municípios ou das próprias escolas. Assim como no caso das bolsas oferecidas para os estudantes de universidades, sejam públicas ou sejam privadas, não existe uma política pública específica que atenda à essa necessidade e que possa evitar a evasão escolar antes da conclusão da educação básica.

A transferência de renda realizada pelo Bolsa Família para as famílias dos jovens pobres atua no sentido de tentar conter a alta evasão escolar dos adolescentes, mas restringe-se a jovens até 17 anos e a dois jovens por família. Para os jovens entre 18 e 24 anos, que ainda estejam estudando ou que queiram estudar, não existe nenhum tipo de política pública que atue nesse sentido.

Em relação ao mercado de trabalho urbano, desde 2004 apresentou uma mudança de rumo em decorrência do crescimento econômico com forte redução das taxas de desemprego, crescimento da população ocupada, aumento da escolaridade dos trabalhadores, elevação do nível médio de remuneração do trabalho, queda da desigualdade de rendimentos do trabalho e a redução da informalidade através do aumento da presença da carteira de trabalho assinada para os empregados no setor privado da economia. Após 2011, apesar das dificuldades da economia brasileira, o mercado de trabalho continuou apresentando sinais favoráveis até 2013, embora em menor intensidade.

Foram cerca de 11 milhões novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada entre 2004 e 2015, um aumento de 42,7%. As relações informais de trabalho se reduziram substancialmente principalmente entre os jovens. Em 2004, cerca de 70% estavam no emprego informal. Esse percentual se reduziu, tendo se estabilizado em torno de 40% desde 2011. Entre os adultos, a redução da informalidade também foi significativa, de 38,0% para 24,9% entre 2004 e 2015. Portanto, a situação dos jovens é mais crítica do

que a dos adultos, com maior resistência na redução da informalidade, demonstrando que existe muito a avançar em relação à ocupação dos jovens no mercado de trabalho.

Apesar do ambiente mais favorável, a participação dos jovens no mercado de trabalho se reduziu de forma contínua e significativa, passando de 42,4% em 2005 para 33,5%, em 2015. Esta redução pode ter acontecido não somente por restrições na demanda de trabalho, como maior exigência de formação e de experiência, que dificultam o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, mas também do lado da oferta de trabalho, pois os jovens podem ter optado por permanecer estudando ao invés de trabalhar, o que em parte se confirma pelo aumento do número de jovens nos ensinos médio e superior.

Os jovens recebem menores salários do que os adultos, mas o nível salarial em 2015 estava ligeiramente melhor do que em 2004. A taxa de desocupação dos jovens é quase três vezes maior do que a de adultos entre 30 e 49 anos e cinco vezes maior do que os adultos com 50 anos ou mais. Entre 2004 e 2015, a taxa média total de desocupação foi de 7,8%, mas entre os jovens foi quase o dobro, 14,1%.

O crescimento econômico e o bom desempenho do mercado de trabalho beneficiou mais os jovens das regiões Centro-Sul do País. Os jovens das regiões Norte e Nordeste permaneceram com dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e foram os primeiros a sentir os efeitos da crise econômica que se iniciou em 2014.

Assim como no campo educacional, os governos federais e estaduais adotaram uma série de políticas públicas de trabalho para a juventude ao longo das últimas décadas. Além do Governo Federal, os Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Bahia também adotaram programas públicos de estímulo à contratação de jovens. Para tratar a questão do emprego dos jovens, em 2003 foi implementado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens- PNPE com duas linhas de ação. Uma primeira linha em projetos Consórcios Sociais da Juventude, Empreendedorismo Juvenil e Juventude Cidadã para qualificar os jovens que seriam posteriormente inseridos no mercado de trabalho. Na segunda linha, estavam as ações de captação de vagas no mercado formal, com contratações subsidiadas pelo governo ou não, e as ações alternativas de geração de renda.

As Leis do Jovem Aprendiz se enquadram nas políticas que procuram conciliar escolarização, formação profissional e trabalho. E no âmbito do Programa Bolsa Família, o Benefício Variável Jovem, que assegura um adicional às famílias beneficiárias com filhos entre 16 e 17 anos. O desenho da política de juventude no tocante ao trabalho parece ter começado a se articular em dois níveis. No primeiro, há um esforço de manter os jovens até 17 anos na escola e oferecer oportunidades de elevação de escolaridade para os acima desta idade. Trata-se de incentivar o adiamento da entrada no mercado de trabalho.

Os programas adotados tiveram alcance limitado, não conseguindo efetivamente absorver a força de trabalho jovem desocupada. As políticas públicas precisam agir de forma coordenada entre jovens, escola e empresas. Os jovens precisam ser informados para compreenderem quais profissões e atividades lhe proporcionariam melhores chances de inserção no mercado de trabalho. A escola teria um papel fundamental, instruindo os jovens, orientando-os em parceria com as ofertas de emprego em empresas privadas, entidades sem fins lucrativos e órgãos públicos. Para os mais pobres, a subvenção econômica para permanecerem estudando ao invés de abandonar os estudos para trabalhar, é essencial.

Assim, os resultados discutidos neste capítulo mostram que a situação dos jovens brasileiros é desafiadora, necessitando ainda da adoção de novas políticas e investimentos públicos. As grandes desigualdades econômica, social e regional transformam a questão da juventude em um problema bastante complexo. As dificuldades econômicas enfrentadas por muitas famílias levam ao abandono precoce dos jovens dos estudos para ir em busca de um trabalho e de renda, principalmente no caso dos homens. As mulheres são cobradas em relação às tarefas domiciliares e familiares, abandonando os estudos e tendo, em alguns casos, a uma gravidez precoce indesejada. Ou seja, o abandono escolar precoce se deve em parte às dificuldades familiares. O baixo nível de investimento público na educação básica também é responsável por esse quadro, pois é necessário facilitar e estimular o acesso dos jovens à educação.

As políticas educacionais adotadas ampliaram a oferta de vagas nos ensinos médio e superior, contudo a oferta de bolsas de estudo que possibilitariam aos jovens a partir de 18 anos permanecessem estudando no ensino médio se mostraram insuficientes. As

políticas para a inclusão no ensino superior foram mais amplas. As políticas públicas para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho parecem ter surtido pouco efeito, dado que a sua participação entre as pessoas empregadas tem se reduzido constantemente.

O crescimento econômico sustentado da economia brasileira, a redução das desigualdades econômicas, sociais e regionais e os investimentos em educação básica são necessários para a mudança desse quadro. A geração de empregos e renda fará com que as famílias consigam manter seus jovens estudando; o maior nível de escolaridade deverá contribuir para a redução da gravidez na adolescência e facilitará a absorção dos jovens que tenham terminado os estudos e queiram trabalhar. Políticas de integração e planejamento entre escola e empresas para incorporar os jovens no mercado de trabalho também são necessárias.

Capítulo 3: Os jovens que nem trabalham nem estudam no Brasil: evolução entre 2004 e 2015

O conceito de jovem nem-nem neste estudo está em conformidade com o adotado internacionalmente, abarcando os jovens desocupados e os jovens inativos, ambos fora da escola. Esse estudo considera que para conhecer os jovens na condição nem-nem é necessário que se esteja atento a uma visão mais abrangente sobre o seu conceito, que considere jovens desocupados e inativos, que não estudem.

Os estudos realizados sobre os jovens nem-nem inativos mostraram que as mulheres com filhos pequenos seriam as mais propensas a estar nesta condição. Um dos objetivos desse trabalho, entretanto, é tentar ir além desse estereótipo, buscando conhecer os demais jovens que compõem o conjunto de jovens nem-nem.

Em que pese a importância de se conhecer as características de seus subgrupos, como os inativos, a necessidade de um olhar mais amplo, que possibilite conhecer a sua heterogeneidade, torna-se relevante. Entre os jovens nem-nem, existem mulheres inativas e desocupadas, mulheres com e sem filhos, homens inativos e desocupados, jovens que não completaram o ensino fundamental, jovens com ensino médio completo. Jovens pobres com dificuldades econômicas e outros sem nenhuma dificuldade. Jovens que residem na área rural e os que residem na área urbana. Uma parcela que migra entre as condições de inatividade e de desocupação de acordo com a situação econômica do País e outra que permanece na sua condição independentemente da situação econômica. Com essa heterogeneidade de situações, a busca pelo seu melhor conhecimento visa à sugestão de ações e de políticas públicas que contribuam para melhorar a situação atual dos jovens no Brasil.

O objetivo nesse capítulo é tentar conhecer as principais características dos jovens nem-nem no Brasil e sua evolução entre 2004 e 2015, considerando um ambiente de transição demográfica, melhoria dos índices educacionais e ambiente econômico diverso, com períodos de crescimento e de crise econômica. Esse período foi escolhido pela possibilidade da análise de informações nacionais e regionais comparáveis na PNAD, pois a partir de 2004 novas áreas foram incorporadas ao plano amostral, principalmente na região Norte. A série se encerrou em 2015. Além disso, ao longo desse período a economia brasileira passou por momentos de crescimento econômico e de crise

econômica, possibilitando avaliar o comportamento dos jovens nem-nem em diferentes situações.

O entrelaçamento desse tema com diversos espectros da vida juvenil que também se configuram de modo diferente nas diversas fases da juventude, torna mais complexo o seu entendimento. Somado a isso, vivemos em país continental, com muita desigualdade econômica e regional. A realidade enfrentada pelos jovens na região Sudeste, a economicamente mais rica do país, difere da vivida pelos jovens das regiões Norte e Nordeste.

Em que pese as diferentes realidades, os jovens nem-nem estão presentes em todo o País, de norte a sul, com maior ou menor acesso ao mercado de trabalho, com maior ou menor acesso à educação. Buscamos identificar similaridades e diferenças nas características dos jovens nem-nem nas grandes regiões geográficas do País.

Esse capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, é apresentado um panorama geral dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar no Brasil entre 2004 e 2015. A segunda mostra a evolução das principais características dos jovens nem-nem segundo cor/raça, sexo, faixa etária, nível de escolaridade, presença de filhos e condição de atividade entre 2004 e 2015. A terceira apresenta a evolução das taxas de jovens nem-nem segundo sexo e faixa etária, condição de atividade, classes de rendimento domiciliar per capita, evolução do PIB e situação do domicílio entre 2004 e 2015. A quarta seção detalha as evoluções regionais e estaduais dos jovens nem-nem e na quinta, são feitas as considerações gerais.

3.1. Panorama geral dos jovens por situação de atividade e frequência escolar no Brasil

Durante a juventude, as pessoas passam por diferentes fases até alcançar a fase adulta. Entre 15 e 29 anos, a maioria dos jovens estudam, começam a trabalhar, assumem responsabilidades familiares em uma fase de transição que possivelmente determinará as suas possibilidades futuras.

O que chama a atenção e motiva este trabalho é o alto percentual de jovens que não trabalham e nem estudam no Brasil a despeito das diversas políticas públicas adotadas

nos campos educacional e laboral. A taxa persistente em torno de 20,0% ao longo dos anos 2000 torna esse tema desafiador.

Como apontado no início do estudo, os jovens brasileiros de 15 a 29 anos de idade possuem uma necessidade premente de trabalho em detrimento do estudo, somente 36,5% estudavam em 2015. Ao mesmo tempo, o percentual dos jovens nem-nem²³ era elevado, 22,5%. Certamente, essas duas situações estão interligadas. Essa configuração de estudo e trabalho dos jovens no Brasil difere consideravelmente da observada nos países da OCDE e seus parceiros, cujo percentual de jovens estudantes era, em média, de 47,5%, enquanto os nem-nem somente 14,6%.

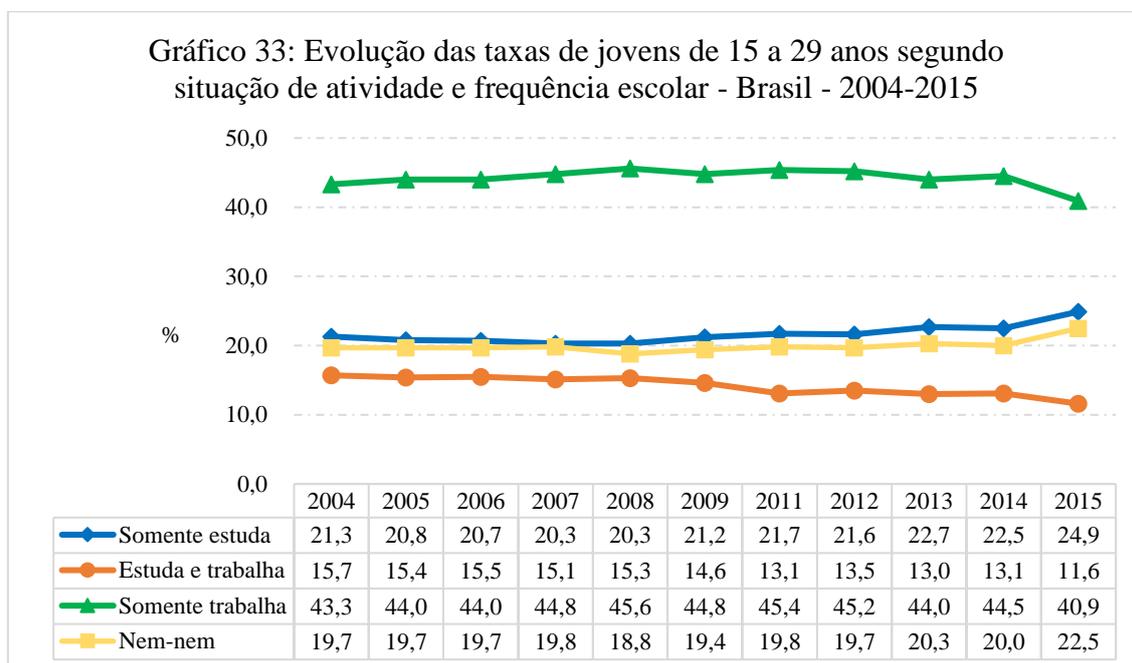
Esta baixa participação dos jovens brasileiros nos estudos ocorre mesmo após ter havido uma melhora dos indicadores educacionais no País, o que demonstra que ainda é necessário avançar muito não somente em termos educacionais, mas também em termos econômicos. O abandono escolar precoce de homens e mulheres ocorre primordialmente nas famílias mais pobres, que não possuem condições financeiras de manter as despesas básicas dos jovens, levando-os a abandonar os estudos antes mesmo de completarem a educação básica para trabalhar.

Ademais, a falta de informações adequadas sobre reprodução que são obtidas principalmente através da educação, não são absorvidas pelos jovens, homens e mulheres, que abandonam precocemente os estudos. A taxa de fecundidade das adolescentes permanece em patamares elevados, dificultando a sua permanência nos estudos e sua entrada no mercado de trabalho. Alves (2014) chamou a atenção para a taxa de fecundidade rejuvenescida no Brasil, que ao lado da oferta insuficiente de vagas em creches públicas dificultam a permanência das jovens mães nos estudos e/ou no trabalho, levando precocemente uma parcela para a inatividade. Por sua vez, muitas jovens que conseguem entrar no mercado de trabalho, já entram com filhos.

Os homens jovens que necessitam ou optam por abandonar os estudos antes mesmo de completar a educação básica para entrar no mercado de trabalho tornam sua trajetória incerta e instável. A pressão para os homens abandonarem precocemente os estudos para contribuírem para a renda domiciliar existe fortemente no Brasil.

²³ Ressalta-se que internacionalmente o conceito NEET abarca os jovens desocupados ou inativos, que não estudam e não estão em treinamento. Entretanto, a base de dados da PNAD não permite filtrar os jovens que estejam ou não recebendo treinamento.

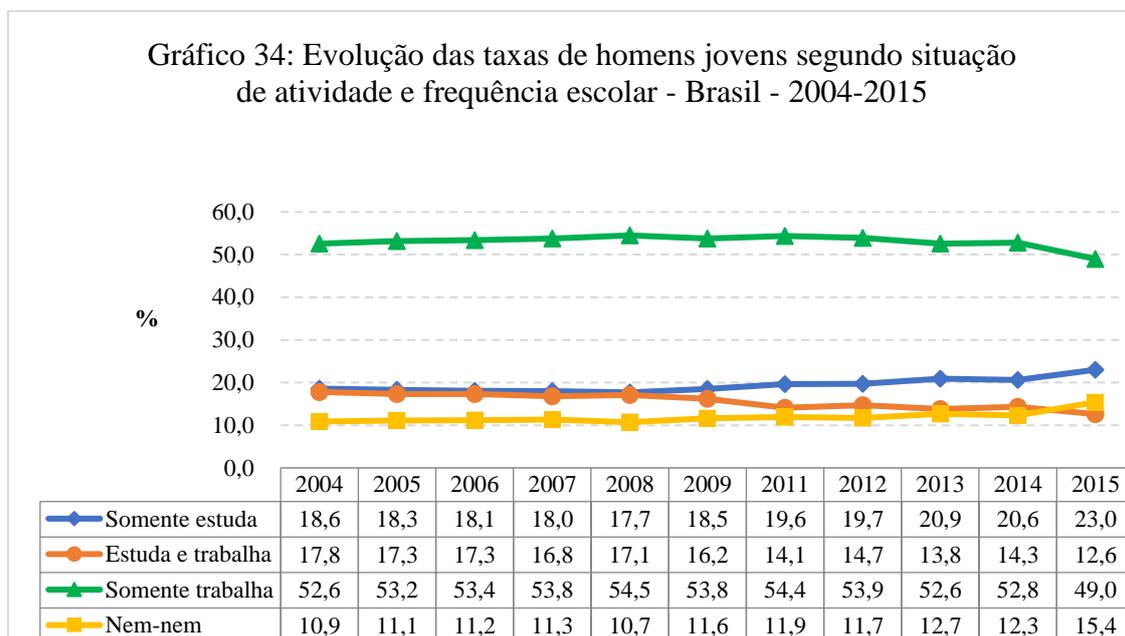
Nesse contexto, a principal situação de atividade e frequência escolar dos jovens brasileiros entre 15 e 29 anos era somente trabalhar (gráfico 33). Entre 2004 e 2014, eram cerca de 45%. Em 2015, com a crise econômica, recuou para 40,9%. A segunda principal atividade era somente estudar com cerca de 21% entre 2004 e 2012, mas a partir de 2013 apresentou uma trajetória ascendente atingindo 24,9% em 2015. Os jovens nem-nem representavam o terceiro maior grupo com cerca de 20% dos jovens entre 2004 e 2014, atingindo 22,5% em 2015. O menor grupo era representado pelos jovens que conciliavam estudo e trabalho. Entre 2004 e 2009, eram cerca de 15%, recuaram para cerca de 13% entre 2011 e 2014 e para 11,6% em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016.

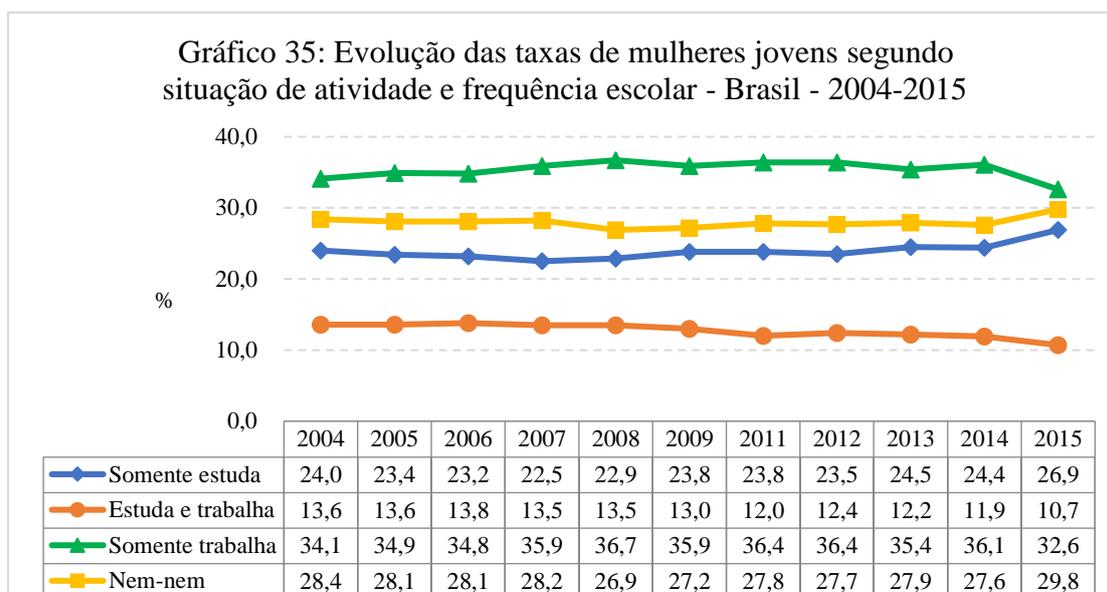
Existe uma grande diferença na situação dos jovens por sexo. Entre os homens, em média, 53,5% somente trabalhavam entre 2004 e 2014, recuando para 49% em 2015 (gráfico 34). Em média, 18,2% somente estudavam entre 2004 e 2009. A partir de 2011, houve incremento nesse grupo, chegando a 23% em 2015. Os jovens que estudavam e trabalhavam eram o terceiro maior grupo, mas com movimento inverso ao dos que somente estudavam. Entre 2004 e 2008, as taxas eram em média 17,3%. A partir de 2009, a taxa recuou, chegando em 2015 a 12,6%. Os jovens nem-nem representavam o menor grupo, contudo com participação crescente ao longo do período. Entre 2004 e

2008, eram 11,0%, em média. Entre 2009 e 2012, 11,7%, entre 2013 e 2014, 12,5% e em 2015, 15,4%.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016.

Entre as mulheres, as jovens que somente trabalhavam também representavam o maior grupo. Entre 2004 e 2014, eram em média 35,7%, 17,8 pontos percentuais abaixo da participação masculina (gráfico 35). Em 2015, sua participação também se reduziu, 32,6%. As jovens nem-nem eram o segundo maior grupo com taxa média de 27,8% entre 2004 e 2014, ou seja, a taxa feminina de jovens nem-nem era mais que o dobro da masculina. Em 2015, houve incremento de 2,2 pontos percentuais na taxa, abaixo do incremento na taxa masculina (2,9 pontos percentuais). As jovens que somente estudavam eram o terceiro maior grupo, com taxa média de 23,6% até 2014, aumentando para 26,9% em 2015. O menor grupo era o que conciliava estudo e trabalho, cerca de 13,5% entre 2004 e 2008. A partir de 2009, apresentou uma trajetória descendente, chegando em 2015 a somente 10,7%.

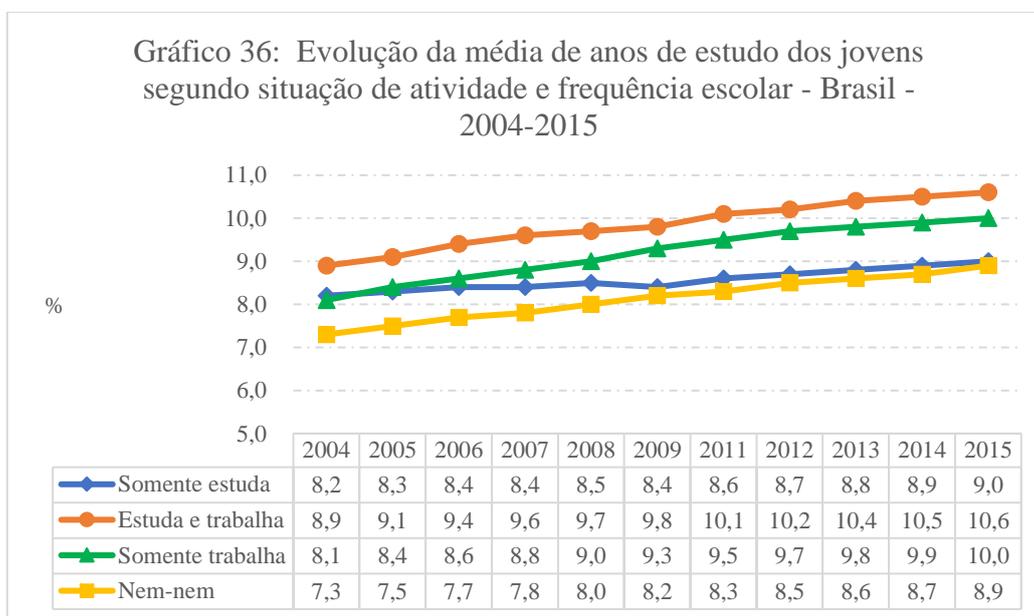


Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016.

Portanto, entre os jovens, a inserção masculina no mercado de trabalho é bem superior à feminina. Em ambos os casos, a atividade de somente trabalhar predomina. É preocupante que a taxa de mulheres nem-nem seja superior à das que somente estudam. Muito embora a parcela de mulheres que somente estudam seja superior à de homens, eles estão mais inseridos no mercado de trabalho, enquanto entre elas uma expressiva parcela não está nem no mercado de trabalho nem no sistema de ensino. A taxa de jovens nem-nem feminina é mais que o dobro da masculina. A opção por estudar e trabalhar simultaneamente tem se reduzido em ambos os sexos, enquanto a opção de somente estudar tem crescido.

Os estudos sobre os jovens nem-nem inativos ressaltam o baixo nível de escolaridade desses jovens (Camarano et al, 2006; Monteiro, 2013). Comparando o conjunto dos jovens nem-nem com os jovens das demais situações de atividade e frequência escolar entre 2004 e 2015, nota-se que a sua média de anos de estudo era inferior à dos demais, mas tem apresentado uma trajetória ascendente da mesma forma que os jovens que somente trabalham e que estudam e trabalham (gráfico 36). Os jovens que somente estudam mantiveram-se em uma trajetória praticamente constante com aumento somente a partir de 2013. Conseqüentemente, a diferença da média de anos de estudos dos jovens nem-nem em comparação com os jovens que somente estudam se reduziu paulatinamente e quase igualaram-se em 2015 com 9,0 anos e 8,9 anos, respectivamente.

Os jovens que estudam e trabalham foram os que apresentaram a maior média. Entre 2004 e 2015, passaram de 8,9 anos para 10,6 anos. Em seguida, foram os jovens que somente trabalham, de 8,1 anos para 10,0 anos, os que somente estudam de 8,2 anos para 9,0 anos e os jovens nem-nem de 7,3 anos para 8,9 anos.



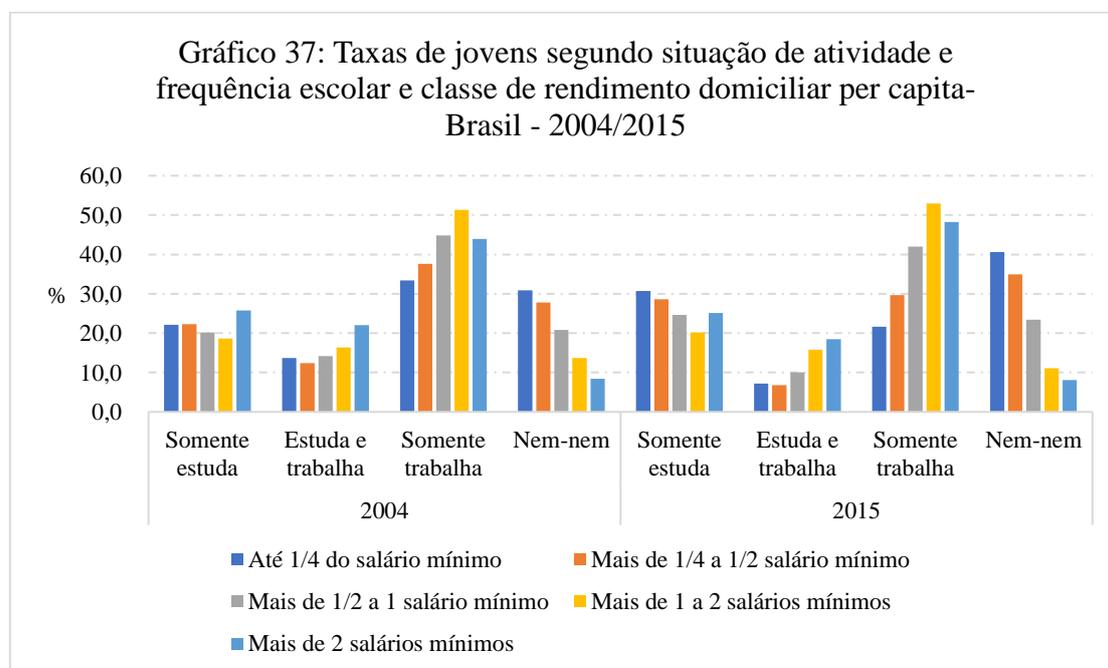
Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016.

Ou seja, a melhoria nos níveis educacionais no Brasil nos anos 2000 atingiu os jovens de todas as situações de atividade e frequência escolar, inclusive os jovens nem-nem, que em 2015, possuíam, em média 8,9 anos de estudo. Ainda inferior aos jovens que estavam inseridos no mercado de trabalho, mas o jovem nem-nem em 2015 era, em média, um jovem que havia concluído pelo menos o ensino fundamental e com ensino médio incompleto.

O rendimento familiar é um fator determinante para a atividade escolar e/ou laboral dos jovens. O gráfico 37 mostra as taxas dos jovens de 15 a 29 anos por situação de atividade e frequência escolar segundo as classes de rendimento domiciliar per capita em 2004 e em 2015. A taxa de jovens nem-nem apresenta nos dois anos uma relação inversa ao nível de rendimento domiciliar familiar per capita. Nos dois anos, as maiores taxas dos jovens dos domicílios até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo per capita e de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, os domicílios mais pobres, foram de jovens nem-nem, enquanto para os jovens dos demais domicílios foi somente trabalhar.

Entre 2004 e 2015, os maiores incrementos nas taxas nem-nem ocorreram também entre os jovens dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, de 30,9% em 2004 para 40,6% em 2015 e com rendimento de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de 27,8% para 34,9%. São taxas observadas nas regiões mundiais mais pobres, como visto no capítulo 1. Destaca-se que esses jovens apresentaram um importante incremento nas taxas referentes à somente estudar, o que pode ser efeito das políticas de transferência de renda e educacionais adotadas nesse período.

As taxas dos jovens que somente trabalham aumentaram à medida que o rendimento domiciliar per capita cresce até 2 salários mínimos. Recuando para os jovens dos domicílios com rendimento acima de 2 salários mínimos. Esses apresentam maiores taxas de somente estudar ou estudar e trabalhar.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016.

Como pode ser observado, a desigualdade econômica é um fator decisivo para a determinação da situação do jovem nem-nem em comparação com as outras situações de atividade e de frequência escolar. Para avançar no conhecimento das características dos jovens em cada situação de atividade e frequência escolar, a tabela 3.1 mostra informações segundo faixa etária, sexo, cor/raça, condição no domicílio, nível de instrução, presença de filhos, dentre outras, em comparação com o conjunto dos jovens, em 2015.

Tabela 3.1. Distribuição percentual dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar por características selecionadas – Brasil – 2015

Características selecionadas	Total	Somente estuda	Estuda e trabalha	Somente trabalha	Nem trabalha nem estuda
Faixas etárias	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
15 a 17 anos	22,0	62,6	26,7	2,7	9,7
18 a 24 anos	46,4	32,6	52,7	47,5	56,4
25 a 29 anos	31,6	4,8	20,6	49,8	33,8
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	50,5	46,5	54,5	60,5	34,5
Mulher	49,5	53,5	45,5	39,5	65,5
Cor ou raça (1)	99,2	99,1	99,0	99,2	99,3
Branca	41,9	43,1	47,5	42,5	36,5
Preta ou parda	57,3	56,0	51,5	56,7	62,8
Condição na unidade domiciliar (2)	99,7	99,8	99,6	99,5	99,9
Pessoa de referência	14,6	2,3	9,8	25,1	11,5
Cônjuge	14,1	2,4	6,6	18,0	23,9
Filho	58,1	80,3	70,7	44,9	50,8
Outro parente ou agregado	12,9	14,9	12,4	11,4	13,6
Nível de instrução mais elevado alcançado (3)	99,5	98,9	98,0	100,0	100,0
Até fundamental incompleto ou equivalente	20,3	22,3	11,5	18,0	26,7
Fundamental completo ou equivalente até médio incompleto ou equivalente	30,8	54,0	33,1	20,0	23,3
Médio completo ou equivalente ou nível mais elevado	48,5	22,7	53,5	61,9	50,1
Média de anos de estudo	9,6	9,0	10,6	10,0	8,9
Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres (4)	99,7	99,9	99,9	99,7	99,5
Nenhum filho	66,1	92,8	86,3	56,3	45,4
1 filho ou mais	33,6	7,1	13,6	43,4	54,1
Desocupação					
Proporção desocupada na semana de referência	11,9	15,1	-	-	36,2
Ocupação					
Proporção ocupada no período de referência de 365 dias	60,5	8,3	100,0	100,0	26,3
Afazeres domésticos					
Proporção do total de jovens que cuidava de afazeres domésticos na semana de referência	66,8	66,9	61,5	62,9	76,4
Homens	48,2	50,2	46,7	47,9	47,4
Mulheres	85,7	81,5	79,1	85,9	91,6
Número médio de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos, do total de jovens	15,8	13,2	11,1	13,9	23,0
Homens	9,3	9,2	8,0	9,1	10,9
Mulheres	19,5	15,4	13,3	18,0	26,3

Fonte: IBGE, Sistema de Indicadores Sociais 2016.

Nota: (1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas ou sem declaração de cor ou raça, (2) não são apresentados resultados para pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, (3) não são apresentados resultados para nível de instrução não determinado, (4) não são apresentados resultados para mulheres em que havia alguma ausência de informação sobre filho nascido vivo.

Entre os jovens que somente estudavam, havia uma forte predominância entre os que tinham de 15 a 17 anos de idade, 62,8%. Quase um terço tinha entre 18 e 24 anos e somente 4,8% de 25 a 29 anos. A participação feminina entre os jovens estudantes era superior à masculina, 53,5% e 46,5%, respectivamente. 80,3% eram filhos, 76,3% não haviam concluído o ensino médio, tendo 9 anos de estudo, em média. 92,8% não tinham filho. 15,1% somente estudavam, mas estavam à procura de emprego e 8,3% estiveram ocupados ao longo do ano anterior. 66,9% desses jovens ajudam nas tarefas domésticas com 13,2 horas semanais.

Entre os que trabalhavam e estudavam, os jovens de 18 a 24 anos predominava, sendo mais da metade do total. Porém, 26,7% tinham entre 15 e 17 anos, enquanto 20,6% eram jovens entre 25 e 29 anos de idade. Nesse caso, a participação masculina era superior à feminina, 54,5% e 45,5%. 70,7% eram filhos no domicílio, porém já se observa um aumento do percentual das outras condições do domicílio como cônjuge e pessoa de referência em relação aos que somente estudavam. O nível de escolaridade é mais elevado, 53,6% já haviam concluído o ensino médio, com 10,6 anos de estudo em média, o mais alto entre os jovens. 86,3% não tinham filho, todos estavam ocupados ao longo do último ano. A proporção dos que ajudavam nas tarefas domésticas era a mais baixa entre os jovens, 61,5%, com somente 11,1 horas semanais. O que se justifica pela dupla jornada desses jovens. Nesse grupo, havia relativamente mais brancos (47,5%) em relação à média dos jovens (41,9%).

Os jovens que somente trabalham dividiam-se principalmente entre os de 18 a 24 anos, 47,5%, e de 25 a 29 anos, 49,8%. Entre 15 e 17 anos eram apenas 2,7%. A participação masculina era a mais expressiva dentre as condições, 60,5%. No domicílio, 44,9% eram filhos, 25,1% eram pessoa de referência ou responsáveis e 18,0% cônjuge, o que representa uma mudança importante na composição do domicílio em relação às demais condições. Uma proporção menor estava na condição de filho e uma proporção maior de responsáveis e de cônjuges. A existência de filhos se torna realidade para 43,4% desses jovens. A proporção dos que ajudam nos afazeres domésticos está dentre as mais baixas para os homens (47,9%), mas era elevada para as mulheres, 85,9%, ficando abaixo somente das mulheres nem-nem (91,6%). Esses jovens se dedicavam a 13,9 horas semanais nos serviços domésticos, abaixo da média, 15,8 horas, porém o número de horas das mulheres (18,0 horas) era o dobro da dos homens (9,1 horas).

Entre os jovens nem-nem, observa-se uma prevalência nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos com participações acima da média do total dos jovens. Enquanto 46,4% dos jovens possuíam entre 18 e 24 anos, entre os nem-nem a prevalência era de 56,4%. Entre 25 e 29 anos se concentravam 31,6% dos jovens, mas entre os nem-nem representavam 33,8%. As mulheres predominavam com 65,5% dos jovens nem-nem, assim como os jovens pretos e pardos, que eram 6 a cada 10. Na condição do domicílio, metade dos jovens nem-nem era filho e quase um quarto cônjuge, 23,9%. Observa-se que a proporção de cônjuge neste grupo era elevada, tendo em vista que entre os jovens a média era de apenas 14,1%.

Em termos de escolaridade, metade dos jovens nem-nem possuía ensino médio completo ou acima, enquanto 26,7% ensino fundamental incompleto, uma característica que pode apontar para a heterogeneidade desse grupo. Ressalta-se que o percentual de jovens com até ensino fundamental incompleto neste grupo era elevado em comparação com a média dos jovens, 20,3%, o que resulta em uma média de anos de estudo dos jovens nem-nem (8,9 anos) inferior à média dos jovens (9,6 anos). A existência de pelo menos 1 filho era a realidade para cerca de um terço dos jovens, contudo entre os jovens nem-nem essa parcela sobe para 54,1%, demonstrando ser um fator importante na sua condição.

Em relação ao trabalho, embora esses jovens estejam na condição nem-nem, 36,2% estavam à procura de emprego, como desocupados, enquanto 63,8% não estavam procurando, sendo considerados como inativos. Dentre os jovens nem-nem, somente 26,3% estiveram ocupados ao longo dos 365 dias anteriores à semana de referência. Ou seja, existe um núcleo de inatividade importante entre os jovens nem-nem, contudo este conjunto de jovens não se restringe a isso, sendo complexo e heterogêneo. Entre os inativos, deve-se considerar que existem os jovens desalentados, que gostariam de trabalhar, mas como não encontraram emprego deixaram de procurar.

Os afazeres domésticos ocupavam 91,6% das mulheres nem-nem, acima da média das jovens, 85,7%. Entre os homens nem-nem, a parcela que participava dos afazeres domésticos era muito próxima, 47,4%, em relação aos demais jovens, 48,2%, ou seja, não havia praticamente diferença. Em termos de número de horas destinadas aos afazeres domésticos, porém, mulheres e homens nem-nem trabalhavam mais do que os demais

jovens, mas o número de horas das mulheres era quase o triplo da dos homens.

Esse é um quadro geral apresentado para o período de 2004 a 2015 e das principais características dos jovens nem-nem em relação aos jovens nas demais situações de atividade e frequência escolar. Esse panorama é importante para se ter em mente como os jovens têm evoluído em termos de inserção na atividade e no ensino e quais são as principais fragilidades do jovem nem-nem em comparação com os demais como, por exemplo, o menor nível de escolaridade e a maior presença de jovens cônjuges e com filhos.

3.2. Evolução das características dos jovens nem-nem entre 2004 e 2015

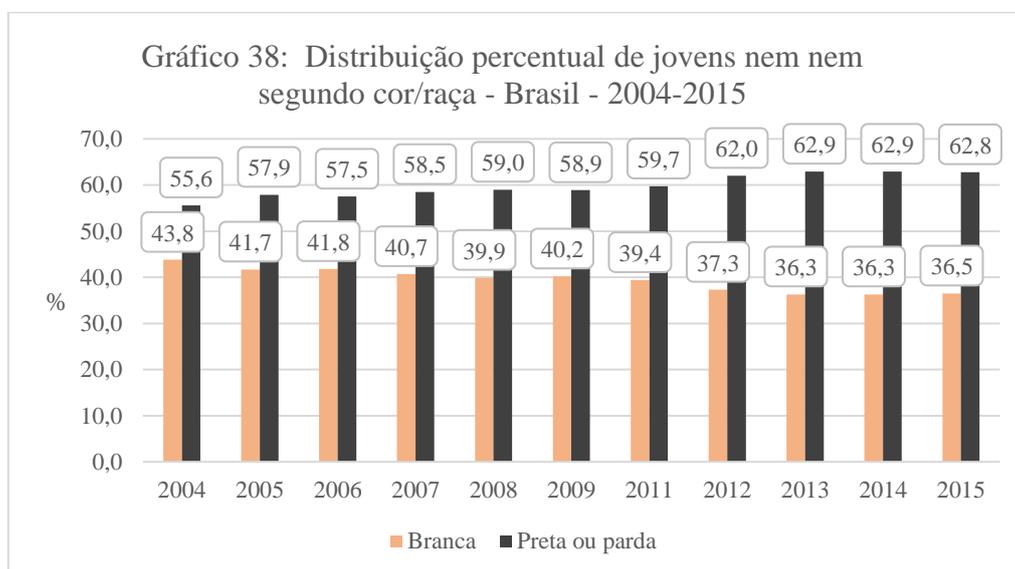
Na seção anterior, foram apresentadas informações sobre a situação de atividade e frequência escolar dos jovens entre 2004 e 2015 com o intuito de entender a situação dos jovens nem-nem em comparação com os jovens nas demais situações de atividade e frequência, buscando compreender a complexidade do problema. Nesta seção, são tratadas exclusivamente as informações dos jovens nem-nem durante o período entre 2004 e 2015 com o intuito de conhecer quais foram as mudanças nas suas características ao longo desse tempo.

No primeiro capítulo, foram sintetizadas as suas principais características dos jovens nem-nem inativos no Brasil, a partir da resenha dos trabalhos já realizados sobre o tema, que apontaram para o predomínio de mulheres pobres, pretas, com filhos, moradoras das áreas rurais das regiões Norte e Nordeste. Os estudos mostraram que a participação dos homens inativos tem aumentado, assim como dos jovens com ensino médio completo.

Nessa tese, busca-se conhecer os jovens nem-nem em uma perspectiva mais ampla, que abarca não somente os jovens nem-nem inativos mas também os desocupados, pois entende-se que existe uma sinergia entre os dois subconjuntos. Ademais, a condição de desocupação pode indicar uma vulnerabilidade econômica e social superior à inatividade em alguns casos. A busca por emprego é realizada por quem está com necessidades econômicas concretas, reais, enquanto que a permanência na inatividade pode indicar que exista algum tipo de apoio financeiro, seja familiar, seja governamental, que possibilite esta condição. De qualquer forma, o que se pretende é conhecer os jovens nem-nem dentro desse espectro mais amplo, afinado com o conceito internacionalmente aceito.

Como apontado na seção anterior, existia uma forte presença de jovens pardos/pretos entre os jovens nem-nem em comparação com os jovens das demais situações de atividade e frequência escolar em 2015. De fato, eles predominam cada vez mais quando analisamos desde 2004, quando representavam 55,6% dos nem-nem. Em 2015, eram 62,8%, um aumento de 7,2 p.p. em 11 anos, em contraposição à redução dos jovens brancos, como pode ser visto no gráfico 38.

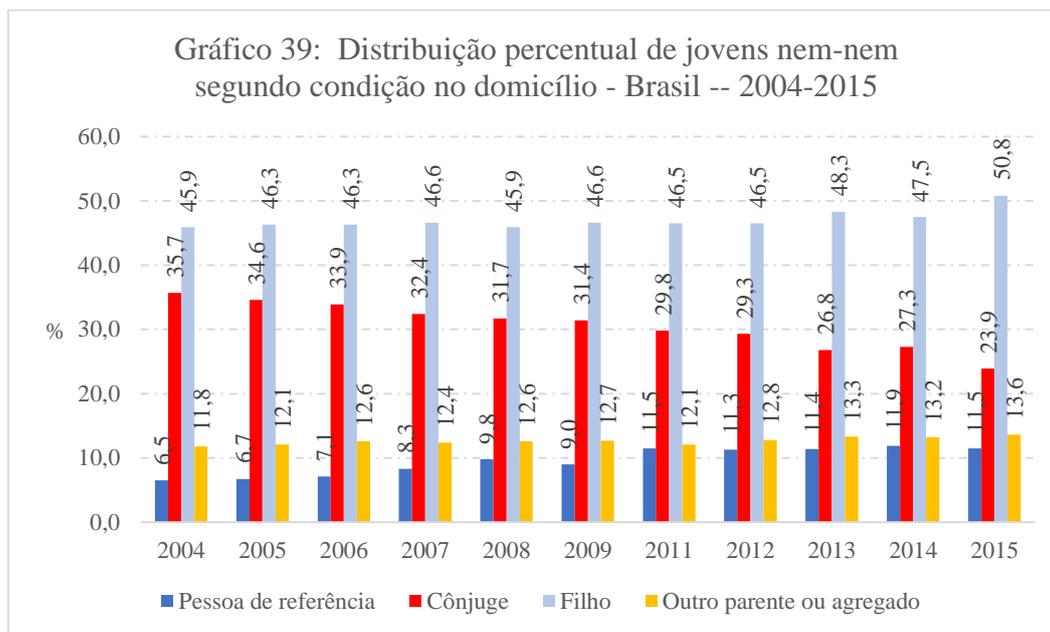
Deve-se ressaltar que nesse período houve aumento da participação dos jovens pardos/pretos no conjunto dos jovens, de 50,8% para 57,3%, contudo o aumento observado entre os jovens nem-nem suplantou o crescimento dos jovens pardos/pretos na população juvenil, ocasionando uma sobrerrepresentação desses jovens entre os nem-nem. Por sua vez, a participação dos jovens brancos na população juvenil diminuiu de 48,6% para 41,9% e entre os jovens nem-nem a redução foi ainda mais expressiva, passando de 43,8% para 36,5%. Conseqüentemente, a distância entre as participações relativas dessas cores/raças entre os jovens nem-nem mais que dobrou, tendo passado de 11,8 p.p. em 2004 (55,6% e 43,8%) para 26,3 p.p. (62,5% e 36,5%) em 2015. Cada vez mais, os jovens nem-nem são jovens pardos/pretos. Em relação ao total de jovens pardos/pretos, 24,7% eram nem-nem e entre os brancos, 19,6%.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em relação à condição no domicílio, os filhos predominam entre os jovens nem-nem, oscilando entre 45,9% e 50,8% no período em análise, seguidos dos jovens cônjuges, de outro parente ou agregado e de pessoa de referência, como mostra o gráfico 39. Apesar

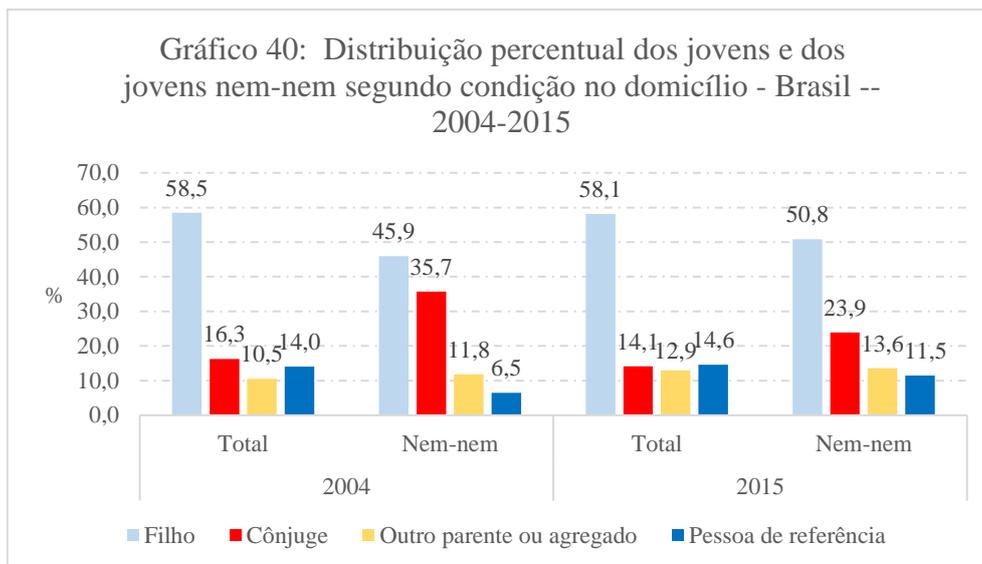
desta ordem ter se mantido entre 2004 e 2015, houve alteração na sua composição em decorrência da redução significativa de jovens cônjuges entre esses jovens. Em 2004, 35,7% dos jovens nem-nem eram cônjuges, em 2015 havia se reduzido para 23,9%, o que representa uma queda de 1/3 na participação. Em contraste, houve crescimento dos jovens nem-nem como pessoa de referência, ou seja, como responsável pelo domicílio, de 6,5% para 11,5%, e de outros parentes, de 11,8% para 13,6%.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

Ressalta-se, entretanto, que a configuração dos jovens nem-nem nos domicílios ainda apresenta diferenças em relação ao total de jovens, pois, apesar da redução na participação dos jovens cônjuges, ela ainda permanece elevada na comparação com o total de jovens.

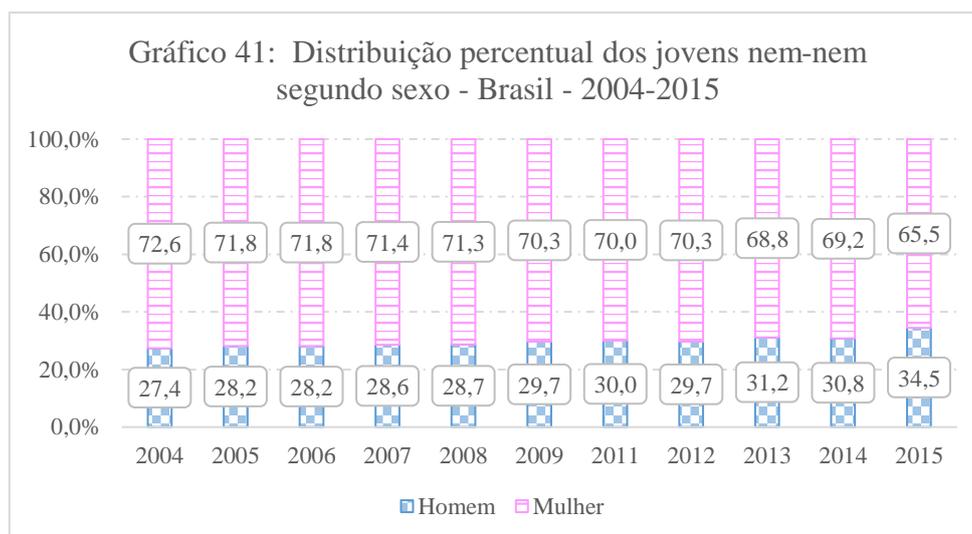
O gráfico 40 apresenta uma comparação entre o total de jovens e os jovens nem-nem segundo condição no domicílio em 2004 e em 2015. Seguramente, em 2004 a situação era muito mais complicada, pois havia 35,7% de jovens nem-nem cônjuges, enquanto a média de jovens era de 16,3%, menos da metade. Entre 2004 e 2015, enquanto entre os jovens nem-nem houve mudança importante na sua composição, no total de jovens as alterações não foram tão significativas, tendo havido apenas uma pequena redução dos jovens cônjuges e aumento das pessoas de referência e outros parentes.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

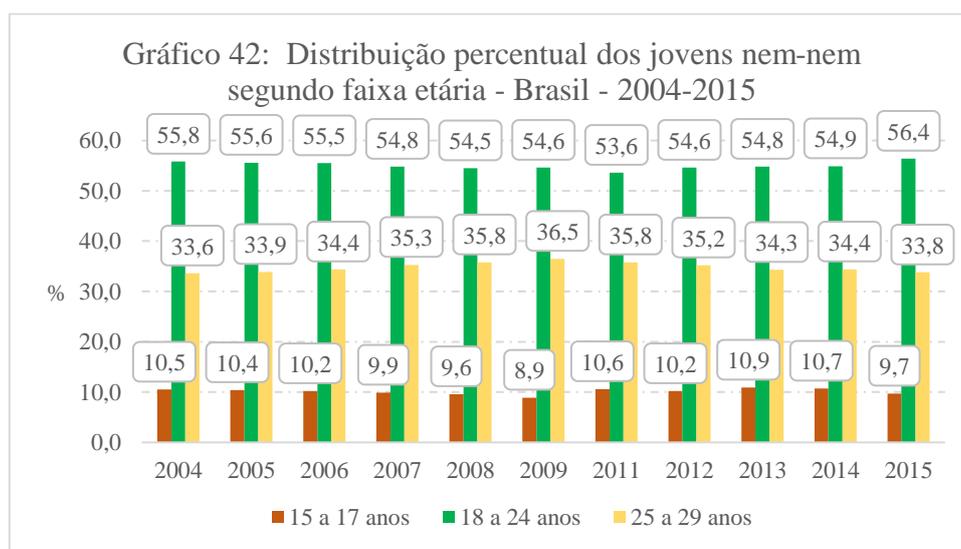
Isso demonstra que, em 2004, quase 4 a cada 10 jovens nem-nem eram cônjuges, apontando que o casamento e, conseqüentemente, as obrigações familiares eram um fator importante que levaria a esta condição. Em 2015, essa proporção havia se reduzido, sendo pouco mais de 2 jovens a cada 10 nesta situação, representando um menor peso do matrimônio para justificar a condição nem-nem.

Quando se trata de jovens nem-nem logo se associa à imagem feminina. De fato, existe uma forte presença feminina entre esses jovens em comparação com a masculina. Contudo, a participação feminina tem se reduzido enquanto a masculina tem aumentado, como pode ser observado no gráfico 41, que apresenta a distribuição dos jovens nem-nem segundo sexo entre 2004 e 2015. Em 2004, as mulheres representavam 72,6% e os homens 27,4% dos jovens nem-nem. Em 2015, a participação das mulheres havia se reduzido para 65,5% e a dos homens aumentado para 34,5%, o que significa uma diferença de 7,1 pontos percentuais em 11 anos. Mesmo assim, a participação feminina ainda se manteve em patamares elevados, pois era 2,6 vezes superior à masculina em 2004 e chegou em 2015 ainda 1,9 vez maior. Ou seja, persiste o forte viés de gênero entre os jovens nem-nem.



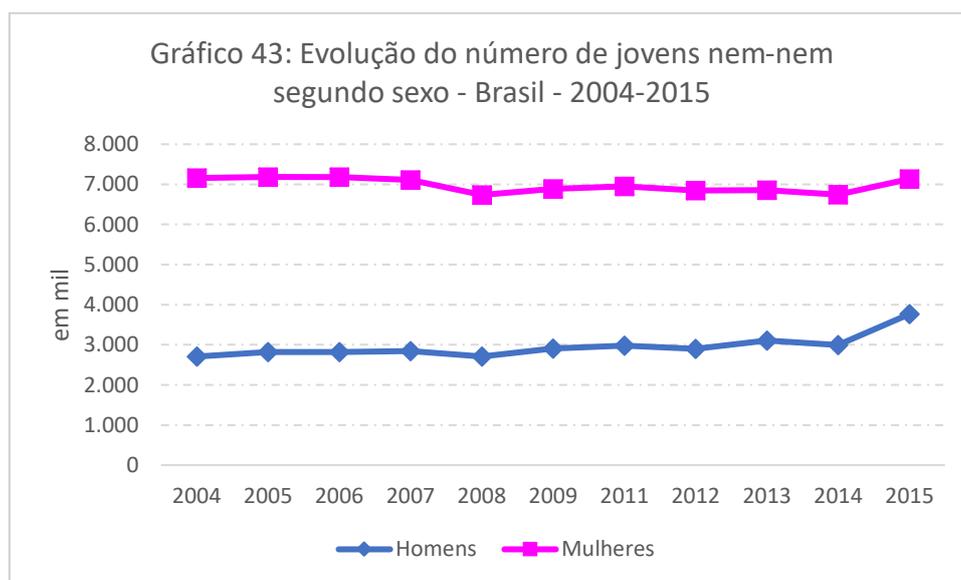
Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Sistema de Informações Sociais 2016.

Em relação à faixa etária, os jovens entre 18 e 24 anos representaram a maior parcela dos jovens nem-nem, oscilando entre 53,6% e 56,4% (gráfico 42). Em seguida, os jovens de 25 a 29 anos com participações de 33,6% a 36,5%. Os jovens entre 15 e 17 anos apresentaram as menores participações, em torno de 10%. Entre 2004 e 2011, observa-se uma pequena redução da participação dos jovens de 18 a 24 anos e aumento dos jovens de 25 a 29 anos. Contudo, a partir de 2012 até 2015, a participação dos jovens de 18 a 24 anos, que já era a mais elevada, volta a crescer atingindo 56,4% em 2015, enquanto a de jovens de 25 a 29 anos recua para 33,8%. Pode-se afirmar que a faixa etária de 18 a 24 anos parece estar com trajetória de alta, enquanto a de 25 a 29 anos estaria com trajetória de queda.



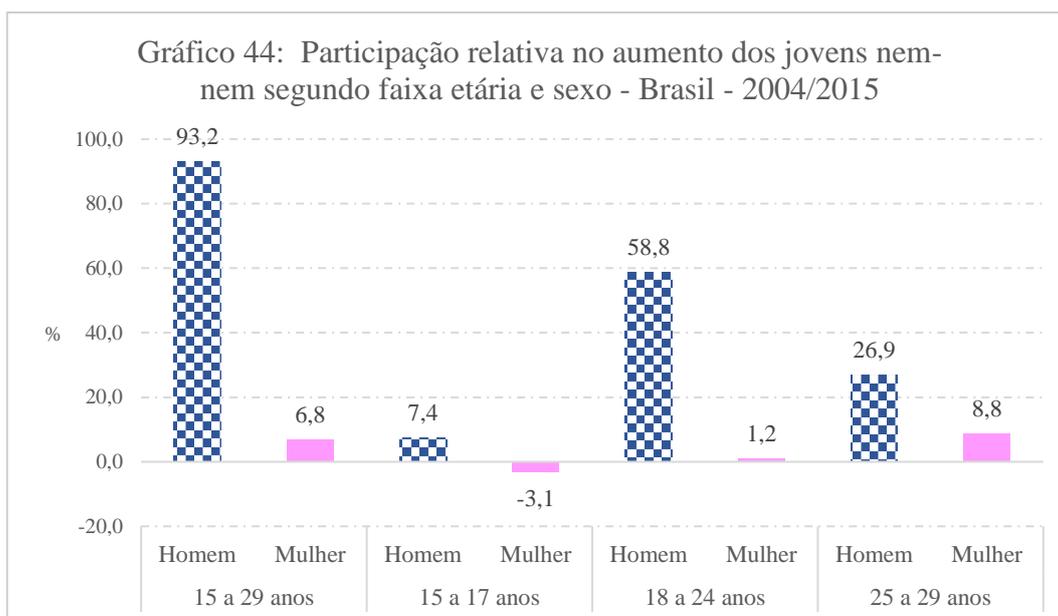
Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Sistema de Informações Sociais 2016.

O que tem ocorrido dentro do conjunto dos jovens nem-nem brasileiros é um incremento significativo de homens, enquanto o número de mulheres tem permanecido quase constante (gráfico 43). Em 2004, eram 9,9 milhões de jovens nesta condição, tendo chegado em 2015 a 10,9 milhões, um crescimento relativo 10,5%. Entretanto, o aumento do número de homens foi de 39,1%, de 2,7 milhões para 3,8 milhões, enquanto o número de mulheres se reduziu em 0,3%, de 7,2 para 7,1 milhões. Por conta da crise econômica, houve incremento de jovens nem-nem em ambos os sexos em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Do total de novos jovens nem-nem, 93,2% eram homens e somente 6,8% eram mulheres (gráfico 44). 58,8 % eram homens entre 18 e 24 anos e 26,9 %, entre 25 e 29 anos. Entre as mulheres, a maior participação no aumento ocorreu entre 25 e 29 anos, 8,8%. Por sua vez, entre as jovens de 15 a 17 anos houve redução de 3,1% e entre 18 e 24 anos aumentou apenas 1,2%.



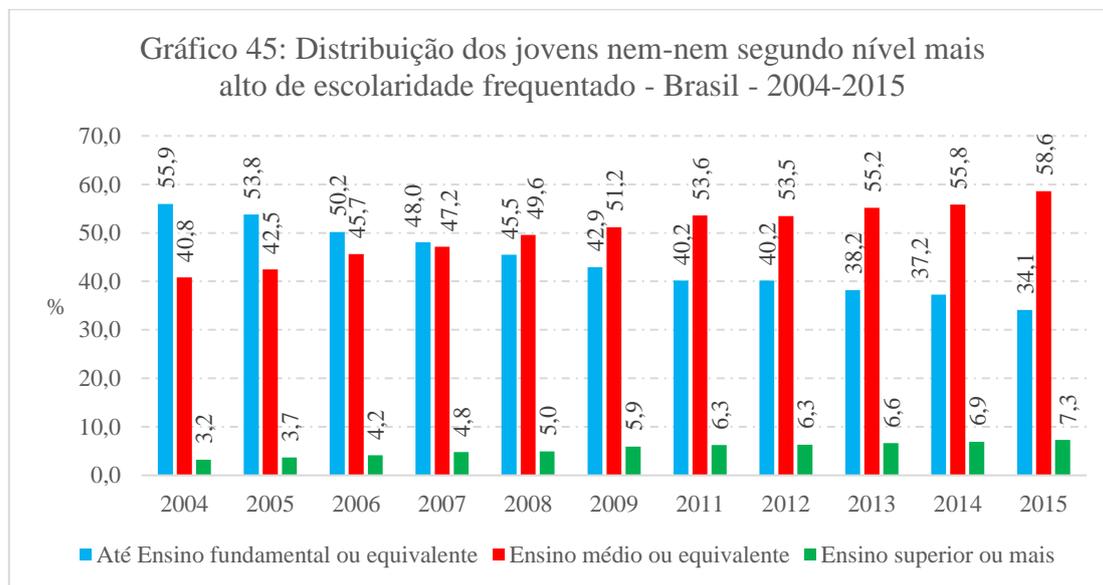
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

O gráfico 45 apresenta a distribuição dos jovens nem-nem segundo nível de instrução mais elevado frequentado. Em 2004, mais da metade (55,9%) tinham frequentado ensino fundamental, 40,8% ensino médio e 3,2% ensino superior. Essa ordem se manteve até 2007, mas com a participação dos menos escolarizados se reduzindo a cada ano e as dos mais escolarizados aumentando.

A partir de 2008, a participação dos jovens com ensino médio se sobrepôs à participação daqueles com ensino fundamental, ampliando anualmente a diferença entre a parcela dos jovens nem-nem nesses dois níveis de escolaridades. Ao mesmo tempo, a parcela dos jovens com ensino superior também foi crescendo. Em 2015, 58,6% dos jovens nem-nem tinham frequentado o ensino médio completo e 7,3% ensino superior. A parcela dos jovens com até o ensino fundamental havia se reduzido para 34,1%, ou seja, uma redução de 21,8 p.p. em relação ao ano de 2004.

Portanto, o desafio atual é que 7 a cada 10 jovens nem-nem frequentou pelo menos o ensino médio, não se caracterizando primordialmente por aquele jovem com baixa escolaridade que abandona os estudos ainda no ensino fundamental. Esses também fazem parte do conjunto dos jovens nem-nem, entretanto não são mais a maioria, sendo apenas 3 a cada 10 jovens. A disseminação da educação básica ao longo dos anos 2000 e 2010 possibilitou a mudança desse quadro, fornecendo condições para os jovens se educarem. Contudo, a não continuidade desses estudos, a sua dificuldade de inserção no mercado

de trabalho, assim como questões familiares e econômicas ainda estão por trás da alta parcela de jovens nem-nem no País.

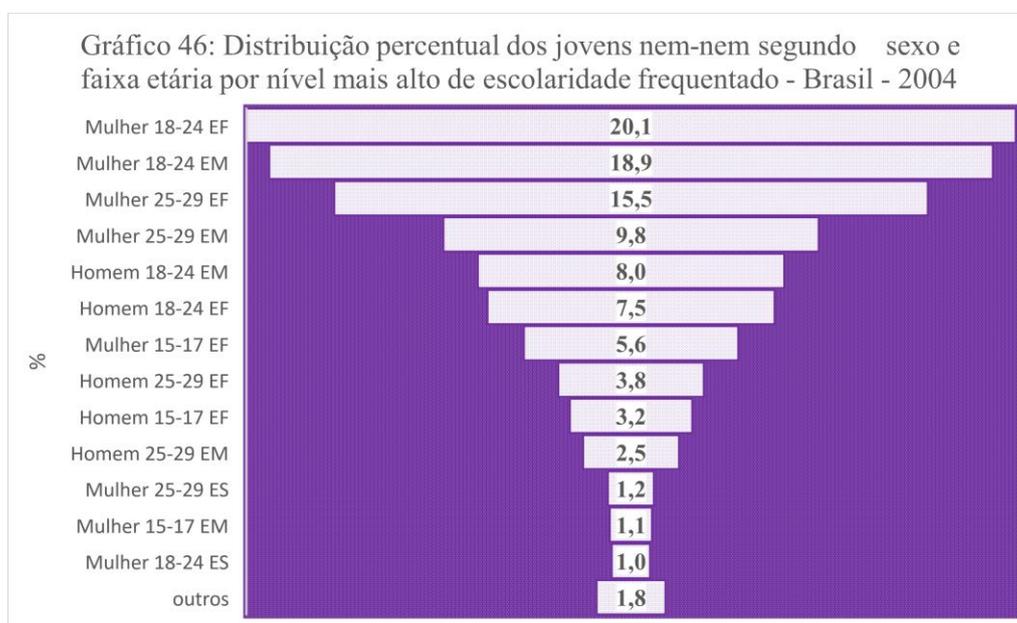


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

As mudanças que ocorreram nas características dos jovens nem-nem por sexo, faixa etária e nível de escolaridade estão sintetizadas nos gráficos 46 e 47. Em 2004, as mulheres de 18 a 24 anos de idade que haviam frequentado até o ensino fundamental representavam o maior grupo (20,1%), seguidas daquelas da mesma faixa etária com ensino médio (18,9%). Em sequência, as mulheres de 25 a 29 anos com ensino fundamental (15,5%) e com ensino médio (9,8%). Os homens de 18 a 24 anos que frequentaram o ensino médio surgiam somente na quinta colocação (8,0%) e em seguida aqueles que frequentaram o ensino fundamental (7,5%).

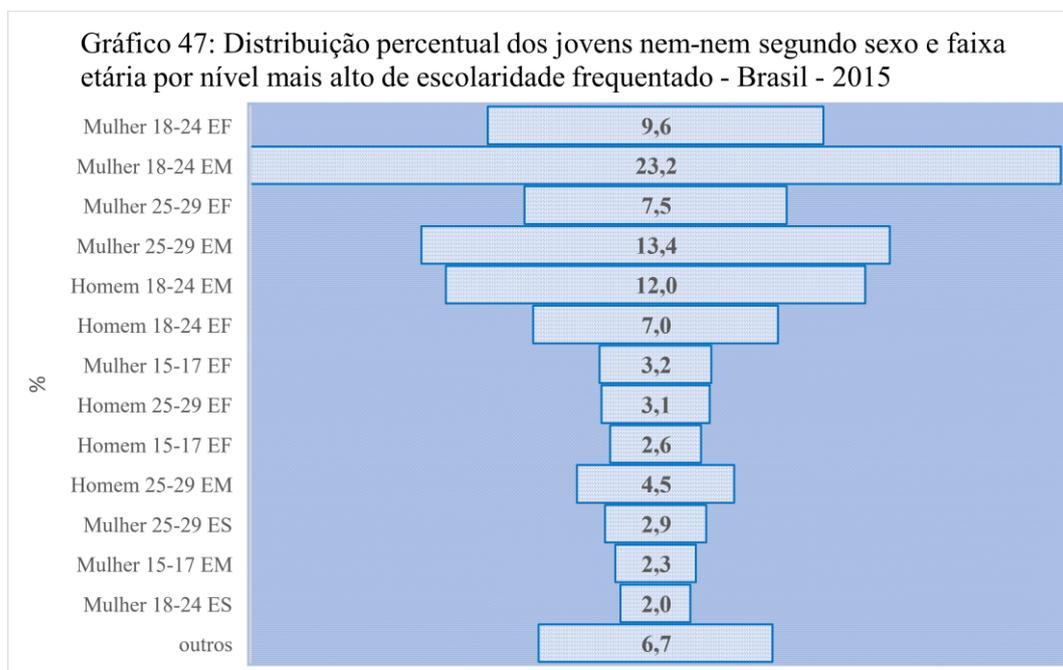
Em 2015, o quadro era muito diferente com as mulheres com ensino fundamental tendo reduzido sua participação, enquanto jovens com ensino médio e com ensino superior aumentaram. Assim, as mulheres de 18 a 24 anos com ensino médio passaram a representar o maior grupo (23,2%), seguidas daquelas com 25 a 29 anos (13,4%). Os homens de 18 a 24 anos também com ensino médio surgiram na terceira colocação (12,0%), enquanto as mulheres com ensino fundamental de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos apareceram somente na quarta (9,6%) e na quinta colocação (7,5%).

Observa-se, contudo, que entre os homens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos com ensino fundamental as participações se mantiveram muito próximas entre os dois anos, com somente um pequeno recuo, 7,5% e 7,0% e 3,8% e 3,1%, respectivamente. Por sua vez, houve um incremento das mulheres nem-nem com ensino superior que passou de 1,2% para 2,9% entre 25 e 29 anos e de 1,0% para 2,0% entre 18 e 24 anos de idade.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: EF- Ensino Fundamental, EM- Ensino Médio e ES- Ensino Superior



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: EF- Ensino Fundamental, EM- Ensino Médio e ES- Ensino Superior

A questão da escolaridade é crucial no entendimento das causas dos jovens, assim como a questão econômica. Enquanto no início da década de 2000, havia predomínio dos jovens com baixa escolaridade. Atualmente, com a expansão da educação básica, o perfil dos jovens nem-nem se alterou, e as políticas públicas a serem adotadas para contribuir para a melhoria dessa situação precisa contemplar este novo quadro.

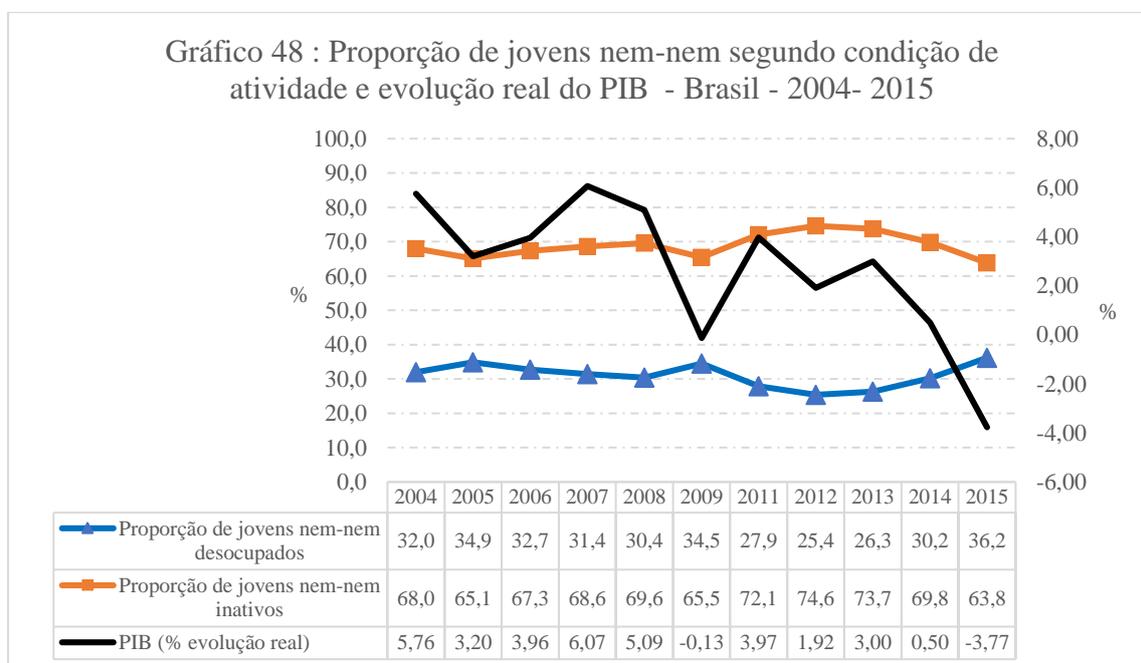
Como apontaram os dados da OCDE, apesar da melhoria educacional no Brasil nas últimas duas décadas, o percentual de jovens que estudam é baixo comparativamente com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, a absorção dos jovens no mercado de trabalho depende de crescimento econômico e de postos de trabalho compatíveis com suas capacidades. As mudanças econômicas em curso com a exigência do conhecimento de novas tecnologias, alterações nas relações de trabalho e baixo crescimento econômico tornam mais desafiantes até mesmo para os jovens que tenham conseguido concluir a educação básica se inserir no mercado de trabalho.

Na Europa, a maioria dos jovens que não entraram no mercado de trabalho em decorrência de crise econômica, permaneceram estudando, se qualificando, para quando surgirem novas oportunidades. No Brasil, isso somente acontece entre os jovens de domicílios com maior rendimento. Entre os mais pobres o abandono escolar precoce para tentar se inserir no mercado de trabalho ocorre com frequência.

A dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho foi apresentada no capítulo anterior. A taxa de desocupação é três vezes superior à dos adultos. Os jovens ocupados trabalham principalmente em empregos precários, com baixos salários, rotatividade elevada e na economia informal. Quando esses empregos minguam, esses jovens ficam sem nenhuma atividade, nem trabalho, nem estudo, crescendo a parcela dos nem-nem.

O conceito de jovem nem-nem permite do ponto de vista do mercado de trabalho desmembrá-lo em dois grupos: desocupados e inativos. O gráfico 48 apresenta a distribuição percentual dos jovens nem-nem inativos e desocupados e a evolução real do PIB. Entre 2004 e 2015, a proporção de jovens inativos oscilou de 64,0% a 73,9%, enquanto a de desocupados de 26,1% a 36,0%. Ou seja, existe uma oscilação de quase 10 pontos percentuais entre as duas condições de acordo com a evolução econômica. Isso representa em torno de 1 milhão de jovens. De qualquer forma, apesar dessa oscilação, permanece o forte viés de inatividade entre os jovens nem-nem brasileiros. Mesmo em um ano de crise econômica, como 2015, 64,0% dos jovens eram inativos e 36,0%

desocupados. Para efeito de comparação, na França, um dos países onde os jovens desocupados superam os inativos, mas não está entre os que foram mais atingidos pela crise como Espanha e Grécia, 43,6% dos jovens nem-nem eram inativos e 56,4% eram desocupados em 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016 e do IPEADATA.

Nota: PIB referência ano-base 2010.

Um outro ponto a destacar é que o impacto na oscilação entre as duas condições de atividade é maior quando o PIB recua do que quando cresce. Entre 2006 e 2007, o PIB cresceu 6,1%, a inatividade cresceu e a desocupação recuou em 1,2 p.p.. Por sua vez, entre 2008 e 2009, com a queda do PIB em 0,13%, a oscilação foi de 4,2 p.p., com a desocupação crescendo e a inatividade recuando. Assim como entre 2014 e 2015, quando houve um forte recuo do PIB de 3,8% e a oscilação foi ainda maior, 5,5 p.p..

Quando a economia está crescendo, a demanda por trabalho e a renda domiciliar aumentam, reduzindo a necessidade do jovem procurar emprego e parcela de jovens nem-nem desocupados. Porém, quando a economia não cresce ou entra em crise, aumenta a parcela dos jovens que precisa tentar uma colocação no mercado de trabalho para compor a renda domiciliar. Com isso, a proporção de jovens desocupados cresce na crise e diminui quando há crescimento econômico.

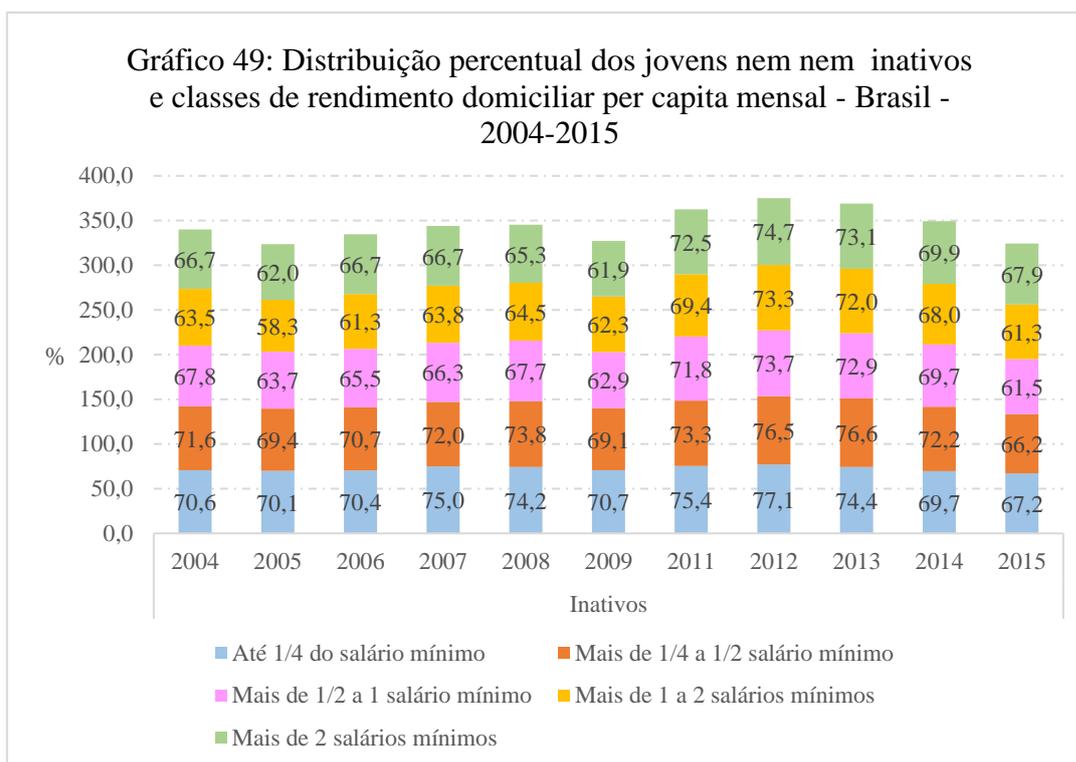
Em suma, a volatilidade entre inatividade e desocupação dos jovens nem-nem é muito maior em períodos de crise econômica do que em período de crescimento. Isso ocorre não somente porque uma parcela de jovens nem-nem inativa migra para a condição de desocupação em busca de emprego em períodos de crise, mas também porque jovens que estavam em outra situação de atividade (somente trabalhando, somente estudando ou trabalhando e estudando) podem ter migrado para a condição nem-nem como desocupados.

Considerando por classe de rendimento domiciliar, a inatividade supera a desocupação em todas as classes, tendo sido mais elevada entre os jovens nem-nem em domicílios das duas menores classes de rendimentos, com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, oscilando entre 69,1% a 77,1% de 2004 a 2013 (gráfico 49). Em contrapartida, esses jovens apresentaram as menores parcelas de desocupados.

Por sua vez, os jovens nem-nem que viviam em domicílios com rendimentos entre 1 a 2 s.m. per capita apresentaram as menores parcelas de inativos, seguidos dos jovens dos domicílios com mais de $\frac{1}{2}$ a 1 s.m, oscilando em ambos os casos entre 58,3% e 73,7% de 2004 e 2013. Podem ser considerados jovens que vivem em domicílios com rendimentos intermediários.

Os jovens nem-nem dos domicílios com maiores rendimentos apresentaram parcelas de inatividade superiores às das classes intermediárias, mas em um nível pouco abaixo do observado entre os mais pobres, variando entre 61,9% e 74,7%.

O que se observa é que nos períodos de crise econômica, como em 2009 e em 2014-2015, existe um forte movimento dos jovens em direção à desocupação em todas as classes de rendimento, só que as maiores parcelas de desocupados estavam entre os jovens nem-nem das classes de rendimentos intermediárias ou na mais alta, não estavam entre os mais pobres. O que demonstra a maior dificuldade desses jovens para sair dessa condição em busca de um emprego.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

Essa volatilidade entre as duas condições de atividade não foi a mesma em toda as faixas etárias, tendo sido maior na faixa etária de 18 a 24 anos, como mostrado na tabela 3.2. Esses jovens migram mais facilmente para as condições de inatividade e de desocupação que os demais. A inatividade oscilou entre 60,2% e 71,7% e a desocupação de 28,3% a 39,8%, ou seja, variação de 11,5 p.p. Na faixa de 25 a 29 anos, a volatilidade foi próxima, 10,8 p.p., entretanto o patamar de inatividade é cerca de 5,0 p.p. mais elevado, tendo variado de 65,1% a 75,9%. A desocupação oscilou de 24,1% a 34,9%.

A maior inatividade foi apresentada na faixa etária de 15 a 17 anos de idade com média de 81,7% e a menor desocupação, 18,3%, com oscilação de 7,8 p.p ao longo de todo o período.

Tabela 3.2: Distribuição percentual dos jovens nem-nem segundo faixa etária e condição de atividade – Brasil – 2004-2015

Anos	Faixas etárias e condição de atividade						PIB (ref 2010) (variação real%)
	15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos		
	inativos	desocupados	inativos	desocupados	inativos	desocupados	
Média	81,7	18,3	65,6	34,4	70,3	29,7	2,69
2004	80,2	19,8	64,3	35,7	70,3	29,7	5,76
2005	78,4	21,6	61,1	38,9	67,9	32,1	3,20
2006	79,4	20,6	64,0	36,0	69,1	30,9	3,96
2007	81,3	18,8	63,6	36,4	70,0	30,0	6,07
2008	82,8	17,2	66,7	33,3	71,4	28,6	5,09
2009	80,7	19,3	62,6	37,4	66,0	34,0	-0,13
2011	83,8	16,2	69,1	30,9	73,0	27,0	3,97
2012	86,2	13,8	71,7	28,3	75,9	24,1	1,92
2013	85,3	14,7	71,7	28,3	73,4	26,6	3,00
2014	80,8	19,2	66,5	33,5	71,5	28,5	0,50
2015	80,0	20,0	60,2	39,8	65,1	34,9	-3,77

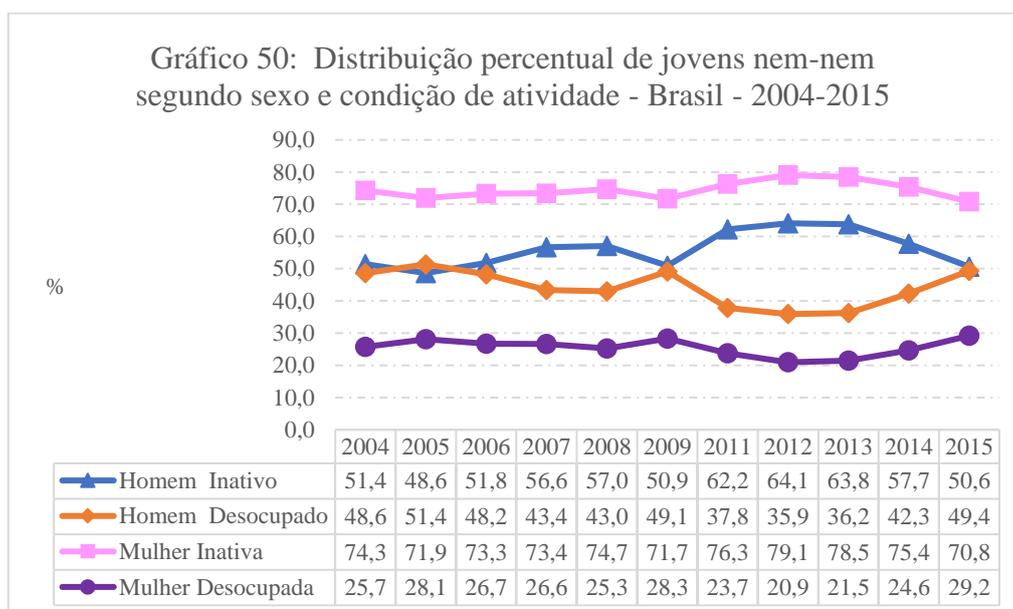
Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Indicadores Sociais 2016 e do IPEADATA.

Chama atenção que a participação média de jovens desocupados entre 18 e 24 anos (34,4%) seja 87,4% superior dos a dos jovens de 15 a 17 anos de idade (18,3%). Ou seja, vencida a fase da educação básica ou mesmo sem concluí-la, muitos jovens precisam ir em busca de uma vaga no mercado de trabalho em detrimento do estudo.

Outro ponto é que a inatividade média dos jovens entre 25 e 29 anos (70,3%) era bem acima daqueles entre 18 e 24 anos (65,6%). Para esses jovens, a fase de estudos já foi concluída (seja básica seja superior), porém uma parcela dos jovens, principalmente mulheres, está fora do mercado de trabalho e por diferentes motivos mesmo em períodos de crise não tenta se inserir. E quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, mais difícil para tentar entrar ou retornar. Para as jovens que possuem filhos, a situação é mais difícil devido à pouca disponibilidade de creches e escolas infantis públicas no país, assim como à forte concorrência e reduzida oferta de vagas.

A inatividade é mais elevada e mais persistente entre as mulheres do que entre os homens. Em média, 7 a cada 10 eram inativas e entre os homens eram 5 a cada 10, havendo uma oscilação muito maior entre as duas condições no caso masculino do que no feminino

(gráfico 50). Os homens migram mais rapidamente da condição de inatividade para a de desocupação do que as mulheres. Entre 2008 e 2009, durante a crise econômica, por exemplo, a parcela de homens jovens desocupados passou de 43,0% para 49,1%, mais 6,1 p.p., enquanto entre a parcela de mulheres desocupadas passou de 25,3% para 28,3%, mais 3,0 p.p., metade do avanço masculino. Entre 2011 e 2013, quando a economia estava crescendo, a inatividade masculina cresceu e atingiu um patamar superior (64,1%) ao observado na década anterior (57,0%). Contudo, a partir de 2014, com uma nova crise econômica, a inatividade masculina recuou 8,3 p.p. e em 2015 metade dos homens nem eram inativos e metade desocupados. Entre as mulheres, o comportamento foi semelhante, contudo em uma intensidade menor. Em 2015, 70,8% das mulheres eram inativas e 29,2% desocupadas, o que representou uma oscilação de 4,6 p.p em relação ao ano anterior.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

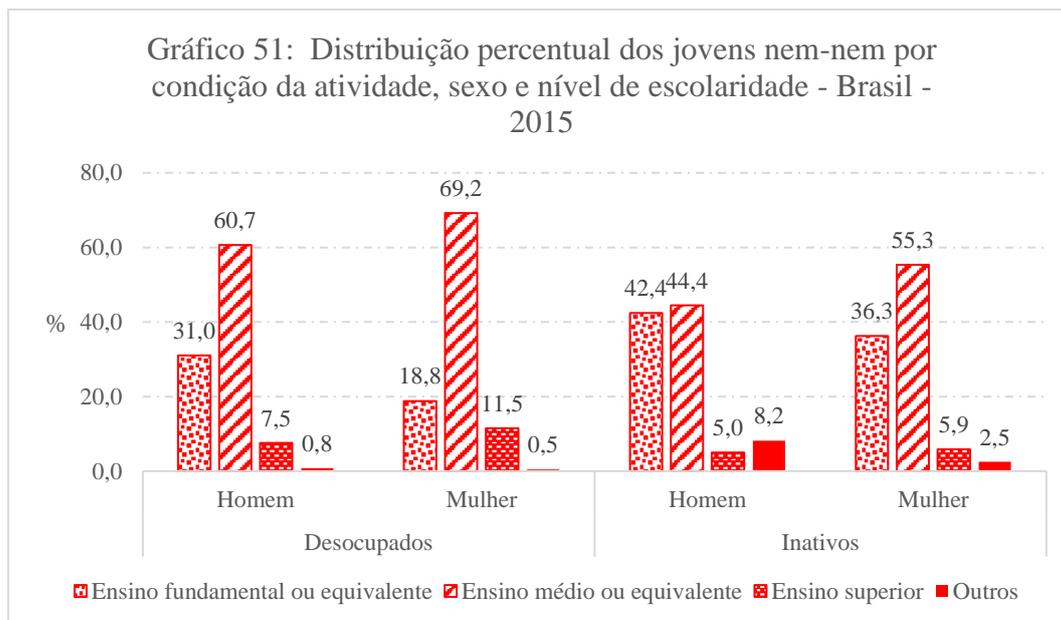
Segundo a OIT-Organização Internacional do Trabalho (2016), pesquisas recentes sobre transição escola-trabalho indicam que as diferentes regiões mundiais possuem razões em comum para a inatividade feminina. Por exemplo, na América Latina e Caribe e na Ásia Ocidental, as responsabilidades familiares e a gravidez são citadas como as razões mais comuns para a inatividade entre as mulheres jovens. No Sudeste Asiático, a inatividade decorre dos baixos níveis educacionais e à carga desproporcionalmente elevada que as

mulheres ocupam no lar em termos de responsabilidades familiares e tarefas domésticas. Enquanto isso, no norte da África e nos Estados árabes, as responsabilidades familiares / tarefas domésticas e sem desejo de trabalhar eram os motivos mais citados de inatividade entre mulheres jovens. No entanto, o casamento precoce e a maternidade continuam a ser os principais fatores que limitam o acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho nessas regiões.

Em relação à escolaridade, os jovens nem-nem que tinham frequentado ensino médio predominavam em ambas as condições de atividade (desocupados e inativos) e em ambos os sexos (gráfico 51). Entre as mulheres desocupadas chegavam a 69,2% e entre os homens 60,7%. Os inativos possuíam participações inferiores aos desocupados, sendo 55,3% entre as mulheres e apenas 44,4% entre os homens. Enquanto isso, a participação dos que frequentaram o ensino fundamental seguia o sentido inverso, sendo a mais elevada entre os homens inativos, 42,4%, e as mulheres inativas, 36,3%. Entre os homens desocupados eram 31,0% e o menor percentual entre as mulheres desocupadas, 18,8%.

Os jovens nem-nem que frequentaram o ensino superior tinham a maior participação entre as mulheres desocupadas, 11,5%, seguida dos homens desocupados, 7,5%. Entre os jovens inativos, as participações eram mais baixas, sendo 5,9% das mulheres inativas e 5,0% dos homens inativos.

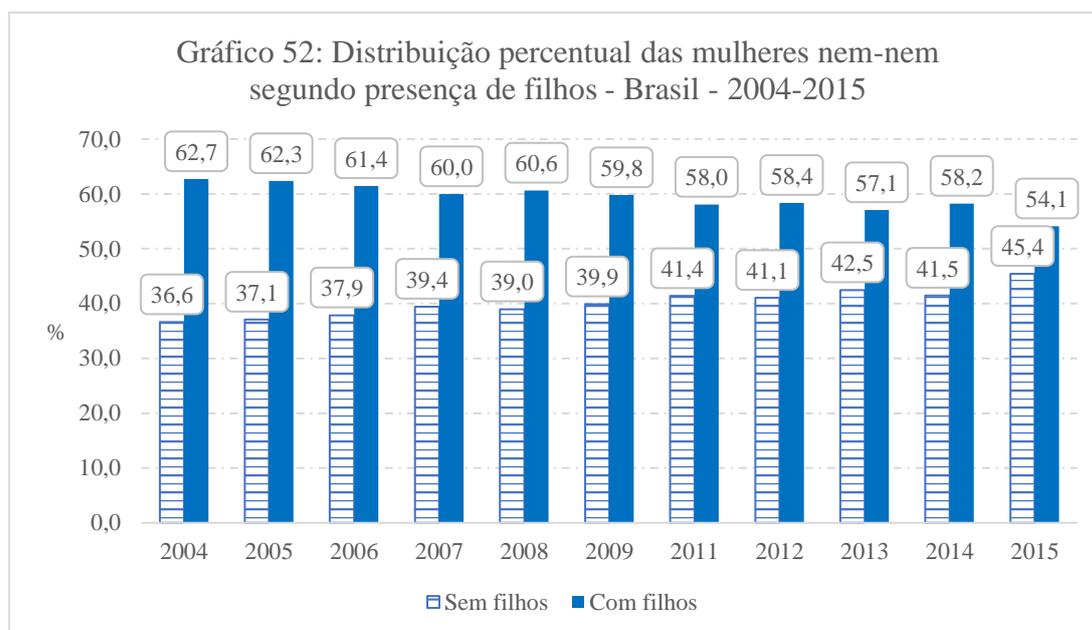
Ou seja, os jovens desocupados possuíam um nível de escolaridade superior aos dos inativos, embora aqueles com ensino médio predominem em todos os casos. O nível de escolaridade das mulheres era superior ao dos homens em ambos os casos, principalmente as desocupadas, tendo em vista que 80,7% tinham frequentado os ensinos médio ou superior. No outro extremo, estava o homem inativo que possuía a menor escolaridade, com maior presença de jovens com ensino fundamental.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

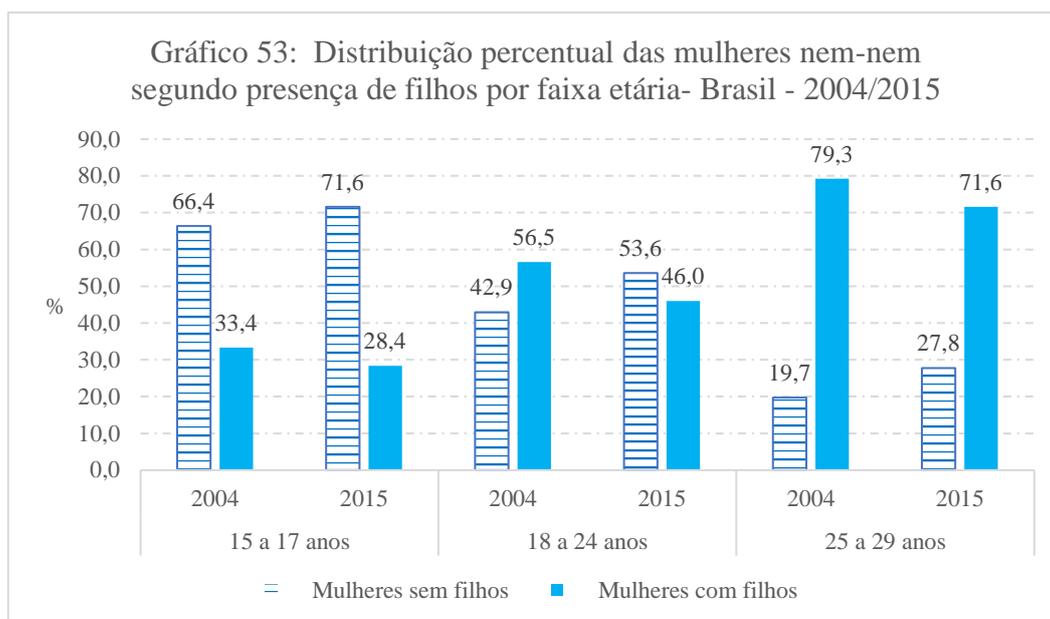
A existência de filhos foi apontada por Camarano et al (2006), Camarano e Kanso (2012), Cardoso (2013) e Monteiro (2013) como uma das causas da condição nem-nem inativa para as mulheres. De fato, como mostrado no capítulo anterior, o Brasil apresenta uma fecundidade rejuvenescida, as adolescentes ainda permanecem com taxas de fecundidade elevadas na comparação internacional. A gravidez indesejada, não planejada, ainda ocorre em áreas urbanas e rurais, demonstrando a necessidade de políticas públicas preventivas nessa área.

No caso das jovens nem-nem, a participação das mulheres com filhos tem sido superior à das mulheres sem filhos, porém tem regredido anualmente. Em 2004, 62,7% das mulheres nem-nem tinham filhos, este percentual caiu para cerca de 58,0% entre 2011 e 2014 e atingiu 54,1% em 2015 (gráfico 52). Apesar desta redução, o percentual de mulheres nem-nem que possuíam filhos ainda era o mais elevado dentre todos os jovens, acima da média, 33,6%, em 2015. Mesmo entre as jovens que trabalham, a participação era inferior, 43,4%. Portanto, ainda é uma característica relevante entre as jovens nem-nem, mas que vem paulatinamente reduzindo a sua relevância, significando uma importante alteração na composição do perfil da jovem nem. Essa mudança pode estar relacionada ao aumento do nível de escolaridade entre as jovens nem-nem e à redução da taxa de fecundidade.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

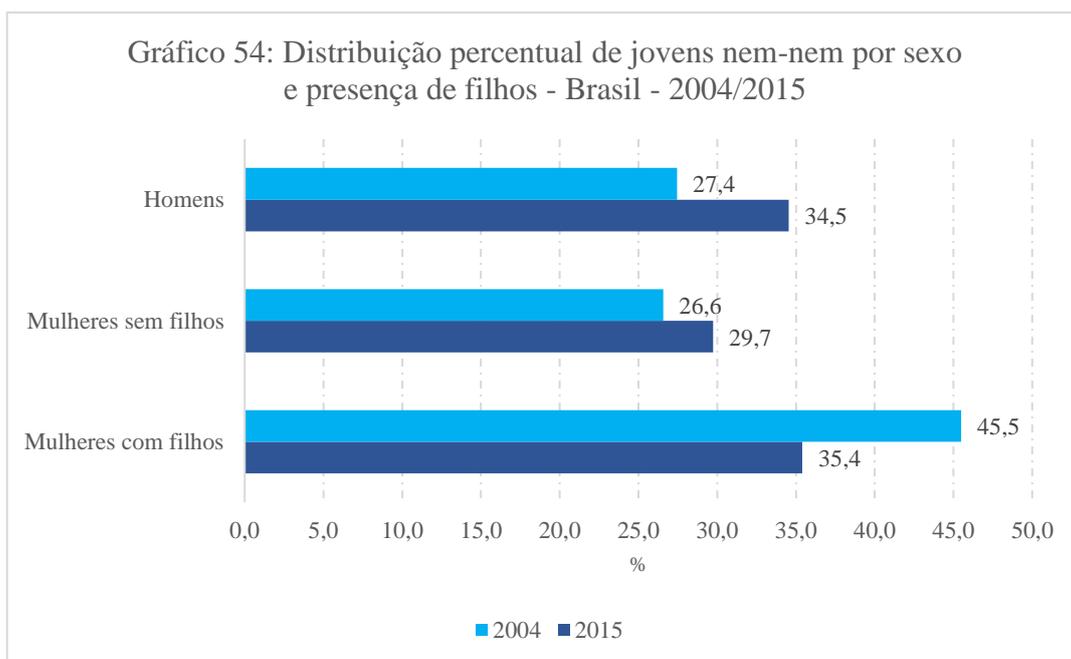
Existe uma diferença na presença de filhos das mulheres de acordo com a faixa etária. Como esperado, essa presença cresce à medida que a idade aumenta, como mostrado no gráfico 53. Entre 15 e 17 anos, 71,6% das jovens não tinham filhos, em 2015. Entre 18 e 24 anos, elas se dividiam entre as que possuíam, 53,6 %, e as que não possuíam, 46,0%. Enquanto, entre 25 e 29 anos, 71,6% possuíam filhos. Na comparação com 2004, houve redução das jovens nem-nem com filhos em todas as faixas etárias, tendo sido mais significativa entre 18 e 24 anos, onde houve uma inversão na composição entre aquelas com e sem filhos. Entre as jovens de 25 a 29 anos, a redução foi significativa, 7,7 p.p. mas ainda permanece em um patamar elevado, acima de 70,0%, demonstrando a importância deste fator para a condição nem-nem nas mulheres dessa faixa etária.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Neste contexto, pode-se afirmar que houve uma mudança na composição do perfil dos jovens nem-nem segundo sexo e presença de filhos, como pode ser observado no gráfico 54. Considerando o total dos jovens nem-nem, quase metade dos jovens nem-nem eram mulheres com filhos, 45,5%, em 2004. A outra metade era formada por homens, 27,4% e mulheres sem filhos, 26,6%. Em 2015, o quadro havia mudado substancialmente. Houve forte redução das mulheres com filhos, que atingiu 35,4%, se aproximando à participação dos homens, que cresceu e chegou a 34,5%. A participação das mulheres sem filhos também aumentou, atingindo 29,7%.

Portanto, em 2015, não se pode afirmar que o jovem nem-nem seja primordialmente formado por mulheres jovens com filhos. Elas ainda representam uma parcela importante, contudo a diversidade desses jovens atualmente é maior do que a observada no início dos anos 2000. Isso precisa ser levado em conta para o conhecimento dos motivos que levam esses jovens a estar nesta condição e na busca por políticas públicas que contribuam na redução do seu contingente.

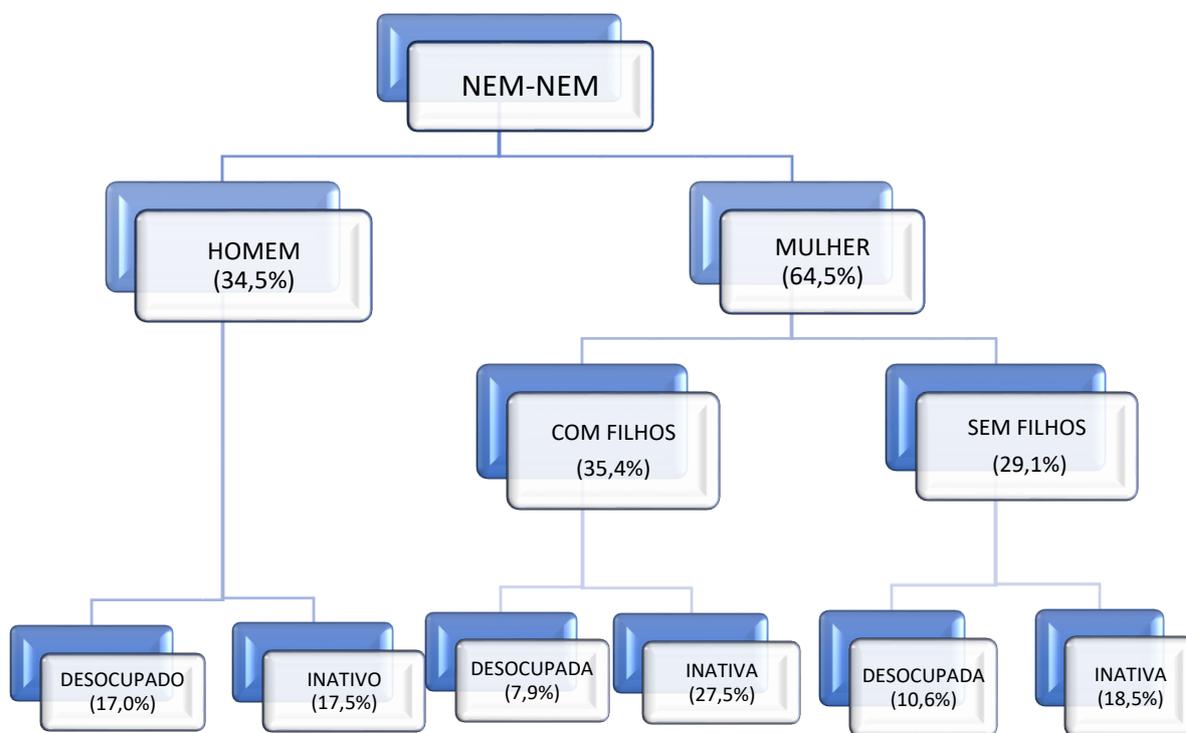


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

A figura 8 apresenta essa nova configuração do jovem nem-nem a partir das mudanças apresentadas segundo sexo, presença de filhos e condição de atividade, em 2015. Dos seis grupos, os inativos representam os três maiores grupos e os desocupados os três menores.

Os grupos identificados foram: mulheres com filhos inativas representavam o maior grupo com 27,5%, seguidas das mulheres sem filhos inativas com 18,5%. Na sequência, figuravam os homens inativos, 17,5%, e os homens desocupados, 17,0%. As mulheres sem filhos desocupadas eram 11,2% e as mulheres com filhos desocupadas, o menor grupo, 7,9%.

Figura 8: Distribuição dos jovens nem-nem segundo sexo, presença de filhos e condição de atividade – Brasil - 2015



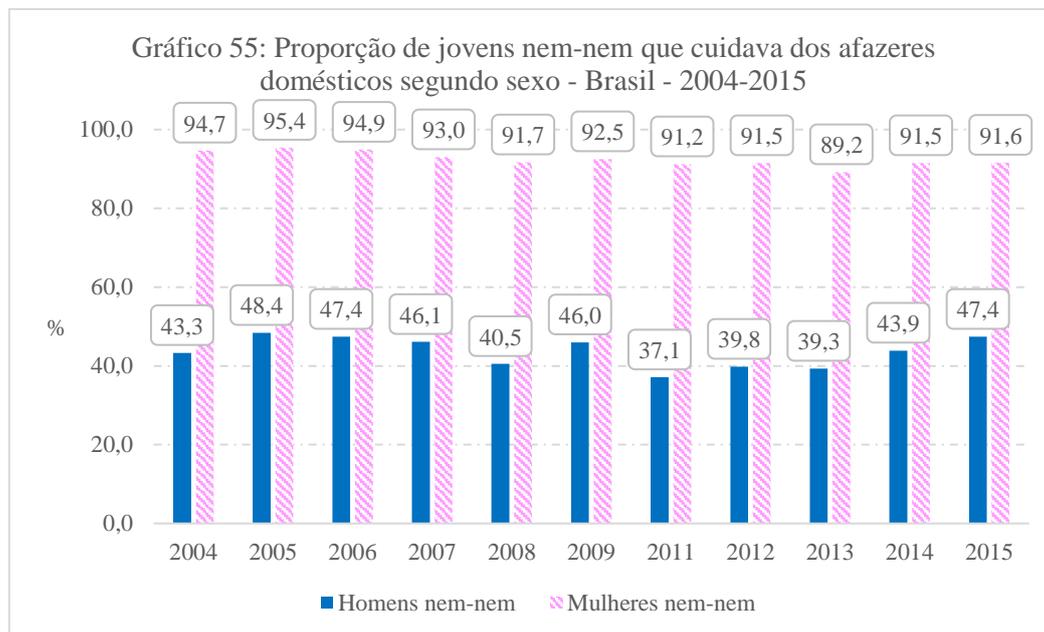
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Avançando em direção a outro ponto: a distribuição dos afazeres domésticos entre os jovens nem-nem. Culturalmente, os afazeres domésticos têm sido atribuídos às mulheres no Brasil e na América Latina muito mais do que aos homens. Existe uma ampla literatura que trata da desigualdade de gênero no uso do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado. Melo e Castilho (2009), por exemplo, mostram que o trabalho reprodutivo, sem remuneração, é realizado majoritariamente por mulheres de todos os níveis de escolaridade, em todos os tipos de ocupação formal ou informal no Brasil.

Esse não é um problema exclusivo ao Brasil. Abramo e Valenzuela (2016) mostram que existe uma insuficiência de políticas de conciliação entre vida familiar e laboral na América Latina dado o aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, do envelhecimento populacional e da persistência do modelo tradicional de divisão de responsabilidades domésticas entre homens e mulheres. As autoras consideram que o problema da conciliação é um desafio social a ser equacionado através

de necessidades e interesses das pessoas, das famílias, dos trabalhadores, das empresas e do Estado.

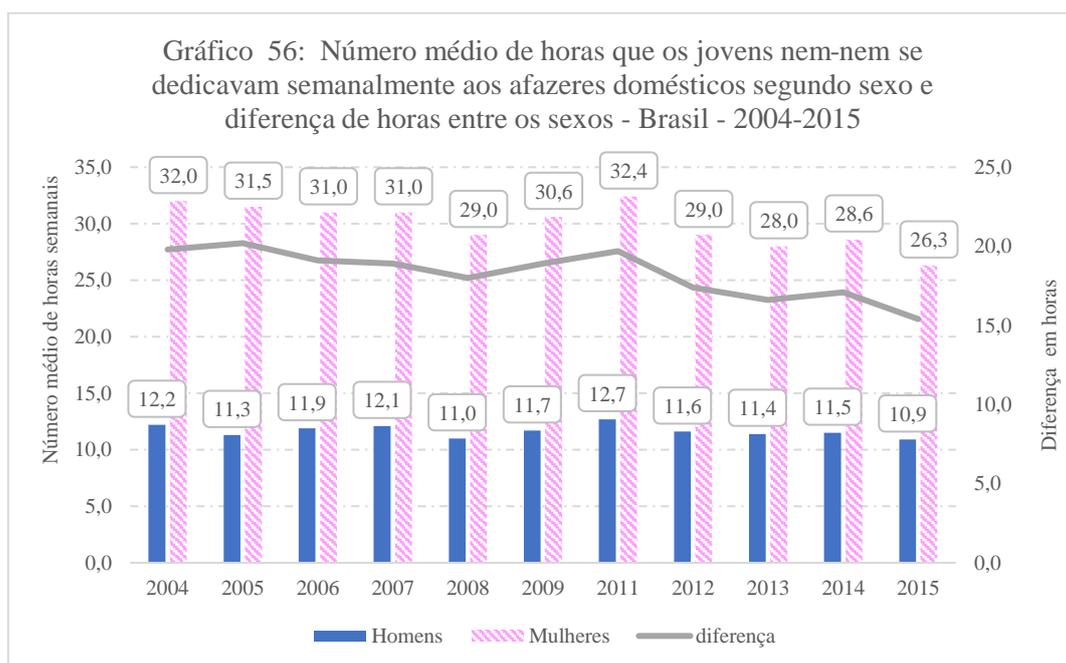
As mulheres nem-nem trabalharam em média cerca de 10 horas semanais a mais que os homens nem-nem. O aumento da participação dos homens entre os jovens nem-nem possibilita levantar uma hipótese sobre a sua maior contribuição nos afazeres domésticos. Entretanto, observa-se que a sua participação havia sido volátil entre 2004 e 2009. Desde 2011, porém, ela tem apresentado uma trajetória ascendente, chegando a 47,4%, em 2015 (gráfico 55). Ou seja, os homens nem-nem têm contribuído mais nos afazeres domésticos nos últimos anos, mas não se pode estabelecer que isso seja uma causa para a condição nem-nem. Ao contrário, eles podem estar ajudando mais por possuir maior disponibilidade de tempo e devido às pressões sociais e culturais para uma mudança de postura do homem atualmente em relação aos trabalhos domésticos que podem interferir na sua atuação nos afazeres domésticos. Por sua vez, 9 a cada 10 mulheres jovens nem-nem cuidavam dos afazeres domésticos. Essa proporção manteve-se praticamente estável entre 2004 e 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

Apesar da proporção de mulheres nem-nem jovens ter se mantido estável dentre as que cuidavam dos afazeres domésticos, o número de horas tem se reduzido ao longo do tempo. Eram 32 horas semanais em 2004, recuou até 29 horas em 2008, voltou a subir no início dos anos 2010, mas voltou a se reduzir e chegou em 2015 com 26,3 horas semanais

(gráfico 56). Uma redução de 5,7 horas ou 17,8% na carga horária feminina. Entre os homens, o número de horas semanais tem oscilado pouco, mantendo-se entre 10,9 e 12,7 horas semanais. Com a redução da carga horária feminina e a constância da masculina, a diferença de horas semanais entre os dois sexos caiu, passando de 20,2 horas em 2004 para 15,4 horas em 2015. Possivelmente, essa redução na carga horária feminina esteja relacionada à menor participação de jovens nem-nem na condição de cônjuge e com filhos, o que acarreta menores atribuições com os afazeres domésticos.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

Essa seção contribuiu para o avanço empírico do conhecimento sobre a evolução das características gerais dos jovens nem-nem no Brasil entre 2004 e 2015. A participação dos jovens pretos/pardos tem crescido acima da sua participação na população, atingindo quase o dobro (62,8%) da participação dos brancos (36,5%), em 2015. Mais da metade dos jovens nem-nem eram filhos e cerca de um quarto eram cônjuges, tendo havido uma redução significativa dos jovens cônjuges, demonstrando que o casamento tem reduzido sua importância como uma das causas da condição nem-nem.

A faixa etária de 18 a 24 anos de idade tem sido predominante com cerca de 55% dos jovens, seguida da faixa de 25 a 29 anos com 35% e de 15 a 17 anos com 10%, em média. Houve redução da participação feminina e aumento da masculina, embora cerca de dois

terços dos jovens ainda sejam mulheres e em torno de um terço sejam homens. A redução da participação feminina ocorreu entre as mulheres com filhos em contraposição ao aumento das mulheres sem filhos em todas as faixas etárias analisadas.

O número médio de horas que as mulheres cuidavam dos afazeres domésticos tem se reduzido, em decorrência possivelmente da redução daquelas que possuem filhos e das que são cônjuges, reduzindo a diferença nas horas trabalhadas entre homens e mulheres. Por sua vez, aumentou a participação dos jovens que são a pessoa de referência ou responsável pelo domicílio, o que significa uma condição econômica preocupante.

Houve uma profunda mudança no perfil desses jovens por nível de escolaridade, com cada vez mais jovens com ensino médio e cada vez menos com ensino fundamental, embora a participação dos pouco escolarizados ainda esteja acima da média dos jovens e os anos médios de estudo desses jovens estejam abaixo dos jovens nas demais situações de atividade e frequência escolar.

É importante ressaltar que nessa tese consideramos que as jovens e os jovens trabalharem e/ou estudarem, independentemente de terem ou não filhos, representam um passo importante em direção à sua cidadania e autonomia. O estudo possibilita o conhecimento de informações importantes para a tomada de decisões que impactam diretamente o seu futuro, amplia os horizontes dos jovens sobre as diversas possibilidades que ele pode tomar ao longo da sua vida, dentre elas um melhor planejamento sobre ter ou não filhos, em que tipo de ocupação gostaria de trabalhar, se deseja continuar estudando. Por sua vez, o trabalho contribui na sua autonomia financeira, de forma que os jovens possam decidir sobre a sua condição atual e futura. Nesse sentido, um jovem estar na condição nem-nem após a adoção de uma série de políticas públicas educacionais e laborais se torna um desafio, tendo em vista que ele pode estar comprometendo as suas condições de vida atual e futura. Não conseguir ser uma pessoa independente e autônoma, capaz de decidir sobre a sua própria vida.

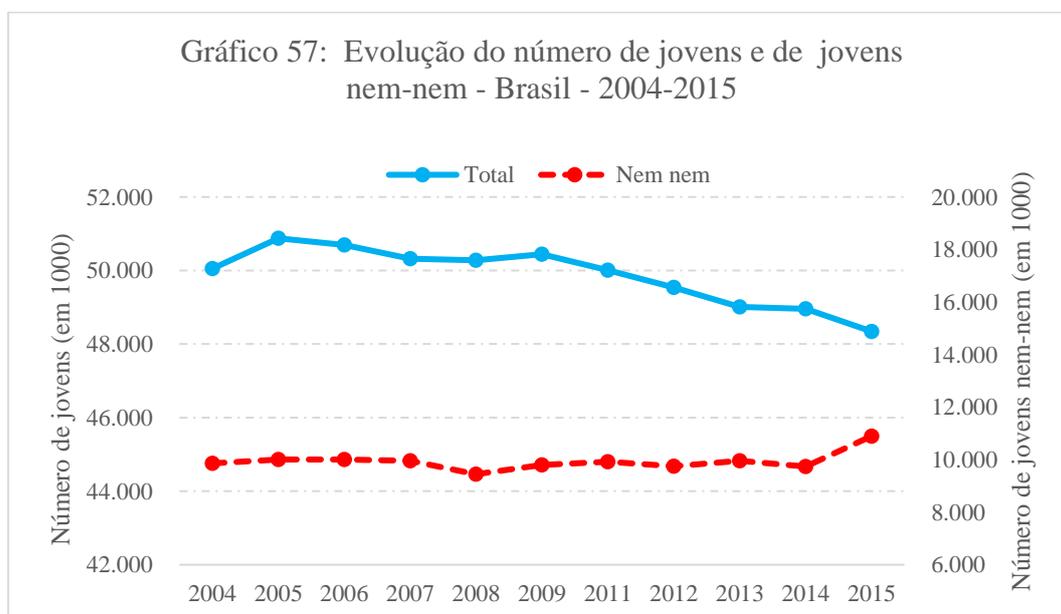
Do ponto de vista econômico, eles representam uma força de trabalho potencial que está sendo desperdiçada, que poderia ser absorvida, caso houvesse empregos suficientes. Essa mão de obra predominantemente com escolaridade mediana, pouca formação técnica e tecnológica e pouca experiência laboral, possui acesso restrito ao mercado de trabalho e

ao sistema de ensino, e precisa ser ajudada de forma a permitir que sejam construídas políticas públicas que possam reverter esse quadro.

3.3. Evolução das taxas de jovens nem-nem no Brasil

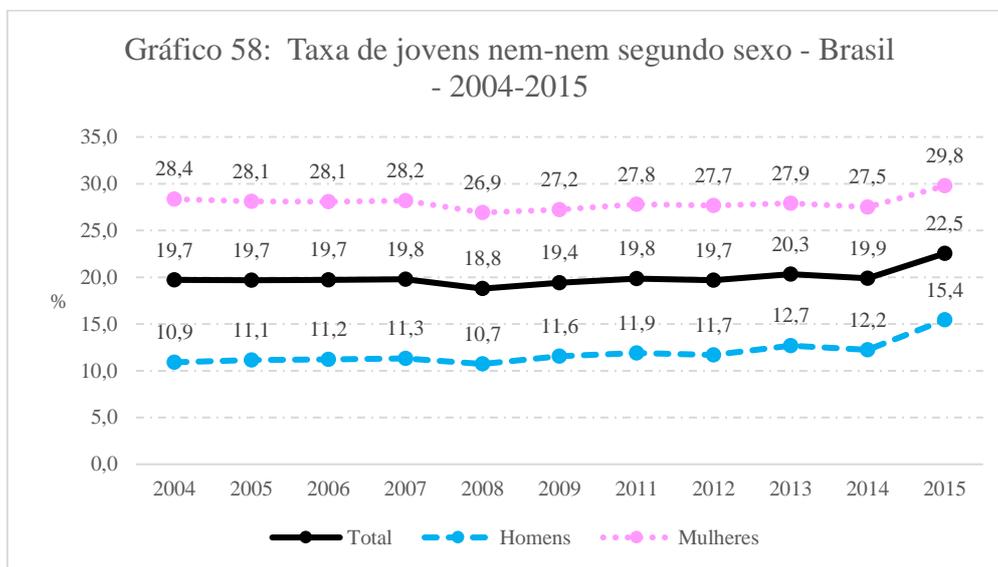
Na seção anterior, foi apresentada a evolução das principais características dos jovens nem-nem entre 2004 e 2015, visando compreendê-las dentro do universo dos jovens nem-nem. Contudo, como tem sido a evolução desses jovens no conjunto dos jovens brasileiros? Nesta seção busca-se avançar no entendimento da situação desses jovens a partir dessa perspectiva, através da evolução das suas taxas segundo diversas características e, ainda, tratando da situação desses jovens do ponto de vista regional.

Como apontado no capítulo 2, o Brasil passa por uma fase de transição demográfica, com redução do número de crianças e de jovens e aumento do número de adultos e de idosos. Em 2004, eram 50 milhões de jovens de 15 a 29 anos, que haviam se reduzido para 48,3 milhões em 2015, uma diminuição de 3,4%. No mesmo período, o número de jovens nem-nem foi em sentido oposto, crescendo 10,5%, atingindo 10,9 milhões de jovens (gráfico 57). Note-se que boa parte desse crescimento ocorreu em plena crise entre 2014 e 2015.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nesse cenário, a taxa de jovens nem-nem²⁴ permaneceu alta, com média de 19,7% entre 2004 e 2014 e em 2015, com a crise econômica aliada à redução do número de jovens, a taxa subiu 12,5%, na comparação com o ano anterior, chegando a 22,5% (gráfico 58).



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

A relativa estabilidade da taxa de jovens nem-nem no Brasil esconde uma série de desigualdades: por sexo, por faixa etária, por cor/raça, por classe econômica e por região geográfica. Ao longo dos anos 2000, houve importantes mudanças nas características desses jovens, que em alguns casos acompanharam alterações ocorridas no País como redução da fecundidade e aumento da escolaridade. Contudo, as desigualdades econômicas e regionais do País fizeram com que os impactos das políticas públicas adotadas tivessem impactos diferenciados entre os jovens, no caso estudado entre os jovens nem-nem.

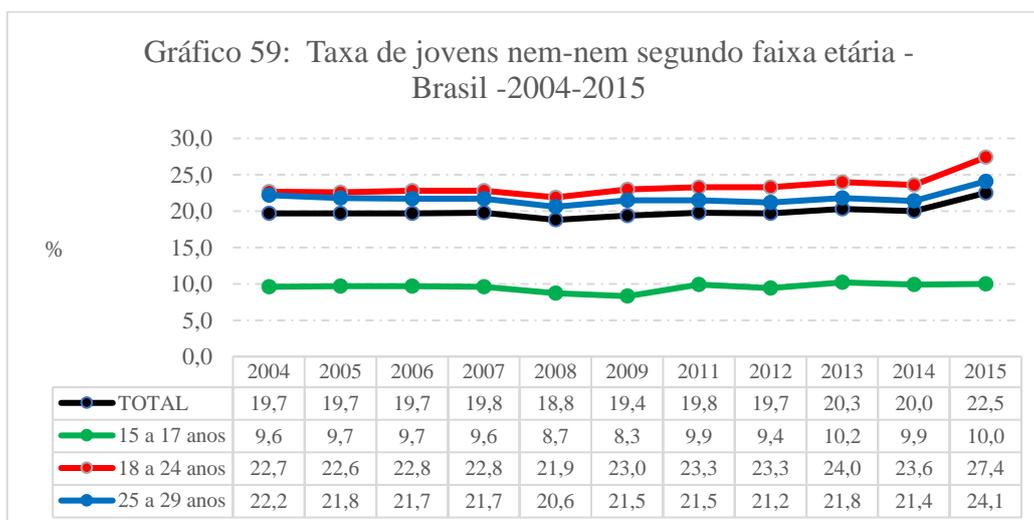
Essa tese defende que não existe apenas um grupo de jovens nem-nem, mas vários grupos, por isso é necessário analisar esses jovens em conformidade com o conceito internacionalmente aceito. Essa heterogeneidade é intrínseca a esse conceito, por isso é necessário adotá-lo para tentar conhecer os diferentes motivos que levam os jovens a essa

²⁴ A taxa de jovens nem-nem é calculada como a relação entre o número de jovens nem-nem e o número de jovens, podendo ser calculada para diferentes subgrupos como situação de atividade, faixas etárias, sexo, rendimento, cor/raça, dentre outros.

condição nos diferentes grupos e propor políticas públicas que sejam adequadas às diferentes realidades. Vários fatores contribuem para essa heterogeneidade, como a faixa etária dos jovens que é ampla, de 15 a 29 anos, perpassando por vários momentos do ciclo de vida; diferenças nos papéis sociais por sexo ou gênero, assim como grandes desigualdades econômicas, sociais e regionais no Brasil.

Em relação ao sexo, do total de 24,0 milhões de mulheres jovens, 7,1 milhões eram nem-nem, em 2015. Entre os homens, eram 24,4 milhões de jovens e 3,8 milhões na condição nem-nem. A taxa feminina tem se mantido em um patamar elevado desde 2004, entre 27% e 28% com poucas oscilações, exceto no aumento geral observado em 2015, quando chegou a 29,8%. A taxa masculina, por sua vez, tem aumentado paulatinamente em decorrência do crescimento do número de homens na condição nem-nem. Era 10,4% em 2004, chegou a 12,7% em 2013, e em 2015 atingiu 15,4%. Esse aumento ocasionou a redução da diferença entre as taxas de nem-nem por sexo entre 2004 e 2015, que passou de 17,5 p.p. para 14,5 p.p.. Mesmo com essa redução, a taxa nem-nem feminina ainda era o dobro da masculina em 2015.

Considerando por faixa etária, os jovens nem-nem de 18 a 24 anos possuíam as maiores taxas, seguidos daqueles entre 25 e 29 anos. Conforme esperado, os mais novos, de 15 a 17 anos, possuíam as menores taxas. De 2004 a 2015, a taxa nem-nem média para os três grupos etários foi de 23,4%, 21,8% e 9,5%, respectivamente (gráfico 59). Note-se, novamente, o forte crescimento dessas taxas entre 2014 e 2015, exceto para os mais jovens.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

Observa-se que a taxa nem-nem dos jovens de 18 a 24 anos tem sido 2,5 vezes maior do que daqueles entre 15 e 17 anos. Essa grande diferença ocorre porque entre os mais novos 85,0% ainda estudavam, mesmo que alguns conciliassem com o trabalho, o estudo ainda permanecia como a centralidade da vida. Entre 18 e 24 anos, uma fase de transição, a parcela dos que somente estudavam ou conciliavam estudo e trabalho recuou para apenas 30,7%, enquanto os que somente trabalhavam representavam 41,9% em 2015. Portanto, a maioria dos jovens brasileiros param de estudar cedo, concluindo ou não os estudos básicos, por motivos familiares ou para tentar se inserir no mercado de trabalho. O abandono precoce dos estudos aliado a uma baixa inserção laboral torna a taxa de jovens nem-nem entre 18 e 24 anos muito elevada.

Certamente, se esses jovens compreendessem a importância de permanecer estudando, seja educação básica, técnica ou superior, de modo a permitir um aprimoramento do seu capital humano e ao mesmo tempo houvesse maior disponibilidade de empregos que absorvessem a força de trabalho que estivesse disposta ou necessitando trabalhar, a situação da maioria dos jovens nem-nem brasileiros seria diferente.

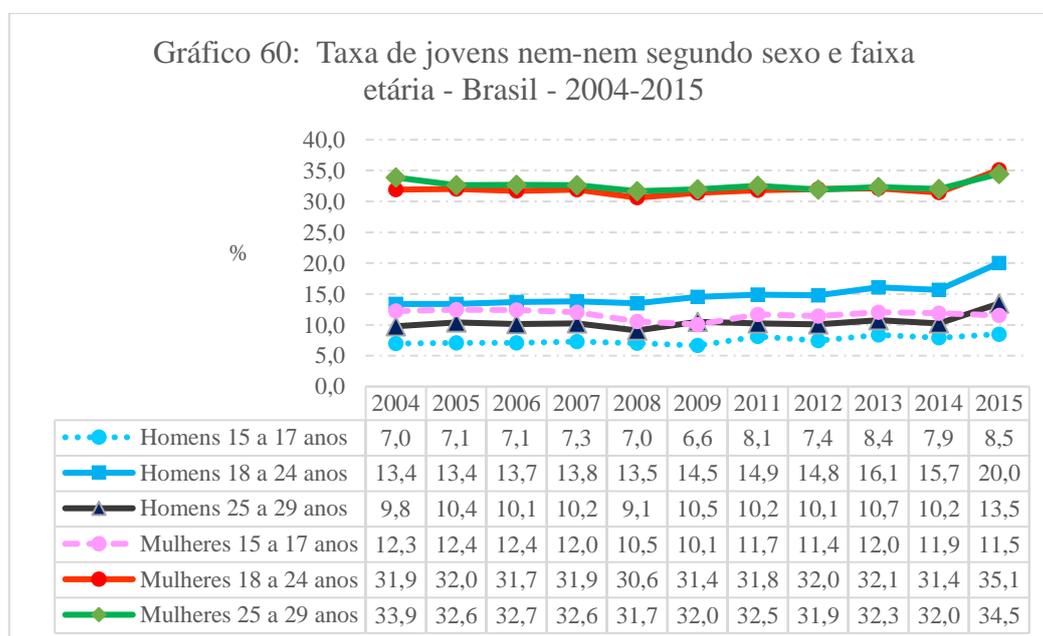
Na faixa etária entre 25 e 29 anos de idade, por sua vez, os jovens que somente trabalhavam aumenta para 64,5%, tendo em vista que nessa faixa etária se espera que o trabalho e/ou a família ocupe a centralidade no lugar do estudo. Contudo, a taxa de jovens nem-nem também tem sido elevada.

Um ponto que merece ser destacado é que tem havido um distanciamento da taxa dos jovens nem-nem entre 18 e 24 anos nos últimos anos em relação àqueles de 25 a 29 anos. Entre 2004 e 2008, a diferença entre as taxas dessas duas faixas etárias era pequena, cerca de 1,0 p.p.. Contudo, essa diferença dobrou entre 2011 e 2014 e quase quadruplicou em 2015, chegando a 3,8 p.p.. Portanto, a faixa etária de 18 a 24 anos tem tido a maior prevalência na condição nem-nem e essa prevalência tem crescido. Por sua vez, a taxa dos jovens nem-nem de 25 a 29 anos não apresentou o mesmo ritmo de crescimento, mas manteve-se em um patamar elevado. Enquanto isso, a taxa entre os jovens mais novos tem se mantido estável em torno de 10,0%, não tendo aumentado na crise econômica de 2015 como as demais.

Conjugando as informações de sexo e faixas etárias, pode-se constatar que existem diferentes padrões de taxas de jovens nem-nem. As mulheres entre 18 e 24 anos e de 25 e 29 anos apresentaram as maiores taxas que oscilaram em torno de 32,5% entre 2004 e

2014, atingindo cerca de 35,0% em 2015 (gráfico 60).

As mulheres de 15 a 17 anos, os homens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos possuíam taxas próximas em 2004 em torno de 10-13%. Entretanto, elas evoluíram de forma diferente. As taxas das mulheres de 15 a 17 anos e dos homens de 25 a 29 anos mantiveram-se estáveis em torno desse patamar, enquanto a taxa dos homens de 18 a 24 anos apresentou uma trajetória ascendente a partir de 2009, quando atingiu 14,5%, evoluindo a 16,1% em 2013 e a 20,0% em 2015. Por sua vez, os homens de 15 a 17 anos apresentaram as menores taxas ao longo do período, tendo ficado em cerca de 7,2% entre 2004 e 2012, aumentando para 8,3%, em média, de 2013 a 2015, mantendo-se como a mais baixa.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Os diferentes padrões das taxas dos jovens nem-nem brasileiros demonstram a heterogeneidade presente nesse grupo. Os jovens de 15 a 17 anos apresentam as menores e mais estáveis taxas em ambos os sexos, demonstrando que se a melhoria dos indicadores educacionais das duas últimas décadas não teve o efeito de recuar essas taxas, conseguiu que elas não avançassem. Outro ponto é em relação à fecundidade, cujas jovens dessa faixa etária não tem sido as mais atingidas com a maternidade precoce, mas aquelas entre 18 e 19 anos.

A faixa etária de 18 a 24 anos é a mais desafiadora para homens e mulheres. Elas

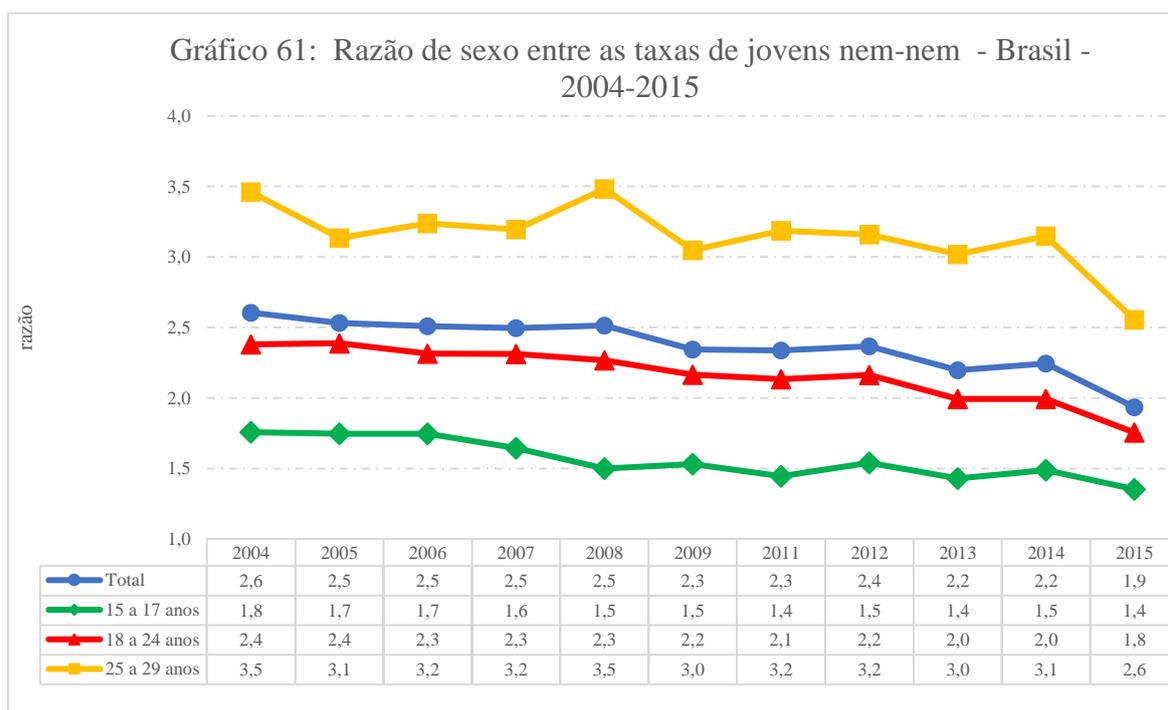
apresentaram as maiores taxas ao lado das mulheres de 25 a 29 anos, enquanto eles fazem parte do conjunto de jovens nem-nem que mais cresce. Como mostramos no capítulo anterior, diversos estudos apontam que as obrigações familiares das mulheres e a necessidade econômica dos homens estão entre os principais motivos para o abandono escolar precoce, que contribuem para a ampliação da condição nem-nem. Para que esse quadro se alterasse, seria necessária uma melhor divisão sexual das obrigações domésticas e familiares, assim como uma quantidade suficiente de creches públicas que cuidassem das crianças para que as mães pudessem estudar e/ou trabalhar, não dependendo apenas de uma rede de apoio feminina para conseguir manter suas atividades educacionais e laborais, principalmente no caso das famílias dos domicílios mais pobres. Elas possuem um triplo desafio: compromissos familiares, não somente aquelas que já são mães; necessidade de continuar os estudos e/ou entrar no mercado de trabalho. Os homens sofrem pressão para começarem a trabalhar cedo para contribuir na renda domiciliar, abdicando dos estudos.

Os jovens entre 25 e 29 anos já possuem uma situação mais definida sobre a sua vida do que os mais jovens. Nessa faixa etária, os estudos tradicionais já estão concluídos, o trabalho e a vida familiar tomam a centralidade da vida desses jovens. Entre os jovens nem-nem, existe uma profunda diferença por sexo nessa faixa etária, com as mulheres possuindo as taxas mais elevadas, em torno de 32,0%, enquanto entre os homens a taxa tem sido cerca de 1/3 desse valor, oscilando em torno de 10-12%, chegando a 13,5% em 2015. A maioria dessas jovens é inativa, a maioria com filhos, embora a maioria tenha pelo menos o ensino médio. Entre esses homens nem-nem, por sua vez, a maioria é desocupada. Contudo, é significativo o grupo daqueles com apenas o ensino fundamental, o que dificulta a sua reinserção no mercado de trabalho.

O aumento das taxas masculinas tem provocado a redução da razão de sexo entre as taxas de jovens nem-nem, como mostrado no gráfico 61. Ela passou de 2,6 vezes para 1,9 vez, em média, 2004 e 2015. Ainda uma diferença significativa. Entretanto, essa razão é muito mais elevada na faixa de 25 a 29 anos do que nas demais. Ela chegou a 3,5 vezes em 2004 e em 2008, tendo caído levemente entre esses anos. Nos anos seguintes apresentou trajetória de queda, chegando a 3,1 vezes em 2014 e 2,6 vezes em 2015. A faixa etária de 18 a 24 anos apresenta uma situação intermediária, com tendência de queda ao longo de todo o período, passando de 2,4 vezes para 1,8 vez. Entre os jovens de 15 a

17 anos ocorre a menor razão, e assim como na faixa de 18 a 24 anos também apresentou tendência de queda, passando de 1,8 vez para 1,4 vez.

Portanto, a despeito da redução observada na razão de sexo das taxas nem-nem, a diferença entre as taxas permanece elevada e tem sido maior à medida que aumenta a idade dos jovens. Entre os jovens nem-nem mais novos, a taxa feminina era 40,0% superior à masculina, entre 18 e 24 anos era 80,0% e entre 25 e 29 anos, 160%, em 2015.

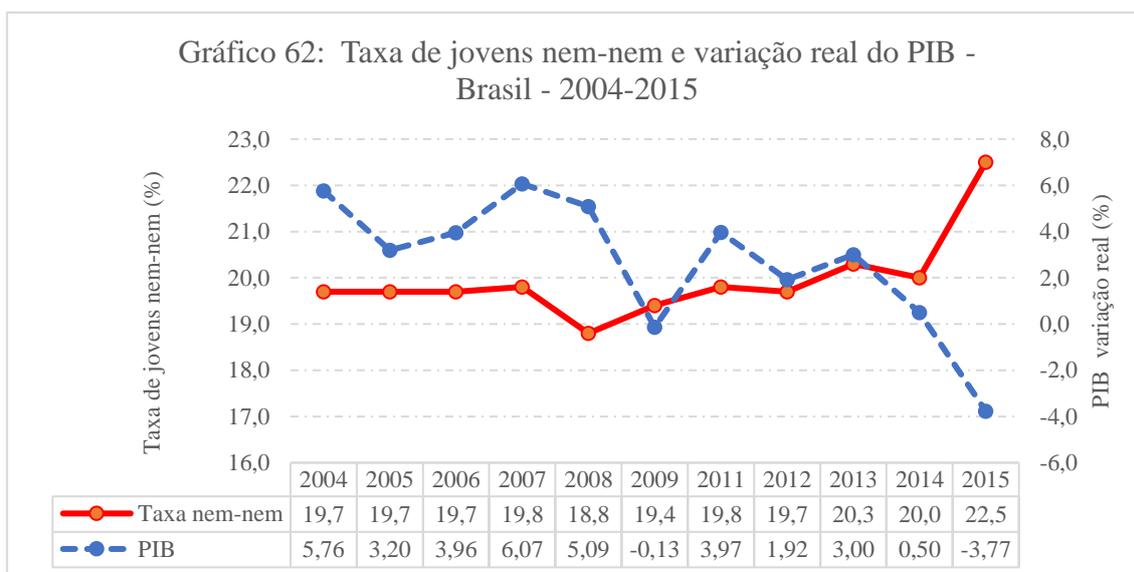


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Nota: Razão de sexo calculada como a relação entre a taxa feminina e a masculina.

Dennett e Sasser Modestino (2013) afirmam que a taxa de jovens nem-nem possui um comportamento pró-cíclico na economia norte-americana, aumentando durante as recessões e diminuindo durante o crescimento econômico. No caso brasileiro, a taxa brasileira também apresenta comportamento pró-cíclico, porém muito tímido quando há crescimento econômico e mais elevado em casos de recessão.

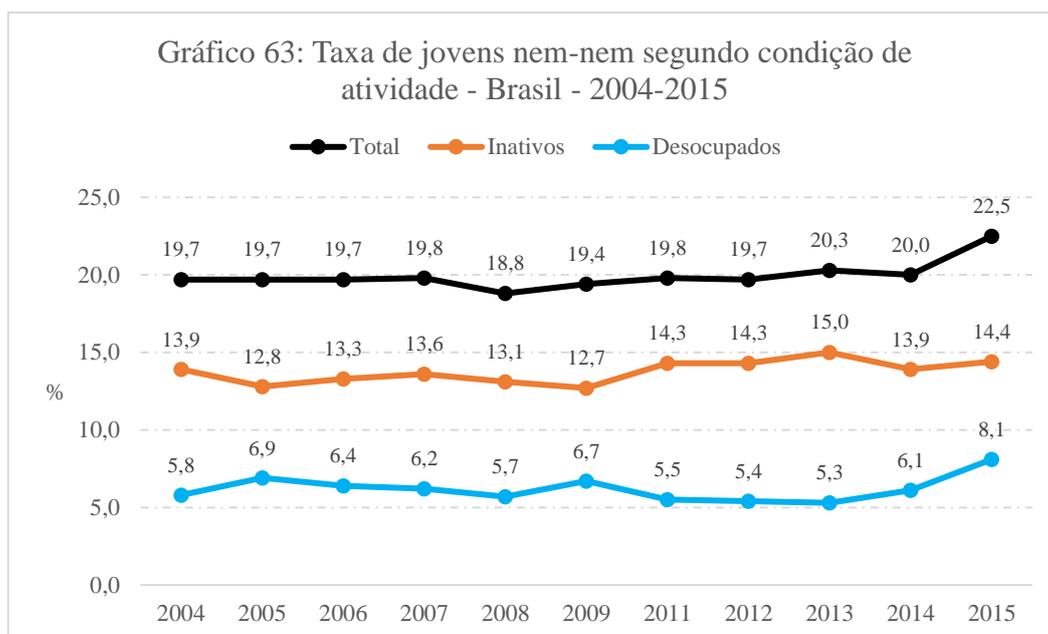
Entre 2004 e 2007, mesmo com crescimento econômico, a taxa manteve-se estável em 19,7%-19,8% (gráfico 62). Entre 2007 e 2008, quando o PIB cresceu 5,09% e depois de ter crescido 6,07% entre 2006-2007, que a taxa nem-nem recuou de 1,0 ponto percentual. No período de recessão 2014-2015, quando o PIB caiu 3,77%, a taxa nem-nem subiu 2,5 pontos percentuais.



Fonte: IBGE, Sistema de Informações Sociais 2016 e IPEADATA.

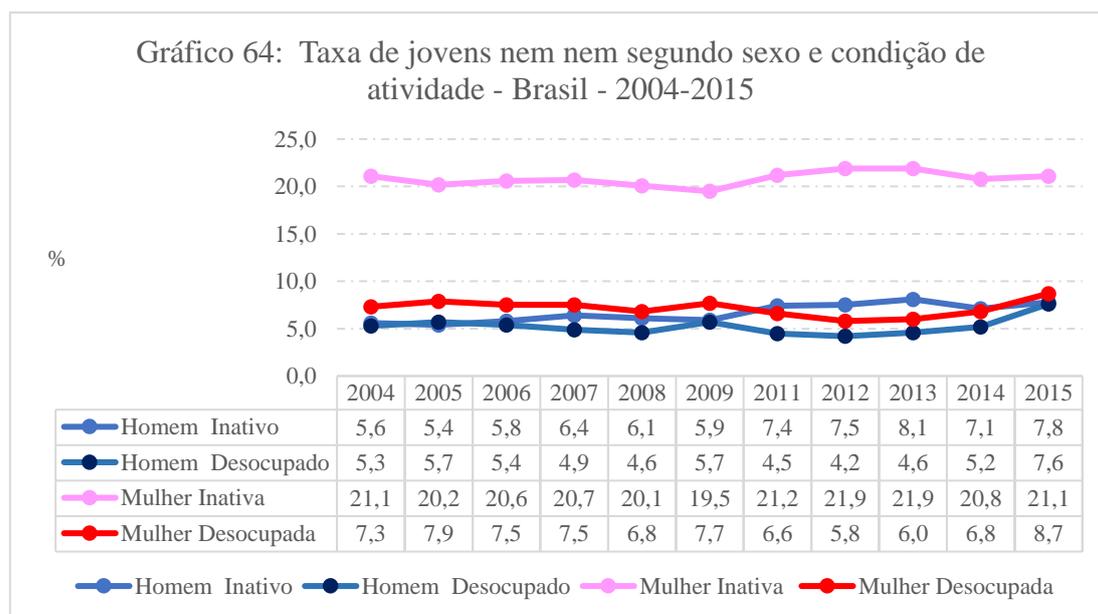
Como visto anteriormente, o conceito de jovens nem-nem na literatura internacional abarca do ponto de vista do trabalho os jovens inativos e os desocupados, que não estejam estudando. No Brasil, assim como em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, tais como Estados Unidos, Reino Unido, México e Turquia, a proporção de jovens nem-nem inativos supera o de desocupados. Nos países mais fortemente atingidos pela crise econômica internacional de 2008/2009, como Espanha, Grécia, Portugal e França, ocorre o inverso com a proporção de desocupados se sobrepondo a de inativos ainda em 2015.

O gráfico 63 apresenta a evolução da taxa de jovens nem-nem no Brasil segundo a condição de atividade. Apesar da taxa de jovens nem-nem ter apresentado relativa estabilidade entre 2004 e 2014 com forte aumento em 2015, as taxas de jovens nem-nem inativos e desocupados apresentaram comportamentos distintos: estabilidade entre 2005 e 2008 e entre 2011 e 2013, embora o patamar de inatividade do segundo período esteja acima do primeiro, enquanto o de desocupação ocorreu o inverso dado o bom período pelo qual passou o mercado de trabalho brasileiro. Durante os períodos de crise econômica, 2009 e 2014-2015 que houve oscilações com consequente redução da taxa de inativos e crescimento da taxa de desocupados.



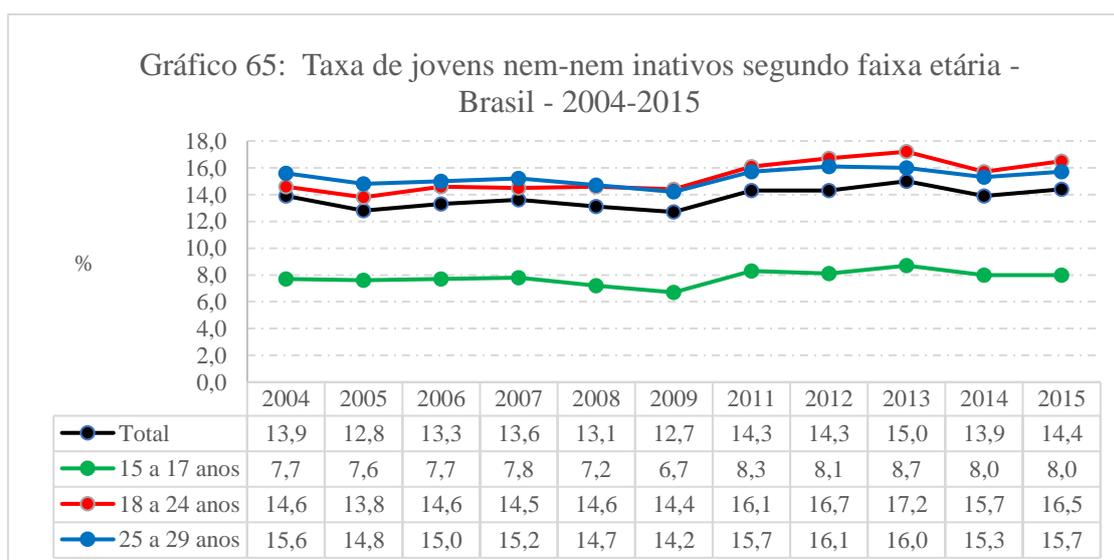
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Conjugando as informações de condição de atividade e sexo, a taxa de mulheres jovens inativas se destaca por manter-se em um patamar elevado ao longo de todo o período com média de 20,8% (gráfico 64). As mulheres desocupadas, os homens inativos e desocupados possuem taxas muito inferiores, em torno de 5,0% a 8,0%. Interessante observar que entre 2004 e 2009, as mulheres desocupadas possuíam a segunda maior taxa acima de ambas taxas masculinas. Entre 2011 e 2013, a taxa feminina de inatividade cresceu e de desocupação caiu. Enquanto isso, a taxa de inatividade masculina estava em trajetória ascendente, tendo ocupado a segunda colocação. Os homens desocupados apresentaram as menores taxas durante todo o período, apenas igualando-se aos inativos em momentos de crise.



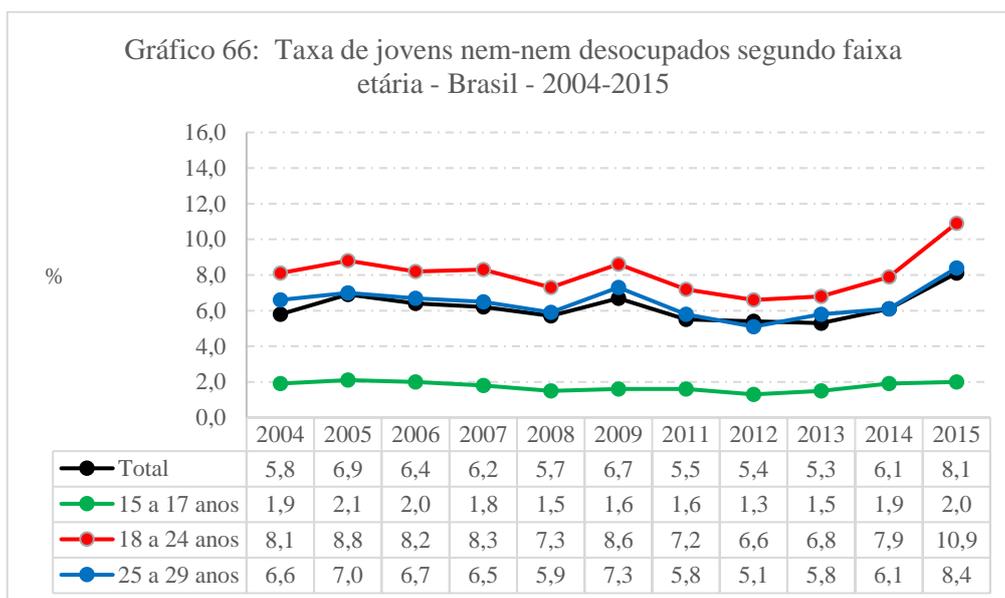
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em relação à faixa etária, as taxas de inatividade têm sido mais elevadas entre os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos (gráfico 65). Entre 2004 e 2007, esses apresentaram taxas levemente superiores, se igualaram entre 2008 e 2009. A partir de 2011, houve uma inversão, assim como aumento do patamar da taxa dos jovens entre 18 e 24 anos. Os jovens entre 15 e 17 anos apresentaram as menores taxas, tendo somente recuado ligeiramente em 2009.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Enquanto na inatividade, as taxas de jovens nem-nem de 18 a 24 anos e de 25 anos a 29 anos são muito próximas, entre os jovens desocupados as taxas dos jovens de 18 a 24 anos têm se mantido, em média, 24,0% acima das taxas de 25 a 29 anos (gráfico 66). As taxas dos jovens de 15 a 17 anos mantiveram-se constantes, não aumentando nem nos períodos de crise econômica como as demais. De qualquer forma, o patamar das taxas de inatividade era superior ao da desocupação em todas as faixas etárias. Em comum, o fato dos jovens de 18 a 24 anos liderarem as taxas na década atual em ambas as condições, tendo crescido muito em 2015.

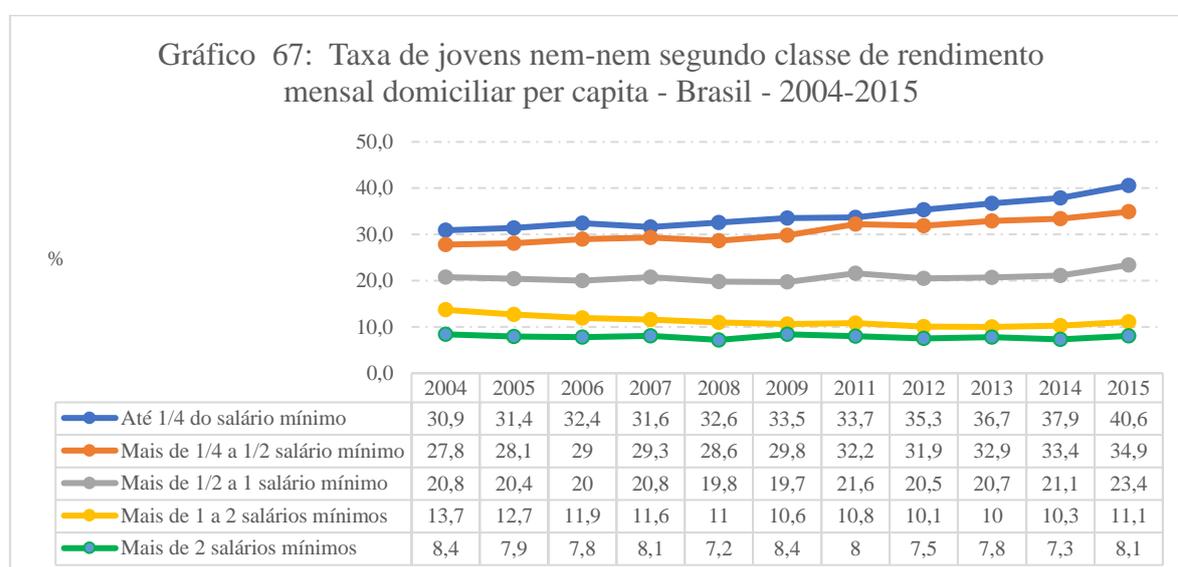


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Os jovens mais pobres foram apontados em diversos estudos como mais propensos à condição nem-nem inativa. Quando se analisa o conjunto dos jovens nem-nem (inativos e desocupados), isso também ocorre, como pode ser observado no gráfico 67, que apresenta as taxas segundo as classes de rendimento domiciliar per capita. As taxas decrescem conforme aumenta o nível de rendimento domiciliar per capita. Entre 2004 e 2015, as taxas de jovens nem-nem dos domicílios nas duas menores faixas de rendimento domiciliar, ou seja, até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, foram as mais elevadas, tendo apresentado um aumento significativo a partir de 2012. Ao mesmo tempo, as taxas de jovens nem-nem nos domicílios das duas faixas com maiores rendimentos, com mais de 1 s.m. per capita, ficaram praticamente estáveis. Em 2015, a taxa média de jovens nem-nem era de 22,5%, porém oscilava de 8,1% nos domicílios com rendimento mensal per capita acima de 2 salários mínimos a 40,6% nos com rendimento até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo

per capita. Ou seja, a taxa dos jovens dos domicílios mais pobres chegava a ser 5 vezes maior do que a dos mais ricos.

Ressalta-se que apesar das taxas terem sido mais elevadas nos domicílios mais pobres, as taxas dos jovens nem-nem dos domicílios com rendimento intermediário (mais de $\frac{1}{2}$ s.m. a 1 s.m. per capita) também foram altas, segundo o critério do Eurofound, com média de 20,8%. Isso demonstra que embora a situação dos jovens nem-nem seja mais crítica entre os jovens mais pobres, essa condição também atinge fortemente os jovens dos domicílios com classes de rendimentos intermediários, enquanto os jovens das classes de rendimentos mais altos têm sido os menos atingidos.

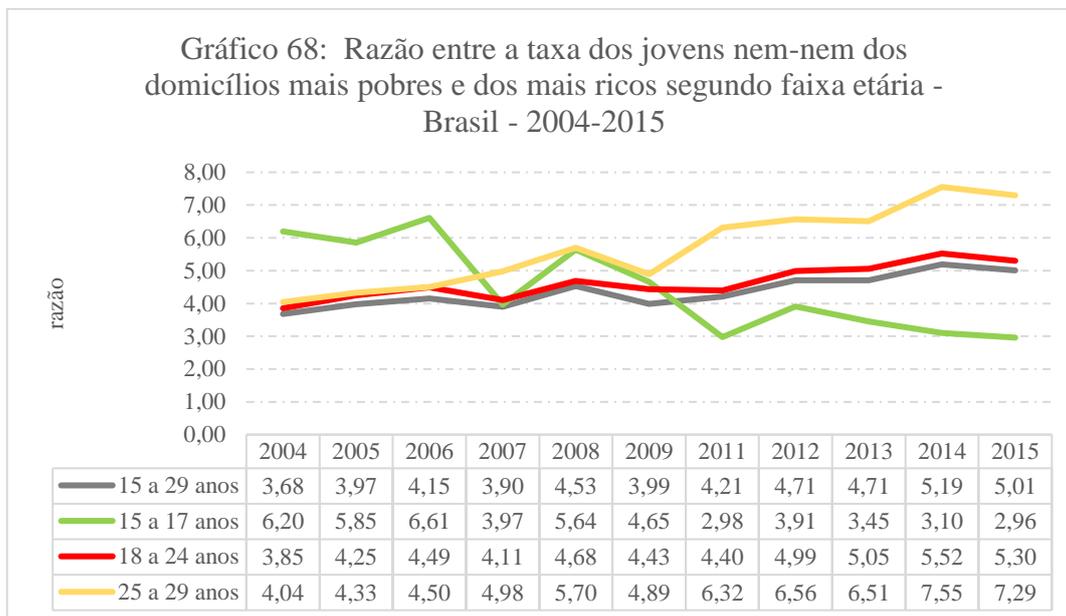


Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2016.

O gráfico 68 apresenta a evolução da razão das taxas de jovens nem-nem entre os jovens dos domicílios mais pobres e dos mais ricos segundo faixa etária. Suas informações sugerem que a diferença de taxas tem sido cada vez maior quanto maior a faixa etária dos jovens. Entre os jovens de 15 a 17 anos, a razão caiu à metade, de 6 a 3 vezes entre 2004 e 2015. Para os jovens entre 18 e 24 anos, a razão cresceu, passando de 4,0 para 5,3 vezes. A situação mais crítica, porém, é entre os jovens de 25 a 29 anos, de 4,0 para 7,3 vezes.

Na faixa etária entre 15 e 17 anos, a razão entre as taxas se reduziu por conta do aumento da taxa entre os jovens nem-nem nos domicílios com maior rendimento. Entre 18 e 24 anos, ela cresceu em decorrência do aumento da taxa entre os jovens nem-nem com menor

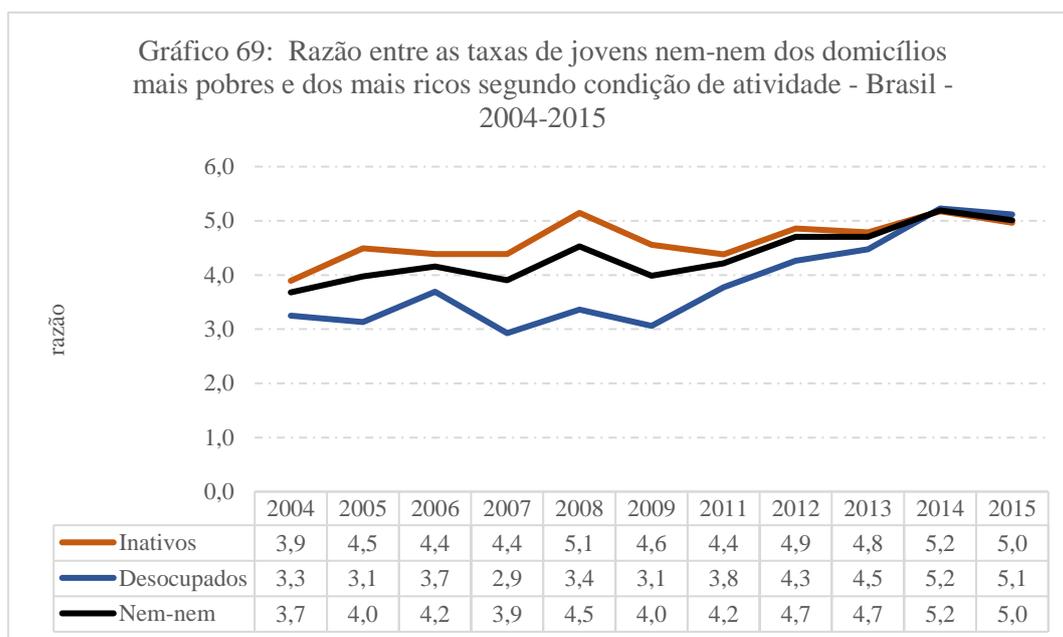
rendimento. E, entre 25 e 29 anos, cresceu por causa do aumento da taxa entre os jovens com menor rendimento e redução entre os jovens com maior rendimento.



Fonte: Elaboração própria a partir de Sistema de Informações Sociais 2016.

Comparando a razão das taxas de jovens nem-nem entre inativos e desocupados dos domicílios com os menores rendimentos e os com os maiores, pode-se notar que a razão entre os inativos esteve acima dos desocupados, porém igualaram-se na crise econômica de 2014-2015 (gráfico 69). Entre os inativos, a razão aumentou entre 2004 e 2008, apesar de começar em um patamar elevado, passando de 3,9 vezes a 5,1 vezes. Recuou entre 2009 e 2011, chegando a 4,4 vezes, voltando a subir em seguida, chegando a 5 vezes em 2015. Entre os desocupados, a taxa manteve-se em cerca de 3 vezes entre 2004 e 2009, com exceção de 2007 quando atingiu 3,7 vezes. A partir de 2011, apresentou trajetória ascendente, igualando-se à razão dos inativos em 2015.

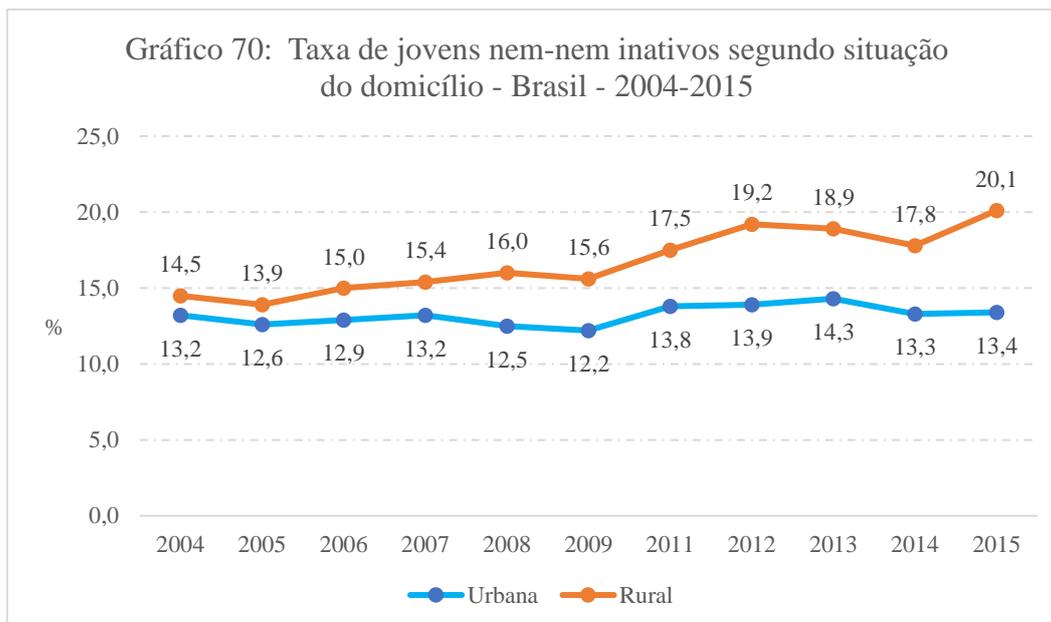
Isso significa, que as taxas de jovens nem-nem inativos mais pobres, que já eram elevadas em meados dos anos 2000, cresceram ainda mais na década atual, aumentando a razão entre as taxas. Entre os desocupados, a razão também era elevada, mas em um nível menor. Porém, desde 2011 a situação entre os mais pobres se deteriorou, ocasionando o aumento da razão entre as taxas, enquanto as taxas dos jovens nem-nem dos domicílios com maior rendimento apresentaram um comportamento estável.



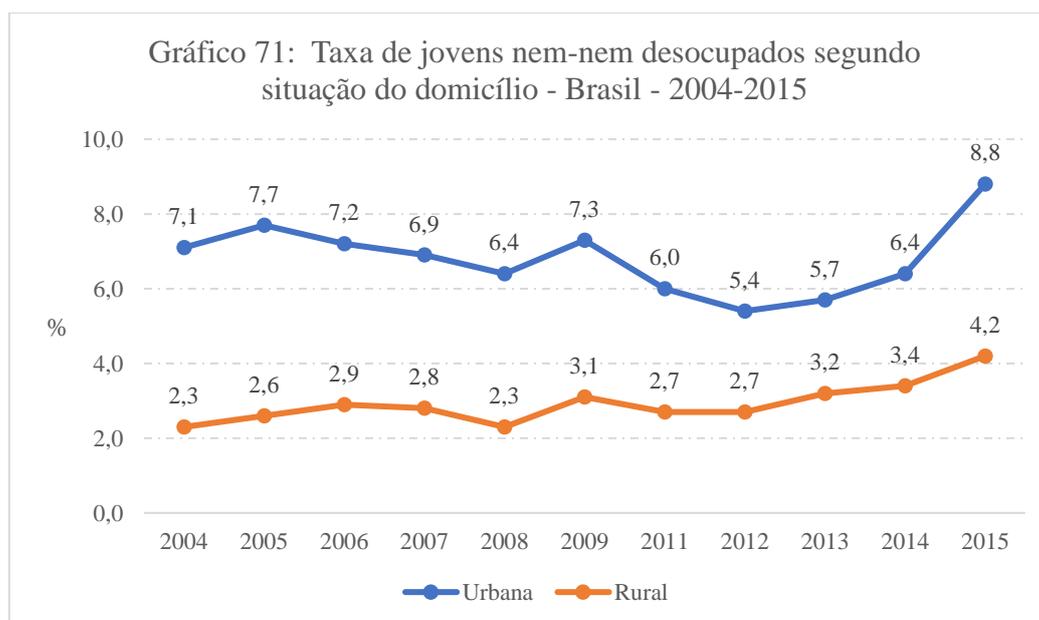
Fonte: Elaboração própria a partir de Sistema de Informações Sociais 2016.

A grande extensão do território brasileiro esconde diferentes realidades dos nossos jovens. Os gráficos 70 e 71 apresentam as taxas de jovens nem-nem inativos e desocupados nas áreas urbanas e rurais. Observa-se que os jovens inativos possuem taxas mais elevadas na área rural, enquanto os jovens desocupados na área urbana. Na área rural, a situação dos jovens nem-nem se agravou de forma contínua com as taxas passando de 14,5% a 20,1% entre 2004 e 2015, enquanto os jovens inativos da área urbana mantiveram-se com taxas estáveis em torno de 13%-14%. Entre os desocupados, os jovens nem-nem da área urbana apresentaram taxas bem mais elevadas do que na área rural. Os anos de crise econômica foram os mais críticos, como esperado, havendo uma tendência de queda nas taxas nos demais anos.

A situação dos jovens nem-nem que vivem na área rural tem se agravado mais rapidamente do que entre aqueles que vivem nas áreas urbanas, provocando aumento tanto da inatividade como da desocupação. Um dos fatores que pode levar ao aumento da inatividade é o desalento em relação à procura por emprego. As tentativas frustradas de ocupação provocam desistência pela procura e à inatividade.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em suma, o número de jovens tem se reduzido no Brasil, mas o número de jovens nem-nem não cede, apesar das políticas públicas adotadas nos anos 2000. Em 2015, esse número cresceu em decorrência da crise econômica. Não existe um padrão entre esses jovens, tornando a sua situação mais complexa.

A taxa feminina é mais elevada (29,8%) que a masculina (15,4%), porém tem se reduzido, enquanto a masculina tem se elevado paulatinamente. A maior taxa ocorre entre as mulheres inativas, cerca de 21%, enquanto a de mulheres desocupadas, homens inativos e desocupados possuem mantêm-se em torno de 9%.

A faixa etária de 18 a 24 anos tem sido a mais atingida e com tendência de alta, enquanto a faixa de 25 a 29 anos, tem conseguido reduzi-la apesar de manter ainda em um patamar elevado. As maiores taxas foram observadas entre as mulheres de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. O maior crescimento tem sido entre os homens de 18 a 24 anos.

Existe diferença por sexo entre as taxas, a feminina supera a masculina em todas as faixas etárias, contudo essa diferença cresce à medida que a faixa etária avança. Ela era de 1,4 vez entre os jovens de 15 a 17 anos, de 1,8 vez entre 18 e 24 anos e de 2,6 vezes entre 25 e 29 anos.

A parcela de jovens nem-nem inativos tem se mantido em um patamar elevado, em torno de 14,0%, enquanto a de desocupados esteve em cerca de 5% e 8%, entre 2004 e 2015, oscilando de acordo com o crescimento econômico. A taxa de inatividade cresceu em todas as faixas etárias nos anos 2010, sendo mais elevada entre os jovens de 18 a 24 anos. Entre os jovens nem-nem desocupados, as taxas de jovens de 18 a 24 anos estiverem em um patamar bem superior as dos demais, sendo um terço maior que entre 25 a 29 anos e quatro vezes acima dos jovens de 15 a 17 anos.

Os jovens nem-nem estão presentes em domicílios de todas as classes de rendimento, contudo em um patamar cada vez mais elevado quanto mais pobre é o domicílio. Em 2015, representam 1 a cada 12 jovens dos domicílios com rendimento mensal de mais de 2 s.m. per capita, 1 a cada 9 nos domicílios de mais de 1 a 2 s.m., 1 a cada 4 nos domicílios de mais de ½ a 1 s.m. a, 1 a cada 3 jovens nos domicílios de mais de 1/4 a ½ s.m. e 1 a cada 2,5 jovens nos domicílios com até ¼ s.m. mensal per capita.

Isso demonstra como a necessidade econômica caminha ao lado do jovem nem-nem. A superação desse problema perpassa por aspectos educacionais, mas também fortemente por aspectos econômicos. Esses jovens precisam de apoio financeiro para permanecer estudando e de empregos suficientes para os que queiram trabalhar. O avanço tecnológico

atual torna esse desafio ainda mais difícil. Como afirmou Boldrin (2017), a inovação extingue empregos com mais rapidez do que a educação os salva no momento atual do capitalismo. Para o autor, a inovação seria uma das causas da desigualdade. A desigualdade seria um efeito secundário do crescimento econômico. Segundo o seu raciocínio, cada coisa que você inventa tende a dar vantagem a algumas pessoas e substituir outras, diminuindo a utilidade destas últimas do ponto de vista social. Isso precisa ser levado em consideração ao tratarmos dos motivos pelos quais esses jovens estão na condição nem-nem e como a sua condição poderia ser alterada.

A razão entre as taxas dos jovens dos domicílios mais ricos e dos mais pobres tem aumentado, passando de 4 a 5 vezes entre 2004 e 2015. E a razão das taxas de jovens nem-nem inativos e desocupados mais pobres e mais ricos também cresceram, chegando a 5 vezes em 2015. O que demonstra que jovens mais pobres, que tinham as maiores taxas em 2004, apresentaram taxas crescentes ao longo de todo o período, que a sua situação não melhorou apesar das políticas públicas adotadas nos últimos anos. Elas foram ineficazes para atingir os jovens das camadas mais pobres, particularmente mulheres e homens na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, que continuam crescendo, e mulheres na faixa de 25 a 29 anos que permanecem em um patamar elevado.

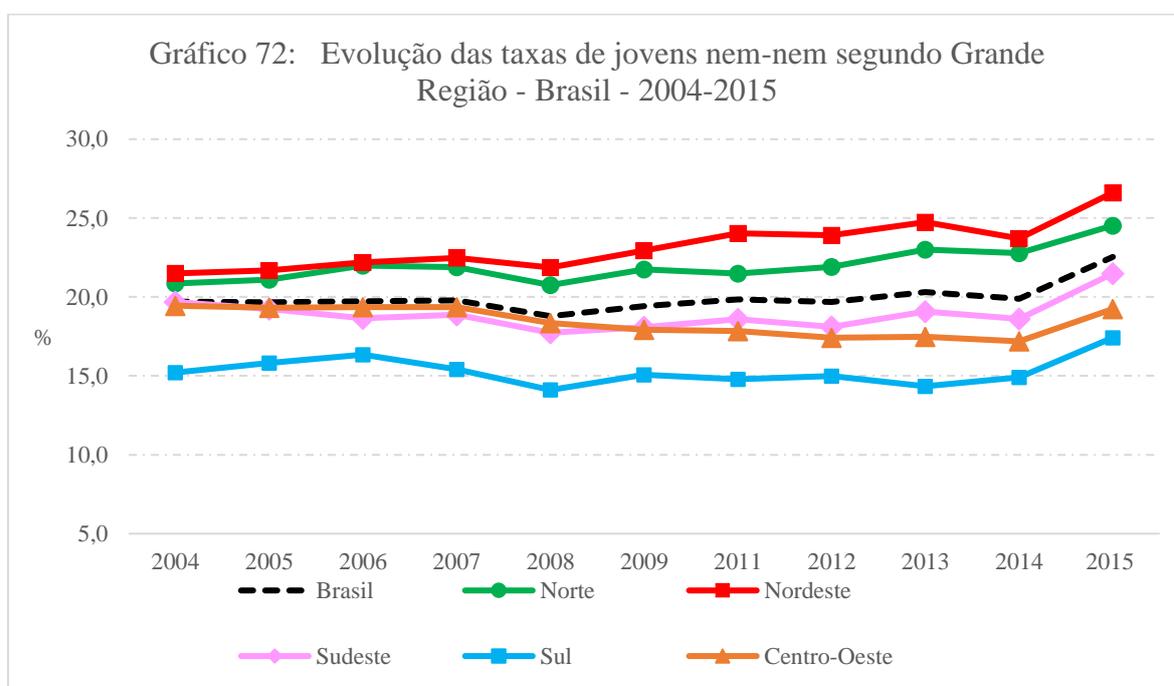
Por condição do domicílio, os jovens nem-nem inativos apresentam taxas mais elevadas na área rural, enquanto os jovens desocupados na área urbana. Os jovens da área rural foram os mais atingidos pelo crescimento da condição nem-nem entre 2004 e 2015, tanto entre os inativos como entre os desocupados.

3.4. Evolução das taxas de jovens nem-nem nas Grandes Regiões e nas Unidades da Federação brasileiras

A relativa estabilidade da taxa de jovens nem-nem no Brasil entre 2004 e 2014 em torno de 19,7% esconde diferenças regionais importantes. Nesse período, as disparidades regionais entre os jovens nem-nem só aumentaram. Em 2004, quatro Grandes Regiões possuíam taxas muito próximas, entre 19,4% e 21,5%, enquanto a região Sul se destacava positivamente com uma taxa bem inferior, 15,2% (gráfico 72). Ou seja, uma diferença de 6,3 pontos percentuais entre a maior e a menor taxa. As taxas evoluíram de forma

diferente entre as regiões, de forma que em 2013, a diferença entre elas atingiu 10,4 pontos percentuais.

Entre 2004 e 2014, as taxas das regiões Nordeste e Norte aumentaram continuamente, com exceção apenas de 2008 quando houve uma pequena redução, passando de 21,5% para 23,7% e de 20,9% para 22,8%, respectivamente. As taxas das regiões Sudeste e Sul mantiveram-se estáveis em torno de 19,0% e 15,0%, respectivamente, enquanto a região Centro-Oeste foi a única a apresentar redução contínua das taxas, de 19,4% para 17,2%. Na crise econômica de 2015, as taxas subiram cerca de 2,5 p.p. em todas as regiões em comparação com 2014.

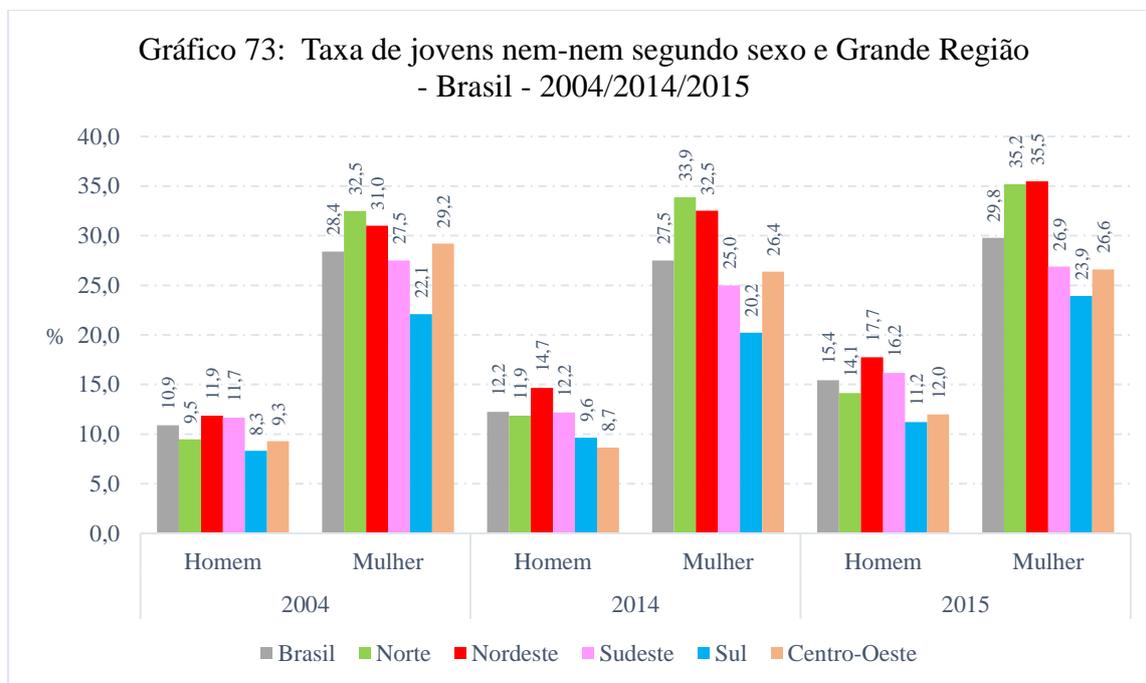


Fonte: Elaboração própria do Sistema de Informações Sociais 2016.

Em 2015, nas regiões Nordeste e Norte, 1 a cada 4 jovens era nem-nem, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste eram 1 a cada 5 e na Região Sul 1 a cada 6. O que representam proporções muito altas em comparação com outros países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento.

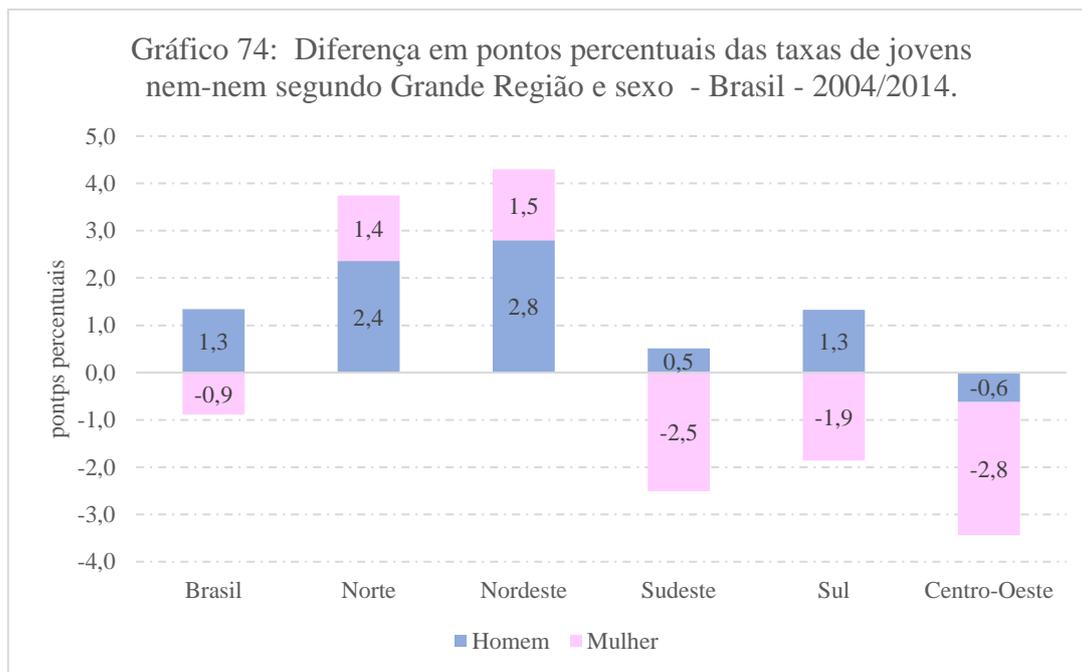
Considerando por sexo, as taxas de jovens nem-nem masculinas cresceram em todas as Grandes Regiões, enquanto as femininas cresceram nas Regiões Norte e Nordeste e se reduziram nas demais regiões entre 2004 e 2014 (gráfico 73). Com a crise econômica em

2015, as taxas aumentaram em todas as regiões em ambos os sexos, na comparação com 2014, porém as taxas femininas das Regiões Sudeste e Centro-oeste ainda permaneceram em um patamar inferior ao que havia sido observado em 2004. Em 2015, as maiores taxas em ambos os sexos eram observadas na região Nordeste, seguida das regiões Norte, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.



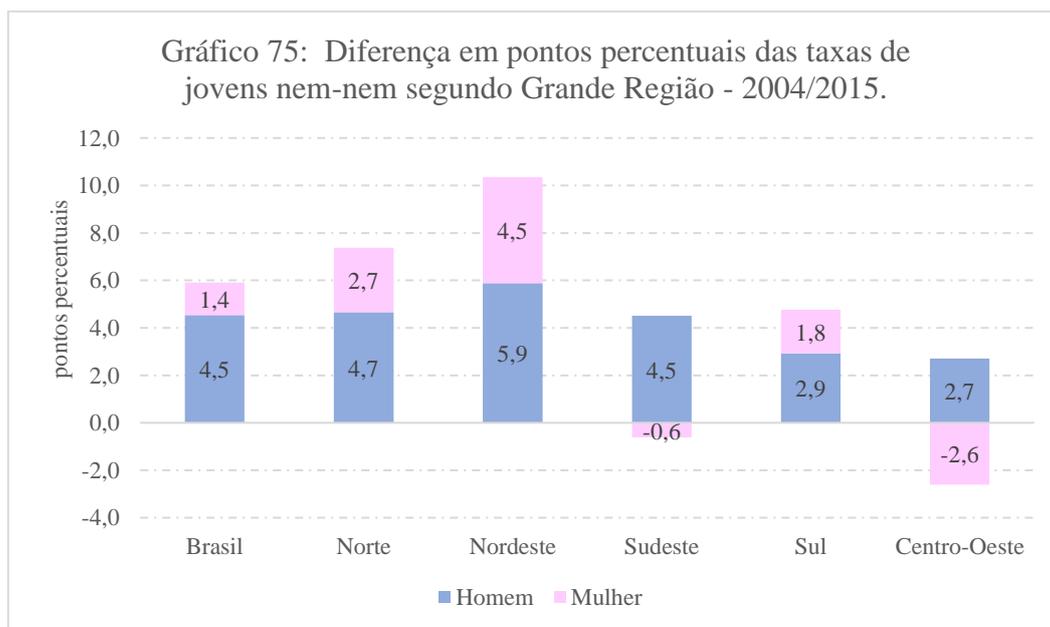
Fonte: Elaboração própria do Sistema de Informações Sociais 2016.

O Gráfico 74 mostra a diferença em pontos percentuais das taxas de jovens nem-nem segundo Grandes Regiões e sexo entre 2004 e 2014. A opção por esse período de comparação decorre da necessidade de avaliar a evolução das taxas de jovens nem-nem sem o impacto da crise econômica de 2015, visando compreender, dentre outros fatores, como as políticas públicas educacionais e laborais adotadas nos anos 2000 influenciaram a evolução dos jovens nem-nem por sexo nas regiões brasileiras. Em nível nacional, pode-se afirmar que a mudança foi pequena, com avanço de 1,3 ponto percentual na taxa masculina e redução de 0,9 ponto percentual na feminina, atingindo 12,2% e 27,5%, respectivamente. Regionalmente, contudo, pode-se identificar três comportamentos diferentes: crescimento de ambas as taxas nas regiões Nordeste e Norte, que já apresentavam as maiores taxas em 2004; crescimento da taxa masculina e recuo da feminina nas regiões Sudeste e Sul e redução de ambas as taxas na região Centro-Oeste.



Fonte: Elaboração própria do Sistema de Informações Sociais 2016.

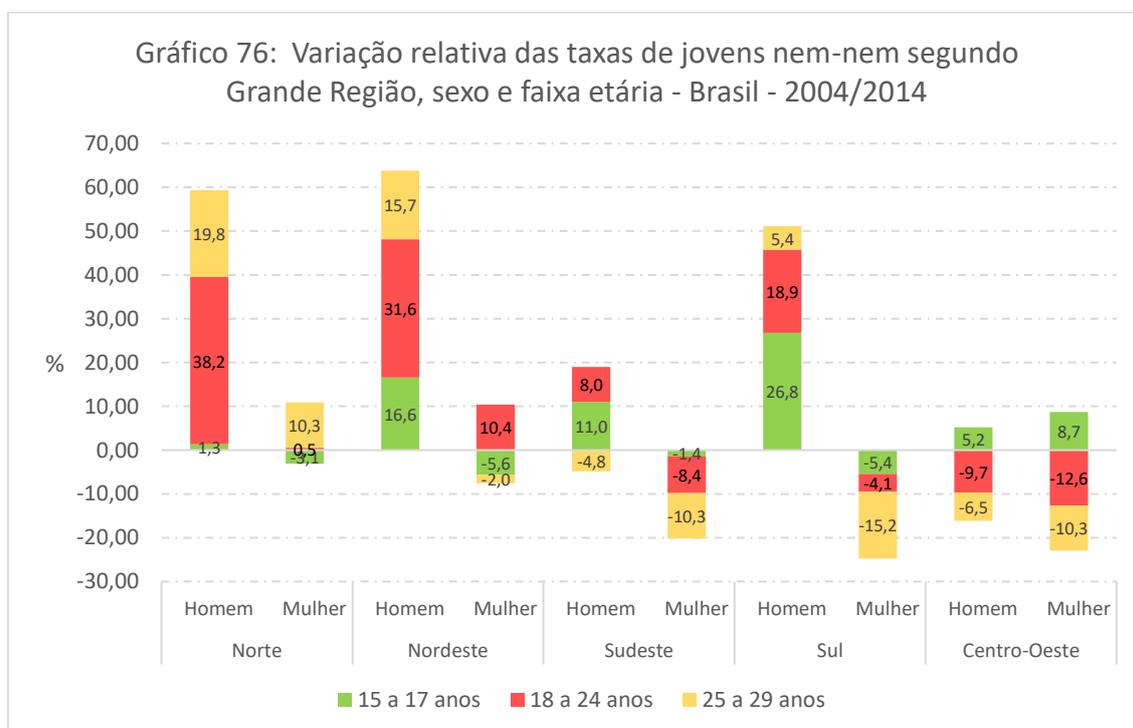
Para efeito de comparação, se o período em análise for 2004 e 2015, como mostrado no gráfico 75, a diferença entre as taxas é muito maior, ampliando o incremento das taxas masculinas em todas as regiões, enquanto as taxas femininas crescem ainda mais nas regiões Nordeste e Norte, passa a crescer na região Sul e apresenta uma redução menor nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.



Fonte: Elaboração própria do Sistema de Informações Sociais 2016.

Retomando a análise para o período 2004 a 2014, mas desmembrando as informações por sexo e faixas etárias, observa-se que houve uma forte discrepância entre as variações relativas (gráfico 76). As taxas masculinas de jovens nem-nem aumentaram em todas as faixas etárias nas regiões Norte, Nordeste e Sul. Contudo, os maiores crescimentos ocorreram entre os homens de 18 a 24 anos nas Regiões Norte (38,2%) e Nordeste (31,6%) e dos homens de 15 a 17 anos na Região Sul (26,8%).

No caso das mulheres, as taxas se reduziram em todas as faixas etárias nas Regiões Sudeste e Sul. Nas demais regiões, não houve um padrão. Na Região Norte, houve aumento entre as mulheres de 25 a 29 anos, na Região Nordeste entre 18 e 24 anos e na Região Centro-Oeste entre 15 e 17 anos. Houve redução nas taxas das demais faixas etárias nessas regiões.



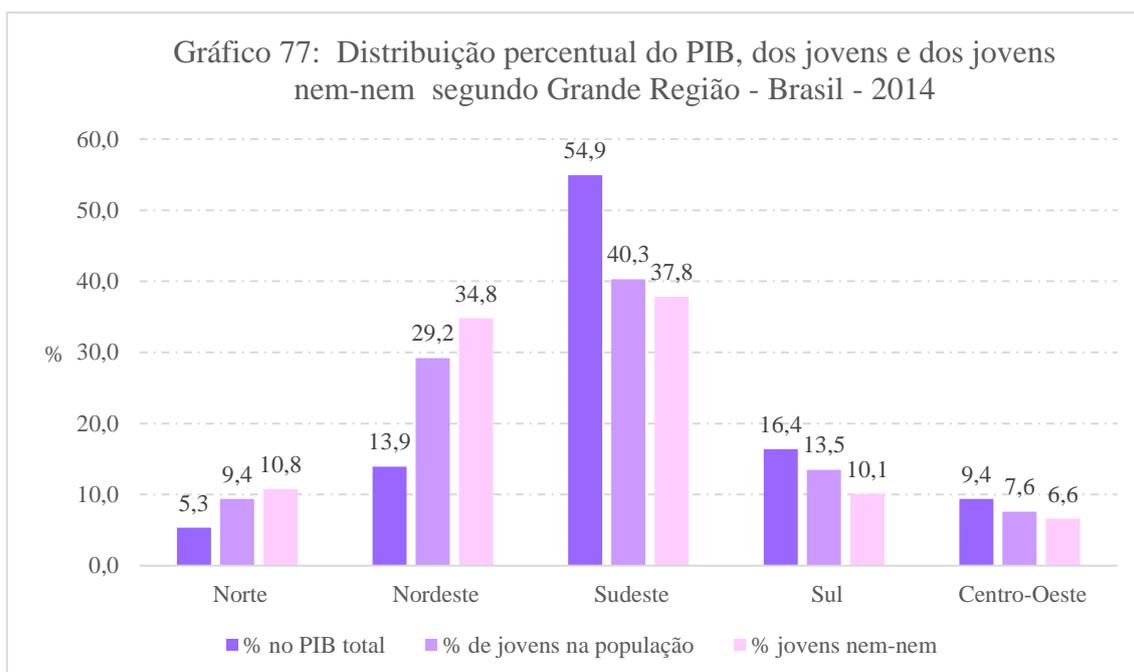
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Ou seja, as mulheres jovens das Regiões Sul e Sudeste parecem ter sido as mais beneficiadas com as políticas públicas educacionais e laborais adotadas nos anos 2000, seguidas das jovens da Região Centro-Oeste. Enquanto as mulheres das regiões Norte e Nordeste foram apenas parcialmente beneficiadas, particularmente na faixa de 15 a 17 anos, mantendo as taxas em um patamar elevado nas demais faixas etárias. Enquanto isso, os homens, que possuem taxas de jovens nem-nem muito inferiores às das mulheres

em todas as faixas etárias, têm apresentado uma evolução preocupante em quase todas as regiões brasileiras em todas as faixas etárias, mas principalmente no Norte, no Nordeste e no Sul. Na Região Sudeste tem havido aumento da taxa dos homens de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Na Região Centro-Oeste é onde a situação masculina menos se agrava.

O aspecto econômico é um dos principais motivos que levam os jovens à condição nem-nem. Sua presença é quatro vezes maior nos domicílios mais pobres do que nos mais ricos. No Brasil, existe forte concentração econômica na região Sudeste, que respondia por cerca de 55% do PIB - Produto Interno Bruto (gráfico 77). Em seguida, a região Sul com uma economia que representava um terço da Sudeste, 16,4% do PIB. A região Nordeste respondia por 13,9%, a região Centro-Oeste por 9,4% e a região Norte por 5,3%, em 2014. Em relação ao ano de 2004, houve pequena alteração na sua composição, com aumento de 1,0 p.p. na Região Nordeste, 0,5 p.p. na Região Centro-Oeste e 0,3 p.p. na Região Norte. A região Sudeste recuou 1,6 p.p. e a região Sul menos 0,4 p.p.

A distribuição dos jovens nas regiões brasileiras não acompanhava a distribuição econômica. Há um forte desequilíbrio nas Regiões Norte e Nordeste, onde o percentual de jovens ultrapassava a participação econômica da região, gerando um grave quadro social e uma alta proporção de jovens nem-nem. Por sua vez, nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, as participações econômicas superavam a de jovens, levando a menores participações relativas de jovens nem-nem em comparação com a econômica (gráfico 89).

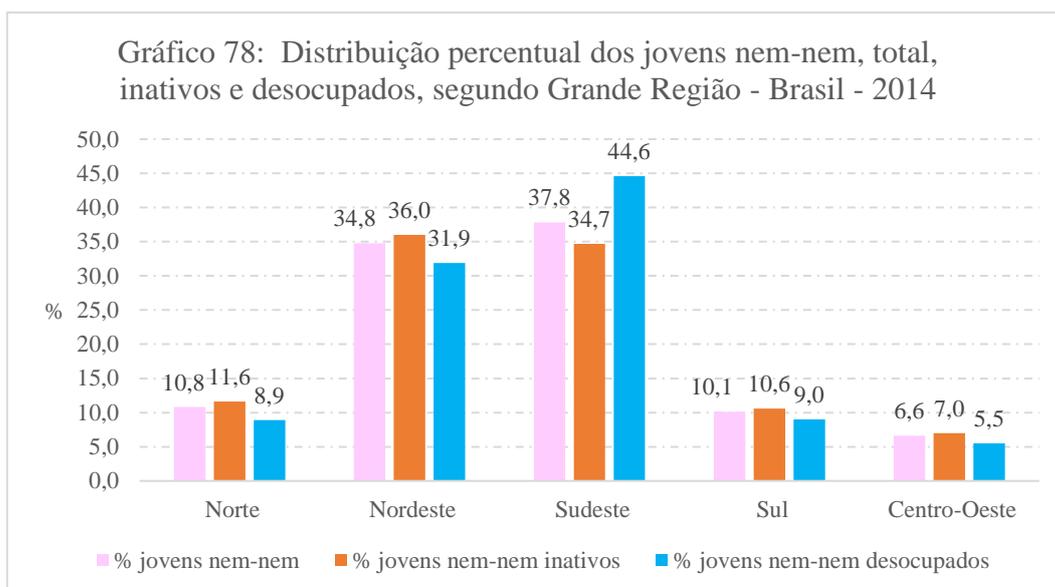


Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Regionais 2015 e do Sistema de Informações Sociais 2015.

Nota: A informação mais recente disponível para as Contas Regionais é a referente ao ano de 2014.

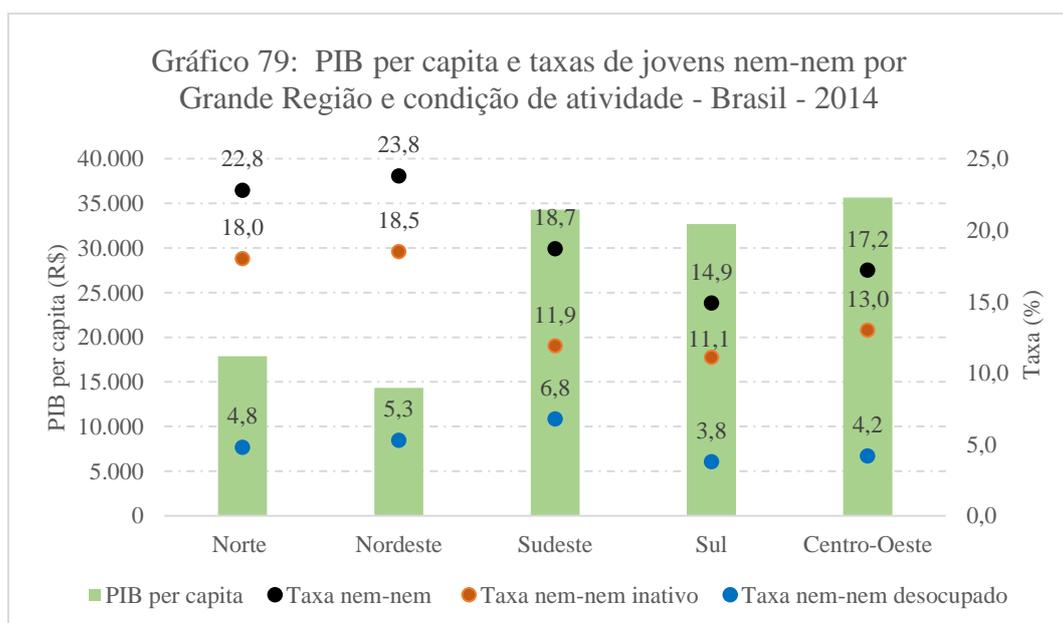
Apesar da forte desigualdade econômica, as regiões Sudeste e Nordeste concentravam as maiores parcelas de jovens nem-nem, 37,8% e 34,8%, respectivamente, em 2014. Ou seja, 72,6% dos jovens nem-nem brasileiros estavam nessas duas regiões. As regiões Norte e Sul apresentavam participações próximas, 10,8% e 10,1%, apesar da região Sul possuir uma população que representa quase o dobro da população nortista. A região Centro-Oeste possuía a menor concentração de jovens nem-nem, 6,6%.

Desmembrando os jovens nem-nem segundo condição de atividade, observa-se que a região Sudeste apresentava a maior parcela de jovens desocupados, 44,6%, seguida da região Nordeste, 31,9% (gráfico 78). Entre os inativos, a situação era inversa, com a maior parcela na região Nordeste, 36,0%, seguida da Região Sudeste, 34,7%.



Fonte: Elaboração própria a partir do Sistema de Informações Sociais 2015.

Como resultado, as maiores taxas de jovens nem-nem foram observadas nas duas regiões com maiores desequilíbrios econômico e populacional, Nordeste, 23,8%, e Norte, 22,8% (gráfico 79). A região Sul, que apresenta equilíbrio entre as duas variáveis apresenta a menor taxa de jovens nem-nem, 14,9%, e em seguida a Região Centro-Oeste, 17,2%. A região Sudeste foge um pouco do padrão esperado, pois apesar de ser a região mais rica economicamente, a taxa de jovens nem-nem era de 18,7%, acima das taxas das regiões Sul e Centro-Oeste.



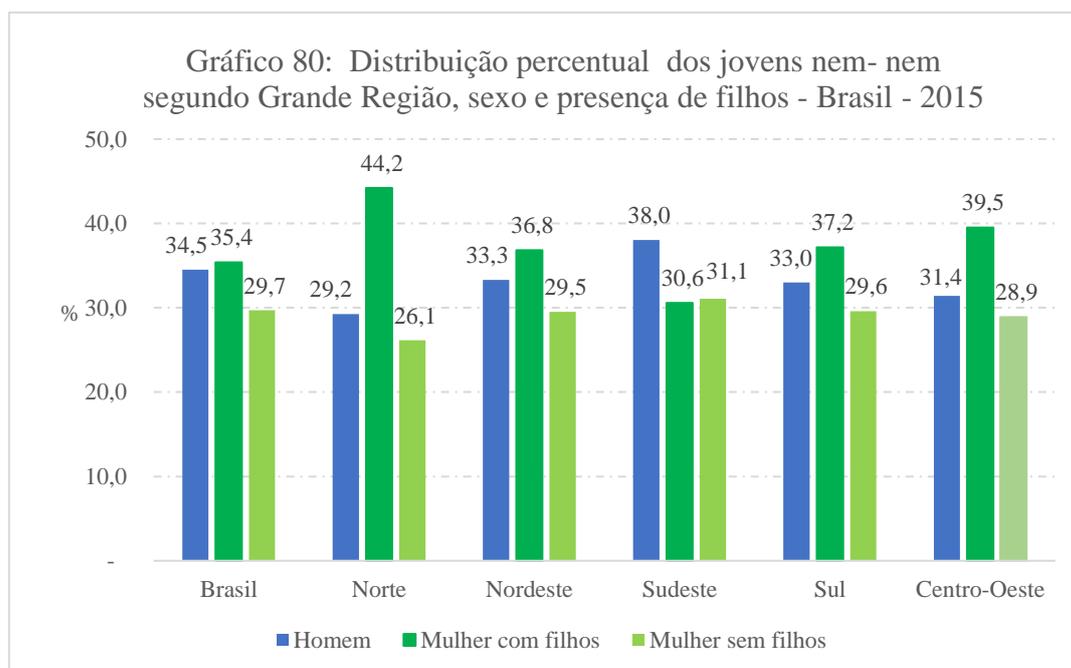
Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Regionais 2015 e do Sistema de Informações Sociais 2015.

Nota: A informação mais recente disponível para as Contas Regionais é a referente ao ano de 2014.

Uma possível explicação para esse fenômeno é a diferença na composição da taxa nem-nem entre jovens inativos e desocupados nas Grandes Regiões brasileiras. A taxa de jovens nem-nem desocupados na Região Sudeste, 6,8%, supera a das demais regiões, elevando a taxa nem-nem. Haja visto que essa região concentra 44,6% dos jovens nem-nem desocupados do País. Se isso não ocorresse, sua taxa seria próxima à da Região com a menor taxa, a Sul. A alta taxa de desocupação na Região Sudeste pode ser interpretada como uma procura maior do jovem dessa região tentar se colocar no mercado de trabalho. Como é uma região economicamente mais rica que as demais, essa possibilidade é maior do que nas regiões mais pobres e com forte desequilíbrio econômico e populacional como Nordeste e Norte. Nessas regiões foram observadas as maiores taxas de jovens nem-nem inativos, cerca de 18%, enquanto nas demais regiões a taxa oscila entre 11% e 13%. A Região Sul se destaca com baixa taxa de inatividade, 11,1%, e baixa de desocupação, 3,8%, entre os jovens.

Na seção anterior, observou-se que os jovens nem-nem no Brasil podiam ser desmembrados em três grupos. As mulheres com filhos representavam 35,4%, seguidas de perto dos homens com 34,5% e em seguida as mulheres sem filhos, 29,7%. Em nível regional, existem importantes diferenças nessa composição, como mostra o gráfico 80. As mulheres com filhos representavam o grupo mais numeroso em 4 das 5 regiões, havendo grande variação entre elas. Na região Norte predominam fortemente com 44,2% dos jovens nem-nem. Em seguida, na região Centro-oeste com 39,5% dos jovens, região Sul com 37,2% e Nordeste com 36,8%.

A região Sudeste apresenta um quadro diferenciado. O maior grupo era formado por homens, 38,0%, em seguida pelas mulheres sem filhos, 31,1% e somente na terceira colocação estavam as mulheres com filhos, 30,6%. Nas demais regiões, os homens representavam o segundo maior grupo, na frente das mulheres sem filhos. Isso demonstra a heterogeneidade regional dos jovens nem-nem em decorrência das desigualdades econômicas e sociais



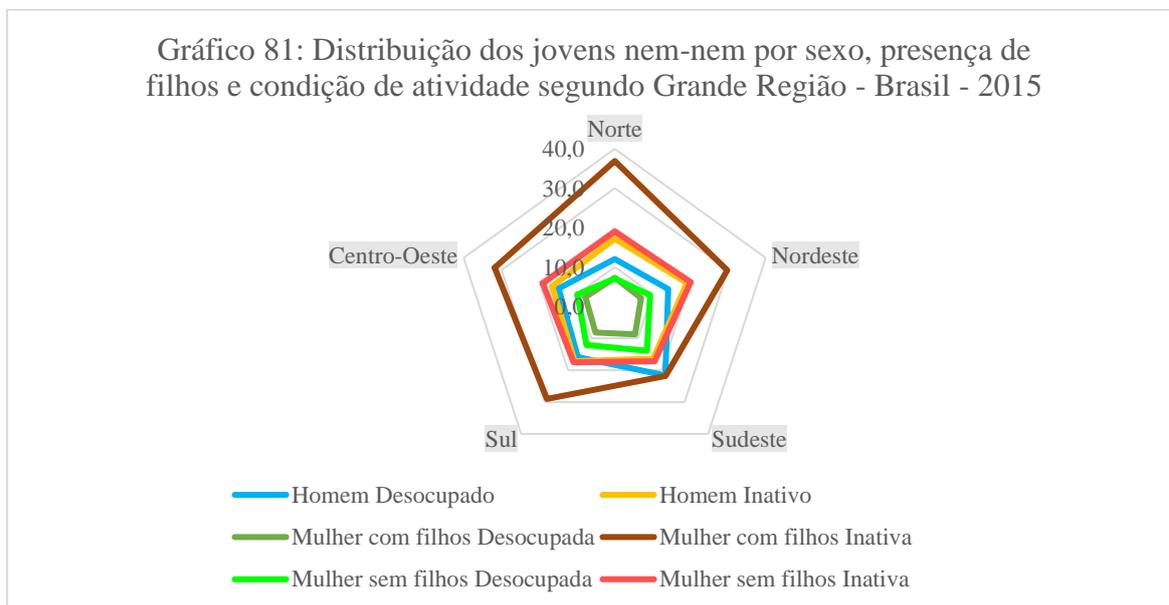
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Em cada um desses grupos, observa-se uma relação diferenciada entre inatividade e desocupação. Em nível nacional, os três principais grupos de jovens nem-nem entre os seis analisados eram mulheres com filhos inativas, representando 27,5% dos jovens, seguidas das mulheres sem filhos, 18,5% e dos homens inativos, 17,5%. Na sequência, homens desocupados, 17,0%, mulheres sem filhos desocupadas, 11,2% e mulher com filhos desocupadas, 7,9%.

Em todas as regiões, o maior grupo é representado por mulheres com filhos inativas, sendo que atinge 36,9% dos jovens na região Norte, enquanto na região Sudeste o percentual era bem inferior, 21,8% (gráfico 81). A mulher sem filhos inativa era o segundo maior grupo em 4 das 5 regiões, com exceção apenas da região Sudeste onde o homem desocupado ocupava essa colocação, com 21,6% dos jovens nem-nem, enquanto a mulher inativa sem filhos representava o terceiro maior grupo, 17,2%.

O homem inativo, por sua vez, era o terceiro maior grupo no Nordeste, 19,1%, no Norte, 17,2%, no Sul, 17,2% e no Centro-Oeste, 16,6%. Nessas regiões, os homens desocupados eram somente o quarto maior grupo. A mulher sem filhos desocupada vinha em seguida, porém com valores que oscilavam em quase 100%, sendo 7,1% na Região Norte e 13,9% na Região Sudeste. As mulheres com filhos desocupadas eram o menor grupo em todas

as regiões com uma oscilação bem inferior, variando de 7,0% na Região Nordeste a 8,8% na Região Sudeste.



Portanto, o percentual de mulheres com filhos inativas era extremamente elevado em toda as regiões geográficas, demonstrado como a maternidade dificulta a permanência ou a entrada da mulher no mercado de trabalho e na escola. Entre as mulheres sem filhos, a inatividade era inferior, porém ainda acima da observada entre os homens. O que é importante reter é que o perfil dos jovens nem-nem não era o mesmo em todas as regiões brasileiras. Existem similaridades, mas também existem diferenças importantes. As mulheres com filhos inativas representam um conjunto importante dentro desse universo em todas as regiões, mas ele não é o único e mesmo nesse grupo existem diferenças percentuais significativas entre as regiões. Na região Sudeste, elas dividem com os homens desocupados as duas primeiras colocações. Nas outras regiões, as mulheres sem filhos inativas são as que mais se destacam.

A tabela 3.3 apresenta a distribuição percentual dos jovens nem-nem por sexo, presença de filhos e condição de atividade no Brasil segundo Grande Região em 2015. As mulheres com filhos apresentavam a maior parcela de inatividade com média de 77,7% e menor de desocupação, 22,3%. Em seguida, estavam as mulheres sem filhos com 62,3% e 37,7%, em média, e os homens com 50,7% e 49,3%, em média, respectivamente.

Pode-se afirmar que existiam três grupos distintos em relação à distribuição da condição de atividade por sexo e presença de filhos segundo as regiões brasileiras. As regiões Norte e Nordeste possuem as maiores taxas de inatividade nos três grupos com percentuais acima de 81,0% no caso das mulheres com filhos, cerca de 70,0% entre as mulheres sem filhos e quase 60,0% entre os homens. Nas regiões Centro-Oeste e Sul, esses percentuais recuam significativamente no caso dos homens para cerca de 52%, menos 8,0 p.p., enquanto entre as mulheres sem filhos as parcelas recuam para em torno de 60,0% a 65,0% e entre as mulheres com filhos o recuo é menor permanecendo ainda elevado em um patamar elevado em cerca de 80,0%.

A região Sudeste apresentava as menores parcelas de inatividade nos três grupos, destacadamente entre os homens cujo percentual de desocupados, 56,9%, ultrapassava o de inativos, 43,1%, sendo o único caso dentre todos analisados. As mulheres sem filhos apresentam as menores parcelas de inatividade dentre as mulheres, 55,2%, enquanto as mulheres com filhos inativas recuavam para 71,4%, o menor percentual entre as regiões, mas ainda bem acima de mulheres sem filhos e de homens.

Tabela 3.3: Distribuição percentual dos jovens nem-nem por sexo, presença dos filhos e condição de atividade segundo Grande Região - Brasil - 2015

Grandes Regiões	Homem		Mulher com filhos		Mulher sem filhos	
	Desocupado	Inativo	Desocupada	Inativa	Desocupada	Inativa
Brasil	49,3	50,7	22,3	77,7	37,7	62,3
Norte	41,2	58,8	16,5	83,5	27,2	72,8
Nordeste	42,6	57,4	19,0	81,0	31,8	68,2
Sudeste	56,9	43,1	28,6	71,4	44,8	55,2
Sul	48,1	51,9	22,0	78,0	40,8	59,2
Centro-Oeste	47,3	52,7	19,6	80,4	34,1	65,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

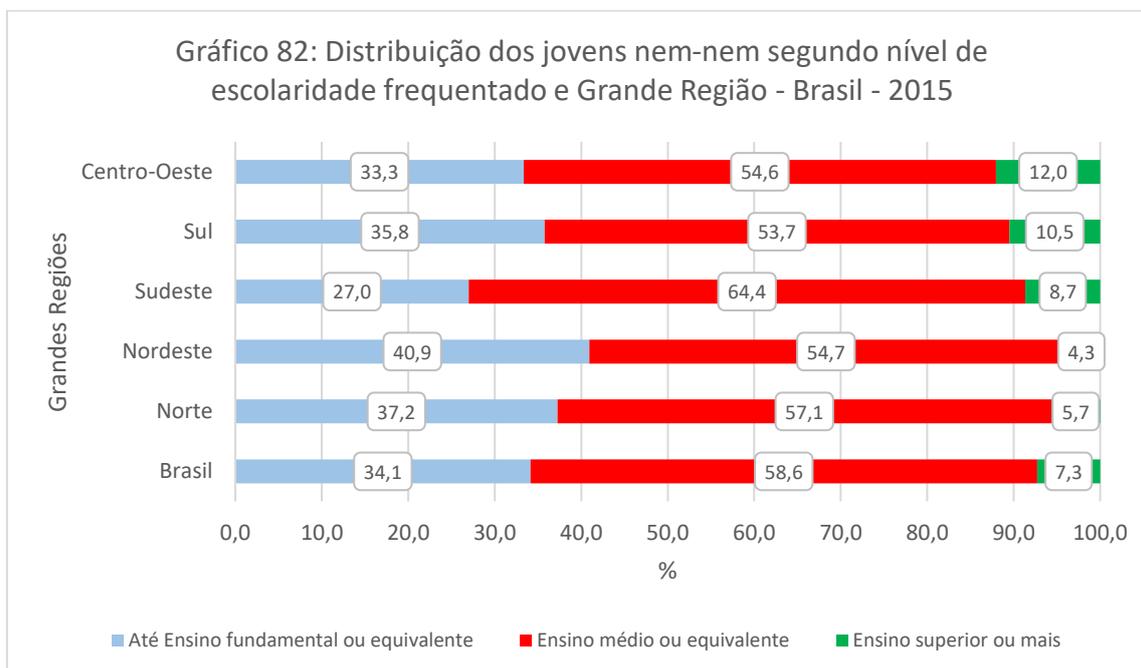
Em suma, a situação das mulheres brasileiras com filhos na condição nem-nem tem se mostrado a mais complexa em todas as regiões brasileiras. A necessidade de cuidar dos filhos e da família é um motivo válido para a jovem se manter fora da escola e do mercado de trabalho, desde que tenha sido sua opção e não por falta de infraestrutura de creches escolares e acesso a métodos contraceptivos.

Flores (2015) ressalta que de acordo com o relatório produzido pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF), com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), havia 3,8 milhões de crianças e adolescentes de quatro a 17 anos fora da escola. Os mais excluídos são as crianças e os adolescentes negros, que vivem na zona rural, pobres ou oriundos de famílias em que os pais têm pouca ou nenhuma escolaridade (UNICEF; CNDE, 2014,p.8 apud Flores,2015). Por determinação constitucional, os municípios são os entes prioritariamente responsáveis pela oferta de educação infantil, recaindo sobre estes a responsabilidade de organização da ampliação da oferta em âmbito municipal, mesmo que haja colaboração de outros entes federados. Houve um avanço importante entre 2000 e 2010, porém ainda insuficiente. Entre as crianças com direito à creche (até 3 anos), 9,4% frequentavam a creche em 2000 e em 2010 eram 23,5%, com as taxas mais elevadas nas regiões Sudeste e Sul, enquanto na região Norte eram apenas 12,9%. As crianças com direito à Educação Infantil na pré-escola, o percentual atingiu 80,1%, em 2010. Flores (2015) destaca ainda que o acesso à educação cumpre papel importante na redução das desigualdades.

Em termos educacionais, também existem diferenças importantes no nível de escolaridade dos jovens nem-nem nas regiões brasileiras. No Brasil, em média, em 2015, 58,6% dos jovens nem-nem tinham frequentado ensino médio, 34,1% ensino fundamental e 7,3% ensino superior (gráfico 82). Os jovens que frequentaram o ensino médio são maioria em todas as regiões, contudo existe uma distribuição diferenciada por ensino em cada uma delas. A região Sudeste apresenta o maior percentual de jovens com ensino médio, 64,4%, o menor com ensino fundamental, 27,0% e presença acima da média de jovens com ensino superior, 8,7%. Nas regiões Sul e Centro-Oeste, os percentuais de jovens com ensino médio eram menores do que na região Sudeste, porém o percentual de jovens com ensinos fundamental e superior eram maiores. No Centro-Oeste, 12,0% dos jovens nem-nem tinham ensino superior e no Sul, 10,5%.

Por sua vez, a região Nordeste apresentava a maior parcela de jovens nem-nem com baixa escolaridade, 40,9% com ensino fundamental, muito acima da média, 34,1%, e o mais baixo percentual de jovens com ensino superior. Na Região Norte, a situação era muito semelhante à da região Nordeste. Ou seja, a forte desigualdade social e econômica entre as regiões brasileiras está refletida na educação dos nossos jovens. Os jovens nem-nem

das regiões centro-sul apresentavam níveis de escolaridade mais elevados, enquanto os jovens das regiões Norte e Nordeste eram os menos escolarizados.



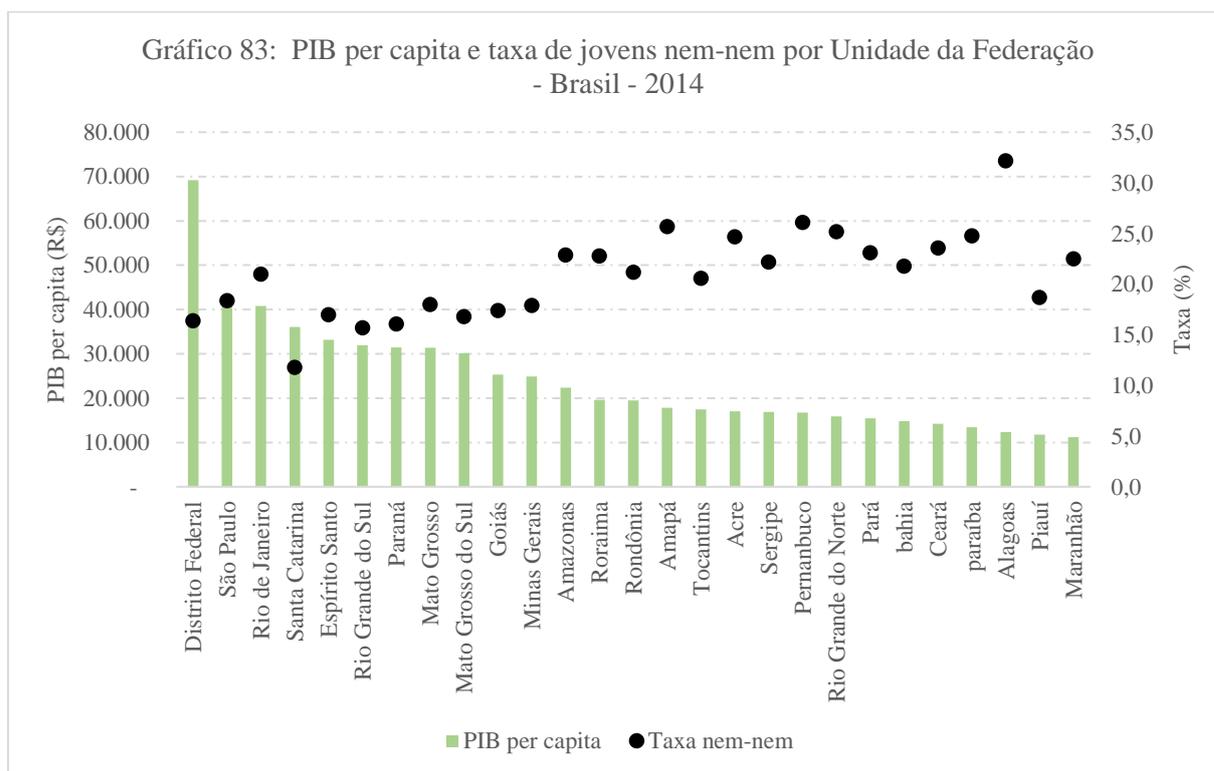
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Um outro ponto a destacar é a situação do domicílio desses jovens. Como mostrado no capítulo 2, cerca de 85,0% dos jovens brasileiros residem em área urbana e 15,0% na área rural, havendo diferenças regionais importantes, com predomínio acima de 90,0% de jovens em áreas urbanas nas regiões centro-sul, enquanto nas regiões norte e nordeste representam menos de 80,0%. No Nordeste, 1 a cada 4 jovem reside na área rural. A heterogeneidade das regiões brasileiras torna o desafio de conhecer e propor políticas públicas que possibilitem uma melhoria da condição da nossa juventude ainda maior. As características regionais precisam ser conhecidas e contempladas para que as políticas surtam o efeito desejado.

Em suma, a realidade dos jovens brasileiros é muito distinta nas diversas regiões brasileiras com desigualdades econômicas, sociais e demográficas significativas. De modo que, o quadro dos jovens nem-nem tem se agravado nas Regiões Norte e Nordeste, apresentou uma pequena melhora nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e manteve-se relativamente estável na Região Sul. Isso significa as políticas públicas educacionais e laborais que foram adotadas nos últimos anos tiveram impactos distintos nas diferentes regiões, e que são necessárias políticas públicas diferenciadas de acordo com o nível de desenvolvimento econômico da região.

- Unidades da Federação

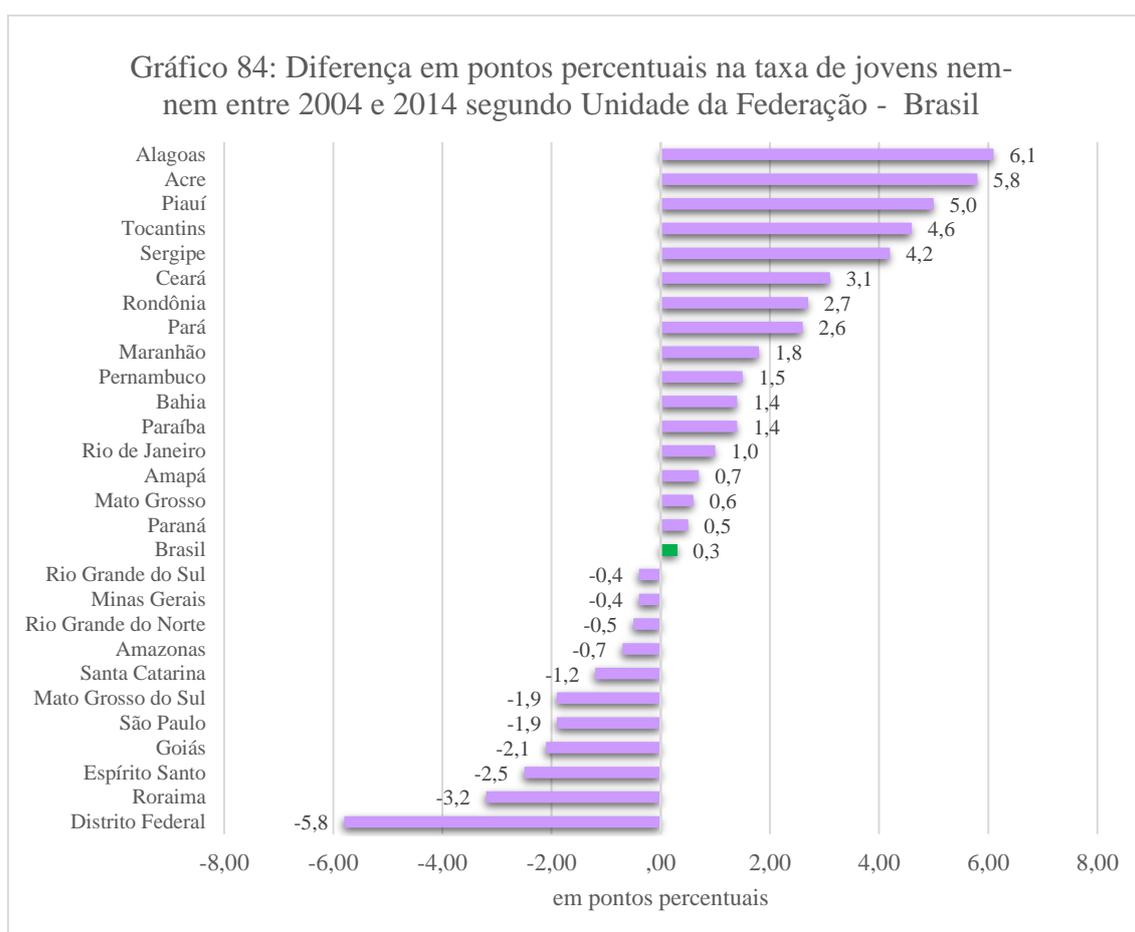
Avançando a análise para as Unidades da Federação, comparando o PIB per capita com a taxa de jovens nem-nem, observa-se que as menores taxas estavam em geral nas Unidades com os maiores PIB per capita e as maiores com os menores (gráfico 83). Alagoas apresentou a maior taxa nem-nem, 32,2% e o terceiro menor PIB per capita, e Santa Catarina a menor taxa, 11,8%, e o quarto maior PIB per capita. O Distrito Federal, com a maior renda per capita, R\$ 69 mil, apresentava 16,4% de jovens na condição nem-nem, enquanto Maranhão, a Unidade da Federação com a menor renda per capita, R\$ 11 mil, apresentava 22,5%. Portanto, enquanto as Unidades da Federação com os maiores PIB per capita, em sua maioria, apresentaram taxas de jovens nem-nem da ordem de 16% a 18%, nas Unidades com os menores PIB per capita a taxa esteve geralmente entre 22% e 32%. Podendo-se comprovar a forte influência do componente econômico na condição desse jovem.



Fonte: Elaboração própria a partir das Contas Regionais e do Sistema de Informações Sociais.

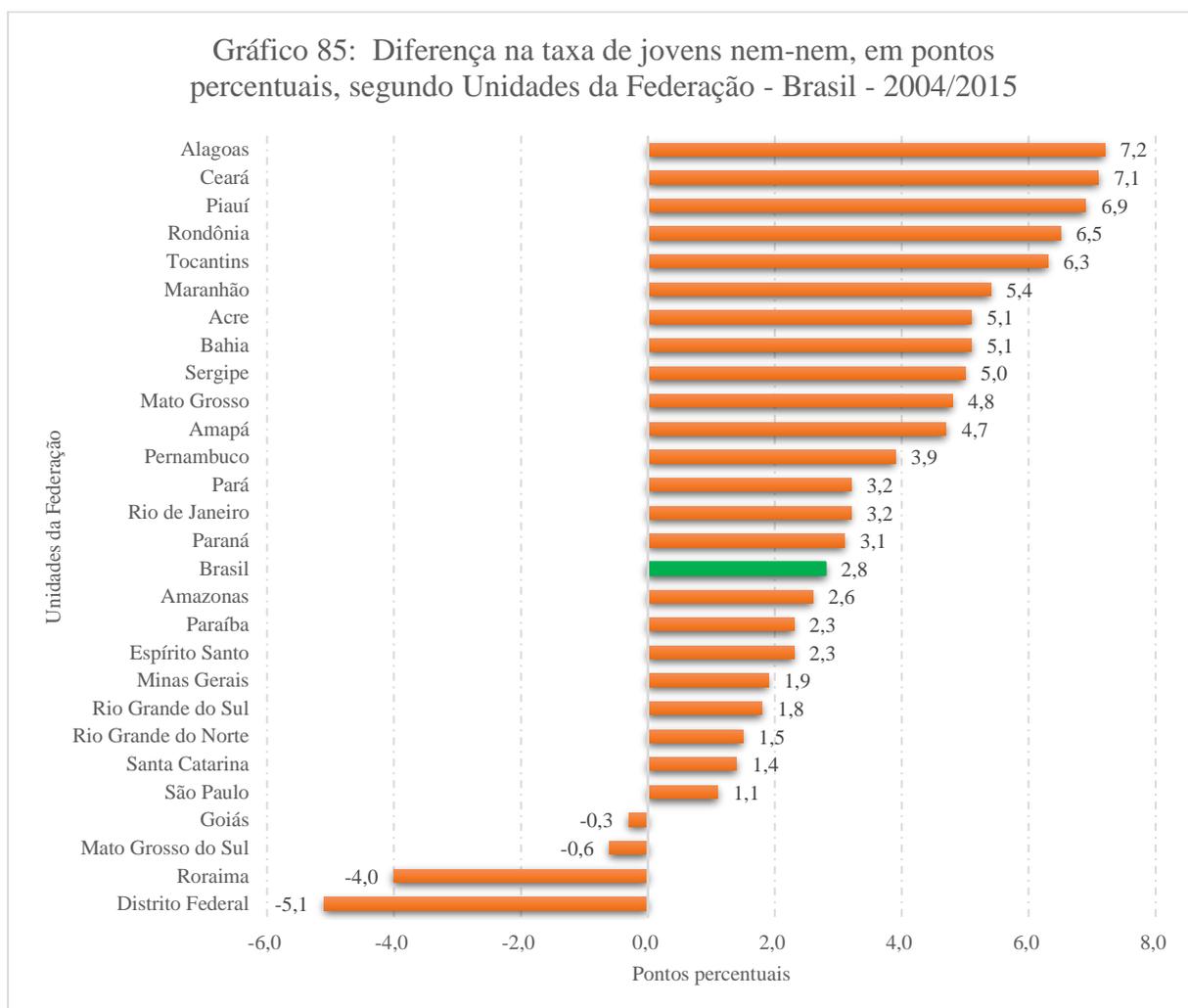
Nota: A última informação disponível para as Contas Regionais é a referente ao ano de 2014.

Como afirmado anteriormente, as regiões que apresentaram os maiores crescimentos da taxa de jovens nem-nem entre 2004 e 2014 foram as Regiões Nordeste e Norte, enquanto a Região Centro-Oeste apresentou redução. O gráfico 84 mostra a diferença em pontos percentuais da taxa de jovens nem-nem segundo as Unidades da Federação nesse período. Enquanto a taxa nem-nem no Brasil passou de 19,7% para 20,0%, um avanço de apenas 0,3 p.p., a diferença por Unidade da Federação variou de 6,1 p.p. e -5,8 p.p. Ou seja, a aparente estabilidade da taxa de jovens nem-nem no país esconde uma forte diferença no avanço dos jovens nem-nem entre as regiões e as Unidades da Federação. Em 16 das 27 Unidades, a taxa de jovens nem-nem cresceu, enquanto em 11 diminuiu. Alagoas, Acre e Piauí apresentaram os maiores aumentos, 6,1 p.p., 5,8 p.p. e 5,0p.p., respectivamente. Distrito Federal, Roraima e Espírito Santo, os maiores recuos, -5,8 p.p., -3,2 p.p. e -2,5 p.p.



Fonte: Elaboração própria do Sistema de Informações Sociais 2016.

Quando se compara a diferença das taxas de jovens nem-nem entre 2004 e 2015, como mostrado no gráfico 85, contemplando assim um ano de crise econômica, o avanço ocorre em 23 das 27 Unidades da Federação. Alagoas permanece com o maior aumento, 7,2 p.p. e o Distrito Federal com a maior redução, -5,1 p.p.. Contudo, Unidades como São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, que haviam apresentado redução entre 2004 e 2014, quando se compara com 2015 passam a ter avanços na taxa.

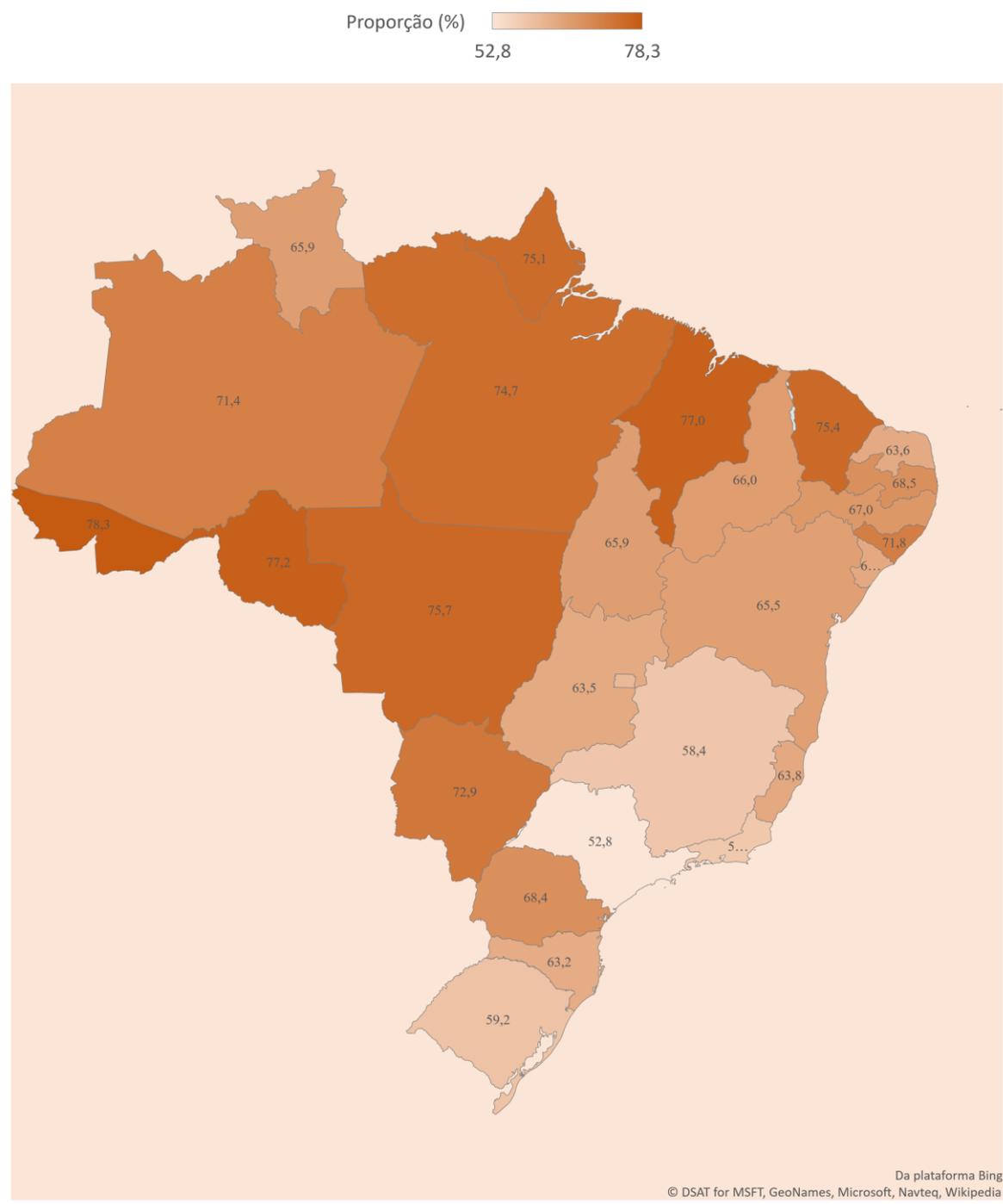


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Os mapas 1 e 2 ajudam a mostrar a distribuição das proporções de jovens nem-nem inativos e desocupados no Brasil segundo Unidade da Federação, em 2015. A proporção de inativos oscilou de 52,8%, em São Paulo, a 78,3%, no Acre. As maiores proporções foram observadas em Unidades das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. As menores nas Unidades das regiões Sudeste e Sul. A proporção de desocupados segue o sentido inverso da de inativos, oscilando entre 21,7% a 47,2%. As maiores proporções foram

encontradas nas Unidades da Federação das regiões Sudeste com 47,2% em São Paulo, 41,8% no Rio de Janeiro e 41,6% em Minas Gerais. Acre, Rondônia e Maranhão apresentavam apenas entre 21,7% e 23,0% jovens nem-em desocupados em um ano de crise econômica.

Mapa 1: Proporção de jovens nem-nem inativos segundo Unidade da Federação - Brasil - 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

Conclusões

Nesse capítulo foram apresentados os resultados sobre a participação dos jovens nem-nem em comparação com as demais situações de atividade e frequência escolar e a evolução das características e das taxas dos jovens nem-nem no Brasil entre 2004 e 2015 segundo sexo, nível de escolaridade, cor/raça, faixa etária, condição de atividade, presença de filhos, situação do domicílio, Grande Região e Unidade da Federação.

Os resultados desse capítulo mostram que houve uma importante mudança no perfil dos jovens nem-nem no período analisado. As transformações que ocorreram nos aspectos demográficos, educacionais e econômicos no País alteraram as características desse jovem. Além disso, a sua evolução tem sido distinta nas regiões geográficas brasileiras, com recrudescimento nas regiões Norte e Nordeste, estabilidade nas regiões Sudeste e Sul e queda na região Centro-Oeste.

As mulheres predominam dentre os jovens nem-nem, mas sua participação diminuiu entre em decorrência do aumento da participação masculina. A maioria dos novos jovens nem-nem é formada por homens entre 18 e 24 anos. A participação dos jovens brancos diminuiu e dos pretos/pardos cresceu, acompanhando a evolução dessa característica na população jovem.

Além das alterações nas características físicas, ocorreram outras importantes transformações no perfil dos jovens nem-nem. A participação das mulheres com filhos diminuiu, acompanhando a redução da taxa de fecundidade, assim como se reduziu a participação dos jovens na condição de cônjuge, refletindo a menor importância do casamento entre os jovens. É cada vez maior a participação dos jovens na condição filho.

Combinando as características de sexo e presença de filhos, observa-se que em 2004, quase metade dos jovens nem-nem era formada por mulheres com filhos. A outra metade era formada por homens e mulheres sem filhos. Em 2015, o quadro havia mudado substancialmente. Houve forte redução das mulheres com filhos, que se aproximou da participação dos homens, enquanto a participação das mulheres sem filhos aumentou, porém manteve-se como o menor grupo.

Assim, em 2015, não se pode afirmar que o jovem nem-nem seja primordialmente formado por mulheres com filhos. Elas ainda representam uma parcela importante, contudo a diversidade desses jovens atualmente é maior do que a observada no início dos anos 2000.

Na configuração do conjunto dos jovens nem-nem segundo sexo, presença de filhos e condição de atividade é possível identificar seis grupos: mulheres com filhos e sem filhos inativas e desocupadas, homens desocupados e inativos. Dos seis grupos, os inativos representam os três maiores e os desocupados os três menores.

Os melhores indicadores educacionais ao longo dos anos 2000 também se refletiram entre esses jovens. Em 2004, as mulheres que haviam frequentado até o ensino fundamental representavam o maior grupo, seguidas daquelas com ensino médio. Em 2015, o quadro era muito diferente com menor participação das mulheres com ensino fundamental e maior participação das mulheres e dos homens que frequentavam o ensino médio. Houve, ainda, aumento de jovens com ensino superior.

A taxa feminina de jovens nem-nem tem se mantido em um patamar elevado desde 2004. A taxa masculina, por sua vez, tem aumentado paulatinamente em decorrência do crescimento do número de homens na condição nem-nem. Esse aumento ocasionou a redução da diferença entre as taxas de nem-nem por sexo, contudo a taxa nem-nem feminina ainda era o dobro da masculina em 2015.

Considerando por faixa etária, os jovens nem-nem de 18 a 24 anos possuíam as maiores taxas, seguidos daqueles entre 25 e 29 anos. Os mais novos, de 15 a 17 anos, possuíam as menores taxas. Nota-se que tem havido um distanciamento da taxa dos jovens nem-nem entre 18 e 24 anos nos últimos anos em relação àqueles de 25 a 29 anos.

Entre 2004 e 2015, as taxas de jovens nem-nem dos domicílios nas duas menores faixas de rendimento domiciliar, ou seja, até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, foram as mais elevadas, tendo apresentado um aumento significativo a partir de 2012. Enquanto os jovens das classes de rendimentos mais altos têm sido os menos atingidos.

A relativa estabilidade da taxa de jovens nem-nem no Brasil entre 2004 e 2014 esconde diferenças regionais importantes. Nesse período, as disparidades regionais entre os jovens nem-nem só aumentaram. Em 2004, quatro Grandes Regiões possuíam taxas muito

próximas, enquanto a região Sul se destacava positivamente com uma taxa bem inferior. As taxas evoluíram de maneira diferente entre as regiões, de forma que em 2013, a diferença entre elas se ampliou significativamente.

Entre 2004 e 2014, as taxas das regiões Nordeste e Norte aumentaram continuamente, enquanto as taxas das regiões Sudeste e Sul mantiveram-se estáveis e da região Centro-Oeste diminuiu. Na crise econômica de 2015, as taxas subiram em todas as regiões em comparação com 2014.

Como resultado, em 2014, as maiores taxas de jovens nem-nem foram observadas nas duas regiões com maiores diferenças entre as participações populacionais e econômicas, Nordeste e Norte. A região Sul, que apresenta equilíbrio entre as duas variáveis, apresenta a menor taxa de jovens nem-nem, seguida da região Centro-Oeste. A região Sudeste foge um pouco do padrão esperado, pois apesar de ser a região mais rica economicamente, a taxa de jovens nem-nem era maior do que as taxas das regiões Sul e Centro-Oeste.

Em todas as regiões, o maior grupo de jovens nem-nem é representado por mulheres com filhos inativas, mas com a participação mais elevada na região Norte e a menor na região Sudeste. A mulher sem filhos inativa era o segundo maior grupo em 4 das 5 regiões, com exceção apenas da região Sudeste onde o homem desocupado ocupava essa colocação. A mulher inativa sem filhos representava o terceiro maior grupo.

O importante a reter é que o perfil dos jovens nem-nem não era o mesmo em todas as regiões brasileiras. Existem similaridades, mas também existem diferenças importantes. As mulheres com filhos inativas representam um conjunto importante dentro desse universo em todas as regiões, mas ele não é o único e mesmo nesse grupo existem diferenças percentuais significativas entre as regiões. Na região Sudeste, elas dividem com os homens desocupados as duas primeiras colocações.

Avançando a análise para as Unidades da Federação, comparando o PIB per capita com a taxa de jovens nem-nem, observa-se que as menores taxas estavam em geral nas Unidades com os maiores PIB per capita e vice-versa. Podendo-se comprovar a forte influência do componente econômico na condição desse jovem.

Em 16 das 27 Unidades da Federação, a taxa de jovens nem-nem cresceu, enquanto nas demais diminuiu entre 2004 e 2014. Alagoas, Acre e Piauí apresentaram os maiores aumentos, enquanto Distrito Federal, Roraima e Espírito Santo, os maiores recuos.

As grandes desigualdades econômicas, sociais e regionais do Brasil requerem medidas que atenuem as condições precárias dos jovens. As diversas políticas públicas adotadas de transferência de renda, educacionais e laborais que visavam melhorar a inserção dos jovens nos sistemas de ensino e de mercado de trabalho conseguiram avanços importantes, principalmente para a inserção dos jovens mais pobres no sistema educacional e melhoria no nível de escolaridade dos jovens. Entretanto, há muito a ser feito.

A desigualdade de gênero nas atribuições domésticas e familiares precisa ser enfrentada para que as mulheres consigam as mesmas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e ao sistema de ensino que os homens para conseguir uma cidadania plena. A dificuldade que a mulher enfrenta para sair da inatividade perpassa por essa questão.

A falta de oportunidade de emprego para os jovens nas regiões Norte e Nordeste, principalmente fora das regiões metropolitanas, ocasiona um elevado percentual de jovens inativos, homens e mulheres, nessas regiões. O aumento da parcela de homens na condição nem-nem no período analisado ocorreu principalmente pela falta de oportunidades de emprego nessas duas regiões.

O grupo nem-nem mais vulnerável atualmente no universo dos jovens nem-nem é o de jovens entre 18 e 24 anos das regiões Norte e Nordeste, que combina gravidez precoce, abandono dos estudos, dificuldade de inserção no mercado de trabalho devido à menor escolaridade em comparação com os demais jovens e oferta insuficiente de vagas para jovens em busca de emprego.

Os jovens das demais regiões por estarem mais próximos às oportunidades de emprego e de educação, possuem menores taxas de jovens nem-nem e foram mais beneficiados com as políticas públicas adotadas e pelo crescimento econômico em parte do período.

Capítulo 4: Determinantes para a condição nem-nem e transitoriedade entre as situações de atividade e frequência escolar dos jovens nem-nem brasileiros

As características dos jovens nem-nem mudaram significativamente ao longo dos anos 2000 em decorrência da redução da taxa de fecundidade, da melhoria dos indicadores educacionais devido às políticas públicas adotadas, da melhoria nos indicadores do mercado de trabalho por causa do crescimento econômico e das políticas voltadas ao mercado de trabalho durante quase todo o período analisado.

Em que pese essas mudanças, a taxa ainda permanece elevada. Os objetivos deste capítulo são conhecer os principais determinantes para o jovem estar na condição nem-nem e nos seus subgrupos de inativos e de desocupados a partir de um modelo Logit e mostrar as probabilidades dos jovens permanecerem nas situações nem-nem inativa e desocupada ou migrarem para outras situações de atividade e de frequência escolar a partir de Matrizes de Transição de probabilidades. Esse capítulo está dividido em duas seções para tratar cada um dos assuntos.

Para a montagem do modelo Logit foram utilizados os microdados agregados da PNAD nos anos de 2004, 2014 e 2015. A intenção é verificar se houve mudança nos determinantes da condição nem-nem e nos seus subgrupos entre 2004 e 2014 e, ainda, se a partir da crise econômica iniciada no final de 2014 esses determinantes se alteraram em 2015.

As Matrizes de Transição foram montadas a partir dos microdados da PNADC trimestral entre 2012 e 2016. A base foi montada, pareada e os pesos amostrais foram estimados de forma a permitir a comparação das informações de atividade e frequência escolar dos jovens e dos jovens nem-nem entre os trimestres. Posteriormente, foram calculadas as médias anuais das probabilidades de transição dos jovens com o intuito de análise no período. Os aspectos metodológicos do modelo econométrico e das matrizes são apresentados a seguir junto com os resultados.

4.1. Determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros

Ao longo desse estudo tem sido realizado um esforço no sentido de mostrar informações dos jovens nem-nem em conformidade com o conceito internacionalmente aceito que engloba inativos e desocupados, que estejam fora do sistema de ensino. Para conhecer os determinantes dos jovens estarem na condição nem-nem, será feita uma análise econométrica multivariada através de um modelo de regressão logística ou *Logit*.

4.1.1. Modelo Logit

O modelo de regressão logística ou Logit é um modelo de escolha binária, que tem por objetivo o estudo das escolhas de um agente cuja variável dependente possui duas alternativas e a escolha se faz entre uma ou outra (Oliveira, 1998)

Fricker (2016) mostra que esse modelo possibilita interpretar as chances e as razões de chance de um resultado a partir de bases de dados que possuam amostras complexas.

Segundo Fricker(2016), o modelo é descrito como Y representando a resposta em um evento binário e onde $P_i = \Pr (Y_i=1)$:

$$\ln \left(\frac{P_i}{1-P_i} \right) = \beta_0 X + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{Ki}$$

O estimador β é calculado através do método da máxima verossimilhança. Dados os estimadores, as probabilidades são calculadas como :

$$\hat{p} = \frac{\exp(\beta_0 X + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{Ki})}{1 + \exp(\beta_0 X + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{Ki})}$$

A partir do cálculo das probabilidades, é possível calcular as chances ($p/1-p$) e as razões de chance através do $\ln(p/1-p)$, que é igual a $\exp(\beta_i)$, resultado final do modelo Logit a ser analisado.

Ou seja, $\ln(p/1-p) = \exp(\beta)$.

Nesse estudo, Y representa o conjunto dos jovens nem-nem e $\exp \beta_i$ representa a razão de chance do jovem nem-nem em relação ao estado de referência na variável explicativa X_i .

Para a geração das regressões do modelo logístico foram utilizados os microdados agrupados da PNAD anos de 2004, 2014 e 2015 e o programa de software R. O quadro 4 apresenta os totais de unidades domiciliares e de pessoas que compunham as bases de dados a cada ano.

Quadro 4: Unidades domiciliares e número de pessoas nos microdados agrupados da PNAD segundo ano de referência.

Ano de referência	Unidades domiciliares	Número de pessoas
2004	139.157	399.354
2014	151.291	362.627
2015	151.189	356.904

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2014 e 2015.

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação. A cada ano foram selecionados, posteriormente, os jovens nem-nem entre 15 e 29 anos²⁵ e as pessoas que moravam no mesmo domicílio. O objetivo é avaliar os determinantes dos jovens estarem na condição nem-nem a partir de um conjunto de variáveis explicativas que envolvem características pessoais, familiares, domiciliares e geográficas.

Para compor o modelo, foram selecionadas as variáveis que mais se destacaram na literatura e na análise empírica apresentadas ao longo desse estudo, a saber: sexo, cor/raça, faixa etária, nível de escolaridade, condição na família, presença de filhos, renda domiciliar per capita, presença da mãe no domicílio, dentre outras. A relação das variáveis explicativas é apresentada no quadro 5.

²⁵ Todas as variáveis e os critérios de seleção utilizados para a realização do modelo *Logit* estão documentados no Apêndice.

Quadro 5: Descrição das variáveis explicativas

Variáveis explicativas	Descrição dos níveis
Sexo	Homem Mulher
Cor/raça	Branços Não-brancos
Nível de escolaridade	Até fundamental incompleto Fundamental completo Médio incompleto Médio completo superior incompleto superior completo
Faixas etárias	idade 15 a 17 anos idade 18 a 24 anos idade 25 a 29 anos
Quintos de rendimento domiciliar per capita	1º quinto (mais pobre) 2º quinto 3º quinto 4º quinto 5º quinto (mais rico)
Condição na família	persona de referência cônjuge filho outro parente não parente
Grande Região	Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste
Mãe viva	Tem mãe viva
A mãe mora no domicílio	Mãe mora no domicílio
Filhos até 5 anos	Mulheres com filhos até 5 anos
Já trabalhou antes	Possui trabalho anterior
Outro nem-nem no domicílio	Existe outro jovem nem-nem inativo ou desocupado no domicílio
Crianças no domicílio	Domicílio com uma criança Domicílio com duas crianças Domicílio com três crianças ou mais

Na composição da base de dados para a geração das regressões foram adotados os seguintes critérios:

- a) Sexo: os jovens foram agrupados por sexo, excluindo-se os não identificados;
- b) Cor/raça: Foram considerados os jovens brancos e os não brancos. Entre os não-brancos, estão os pretos, os pardos, os amarelos e os indígenas.
- c) Nível de escolaridade: Os jovens foram agrupados segundo nível de instrução mais alto alcançado no ano de referência;
- d) Quintos de rendimento domiciliar per capita: a base de dados foi randomizada, para posteriormente ser ordenada por ordem crescente de rendimento domiciliar. Em seguida, os domicílios foram filtrados à medida que atingiam os quintos de

seleção. O objetivo da randomização é excluir o efeito geográfico da base que originalmente é ordenada segundo a Unidade da Federação. Se a base se mantivesse na ordenação original, haveria o risco de serem selecionados domicílios mais pobres apenas na Região Norte, por exemplo;

- e) Condição na família: os jovens foram analisados a partir da sua condição na família à qual fazem parte;
- f) Filhos até 5 anos: essa variável é calculada exclusivamente para mulheres jovens que tenham filhos²⁶.
- g) Já trabalhou antes: o objetivo dessa variável é avaliar se o jovem já fez parte do mercado de trabalho alguma vez.
- h) Nem-Nem no domicílio: nessa variável se considera a existência de outro jovem nem-nem no domicílio, seja inativo ou desocupado.
- i) Crianças no domicílio: número de crianças até 5 anos existentes no domicílio, independentes de serem filhos. Nesse caso, a variável pode ser considerada para homens e para mulheres.

O *p*valor do teste de nulidade das observações não incluídas no modelo é de 0,0515, aceitando-se se a hipótese de nulidade destes efeitos ao nível $\alpha = 0, 05$.

O modelo Logit calcula as razões de chance em relação à um estado de referência. Nesse estudo, o objetivo é conhecer as razões de chance de o jovem estar na condição nem-nem a partir das variáveis explicativas acima, utilizando-se como referência o jovem nem-nem homem, branco, entre 25 e 29 anos, com ensino fundamental incompleto, no 5º quinto de rendimento domiciliar per capita, morador da Região Centro-Oeste, sem mãe viva, não trabalhou antes, não possui outro nem-nem no domicílio, não possui filhos e não possui crianças no domicílio.

Além do cálculo das razões de chances do jovem nem-nem na sua totalidade, são estimadas as razões para os subgrupos de inativos e de desocupados considerando as mesmas variáveis explicativas. O intuito é verificar se existem diferenças relevantes para a condição nem-nem nos seus subgrupos.

²⁶ Inicialmente, utiliza-se uma variável auxiliar sobre a existência ou não de filhos em mulheres. Posteriormente, utiliza-se outra variável para conhecer a idade dos filhos para aquelas que afirmaram possuir filhos. Mulheres sem filhos e homens são desconsiderados no cálculo dessa variável.

4.1.2. Resultados

Os resultados do Modelo Logit para os jovens nem-nem inativos nos anos de 2004, 2014 e 2015 são apresentados nas Tabelas 4.1 a 4.3. Observa-se que a maioria dos coeficientes estimados é significativa, exceto para o fato de ter mãe viva e para a Região Sul.

A mulher apresentava maior chance de ser nem-nem inativo do que o homem. Entre 2004 e 2014, essa chance diminuiu de 47% para 39%, aumentando para 49% em 2015, ano de crise econômica. Esse resultado decorre principalmente das diferenças nas atribuições por gênero na sociedade brasileira, que atribui à mulher a maior parte das tarefas domiciliares e no cuidado de parentes.

Em relação à escolaridade, os resultados mostram que em todos os níveis de escolaridade há uma menor chance de ser nem-nem do que o jovem com ensino fundamental incompleto. Contudo não existe uma linearidade. Jovens com ensino médio completo e com ensino superior completo possuem relativamente mais chances de ser nem-nem do que os jovens nos demais níveis de escolaridade. Isso ocorre porque muitos jovens depois de formados possuem dificuldades para se inserir no mercado pela falta de experiência e devido às obrigações domiciliares e familiares, sendo que alguns optam por permanecer fora do mercado de trabalho. Observa-se, contudo, que a chance de **um** jovem com ensino superior completo ser nem-nem inativo tem sido cada vez menor, era 20% menor que o de referência em 2004, reduziu para 44% menor em 2014 e para 52% menor em 2015.

Por faixa etária, os jovens entre 15 e 17 anos possuem menores chances que os demais de serem nem-nem inativos. Ressaltando-se, ainda, que essa chance diminuiu em comparação com os jovens de 25 a 29 anos (referência) entre 2004 e 2014, de 70% menor para 80% menor, mantendo-se nesse patamar em 2015. Por sua vez, os jovens entre 18 e 24 anos possuíam as mesmas chances de ser nem-nem em inativo em comparação com os jovens de referência.

O rendimento domiciliar apresenta uma forte influência de o jovem ser nem-nem inativo, pois quanto maior o nível de rendimento menor a chance em relação ao jovem nem-nem do domicílio mais rico (5º quinto). Em 2004, o jovem do domicílio mais pobre, que estava no 1º quinto, apresentava 89% mais chances do que o do mais rico; no 2º quinto a chance se reduzia para 71% a mais; no 3º quinto para 60% e no 2º quinto para 24%. Há claramente uma relação inversa. Em 2014, as chances mantiveram-se nesse patamar, tendo sido observado crescimento apenas no 2º quinto que passou para 86,0% de chance.

Por sua vez, em 2015, as chances de os jovens manterem-se como inativos diminuíram em todos os níveis de rendimento.

Por condição na família, o jovem cônjuge é o que apresenta maior chance de ser nem-nem em relação à pessoa de referência no domicílio. Entretanto, houve uma redução significativa na sua chance entre 2004 e 2014, tendo passado de 241% maior para 100%. Em 2015, ainda diminuiu para 88%. Todas as demais condições, possuem chances menores do que a pessoa de referência. Ser filho permaneceu com chances cerca de 20,0% menores que a pessoa de referência no domicílio em todos os anos.

Os resultados por Grande Região demonstraram que os jovens das Regiões Norte, Nordeste e Sudeste possuem menos chances de ser inativos do que os da Região Centro-Oeste. Na Região Sul os resultados não foram significantes.

Ter mãe viva diminuiu a chance de o jovem ser nem-nem inativo em 2004. Nos demais anos, os resultados não foram significantes. Se a mãe morar no domicílio, as chances são ainda menores, tendo sido 23% a menos do que aqueles jovens que não moram com a mãe em 2004, 32% a menos em 2014 e 30% em 2015. A presença da mãe contribui positivamente para que o jovem não esteja na condição nem-nem inativa.

A maternidade, por outro lado, aumenta significativamente as chances da jovem ser nem-nem inativo. Em 2004, as jovens com filhos até 5 anos possuíam 121% mais chances do que não possuíam filhos pequenos, em 2014 essa chance havia aumentado para 240%, e em 2015 foi de 215%. Ou seja, é cada vez maior a chance de inatividade da jovem com filhos pequenos. A falta de estrutura familiar que apoie a jovem na manutenção de suas atividades estudantis e laborais, assim como a falta de oferta suficiente de creches e escolas infantis públicas contribuem para esse quadro. Ainda é muito baixo percentual de crianças até 5 anos que frequenta creche ou educação infantil.

O número de crianças no domicílio, porém, apresentou como resultado uma menor chance do jovem ser nem-nem inativo. O que pode significar que as despesas com as crianças obrigam os jovens a buscar uma ocupação, não podendo permanecer na inatividade. Ressalta-se que nesse caso estamos tratando de jovens homens e mulheres, enquanto a presença de filhos até 5 anos contempla somente as jovens mulheres.

Caso o jovem já tenha trabalhado anteriormente, já possua experiência profissional, as chances de ser nem-nem inativo é muito pequena. Em todos os anos analisados, os jovens

com experiência possuíam 95,0% menores chances de ser nem-nem do que os jovens sem experiência.

Ter outro jovem nem-nem inativo no domicílio aumenta significativamente a chance do jovem ser nem-nem inativo, embora essa chance venha se reduzindo. Esse resultado parece demonstrar que a condição nem-nem pode estar relacionada em algumas situações a ofertas insuficientes de ensino e de emprego para os jovens, gerando um ambiente propício à ausência do jovem no estabelecimento de ensino e na população economicamente ativa simultaneamente. Em 2004, o jovem nem-nem que tivesse outro jovem nem-nem no seu domicílio possuía 321% mais chances de estar inativo do que o jovem que não possuía. Em 2014, a chance havia se reduzido para 307% e em 2015 para 261%. De qualquer forma, um patamar extremamente elevado.

Como apresentado no capítulo 1, os estudos previamente realizados que analisaram os determinantes para a condição nem-nem dos jovens brasileiros se concentravam nos jovens nem-nem inativos. Podemos citar os trabalhos de Cabanas et al (2014), Monteiro (2013) e Cardoso (2013). Os resultados apresentados pelo modelo Logit vão, de uma maneira geral, ao encontro aos apresentados em estudos anteriores, com exceção dos resultados regionais e em relação à presença de crianças no domicílio. Cardoso (2013) havia apontado uma maior prevalência de jovens inativos nas regiões Norte e Nordeste em relação à região Centro-Oeste. Nos resultados do modelo Logit, contudo, as regiões Norte e Nordeste não apresentavam maiores chances do que a Centro-Oeste.

Cabanas et al (2014) mostraram uma influência positiva quando existe a presença do adulto no domicílio, confirmando os resultados do modelo. Contudo, haveria um impacto negativo da presença de crianças sobre as probabilidades do jovem ser nem-nem, acentuando-se no caso de haver mais crianças no domicílio. No resultado deste modelo, entretanto, o impacto da presença de crianças foi positivo, o que pode significar a necessidade de uma maior renda e a impossibilidade do jovem se manter inativo.

Tabela 4.1: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2004.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,99	0,09	0,00	0,37
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,39	0,03	0,00	1,47
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	-0,05	0,03	0,13	0,96
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,61	0,05	0,00	0,55
	EM incomp.	-1,39	0,05	0,00	0,25
	EM completo	-0,28	0,04	0,00	0,76
	ES incompleto	-2,45	0,13	0,00	0,09
Faixa etária	ES completo	-0,23	0,10	0,03	0,80
	15 a 17 anos	-1,21	0,05	0,00	0,30
	18 a 24 anos	0,00	0,03	0,96	1,00
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	25 a 29 anos	-	-	-	-
	1º quinto	0,64	0,06	0,00	1,89
	2º quinto	0,54	0,05	0,00	1,71
	3º quinto	0,47	0,05	0,00	1,60
	4º quinto	0,21	0,05	0,00	1,24
Condição na família	5º quinto	-	-	-	-
	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	1,23	0,05	0,00	3,41
	Filho	-0,21	0,05	0,00	0,81
	Outro parente / agregado	-0,22	0,07	0,00	0,80
Grande Região	Não parente	-1,11	0,41	0,01	0,33
	Norte	-0,08	0,05	0,15	0,93
	Nordeste	-0,23	0,05	0,00	0,80
	Sudeste	-0,13	0,05	0,00	0,87
	Sul	0,08	0,06	0,15	1,09
Tem mãe viva	Centro-Oeste	-	-	-	-
	Não	-	-	-	-
Mãe mora no domicílio	Sim	-0,13	0,05	0,02	0,88
	Não	-	-	-	-
Filhos de até 5 anos	Sim	-0,26	0,05	0,00	0,77
	Não	-	-	-	-
Já trabalhou antes	Sim	0,79	0,05	0,00	2,21
	Não	-	-	-	-
Nem-nem no domicílio	Sim	-2,90	0,04	0,00	0,06
	Não	-	-	-	-
Crianças no domicílio	Sim	1,44	0,03	0,00	4,21
	0	-	-	-	-
	1	-0,10	0,04	0,02	0,91
	2	-0,13	0,06	0,02	0,88
	3 ou mais	-0,12	0,08	0,16	0,89

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 4.2: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2014.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,43	0,11	0,00	0,65
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,33	0,04	0,00	1,39
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	-0,01	0,03	0,67	0,99
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,57	0,05	0,00	0,56
	EM incomp.	-1,21	0,05	0,00	0,30
	EM completo	-0,22	0,04	0,00	0,80
	ES incompleto	-2,53	0,09	0,00	0,08
	ES completo	-0,58	0,08	0,00	0,56
Faixa etária	15 a 17 anos	-1,63	0,05	0,00	0,20
	18 a 24 anos	-0,09	0,04	0,02	0,92
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	0,60	0,06	0,00	1,82
	2º quinto	0,62	0,06	0,00	1,86
	3º quinto	0,43	0,06	0,00	1,54
	4º quinto	0,22	0,06	0,00	1,25
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	0,69	0,05	0,00	2,00
	Filho	-0,23	0,06	0,00	0,79
	Outro parente / agregado	-0,45	0,07	0,00	0,64
	Não parente	-1,62	0,59	0,01	0,20
Grande Região	Norte	-0,29	0,06	0,00	0,75
	Nordeste	-0,20	0,05	0,00	0,82
	Sudeste	-0,13	0,05	0,01	0,88
	Sul	0,02	0,06	0,80	1,02
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	0,00	0,07	0,98	1,00
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,39	0,05	0,00	0,68
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	1,22	0,06	0,00	3,40
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-3,06	0,04	0,00	0,05
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	1,40	0,04	0,00	4,07
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,24	0,05	0,00	0,78
	2	-0,13	0,07	0,06	0,88
	3 ou mais	-0,02	0,14	0,87	0,98

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 4.3: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem inativos – Brasil – 2015.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,30	0,11	0,01	0,74
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,40	0,03	0,00	1,49
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	-0,03	0,03	0,30	0,97
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,54	0,05	0,00	0,58
	EM incomp.	-1,22	0,05	0,00	0,30
	EM completo	-0,31	0,04	0,00	0,74
	ES incompleto	-2,62	0,09	0,00	0,07
	ES completo	-0,73	0,08	0,00	0,48
Faixa etária	15 a 17 anos	-1,69	0,06	0,00	0,18
	18 a 24 anos	-0,09	0,03	0,01	0,92
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	0,51	0,06	0,00	1,67
	2º quinto	0,43	0,06	0,00	1,54
	3º quinto	0,33	0,06	0,00	1,39
	4º quinto	0,09	0,06	0,15	1,09
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	0,63	0,05	0,00	1,88
	Filho	-0,18	0,06	0,00	0,83
	Outro parente / agregado	-0,46	0,07	0,00	0,63
	Não parente	-0,91	0,49	0,06	0,40
Grande Região	Norte	-0,20	0,06	0,00	0,82
	Nordeste	-0,14	0,05	0,01	0,87
	Sudeste	-0,26	0,06	0,00	0,77
	Sul	-0,12	0,06	0,07	0,89
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,06	0,06	0,38	0,95
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,36	0,05	0,00	0,70
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	1,15	0,05	0,00	3,15
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-2,91	0,04	0,00	0,05
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	1,28	0,03	0,00	3,61
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,25	0,04	0,00	0,78
	2	-0,23	0,07	0,00	0,80
	3 ou mais	-0,04	0,13	0,74	0,96

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Os resultados do Modelo Logit para os jovens nem-nem desocupados nos anos de 2004, 2014 e 2015 são apresentados nas Tabelas 4.4 a 4.6. Observa-se que a maioria dos coeficientes estimados é significativa, exceto para algumas condições na família, o fato de ter mãe viva e para a Região Sul em 2004 e 2014 e filhos até 5 anos em 2015.

Diferentemente da condição inativa, o homem apresentava maior ser chance de ser nem-nem desocupado do que a mulher, com essa chance tendo permanecido praticamente constante nos anos analisados. Para o homem é mais fácil ir em busca de um emprego do que para a mulher, que possui a maior parte das tarefas domiciliares e no cuidado de familiares.

Em relação à escolaridade, os jovens com ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo possuem maiores chances de ser nem-nem desocupado do que os jovens com ensino fundamental incompleto. Isso pode ser explicado pela maior possibilidade que aqueles jovens possuem em se inserir no mercado de trabalho do que esses, dado o seu baixo nível de escolaridade. Os jovens com ensino fundamental incompleto têm maior chance de ser um nem-nem inativo do que um nem-nem desocupado na comparação com os outros níveis de escolaridade.

Por faixa etária, os jovens entre 15 e 17 anos possuem menores chances que os demais de serem nem-nem desocupados, assim como nem-nem inativos. Por sua vez, os jovens entre 18 e 24 anos possuíam maiores chances de estar desocupados do que os jovens de 25 a 29 anos. Situação inversa à apresentada pelos jovens nem-nem inativos, pois os jovens de 25 a 29 anos teriam maiores chances de estarem naquela condição.

O rendimento domiciliar apresenta também uma forte influência de o jovem ser nem-nem desocupado, pois quanto menor o nível de rendimento maior a chance em relação ao jovem nem-nem do domicílio mais rico (5º quinto). Ressaltando-se que as chances nesse caso são muito mais elevadas por nível de rendimento do que entre os nem-nem inativos. O efeito renda nesse caso demonstra ser mais forte do que entre os jovens inativos.

Em 2004, o jovem do domicílio mais pobre, que estava no 1º quinto, apresentava 335,0% mais chances do que o do jovem do 5º quinto de ser um nem-nem desocupado. Para o jovem do 2º quinto a chance ainda era elevada, 218,0%, no 3º quinto era 154,0% e no 4º quinto era 81,0%. Em 2014, as chances aumentaram elevadas para os jovens dos domicílios mais pobres, do 1º e do 2º quinto, enquanto para os demais mantiveram-se no mesmo patamar. Em 2015, as chances aumentaram nos três primeiros quintos de

rendimento. No segundo quinto, as chances permaneceram constantes ao longo dos anos analisados, o que demonstra que esses jovens possuem menor probabilidade de ir em busca de um emprego do que os jovens dos domicílios mais pobres. As suas necessidades básicas conseguem ser atendidas pela renda domiciliar, o que ocorre nos domicílios mais pobres.

Por condição na família, apesar de alguns problemas na significância em alguns valores, de uma maneira geral observa-se que todas as condições de domicílio (cônjuge, filho, outro parente, não parente) apresentam menores chance de ser jovem nem-nem desocupado do que o jovem na condição de referência. Entre os jovens inativos, a chance era maior para o cônjuge. O jovem que é referência no domicílio se lança na busca por um emprego, enquanto o cônjuge teria mais condições de permanecer na condição de inatividade pois outra pessoa seria responsável por sustentar o domicílio.

Em 2004, os resultados por Grande Região demonstraram que os jovens das regiões Sudeste e Sul apresentam maiores chances de ser nem-nem desocupado do que na Região Centro-Oeste (região de referência) e nas Regiões Norte e Nordeste. Em 2014, as chances aumentaram em todas as regiões, permanecendo no mesmo patamar em 2015. Os jovens da Região Sudeste e Sul tinham 34% e 18% mais chances, respectivamente, de ser nem-nem desocupado do que na região Centro-Oeste, em 2015. Por outro lado, nas Regiões Norte e Nordeste, as chances eram 39% e 26% menores.

A mãe morar no domicílio reduz as chances do jovem ser nem-nem desocupado em relação ao jovem que não mora com a mãe. Em 2004, a chance diminuía em 19% e em 2015 em 11%. Resultado semelhante para o caso do jovem nem-nem inativo.

Por sua vez, a maternidade aumenta significativamente as chances da jovem ser nem-nem desocupado do que para a jovem que não possui filhos. Contudo, essas chances diminuiriam estão em um patamar inferior ao das jovens inativas e se reduziu entre 2004 e 2014.

Em 2004, as jovens com filhos até 5 anos possuíam 36% mais chances do que não possuíam filhos pequenos. Em 2014, essa chance havia se diminuído para 25%. Entre as jovens inativas, as chances eram mais elevadas e aumentaram entre os anos analisados. Parece que cresceram as dificuldades das jovens nem-nem que possuem filhos pequenos irem em busca de uma colocação no mercado de trabalho.

A existência de crianças no domicílio, porém, apresentou como resultado uma menor chance do jovem ser nem-nem desocupado em comparação com o jovem que não possui crianças no domicílio. O que pode significar que crianças no domicílio forcem os jovens a irem em busca de um emprego por necessidade de uma renda maior para cobrir as despesas.

Do mesmo modo, o jovem já tenha trabalhado anteriormente reduz as chances de ser nem-nem desocupado em relação ao jovem sem experiência profissional. As chances para os jovens com experiência eram cerca de 65% menores em 2004 e 2014, e 72% menor em 2015. Esse é um resultado importante, que demonstra como já ter participado do mercado de trabalho anteriormente reduz as chances do jovem estar na condição nem-nem desocupado. Entre os inativos, o resultado foi ainda mais forte com cerca de 95% menos chance para o jovem com experiência.

Ter outro jovem nem-nem aumenta significativamente a chance do jovem estar na condição nem-nem desocupado assim como no caso do nem-nem inativo. Em 2004, a chance era 366% maior do que quando não havia outro nem-nem no domicílio. Em 2014, a chance se reduziu para 271%, ou seja, ainda era extremamente elevada. Em 2015, ano do início da crise econômica atual, voltou a crescer, chegando a 290%. Esses valores parecem demonstrar que a condição nem-nem desocupado pode estar relacionada à oferta insuficiente de ensino e de emprego para os jovens em determinadas regiões do País.

Tabela 4.4: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2004.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-3,45	0,11	0,00	0,03
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	-0,11	0,04	0,01	0,90
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,13	0,04	0,00	1,14
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	0,24	0,05	0,00	1,27
	EM incomp.	-0,32	0,06	0,00	0,73
	EM completo	1,05	0,04	0,00	2,87
	ES incompleto	-0,84	0,14	0,00	0,43
Faixa etária	ES completo	0,95	0,11	0,00	2,59
	15 a 17 anos	-1,42	0,07	0,00	0,24
	18 a 24 anos	0,13	0,04	0,00	1,14
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	25 a 29 anos	-	-	-	-
	1º quinto	1,47	0,07	0,00	4,35
	2º quinto	1,16	0,07	0,00	3,18
	3º quinto	0,93	0,07	0,00	2,54
	4º quinto	0,59	0,07	0,00	1,81
Condição na família	5º quinto	-	-	-	-
	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	0,02	0,06	0,72	1,02
	Filho	-0,13	0,06	0,04	0,88
	Outro parente / agregado	-0,01	0,08	0,88	0,99
Grande Região	Não parente	-0,69	0,36	0,06	0,50
	Norte	-0,57	0,07	0,00	0,56
	Nordeste	-0,42	0,06	0,00	0,66
	Sudeste	0,18	0,05	0,00	1,19
	Sul	0,00	0,07	0,99	1,00
Tem mãe viva	Centro-Oeste	-	-	-	-
	Não	-	-	-	-
Mãe mora no domicílio	Sim	0,07	0,07	0,33	1,07
	Não	-	-	-	-
Filhos de até 5 anos	Sim	-0,21	0,06	0,00	0,81
	Não	-	-	-	-
Já trabalhou antes	Sim	0,31	0,06	0,00	1,36
	Não	-	-	-	-
Nem-nem no domicílio	Sim	-1,26	0,04	0,00	0,28
	Não	-	-	-	-
Crianças no domicílio	Sim	1,54	0,04	0,00	4,66
	0	-	-	-	-
	1	-0,26	0,05	0,00	0,77
	2	-0,30	0,06	0,00	0,74
	3 ou mais	-0,41	0,11	0,00	0,67

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 4.5: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2014.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-3,75	0,14	0,00	0,02
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,00	0,04	0,99	1,00
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,12	0,04	0,00	1,13
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	0,08	0,06	0,21	1,08
	EM incomp.	-0,11	0,06	0,06	0,89
	EM completo	0,71	0,05	0,00	2,04
	ES incompleto	-0,95	0,12	0,00	0,39
	ES completo	1,16	0,09	0,00	3,18
Faixa etária	15 a 17 anos	-1,52	0,08	0,00	0,22
	18 a 24 anos	0,18	0,04	0,00	1,19
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	1,69	0,09	0,00	5,40
	2º quinto	1,37	0,08	0,00	3,94
	3º quinto	0,89	0,08	0,00	2,44
	4º quinto	0,50	0,08	0,00	1,65
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	-0,13	0,06	0,03	0,88
	Filho	-0,14	0,07	0,04	0,87
	Outro parente / agregado	-0,23	0,08	0,00	0,79
	Não parente	0,01	0,46	0,99	1,01
Grande Região	Norte	-0,23	0,08	0,00	0,79
	Nordeste	-0,13	0,07	0,06	0,88
	Sudeste	0,34	0,07	0,00	1,41
	Sul	0,12	0,09	0,15	1,13
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,05	0,08	0,56	0,95
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,10	0,06	0,10	0,90
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	0,22	0,07	0,00	1,25
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-1,01	0,04	0,00	0,36
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	1,36	0,04	0,00	3,90
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,31	0,05	0,00	0,73
	2	-0,52	0,09	0,00	0,60
	3 ou mais	-0,85	0,17	0,00	0,43

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 4.6: Resultados Modelo Logit para jovens nem-nem desocupados – Brasil – 2015.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-3,58	0,13	0,00	0,03
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	-0,11	0,04	0,00	0,89
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,11	0,04	0,00	1,12
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	0,26	0,06	0,00	1,29
	EM incomp.	-0,10	0,07	0,13	0,91
	EM completo	0,88	0,05	0,00	2,41
	ES incompleto	-0,99	0,11	0,00	0,37
	ES completo	1,21	0,08	0,00	3,37
Faixa etária	15 a 17 anos	-1,78	0,08	0,00	0,17
	18 a 24 anos	0,14	0,04	0,00	1,15
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	1,74	0,08	0,00	5,67
	2º quinto	1,46	0,08	0,00	4,31
	3º quinto	1,19	0,08	0,00	3,29
	4º quinto	0,57	0,08	0,00	1,77
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	-0,10	0,06	0,07	0,90
	Filho	-0,16	0,06	0,01	0,85
	Outro parente / agregado	-0,32	0,07	0,00	0,73
	Não parente	-0,42	0,38	0,27	0,65
Grande Região	Norte	-0,49	0,07	0,00	0,61
	Nordeste	-0,30	0,07	0,00	0,74
	Sudeste	0,29	0,06	0,00	1,34
	Sul	0,17	0,07	0,02	1,18
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	0,08	0,08	0,33	1,08
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,12	0,06	0,04	0,89
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	0,04	0,06	0,54	1,04
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-1,04	0,04	0,00	0,35
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	1,31	0,04	0,00	3,71
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,24	0,05	0,00	0,78
	2	-0,35	0,08	0,00	0,70
	3 ou mais	-0,35	0,15	0,02	0,70

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

Um terceiro conjunto de resultados referem-se ao total de jovens nem-nem, que são apresentados nas Tabelas 4.7 a 4.9 para os anos de 2004, 2014 e 2015. Observa-se que a maioria dos coeficientes estimados é significativa, exceto para as faixas etárias, em 2014 e 2015, o fato de ter mãe viva e para as Regiões Sul e Sudeste em todos os anos.

Os resultados apresentados revelam-se uma combinação dos determinantes das condições de inatividade e de desocupação.

Por sexo, em 2004, as mulheres tinham 19% mais chances de ser nem-nem do que os homens. Em 2014, essa chance havia aumentado para 27%, recuando para 23% em 2015.

Em relação à escolaridade, os jovens com ensino médio completo e ensino superior completo possuem maiores chances de ser nem-nem do que os jovens com ensino fundamental incompleto. Houve redução nas chances nesses níveis de escolaridade entre 2004 e 2014, mas voltou a crescer em 2015. No ensino médio completo passou de 66% para 29% e, em seguida, para 50%. No ensino superior completo passou de 54% para 29% e em 2015 para 34%. Essa redução entre os anos de 2004 e 2014 pode ser explicada, por um lado, devido ao melhor momento do mercado de trabalho nesse período que absorveu uma maior quantidade de jovens, privilegiando os mais escolarizados, o que reduziu as chances dos jovens com essas formações. Em 2015, as chances aumentaram em quase todos os níveis de escolaridade.

Por outro lado, associando esse resultado com a pequena chance de ser nem-nem caso já tenha trabalhado antes, uma possibilidade é que os jovens que se formam no ensino médio e no ensino superior, mas permanecem fora do mercado de trabalho, possuem maiores chances de ser nem-nem do que jovens menos escolarizados devido à opção de algumas mulheres pelos cuidados domiciliares e domésticos, pela falta de experiência profissional e pela falta de demanda de trabalho.

Por faixa etária, os jovens entre 15 e 17 anos possuem menores chances que os demais de serem nem-nem. Contudo, os jovens entre 18 e 24 anos possuíam as mesmas chances que os jovens de 25 a 29 anos, em 2004. Em 2014 e 2015, os dados não são significantes.

O rendimento domiciliar apresenta uma forte influência para a condição nem-nem, pois quanto menor o nível de rendimento maior do jovem ser nem-nem, assim como nos resultados apresentados para os subgrupos de inativos e de desocupados. As chances dos

jovens dos domicílios mais pobres permaneceram acima de 300% em relação aos jovens dos domicílios mais ricos em todos os anos analisados.

Por condição na família, o cônjuge apresentou as maiores chances em relação à pessoa de referência nos anos analisados, contudo essas chances se reduziram. Em 2004, era de 179%, em 2014 diminuiu em um terço chegando a 66% e, em 2015, caiu para 58%. Os demais membros do domicílio permaneceram com menores chances do que a pessoa de referência. Essa redução dos cônjuges pode estar associada à redução do número de mulheres entre os jovens nem-nem e o aumento do número de homens. Normalmente, a mulher é considerada como cônjuge na família.

Os resultados por Grande Região indicam que os jovens das regiões Norte e Nordeste teriam menos chances de ser nem-nem do que na Região Centro-Oeste, não tendo havido alterações nos anos analisados. Os resultados para as Regiões Sul e Sudeste não se mostraram significantes.

Assim como nos subgrupos dos jovens nem-nem, ter mãe viva, ter trabalhado antes e existir crianças no domicílio diminuem as chances do jovem ser nem-nem. Essas chances não mudaram entre 2004 e 2015.

Por sua vez, possuir filhos pequenos aumenta sensivelmente a chance de ser jovem na condição nem-nem. Ressaltando-se que essas chances aumentaram entre 2004 e 2014, de 163% para 271%. Em 2015, permaneceu elevada, mas recuou para 214%.

Outro fator que eleva a chance do jovem ser nem-nem, é ter outro jovem nem-nem no domicílio. Nesse caso, como apontado anteriormente, parecem existir problemas localizados no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho que levam os jovens à essa condição como oferta insuficiente escola e de empregos, mas também podem ocorrer situações em que principalmente as mulheres jovens dos domicílios cuidam dos serviços domésticos e dos cuidados dos familiares permanecendo fora da escola e do mercado de trabalho, seja por opção seja por oferta insuficiente de creches e de escolas infantis.

Tabela 4.7: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem – Brasil – 2004.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,70	0,08	0,00	0,50
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,17	0,03	0,00	1,19
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,04	0,03	0,09	1,04
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,40	0,04	0,00	0,67
	EM incomp.	-1,41	0,05	0,00	0,24
	EM completo	0,51	0,03	0,00	1,66
	ES incompleto	-2,29	0,11	0,00	0,10
	ES completo	0,43	0,08	0,00	1,54
Faixa etária	15 a 17 anos	-1,81	0,05	0,00	0,16
	18 a 24 anos	0,09	0,03	0,00	1,09
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	1,47	0,05	0,00	4,35
	2º quinto	1,17	0,05	0,00	3,21
	3º quinto	0,97	0,05	0,00	2,63
	4º quinto	0,56	0,05	0,00	1,74
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	1,02	0,04	0,00	2,79
	Filho	-0,34	0,05	0,00	0,71
	Outro parente / agregado	-0,31	0,06	0,00	0,73
	Não parente	-0,97	0,28	0,00	0,38
Grande Região	Norte	-0,39	0,05	0,00	0,68
	Nordeste	-0,47	0,04	0,00	0,62
	Sudeste	0,01	0,04	0,85	1,01
	Sul	0,07	0,05	0,15	1,08
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,08	0,05	0,10	0,92
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,34	0,05	0,00	0,72
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	0,97	0,05	0,00	2,63
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-3,18	0,03	0,00	0,04
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	2,13	0,03	0,00	8,40
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,27	0,04	0,00	0,76
	2	-0,30	0,05	0,00	0,74
	3 ou mais	-0,31	0,08	0,00	0,73

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela 4.8: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem – Brasil – 2014.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,28	0,10	0,01	0,76
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,24	0,03	0,00	1,27
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,07	0,03	0,02	1,07
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,47	0,05	0,00	0,63
	EM incomp.	-1,18	0,05	0,00	0,31
	EM completo	0,26	0,04	0,00	1,29
	ES incompleto	-2,63	0,09	0,00	0,07
	ES completo	0,25	0,07	0,00	1,29
Faixa etária	15 a 17 anos	-2,27	0,05	0,00	0,10
	18 a 24 anos	0,03	0,03	0,26	1,04
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	1,45	0,06	0,00	4,27
	2º quinto	1,22	0,06	0,00	3,37
	3º quinto	0,78	0,06	0,00	2,18
	4º quinto	0,43	0,06	0,00	1,54
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	0,51	0,04	0,00	1,66
	Filho	-0,33	0,05	0,00	0,72
	Outro parente / agregado	-0,60	0,06	0,00	0,55
	Não parente	-0,91	0,54	0,09	0,40
Grande Região	Norte	-0,43	0,06	0,00	0,65
	Nordeste	-0,28	0,05	0,00	0,75
	Sudeste	0,08	0,05	0,11	1,08
	Sul	0,07	0,06	0,23	1,08
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,05	0,06	0,37	0,95
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,38	0,05	0,00	0,69
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	1,31	0,05	0,00	3,71
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-3,27	0,04	0,00	0,04
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	2,07	0,03	0,00	7,96
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,42	0,04	0,00	0,66
	2	-0,43	0,06	0,00	0,65
	3 ou mais	-0,48	0,11	0,00	0,62

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Tabela 4.9: Resultados Modelo Logit para o total de jovens nem-nem- Brasil – 2015.

Coeficiente		β	$ CV(\beta) $	p-valor	$\exp(\beta)$
Intercepto		-0,26	0,10	0,01	0,77
Sexo	Homem	-	-	-	-
	Mulher	0,21	0,03	0,00	1,23
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-
	Não-branco	0,06	0,03	0,03	1,07
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-
	EF comp.	-0,32	0,04	0,00	0,73
	EM incomp.	-1,17	0,05	0,00	0,31
	EM completo	0,40	0,04	0,00	1,50
	ES incompleto	-2,65	0,09	0,00	0,07
	ES completo	0,29	0,07	0,00	1,34
Faixa etária	15 a 17 anos	-2,50	0,05	0,00	0,08
	18 a 24 anos	0,02	0,03	0,61	1,02
	25 a 29 anos	-	-	-	-
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em salário mínimo)	1º quinto	1,56	0,06	0,00	4,75
	2º quinto	1,24	0,06	0,00	3,45
	3º quinto	0,96	0,06	0,00	2,61
	4º quinto	0,41	0,06	0,00	1,51
	5º quinto	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-
	Cônjuge	0,46	0,04	0,00	1,58
	Filho	-0,31	0,05	0,00	0,74
	Outro parente / agregado	-0,69	0,06	0,00	0,50
	Não parente	-0,94	0,46	0,04	0,39
Grande Região	Norte	-0,49	0,05	0,00	0,61
	Nordeste	-0,33	0,05	0,00	0,72
	Sudeste	0,01	0,05	0,91	1,01
	Sul	0,04	0,05	0,50	1,04
	Centro-Oeste	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,02	0,06	0,79	0,98
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	-0,38	0,04	0,00	0,68
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-
	Sim	1,14	0,05	0,00	3,14
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-
	Sim	-3,16	0,04	0,00	0,04
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-
	Sim	2,04	0,03	0,00	7,73
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-
	1	-0,40	0,04	0,00	0,67
	2	-0,42	0,06	0,00	0,66
	3 ou mais	-0,17	0,11	0,13	0,84

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.

A tabela 4.10 apresenta um panorama geral dos resultados das razões de chance do modelo Logit. As razões foram calculadas a partir da extração de uma unidade das razões de chance ($\exp \beta$) dos resultados apresentados nas tabelas 4.2 a 4.10 e posterior multiplicação por 100 para apresentação dos resultados em porcentagem. O objetivo é mostrar de forma comparativa as principais similaridades e as diferenças entre os determinantes dos jovens nem-nem e nos subgrupos de inativos e de desocupados.

As mulheres têm mais chances de ser jovem nem-nem do que os homens, porém essa chance é maior dentro do subgrupo de jovens inativos já que entre os jovens desocupados os homens apresentam maiores chances.

Por cor/raça, os jovens não-brancos apresentam maiores chances de ser nem-nem do que os brancos, sendo mais elevadas entre os jovens desocupados do que entre os inativos.

Por nível de escolaridade, os jovens com ensino médio e com ensino superior completo possuem mais chances de ser nem-nem do que os jovens com ensino fundamental incompleto. Contudo, isso ocorre de maneira mais expressiva dentro do subgrupo dos desocupados, já que entre os inativos o jovem com ensino fundamental incompleto possui maiores chances de estar nessa condição do que aqueles nos demais níveis de escolaridade.

Por faixa etária, os jovens de 15 a 17 anos de idade possuem as menores chances de ser nem-nem, enquanto aqueles entre 18 e 24 anos possuem praticamente a mesma chance que os jovens entre 25 e 29 anos. Contudo, entre os jovens desocupados, os jovens de 18 a 24 anos possuem maiores chances que os jovens mais velhos, enquanto entre os inativos os de 25 a 29 anos prevalecem.

O nível de rendimento domiciliar contribui fortemente para a condição nem-nem. As chances são maiores e crescentes a partir do 3º quinto de rendimento domiciliar per capita. Entre os jovens mais pobres, do 1º quinto de rendimento, a chance de ser nem-nem é quase quatro vezes maior do que o jovem do domicílio mais rico, 5º quinto de rendimento domiciliar. Observa-se que as razões de chances entre os jovens desocupados são maiores do que as chances dos jovens inativos. Isso demonstra que a necessidade financeira dos mais pobres os obriga a ir em busca de um emprego, principalmente os homens. O fato de ter filhos até 5 anos parece ser um motivo muito mais forte para o jovem nem-nem ser inativo do que a renda domiciliar.

Por condição na família, o jovem cônjuge tem mais chances de ser nem-nem. Entre os inativos, essa condição se confirma, pois normalmente os cônjuges são as mulheres, mas entre os desocupados os jovens que são as pessoas de referência que têm mais chances. Nesse caso, em geral, são os homens.

Ter a mãe viva, a presença da mãe ou de crianças no domicílio assim como ter trabalhado anteriormente apresentaram resultados positivos para a condição nem-nem e para seus subgrupos, reduzindo as suas chances. Enquanto, a existência de outro jovem nem-nem atua negativamente, aumentando as chances dos jovens estarem nessa condição.

Os dados regionais apresentaram problemas de significância, mas pode-se afirmar a partir dos resultados que os jovens das regiões Sul e Sudeste possuem mais chances de estar na condição nem-nem desocupado do que nas demais regiões.

Tabela 4.10: Razões de chance (%) dos jovens nem-nem segundo variáveis selecionadas – Brasil – 2004/2014/2015

Variáveis selecionadas		Nem-nem inativo			Nem-nem desocupado			Nem-nem		
		2004	2014	2015	2004	2014	2015	2004	2014	2015
Sexo	Homem	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mulher	47,4	39,4	49,2	-10,1	0,0	-10,5	18,8	27,1	22,9
Cor ou raça	Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Não-branco	-4,5	-1,4	-3,4	14,3	12,6	11,6	4,5	7,1	6,7
Nível de instrução	Até EF incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	EF comp.	-45,4	-43,6	-41,9	27,0	8,2	29,1	-33,1	-37,3	-27,4
	EM incomp.	-75,1	-70,2	-70,4	-27,5	-10,7	-9,5	-75,6	-69,4	-69,0
	EM completo	-24,1	-19,6	-26,4	186,5	104,1	141,0	66,2	29,2	49,6
	ES incompleto	-91,4	-92,0	-92,7	-56,7	-61,4	-62,7	-89,8	-92,8	-93,0
Faixa etária	ES completo	-20,4	-43,9	-51,9	158,8	218,1	236,7	53,8	28,6	34,1
	15 a 17 anos	-70,2	-80,5	-81,6	-75,8	-78,1	-83,1	-83,6	-89,7	-91,8
	18 a 24 anos	-0,2	-8,2	-8,5	14,2	19,2	15,0	9,1	3,5	1,6
	25 a 29 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1º quinto	89,0	82,4	67,3	335,4	440,1	467,4	334,7	327,0	375,2
	2º quinto	71,2	86,4	54,0	218,0	294,2	331,3	221,0	237,4	244,9
Quintos de rendimento domiciliar per capita (em SM)	3º quinto	60,0	54,5	38,7	153,8	144,2	228,8	163,1	118,0	161,4
	4º quinto	24,0	24,8	9,3	81,0	65,1	77,0	74,3	53,6	50,7
	5º quinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Condição na família	Referência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cônjuge	241,1	99,7	87,6	2,3	-12,2	-10,0	178,6	66,3	57,8
	Filho	-19,0	-20,7	-16,7	-11,9	-12,7	-15,1	-29,1	-27,9	-26,4
	Outro parente / agregado	-20,0	-36,3	-37,1	-1,2	-20,9	-27,4	-26,6	-44,9	-49,9
Grande Região	Norte	-7,5	-25,5	-18,1	-43,5	-20,5	-38,6	-32,1	-34,7	-38,8
	Nordeste	-20,2	-18,2	-13,5	-34,3	-12,5	-25,8	-37,6	-24,6	-28,2
	Sudeste	-12,5	-12,4	-23,1	19,2	40,5	33,8	0,8	8,3	0,6
	Sul	8,6	1,6	-11,1	0,1	13,1	18,1	7,7	7,6	3,7
Centro-Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tem mãe viva	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sim	-12,0	-0,2	-5,4	7,0	-4,9	8,1	-8,0	-5,3	-1,6
Mãe mora no domicílio	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sim	-22,8	-32,1	-30,4	-19,1	-9,8	-10,9	-28,5	-31,4	-31,5
Filhos de até 5 anos	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sim	120,6	239,8	214,6	35,9	24,7	4,0	163,1	271,0	213,8
Já trabalhou antes	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sim	-94,5	-95,3	-94,5	-71,7	-63,7	-64,5	-95,8	-96,2	-95,8
Nem-nem no domicílio	Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sim	321,5	307,3	261,0	366,0	289,8	271,4	740,1	696,2	672,8
Crianças no domicílio	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	-9,2	-21,5	-21,9	-22,8	-26,8	-21,7	-23,7	-34,0	-32,8
	2	-12,3	-12,0	-20,2	-26,2	-40,4	-29,7	-25,8	-34,7	-34,2
	3 ou mais	-11,2	-2,2	-4,3	-33,5	-57,4	-29,7	-26,6	-38,4	-15,9

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os resultados com células hachuradas não foram significativos.

Em suma, diversos fatores podem contribuir na determinação do jovem estar na condição nem-nem. Para os jovens inativos, a baixa escolaridade, a presença de filhos pequenos, o casamento, o baixo nível de rendimento domiciliar per capita e a falta de experiência profissional são os fatores que mais contribuem para o jovem ser nem-nem. As mulheres possuem mais chances do que o homem de estar nessa condição.

Para os jovens desocupados, os fatores que se destacam são o baixo nível de rendimento domiciliar per capita, faixa etária entre 18 e 24 anos, possuir ensino médio completo ou superior completo, ser a pessoa de referência, possuir outro nem-nem no domicílio e pouca experiência profissional. Os homens têm mais chances de ser nem-nem desocupado do que a mulher. Conclui-se, portanto que os jovens nem-nem possuem características e determinantes nitidamente distintos dentro dos seus subgrupos.

4.2. Transitoriedade entre as situações de atividade e frequência escolar dos jovens nem-nem

Os jovens passam por diferentes fases do ciclo de vida. Os mais novos, entre 15 e 17 anos, em sua maioria, apenas estudam. Entre 18 e 24 anos, uma parcela permanece estudando, outra começa a trabalhar, outra combina as duas atividades e uma outra fica exclusivamente com afazeres domésticos e cuidado de familiares. Entre 25 e 29 anos, os estudos já foram concluídos, a maioria dos jovens trabalha e/ou cuida da casa e da família.

Os jovens nem-nem estão fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho, mas podem estar cuidando de parentes e dos afazeres domésticos, podem estar trabalhando como voluntário, podem estar aguardando uma oportunidade de trabalho, dentre diversas possibilidades.

A transitoriedade dos jovens entre as condições de atividade foi analisada por Menezes-Filho et al (2013) com o intuito de avaliar se a condição nem-nem inativa seria permanente ou transitória. O estudo concluiu que seria transitória principalmente para o mercado de trabalho, pois há muita rotatividade no caso dos jovens.

O objetivo dessa seção é analisar a transitoriedade entre as situações de atividade e de frequência escolar dos jovens segundo sexo, faixa etária, nível de escolaridade e Grande Região para avaliar em que medida os jovens nem-nem inativos e os desocupados permanecem nessas condições ou migram para as demais condições.

O estudo é realizado a partir da análise das informações das Matrizes de Transição de probabilidades com informações provenientes da PNADC-Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios Continua trimestral para os anos de 2012 a 2016, que são os anos atualmente disponíveis para essa pesquisa²⁷.

4.2.1. Metodologia

As Matrizes de transição são muito importantes para estimar probabilidades de permanência ou de mudança no status da unidade de análise em relação a um determinado fenômeno de interesse. Cadeias de Markov são muito utilizadas para montar essas matrizes e estimar probabilidades de transição. Entretanto também é possível estimar probabilidades de transição por meio de dados longitudinais, ou seja, em situações onde a informação relativa ao status de interesse em dois momentos distintos está disponível.

No caso desse estudo, informações sobre o status relativo à situação de atividade e frequência escolar em dois ou mais momentos distintos estão disponíveis na PNADC, que é uma pesquisa amostral em nível nacional que utiliza um esquema de rotação em sua amostra. Esse esquema de rotação permite que haja uma sobreposição parcial de sua amostra, ou seja, que parte dos domicílios em uma determinada ocasião sejam os mesmos que participam de uma ocasião anterior.

As informações dos moradores desses domicílios repetidos podem ser utilizadas em estudos longitudinais, desde que o morador tenha respondido nas ocasiões de interesse do estudo. Entretanto, como a pesquisa é amostral e como muitos desses moradores não responderam a todas as ocasiões de interesse, é necessário fazer um tratamento nos pesos amostrais, de forma a que esses tornem a amostra de respondentes representativa da população. A seguir é apresentado o trabalho realizado para tratar os pesos amostrais da PNADC.

Em análises longitudinais com dados de pesquisas por amostragem probabilística apenas as unidades respondentes em todas as ocasiões do escopo da análise podem ser utilizadas. Devido à exclusão das unidades não respondentes em pelo menos uma das ocasiões e da possível introdução de viés nas estimativas, se faz necessária a adoção de uma

²⁷ A opção pelos dados da PNAD Contínua no lugar da PME-Pesquisa Mensal de Emprego se deve principalmente pela atualidade da pesquisa, que possibilita analisar informações dos períodos anterior e posterior à crise econômica iniciada em meados de 2014. A série da PME se encerrou em 2015, enquanto a PNAD Contínua disponibilizava informações até parte de 2017 no momento de realização deste trabalho.

metodologia para tratar os pesos amostrais originais. Os pesos amostrais resultantes desse tratamento são denominados de pesos longitudinais.

A PNADC é uma pesquisa trimestral que possui um plano amostral complexo, composto por estratificação, conglomeração e probabilidade proporcional ao tamanho nos mecanismos de seleção de sua amostra. Além disso, emprega um esquema de rotação 1-2 (5), no qual um domicílio que é sorteado para compor a amostra participa da pesquisa em um mês e descansa por dois meses, repetindo esse processo por cinco vezes, quando o domicílio é retirado definitivamente da amostra. Esse esquema de rotação permite a utilização dos dados da pesquisa para análises longitudinais no nível do indivíduo, pois sobrepõe 80% da amostra em dois trimestres consecutivos.

O primeiro passo foi selecionar a ocasião de referência da análise longitudinal. As análises serão compostas por apenas duas ocasiões, trimestre inicial e o trimestre seguinte, a opção foi pela ocasião inicial. A ocasião de referência tem como função fornecer o peso base e as variáveis utilizadas nos procedimentos de correção da não resposta.

Devido ao fato da PNADC não disponibilizar um identificador²⁸ que permita a união das informações das pessoas em ocasiões distintas da pesquisa foi necessário empregar um método de pareamento por meio de critérios sociodemográficos. Procedimento semelhante ao adotado por Ribas (2008) e Rojas (2014) com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Os critérios sociodemográficos utilizados foram:

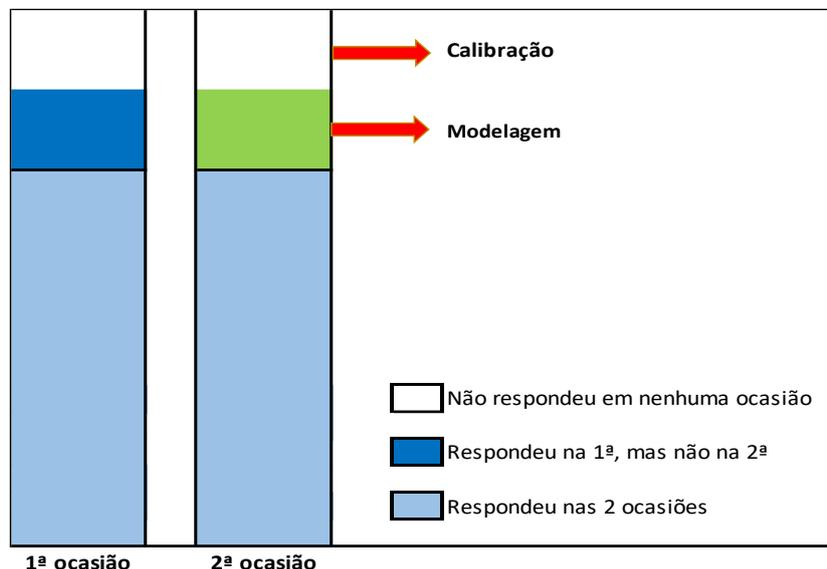
- Domicílio, número de ordem, posição no domicílio, sexo e data de nascimento idênticos;
- Domicílio, número de ordem, sexo e data de nascimento idênticos;
- Domicílio, posição no domicílio, sexo e data de nascimento idênticos;
- Domicílio, sexo e data de nascimento idênticos.

Após o pareamento iniciou-se o tratamento da não resposta, que foi dividido em duas etapas. Na primeira, foram tratados os casos daqueles que não responderam em nenhuma das duas ocasiões de interesse, para isso foi empregado um procedimento de calibração. Na segunda foram tratados por meio de modelagem os casos daqueles que responderam na ocasião inicial, mas não responderam na segunda ocasião. A figura 9 apresenta um

²⁸ O IBGE futuramente disponibilizará um identificador nas bases de dados da PNADC que permitirá o pareamento direto.

modelo de como as técnicas de modelagem e de calibração foram empregadas na correção da não-resposta.

Figura 9: Modelo das técnicas de modelagem e de calibração na correção da não-resposta



O primeiro passo para tratar os casos daqueles que não responderam nenhuma das duas ocasiões foi selecionar o peso amostral base, dado que a PNADC divulga dois pesos. A opção foi pelo peso não calibrado ($v1027$). Em seguida foi aplicada uma correção desse peso em função da quantidade de grupos rotacionais utilizados na análise, no caso foram utilizados 4 dos 5 grupos rotacionais possíveis. A seguir foi empregada a calibração (Deville *et. al*, 1993) com o objetivo de tratar o viés de disponibilidade (Vasconcelos; Silva, 2005), fenômeno muito comum em pesquisas domiciliares e que segundo os autores se caracteriza pela sobre representação na amostra coletada de idosos e mulheres, com a consequente sub-representação de jovens e homens. O método de calibração aplicado foi o de *ranking* (Deville; Särndall; Sautory, 1993) que se caracteriza por ajustar os pesos amostrais em função das frequências marginais das variáveis auxiliares. Foram utilizadas duas informações auxiliares nesse procedimento, os totais populacionais das cinco grandes regiões geográficas segundo sexo e grupos etários, e o total populacional dos pós-estratos utilizados pelo IBGE em seu procedimento de pós-estratificação da PNADC. Os pesos obtidos após esse processo foram denominados de peso de referência e denotados como w_{ref} .

A etapa seguinte foi tratar a não resposta daqueles que participaram de apenas da ocasião inicial dos escopos de análise longitudinal, para isso foi empregada uma técnica de modelagem (*propensity score*), derivada da regressão logística, com o objetivo de estimar a propensão dos indivíduos em participar da pesquisa. O nível de significância considerado foi de 0,05. As variáveis utilizadas na modelagem são apresentadas no Quadro 6, sendo que a única variável que não foi considerada significativa em nenhum dos dois modelos foi raça/cor, resultado semelhante ao obtido por Teixeira Junior (2015), com dados da PME.

Quadro 6: Variáveis explicativas e suas respectivas categorias

Variáveis	Categorias	Variáveis	Categorias	Variáveis	Categorias
Área	RM da capital	Faixa etária	Menos de 30 anos;	Frequenta escola	Sim;
	Demais municípios da UF		De 30 a 59 anos;		Não.
Nível de instrução	Até fundamental incompleto;	Raça/cor	60 anos ou mais	Nº de moradores c/14 anos ou mais	1;
	Fundamental completo;		Branco;		2 ou 3;
	Médio completo;	Não branco	4 ou mais.		
Posição no domicílio	Superior completo.	Situação ocupacional	Ocupados	Sexo	Masculino;
	Responsável ou cônjuge;		Desocupados		Feminino.
	Filho(a)		Fora da PIA	Participa da força de trabalho	Sim;
Outros parentes e não parentes.	Fora da força de trabalho	Não.			

Obtidas as propensões de resposta, foram calculados os fatores de ajuste, que nada mais são do que o inverso da propensão de resposta $f_{aj} = \frac{1}{\hat{\theta}(j, c|i)}$. Os pesos longitudinais, por

sua vez, são obtidos pela multiplicação do peso calibrado w_{ref} pelo fator de ajuste

$$w_{long} = \frac{1}{\hat{\theta}(j, c|i)} * w_{ref}.$$

Para finalizar o procedimento de tratamento, os pesos longitudinais foram novamente calibrados, dessa vez com o objetivo de que os totais populacionais da análise coincidam com os totais populacionais da população analisada (de 15 a 29 anos de idade) dos pós-estratos da PNADC utilizados pelo IBGE.

As informações relativas ao plano amostral foram incorporadas nos procedimentos de estimação dos erros amostrais, mediante o pacote *survey* do R. Os coeficientes de variação (CV), seguindo recomendação do IBGE foram considerados bons até o nível de 15%, já as estimativas com valores de CV entre 15 e 30% necessitam de uma análise mais cuidadosa e aquelas com CV superior a 30% não devem ser utilizadas e analisadas em hipótese alguma. As estatísticas descritivas do modelo estão na tabela 2 do anexo.

4.2.2 Resultados

Ao longo do estudo, observa-se que a presença de jovens inativos no conjunto de jovens nem-nem é significativo e persistente. Cerca de 7 a cada 10 jovens estão nessa condição e mesmo em períodos de crise econômica o recuo dessa condição é muito pequeno. A desocupação existe em uma proporção menor, mas é mais volátil ao ciclo econômico.

Para tentar melhor compreender os movimentos que ocorrem com os jovens nem-nem dentre as diversas situações de atividade e frequência escolar, são apresentados a seguir os resultados de matrizes de transição de probabilidades entre os anos de 2012 e 2016. Na matriz são consideradas as situações de somente estudar, somente trabalhar, estudar e trabalhar, nem-nem inativo e nem-nem desocupado.

A tabela 4.11 apresenta a matriz de transições de probabilidades dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar entre os anos de 2012 e 2016. Os valores representam as médias das probabilidades de transição observadas nos quatro trimestres anuais. Os jovens nem-nem foram desmembrados em inativos e desocupados de modo que a soma desses dois subgrupos representa a transição para a situação nem-nem. Esse desmembramento se justifica tendo em vista que um dos objetivos dessa análise é avaliar a migração de jovens dentro da situação nem-nem.

Tabela 4.11: Matrizes de transição de probabilidades dos jovens segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016

2012					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupad
Estuda e Trabalha	64,9	16,8	15,2	1,9	1,3
Somente Estuda	10,1	80,3	2,4	5,3	2
Somente Trabalha	6,1	1,7	81,1	7	4,2
Nem-nem inativo	1,8	10,5	16,5	62,2	8,9
Nem-nem desocupado	2,8	6,8	33,2	20,8	36,4
2013					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupad
Estuda e Trabalha	63,1	15,4	17,9	2,2	1,4
Somente Estuda	9,9	78,8	3,0	6,3	2,0
Somente Trabalha	4,4	1,2	84,6	5,9	3,9
Nem-nem inativo	1,5	7,5	17,0	64,9	9,2
Nem-nem desocupado	2,6	5,7	34,0	23,1	34,6
2014					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupad
Estuda e Trabalha	64,6	14,7	17,4	2,0	1,3
Somente Estuda	8,9	80,1	2,7	6,0	2,2
Somente Trabalha	4,1	1,1	85,3	5,7	3,9
Nem-nem inativo	1,3	7,1	16,2	65,3	10,0
Nem-nem desocupado	2,3	5,5	33,2	21,9	37,0
2015					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupad
Estuda e Trabalha	65,0	16,0	15,6	1,8	1,7
Somente Estuda	8,4	81,1	2,2	5,7	2,6
Somente Trabalha	4,0	1,0	84,2	5,8	5,0
Nem-nem inativo	1,0	7,2	15,3	64,2	12,3
Nem-nem desocupado	1,6	5,4	29,8	21,0	42,1
2016					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupad
Estuda e Trabalha	64,6	16,2	15,5	1,9	1,8
Somente Estuda	7,7	82,5	1,9	5,0	3,0
Somente Trabalha	3,7	0,9	83,5	5,8	6,1
Nem-nem inativo	1,1	6,6	14,1	63,8	14,4
Nem-nem desocupado	1,5	5,1	26,6	20,0	46,7

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

A maioria dos jovens tende a permanecer na mesma situação de atividade e frequência escolar, particularmente os que estão inseridos no sistema educacional ou no mercado de trabalho com probabilidade de permanência acima de 80%. Os jovens que estudam e trabalham e os nem-nem inativos cerca de 65% permanecem na mesma situação. A permanência nessas quatro condições manteve-se praticamente constante entre 2012 e 2016.

Por sua vez, os jovens nem-nem desocupados apresentaram as menores probabilidades de permanência, mas com probabilidades crescentes entre 2013 e 2016, demonstrando a dificuldade de inserção de uma parcela de jovens no mercado de trabalho em decorrência da crise econômica iniciada no final de 2014. Nesse período, a taxa de permanência dos desocupados passou de 34,6% para 46,7%. Ao mesmo tempo, houve redução das probabilidades de transição dos jovens para a situação de somente trabalhar em 2015 e em 2016.

Os jovens que somente estudam ou que estudam e trabalham apresentaram as menores probabilidades de passarem para a situação nem-nem, seja inativa ou desocupada. A presença na escola contribuiria para que o jovem não seja nem-nem. Por sua vez, os jovens que somente trabalham apresentam maiores chances de ser nem-nem do que os que estão no sistema educacional, principalmente por conta da alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho.

Entre os jovens nem-nem inativos cerca de 6 em cada 10 permaneceram na mesma situação, 25% migraram para a População Economicamente Ativa como ocupado ou como desocupado. Desmembrando o período em análise em duas partes, observa-se que entre 2012 e 2014 cerca de 17% migraram para somente trabalhar, recuando para 15,3% em 2015 e para 14,1% em 2016 por conta da crise econômica. Ao mesmo tempo, a transição dos jovens inativos para a situação de desocupação cresceu. Entre 2012 e 2014, em torno de 9% a 10% dos jovens inativos tornaram-se desocupado, em 2015 aumentou para 12,3% e em 2016 para 14,4%. Apenas 7% desses jovens migraram para somente estudar e menos de 2,0% para estudar e trabalhar.

A situação nem-nem desocupada seria a mais transitória dentre as situações analisadas com somente 4 a cada 10 jovens permanecendo nessa situação, tornando as probabilidades de transição muito mais elevadas do que na situação inativa e nas demais situações. Cerca de 30% dos jovens desocupados migraram para a situação somente

trabalhar. Entre 2012 e 2014, eram em torno de 33%, recuando para 30% em 2015 e para 26,6% em 2016 por conta da crise econômica. Cerca de 20% transitaram para a inatividade, cerca de 5% para somente estudar e apenas 2% para estudar e trabalhar. Observa-se que nesses três últimos casos as probabilidades de transição mantiveram-se constantes independentemente do ciclo econômico.

A análise também pode ser realizada em sentido inverso para avaliar em que medida os jovens que estavam em outras situações de atividade e frequência escolar migraram para a inatividade ou para a desocupação.

Os jovens que mais migraram para a situação de inatividade foram os que estavam desocupados. Em 2013, foram 23,1% dos jovens, mantendo-se próximo à 21% nos demais anos, demonstrando uma constância nessa transição. Dentre os demais jovens, cerca de 6% dos que somente trabalham e dos que somente estudam ficaram inativos e apenas 2% dos que estudam e trabalham.

Por sua vez, foram os jovens inativos os que mais migraram para a situação de desocupação e em um valor crescente ao longo do período em análise. Foram 8,9% em 2012, em 2014 havia aumentado para 10% e chegou em 2016 a 14,4%. Dentre os jovens nas demais situações, 4,0% eram provenientes do mercado de trabalho até 2014, aumentando no período posterior, chegando a 6,1% em 2016. Cerca de 2 a 3% migraram do sistema de ensino e apenas 1,5% estudavam e trabalhavam anteriormente.

Portanto, a permanência na inatividade revela-se muito mais duradoura do que na desocupação. Motivos familiares, econômicos e sociais podem explicar essa situação. Os jovens que conseguem sair dessa situação transitam principalmente para a desocupação na busca de um emprego. Entretanto, existe também uma parcela maior de jovens desocupados que fazem o caminho inverso em direção à inatividade. Existe uma forte sinergia entre as duas situações nem-nem.

A proporção de jovens nem-nem desocupados que migram para a inatividade era maior do que o inverso. Entre 2012 e 2014, era mais que o dobro. Entre 2014 e 2016, o movimento da inatividade para a desocupação se incrementou, enquanto da desocupação para a inatividade apresentou uma pequena queda, ambos como reflexo da crise. Conseqüentemente, a diferença das probabilidades recuou para 40%, em 2016.

O movimento de desocupação para inatividade pode ser interpretado como um tipo de desalento, já que o jovem tenta se inserir no mercado de trabalho, mas devido às dificuldades desiste e caminha para a inatividade. Por sua vez, da inatividade para a desocupação, que se acirra em momentos de crise, sinaliza a necessidade econômica pela busca de uma colocação.

Analisando as informações das matrizes de transição de probabilidades por sexo, observam-se diferenças relevantes. As tabelas 4.12 e 4.13 apresentam as Matrizes de transição de probabilidades para homens e mulheres jovens, respectivamente.

Tabela 4.12: Matrizes de transição de probabilidades dos homens segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016

Homens 2012					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	65,5	14,0	17,8	1,5	1,2
Somente Estuda	11,7	78,3	3,2	4,7	2,0
Somente Trabalha	3,8	0,9	87,2	3,9	4,2
Nem-nem inativo	2,3	8,7	26,3	50,5	12,3
Nem-nem desocupado	2,4	4,5	42,2	15,5	35,4
Homens 2013					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	62,8	14,7	19,2	1,9	1,4
Somente Estuda	11,4	77,8	3,6	5,2	2,0
Somente Trabalha	4,2	1,1	86,8	4,0	3,9
Nem-nem inativo	2,5	10,7	25,9	48,6	12,4
Nem-nem desocupado	3,1	5,7	41,3	16,5	33,4
Homens 2014					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	64,2	14,4	18,5	1,7	1,3
Somente Estuda	10,3	79,4	3,2	4,9	2,2
Somente Trabalha	3,8	1,0	87,3	3,9	4,0
Nem-nem inativo	2,1	10,0	24,3	49,9	13,6
Nem-nem desocupado	2,4	5,7	40,5	15,4	35,9
Homens 2015					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	64,0	16,3	16,5	1,6	1,7
Somente Estuda	9,9	80,0	2,7	4,7	2,7
Somente Trabalha	3,8	0,9	86,2	4,1	5,1
Nem-nem inativo	1,8	9,9	22,7	49,7	15,9
Nem-nem desocupado	1,9	5,3	36,8	15,0	41,1
Homens 2016					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	64,5	16,2	16,0	1,5	1,7
Somente Estuda	8,6	81,8	2,3	4,4	3,0
Somente Trabalha	3,3	0,9	85,3	4,2	6,3
Nem-nem inativo	1,7	9,8	20,8	48,9	18,8
Nem-nem desocupado	1,6	4,8	32,2	15,4	46,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

Tabela 4.13: Matrizes de transição de probabilidades das mulheres segundo situação de atividade e frequência escolar (%) - médias anuais dos trimestres – Brasil – 2012-2016.

Mulheres 2012					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	65,0	15,0	16,3	2,3	1,5
Somente Estuda	8,7	79,9	2,2	6,8	2,4
Somente Trabalha	4,3	1,1	82,1	8,5	4,1
Nem-nem inativo	0,8	5,3	13,1	72,6	8,2
Nem-nem desocupado	1,8	5,5	27,4	26,1	39,2
Mulheres 2013					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	63,4	16,4	16,3	2,5	1,4
Somente Estuda	8,6	79,6	2,5	7,3	1,9
Somente Trabalha	4,7	1,4	81,3	8,6	4,0
Nem-nem inativo	1,2	6,3	13,6	70,9	8,0
Nem-nem desocupado	2,1	5,8	27,4	29,1	35,7
Mulheres 2014					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	64,9	15,1	16,2	2,4	1,4
Somente Estuda	7,7	80,8	2,2	7,0	2,3
Somente Trabalha	4,4	1,2	82,3	8,5	3,6
Nem-nem inativo	1,0	6,1	13,2	71,1	8,6
Nem-nem desocupado	2,1	5,3	26,1	28,3	38,1
Mulheres 2015					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	66,2	15,5	14,6	2,0	1,7
Somente Estuda	7,1	82,1	1,8	6,5	2,5
Somente Trabalha	4,4	1,1	81,4	8,3	4,9
Nem-nem inativo	0,7	6,1	12,4	70,0	10,8
Nem-nem desocupado	1,4	5,6	23,1	26,7	43,1
Mulheres 2016					
Situação inicial	Situação final				
	Estuda e Trabalha	Somente Estuda	Somente Trabalha	Nem-nem inativo	Nem-nem desocupado
Estuda e Trabalha	64,7	16,3	14,8	2,3	1,9
Somente Estuda	6,8	83,1	1,6	5,5	3,0
Somente Trabalha	4,3	1,0	80,7	8,2	5,8
Nem-nem inativo	0,8	5,3	11,3	70,0	12,6
Nem-nem desocupado	1,4	5,4	21,1	24,6	47,4

Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

As diferenças por sexo já surgem a partir da análise de permanência nas situações de atividade e frequência escolar. Os homens apresentam as maiores probabilidades de permanência em somente trabalhar, cerca de 85%, seguidas de somente estudar, 80% e estudar e trabalhar, 65%. As duas situações nem-nem apresentaram as menores probabilidades de permanência. Cerca de 50% dos homens permaneceram na inatividade, enquanto na desocupação eram 35% entre 2012 e 2014, tendo saltado para 41,1% em 2015 e 46% em 2016.

No caso das mulheres, as situações de somente trabalhar e somente estudar também foram as que apresentaram as maiores probabilidades de permanência, ambas com cerca de 80%. Em seguida estava a situação nem-nem inativa com cerca de 70%, diferentemente dos homens onde a situação estudar e trabalhar surge como terceira maior permanência. No caso das mulheres, estudar e trabalhar figura na quarta posição com cerca de 65% e, por último, a nem-nem desocupada com cerca de 40% entre 2012 e 2014, aumentando para 43,1% em 2015 e 47,4% em 2016. As mulheres possuíam probabilidades de permanência em somente estudar e na inatividade superiores às dos homens, inferiores em somente trabalhar e semelhantes em estudar e trabalhar e na desocupação.

Por faixa etária, a probabilidade de permanência na inatividade masculina era semelhante em todas as faixas etárias, próxima à 50%, mantendo-se nesse patamar entre 2012 e 2016. Entretanto, na desocupação a probabilidade de permanência era maior entre os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos do que de 15 a 17 anos. No período pós-crise, essa diferença entre as faixas etárias aumentou em comparação com o período anterior, pois as probabilidades de permanência cresceram mais nas duas faixas mais velhas do que na faixa mais nova. Assim, entre 2012 e 2016, as probabilidades passaram de 29,8% para 31,4% entre os jovens de 15 a 17 anos, de 35,2% para 47,3% de 18 a 24 anos e de 36,7% para 45,4% de 25 a 29 anos.

Entre as mulheres, a probabilidade de permanência na inatividade era mais elevada do que a dos homens e crescentes com a faixa etária. Ela se situava em torno de 65% nas jovens entre 15 e 17 anos, 70,0% entre 18 e 24 anos e 75% entre 25 e 29 anos. Na desocupação, as jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos apresentaram as maiores probabilidades de permanência. Em 2013, era da ordem 36% em ambas as faixas, tendo crescido substancialmente no período pós-crise, em torno de 33% a mais, chegando em 2016 com uma probabilidade de permanência em 48,8% entre as jovens de 18 a 24 anos e de 46,1% de 25 a 29 anos.

As diferenças nas probabilidades de transição por sexo são significativas. Cerca de 50% dos homens permaneceram como inativos. Dentre os que migraram no período pré-crise, cerca de 25% dos homens começaram a trabalhar, em torno de 13% estavam desocupados, 10,0% para somente estudaram e apenas 2% estudaram e trabalharam. Após o início da crise econômica, houve redução das probabilidades dos homens que migraram para somente trabalhar e ao mesmo tempo houve aumento dos jovens na desocupação. As probabilidades dos homens inativos que migraram para somente estudar ou estudar e trabalhar mantiveram-se constante em todo o período.

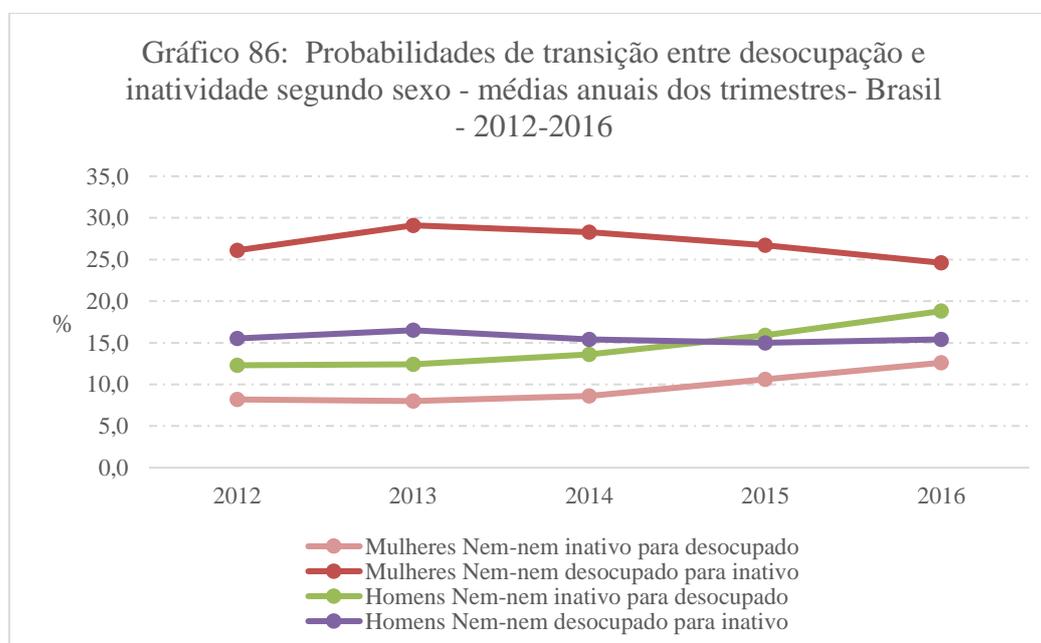
Dentre os homens nem-nem desocupados, o foco principal é a entrada no mercado de trabalho. 41% tornaram-se ocupados entre 2012 e 2014. A partir de 2015, devido às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as probabilidades se reduziram chegando em 2016 a 32,2%. Dentre os demais, em torno de 15% migraram para a inatividade, 5% para somente estudar e 2% para estudar e trabalhar. Uma ressalva importante é que a probabilidade do homem inativo migrar para a situação somente estudar, 10%, foi o dobro da observada entre os homens desocupados, 5%. Ou seja, a opção pelo mercado de trabalho afasta de forma quase definitiva os homens jovens do sistema de ensino.

A situação de inatividade das mulheres difere da verificada entre os homens. Cerca de 70% permaneceram na situação inativa, enquanto entre eles eram somente 50%. Entre as 30% restantes que transitaram para outras situações 13% somente trabalharam e 8% estavam desocupadas entre 2012 e 2014. Apenas 6% migraram para somente estudar e 1% para estudar e trabalhar. Entre 2015 e 2016, a situação no mercado de trabalho também se tornou mais difícil para elas, reduzindo as probabilidades de trabalho e aumentando de desocupação.

Entre as mulheres desocupadas, a situação das mulheres também se mostra mais difícil do que a dos homens. Embora as probabilidades de permanência na desocupação sejam um pouco mais elevadas entre as mulheres em relação aos homens, a transição para outras situações de atividade e frequência escolar mostraram-se diferentes. Em ambos os casos, existe uma relevante transição para a situação somente trabalhar. Contudo, enquanto entre os homens cerca de 40% obtinham sucesso na sua colocação no mercado de trabalho, entre as mulheres desocupadas as probabilidades indicam que somente 27% conseguiram emprego e voltaram a trabalhar entre 2012 e 2014. Um percentual semelhante de mulheres retorna para a inatividade, enquanto entre os homens quase

metade voltaram, 15%. Com o recrudescimento da crise econômica, o acesso ao mercado de trabalho se reduziu, chegando em 2016 com apenas 21,1% das mulheres desocupadas migrando para o trabalho. As demais migraram principalmente para a inatividade, 24,6%. Somente 5% das inativas voltaram a estudar, enquanto menos de 2% estudaram e trabalharam.

O gráfico 86 apresenta as probabilidades de transição dos homens e das mulheres entre as duas situações nem-nem. A mulher transita duas vezes mais da desocupação para a inatividade do que o homem. Enquanto o homem tem 50% mais chances de sair da inatividade para a desocupação do que a mulher. As transições da desocupação para a inatividade diminuíram no período pós-crise, enquanto o da inatividade para a desocupação cresceram em ambos os sexos.



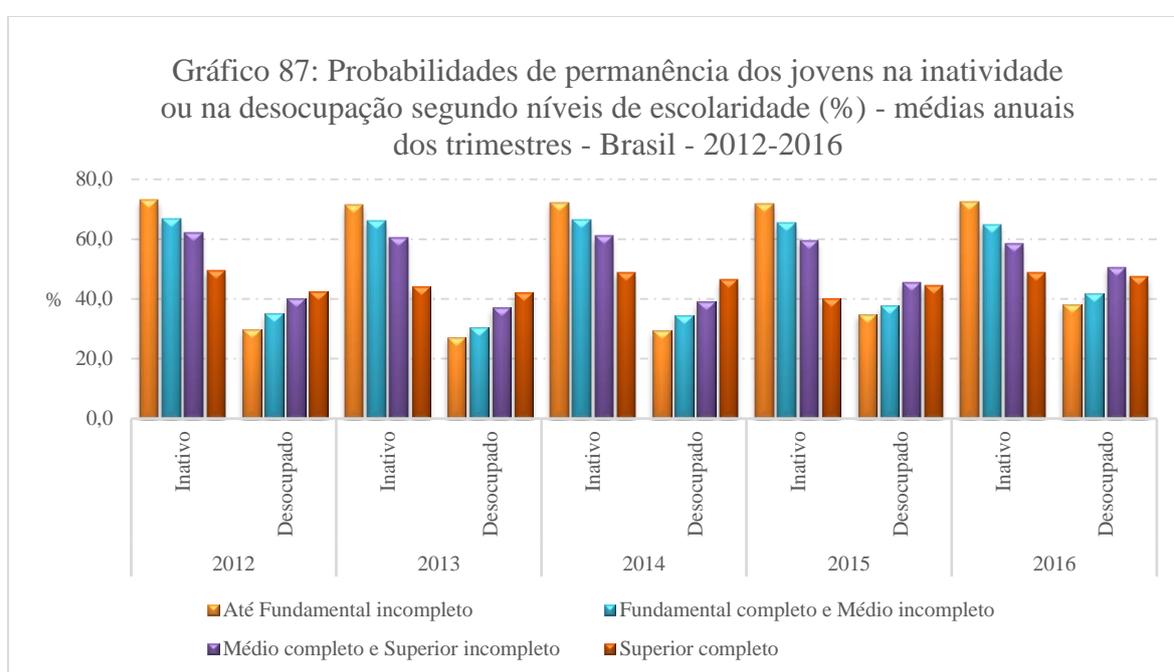
Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

O nível de escolaridade apresenta uma importante influência tanto para a permanência como para a transição dos jovens nem-nem para a inatividade e para a desocupação. Quanto menor o nível de escolaridade, maior a probabilidade do jovem permanecer na inatividade e menor de permanecer desocupado. À medida em que o nível de escolaridade aumenta, as probabilidades vão se invertendo.

Mais de 70% dos jovens com ensino fundamental incompleto permaneceram inativos entre 2012 e 2016 (gráfico 87). Isso ocorre pois os menos escolarizados possuem maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, principalmente as mulheres, que se torna

mais difícil quando associada à falta de experiência profissional. A desigualdade de gênero no trabalho não remunerado, ou seja, nos afazeres domésticos e cuidados de parentes, foi utilizada como justificativa para a inatividade por 30% das jovens que estão na condição nem-nem inativa (IBGE, SIS, 2017).

Menos de 30% permaneceram como desocupados até 2014, aumentando no período pós- crise, em 2016, para 38,1%, mas representando ainda a menor probabilidade de permanência dentre todos os níveis de escolaridade. Isso ocorre ou porque esses jovens retornam para a inatividade ou porque aceitam qualquer tipo de ocupação.

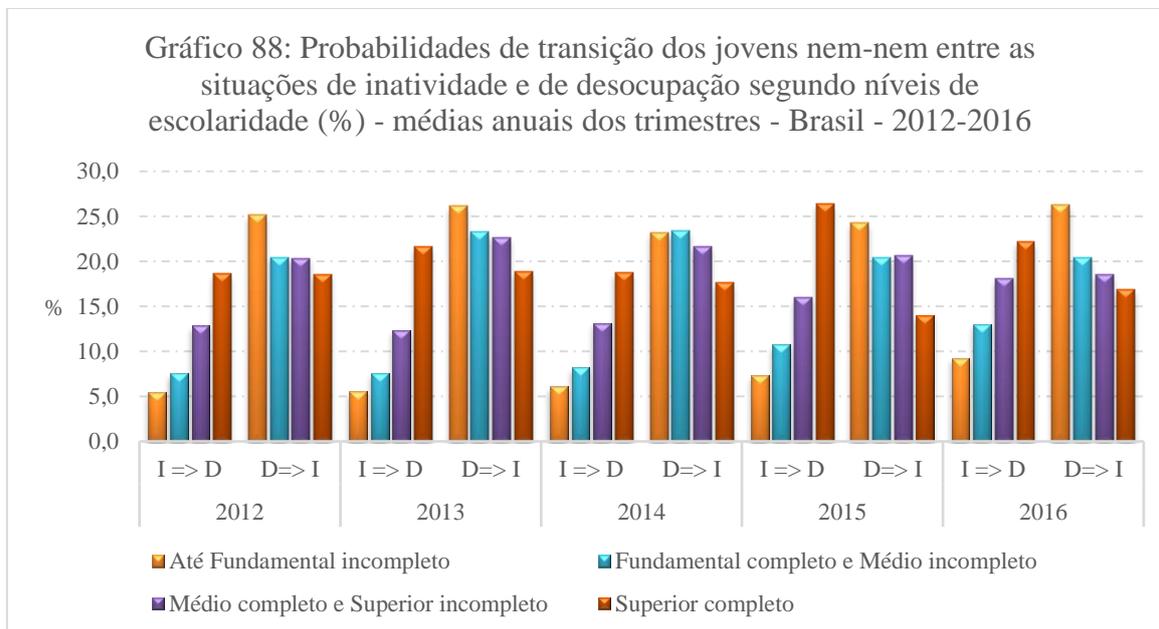


Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

No outro extremo estão os jovens com ensino superior completo, que possuíam taxas de permanência em torno de 50% tanto na inatividade como na desocupação. Os inativos migraram mais fortemente para PEA do que os jovens com menor escolaridade, sendo, em média, 20,6% para a ocupação e 21,5% para a desocupação (gráficos 88 e 89). Os jovens menos escolarizados migraram 14,3% para a ocupação e 6,7% para a desocupação, em média.

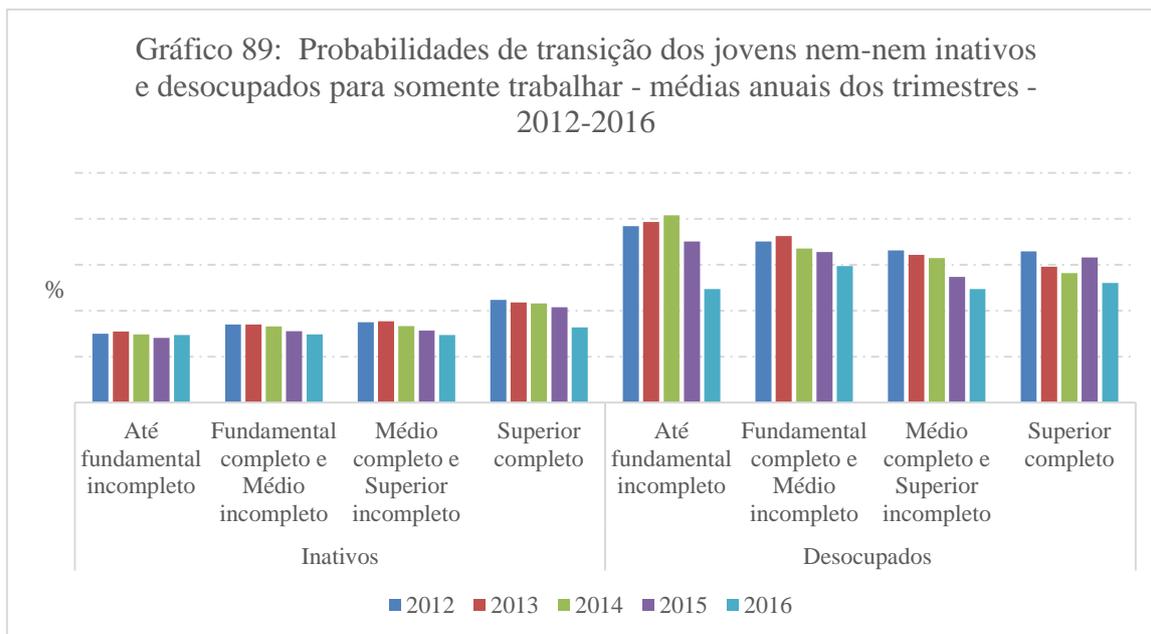
Portanto, enquanto os jovens menos escolarizados possuem maiores probabilidades de permanecerem na inatividade, os jovens no mais alto grau de escolaridade possuem cada

vez mais chances de migrar para a PEA, seja como ocupado seja como desocupado. Quanto maior o nível de escolaridade mais facilidade o jovem encontra de sair da condição inativa.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

Aqueles que estavam desocupados apresentaram probabilidades pouco diferenciadas para se inserirem em uma ocupação no mercado de trabalho segundo o nível de escolaridade. Os que possuem menores escolaridades apresentaram probabilidade ligeiramente superiores aos demais entre 2012 e 2014, devido ao fato de aceitarem mais facilmente as ofertas de emprego existentes em momento de crescimento econômico. Contudo, a partir de 2015, esse grupo foi o mais afetado, com maior redução da transição para o mercado de trabalho, chegando em 2016 com a menor probabilidade, 24,7%. Os demais jovens também sentiram dificuldades de conseguir uma ocupação, contudo a redução na transição foi menor. A situação mais estável foi a dos jovens com ensino fundamental completo e médio incompleto.

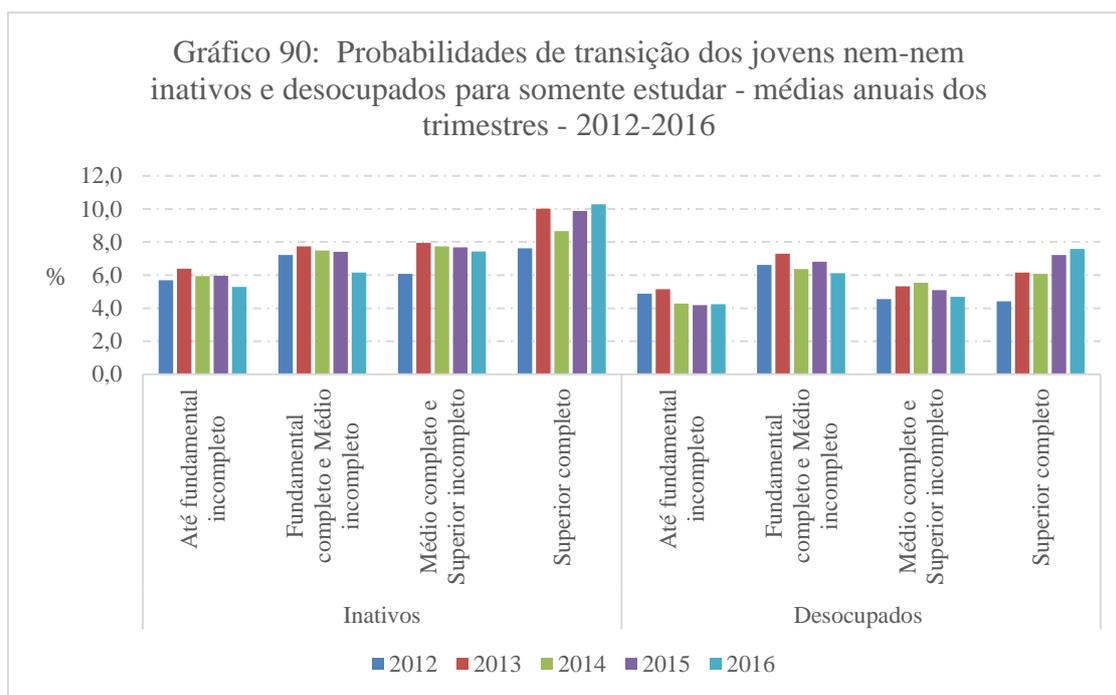


Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

Outro ponto a salientar é que à medida que o nível de escolaridade cresce, aumenta o percentual de jovens inativos que migram para a situação somente estudar. Entre os desocupados, a transição para o sistema de ensino ocorre principalmente para os jovens com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto com cerca de 7,0% (gráfico 90).

Interessante observar o aumento ocorrido nessa transição entre os jovens com ensino superior no período pós-crise, tendo passado de 6,1% em 2014 para 7,6% em 2016, demonstrando um interesse pelo aumento da formação em capital humano em momentos de crise, de forma semelhante ao observado em alguns países europeus. A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho faz com que parte dos jovens transfira sua atividade para o sistema de ensino. Isso só é possível nos casos de jovens que possuam renda domiciliar suficiente para atender suas necessidades.

Ressalta-se ainda que o homem inativo tem o dobro da probabilidade de sair da inatividade para somente estudar do que a mulher inativa, 10,0% e 5,0, respectivamente. Na desocupação, as probabilidades são semelhantes, em torno de 5,0%

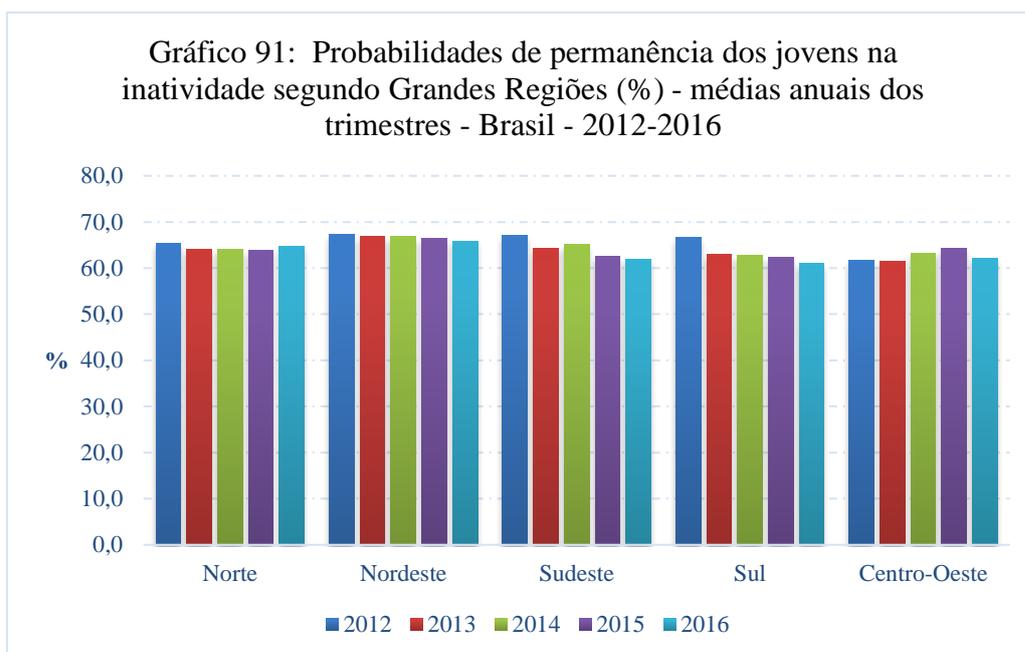


Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

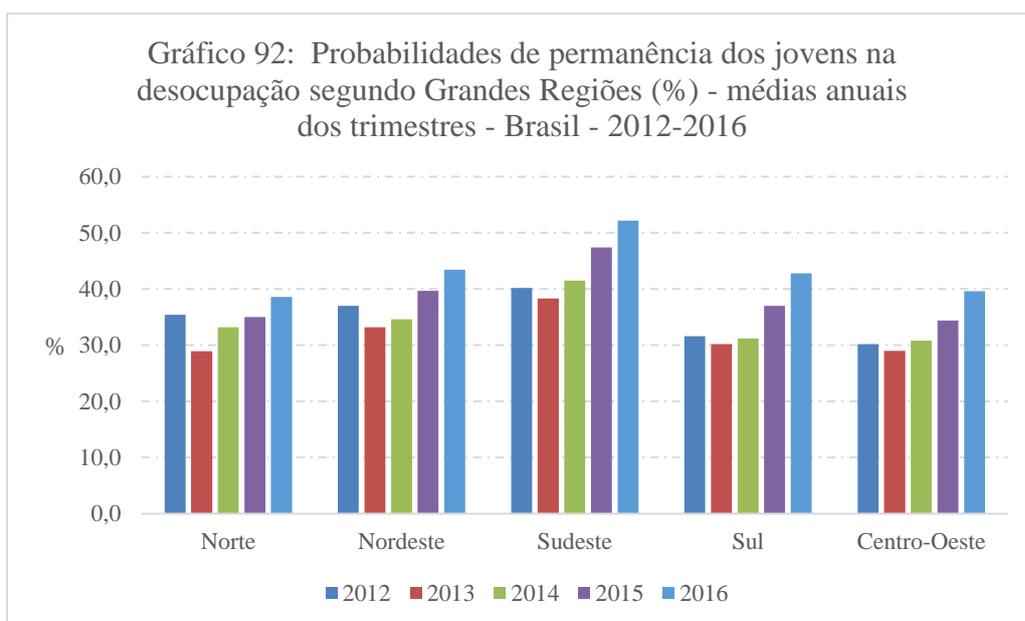
Em termos regionais, as transições seguem o padrão nacional em muitos aspectos, contudo pode-se fazer algumas considerações:

- a probabilidade de permanência dos jovens na inatividade foi mais elevada na Região Nordeste (67%) e na Região Norte (65%) (gráfico 91). Nas regiões Sudeste e Sul, estava em 67% em 2012, mas recuou até chegar a 62% e 61%, respectivamente, em 2016. Na Região Centro-Oeste, a probabilidade manteve-se constante em torno de 62%.

- a permanência na desocupação foi mais elevada na Região Sudeste, seguida na Região Nordeste, as duas regiões com as maiores quantidades de jovens nem-nem (gráfico 92). A probabilidade aumentou entre 2012 e 2016 de forma contínua em todas as regiões. Na Região Sudeste alcançou 52,2% em 2016 ante a 40,2% em 2012, enquanto na Região Nordeste foi de 43,4% ante a 37%



Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.



Fonte: Elaboração própria a partir da PNADC.

Em suma, as probabilidades das matrizes de transição nos mostram que os jovens nem que entram na situação de inatividade possuem maior probabilidade de permanecer nela do que os que entram na de desocupação. Mais de 70,0% permanecem inativos entre dois trimestres, enquanto entre os desocupados essa probabilidade recua para cerca de 50,0%.

A transição para as situações nem-nem é maior dentro das próprias situações nem-nem. Ou seja, existe uma forte sinergia entre as condições de inatividade e de desocupação dos jovens. Os jovens que mais migraram para a inatividade foram os que estavam desocupados e vice-versa. Para uma parcela dos jovens nem-nem, antes da inatividade houve a experiência frustrada de entrada no mercado de trabalho. A inatividade seria em parte um desalento para alguns jovens.

A permanência na inatividade é maior nas mulheres do que para os homens. Elas possuem mais dificuldades de migrarem para outras situações de atividade e de frequência escolar do que eles. Na transição para outras situações, prevalecem as relacionadas à População Economicamente Ativa, ou seja, ou eles transitam para a situação de somente trabalhar ou para a desocupação.

Os homens conseguem mais do que as mulheres uma ocupação no mercado de trabalho. Dos 50% que transitam da inatividade para outras situações, 25% voltaram a trabalhar e 12% ficaram desocupados. Entre as 30% mulheres inativas que transitam somente 13,0% voltam a trabalhar, 8% ficam desocupadas. No período pós-crise, a situação se deteriorou para ambos os sexos.

Os jovens menos escolarizados possuem maiores probabilidades de permanecerem na inatividade, enquanto os jovens no mais alto grau de escolaridade possuem cada vez mais chances de migrar para a PEA, seja como ocupado seja como desocupado. Quanto maior o nível de escolaridade mais facilidade o jovem encontra de sair da condição inativa.

A probabilidade do homem inativo transitar para a situação somente estudar é o dobro da mulher inativa. Enquanto entre os desocupados, a probabilidade é semelhante. O que se retém é que o jovem nem-nem, seja inativo seja desocupado, quando transita desta para outras situações em geral o faz em direção ao mercado de trabalho. A escolha para a volta ao sistema de ensino é feita por uma minoria.

Conclusões

Nesse capítulo foram apresentados os resultados do Modelo Logit para a totalidade dos jovens nem-nem e para seus subgrupos inativos e desocupados nos anos de 2004, 2014 e 2015 a partir dos microdados da PNAD e as probabilidades de permanência e de transição dos jovens nem-nem inativos e desocupados para as demais situações de atividade e frequência escolar entre 2012 e 2016 a partir dos microdados da PNADC. Nesse caso, buscando desmembrar a análise nos períodos pré-crise e de crise econômica para avaliar a permanência e as transições dos jovens nas diferentes situações.

Os resultados do modelo Logit mostraram que as mulheres têm mais chances de ser jovem nem-nem do que os homens, porém essa chance é maior dentro do subgrupo de jovens inativos dado que entre os jovens desocupados os homens apresentam maiores chances.

Por nível de escolaridade, os jovens com ensino médio e com ensino superior completo possuem mais chances de ser nem-nem do que os jovens com ensino fundamental incompleto. Contudo, isso ocorre de maneira mais expressiva dentro do subgrupo dos desocupados, já que entre os inativos o jovem com ensino fundamental incompleto possui maiores chances de estar nessa condição do que aqueles nos demais níveis de escolaridade.

Por faixa etária, os jovens de 15 a 17 anos de idade possuem as menores chances de ser nem-nem, enquanto aqueles entre 18 e 24 anos possuem praticamente a mesma chance que os jovens entre 25 e 29 anos. Contudo, entre os jovens desocupados, os jovens de 18 a 24 anos possuem maiores chances que os jovens mais velhos, enquanto entre os inativos os de 25 a 29 anos prevalecem.

O nível de rendimento domiciliar contribui fortemente para a condição nem-nem. As chances são maiores e crescentes a partir do 3º quinto de rendimento domiciliar per capita. Entre os jovens mais pobres, do 1º quinto de rendimento, a chance de ser nem-nem é quase quatro vezes maior do que o jovem do domicílio mais rico, 5º quinto de rendimento domiciliar. Observa-se que as razões de chances entre os jovens desocupados são maiores do que as chances dos jovens inativos. Isso demonstra que a necessidade financeira dos mais pobres os obriga a ir em busca de um emprego, principalmente os homens. O fato de ter filhos até 5 anos parece ser um motivo muito mais forte para o jovem nem-nem ser inativo do que a renda domiciliar.

Portanto, diversos fatores podem contribuir na determinação do jovem estar na condição nem-nem. Para os jovens inativos, a baixa escolaridade, a presença de filhos pequenos, o casamento, o baixo nível de rendimento domiciliar per capita e a falta de experiência profissional são os fatores que mais contribuem para o jovem ser nem-nem. As mulheres possuem mais chances do que o homem de estar nessa condição.

Para os jovens desocupados, os fatores que se destacam são o baixo nível de rendimento domiciliar per capita, faixa etária entre 18 e 24 anos, possuir ensino médio completo ou superior completo, ser a pessoa de referência, possuir outro nem-nem no domicílio, ter crianças no domicílio e pouca experiência profissional. Os homens têm mais chances de ser nem-nem desocupado do que a mulher. Conclui-se, portanto que os jovens nem-nem possuem características e determinantes nitidamente distintos dentro dos seus subgrupos.

Em relação às probabilidades de permanência e de transição trimestral, a maioria dos jovens tende a permanecer na mesma situação de atividade e frequência escolar, particularmente os que estão inseridos no sistema educacional ou no mercado de trabalho com probabilidade de permanência acima de 80%. Os jovens que estudam e trabalham e os nem-nem inativos cerca de 65% permanecem na mesma situação.

Por sua vez, os jovens nem-nem desocupados apresentaram as menores probabilidades de permanência, mas com probabilidades crescentes entre 2013 e 2016, demonstrando a dificuldade de inserção de uma parcela de jovens no mercado de trabalho em decorrência da crise econômica iniciada no final de 2014.

Os jovens que somente estudam ou que estudam e trabalham apresentaram as menores probabilidades de passarem para a situação nem-nem, seja inativa ou desocupada. A presença na escola contribuiria para que o jovem não seja nem-nem. Por sua vez, os jovens que somente trabalham apresentam maiores chances de ser nem-nem do que os que estão no sistema educacional, principalmente por conta da alta rotatividade dos jovens no mercado de trabalho.

Entre os jovens nem-nem inativos cerca de 6 em cada 10 permaneceram na mesma situação, 25% migraram para a População Economicamente Ativa como ocupado ou como desocupado. Apenas 7% desses jovens migraram para somente estudar e menos de 2% para estudar e trabalhar.

A situação nem-nem desocupada seria a mais transitória dentre as situações analisadas com somente 4 a cada 10 jovens permanecendo nessa situação, tornando as

probabilidades de transição muito mais elevadas do que na situação inativa e nas demais situações. Cerca de 30% dos jovens desocupados migraram para a situação somente trabalhar, cerca de 20% transitaram para a inatividade, cerca de 5% para somente estudar e apenas 2% para estudar e trabalhar.

A análise também foi realizada em sentido inverso para avaliar em que medida os jovens que estavam em outras situações de atividade e frequência escolar migraram para a inatividade ou para a desocupação. Os jovens que mais migraram para a situação de inatividade foram os que estavam desocupados. Por sua vez, foram os jovens inativos os que mais migraram para a situação de desocupação e em um valor crescente ao longo do período em análise.

A transição para as situações nem-nem é maior dentro das próprias situações nem-nem. Ou seja, existe uma forte sinergia entre as condições de inatividade e de desocupação dos jovens. Os jovens que mais migraram para a inatividade foram os que estavam desocupados e vice-versa. Para uma parcela dos jovens nem-nem, antes da inatividade houve a experiência frustrada de entrada no mercado de trabalho. A inatividade seria em parte um desalento para alguns jovens.

Os homens apresentam as maiores probabilidades de permanência em somente trabalhar, cerca de 85%, seguidas de somente estudar, 80%, e estudar e trabalhar, 65%. As duas situações nem-nem apresentaram as menores probabilidades de permanência. Cerca de 50% dos homens permaneceram na inatividade, enquanto na desocupação eram 35% entre 2012 e 2014, tendo saltado para 41,1% em 2015 e 46% em 2016.

No caso das mulheres, as situações de somente trabalhar e somente estudar também foram as que apresentaram as maiores probabilidades de permanência, ambas com cerca de 80%. Em seguida estava a situação nem-nem inativa com cerca de 70%. A menor probabilidade de permanência é para a jovem nem-nem desocupada com cerca de 40% entre 2012 e 2014, atingindo 47,4% em 2016.

As diferenças nas probabilidades de transição por sexo são significativas. Cerca de 50% dos homens inativos migram para outras condições, sendo em torno de 25% para somente trabalhar, em torno de 13% para a desocupação, 10% para somente estudar e apenas 2% para estudar e trabalhar.

Dentre os homens nem-nem desocupados, o foco principal é a entrada no mercado de trabalho. Nota-se que a probabilidade do homem desocupado migrar para a situação somente estudar foi a metade, 5%, da observada entre os homens inativos, 10%. Ou seja, a opção pelo mercado de trabalho afasta de forma quase definitiva os homens jovens do sistema de ensino.

Entre as mulheres desocupadas, a situação feminina também se mostra mais difícil do que a masculina. Existe assim como no caso dos homens uma relevante transição para a situação somente trabalhar, contudo, enquanto entre eles cerca de 40% obtinham sucesso na sua colocação no mercado de trabalho, entre as mulheres desocupadas as probabilidades indicam que somente 27% conseguiram emprego e voltaram a trabalhar. Um percentual semelhante de mulheres retorna para a inatividade, enquanto entre os homens a taxa cai para 15%.

As probabilidades de transição dos homens e das mulheres entre as duas situações nem-nem são bem diferentes. A mulher transita duas vezes mais da desocupação para a inatividade do que o homem. Enquanto o homem tem 50% mais chances de sair da inatividade para a desocupação do que a mulher. As transições da desocupação para a inatividade diminuíram no período pós-crise, enquanto as da inatividade para a desocupação cresceram em ambos os sexos.

Em relação ao nível de escolaridade, os jovens menos escolarizados possuem maiores probabilidades de permanecerem na inatividade, enquanto os jovens no mais alto grau de escolaridade possuem cada vez mais chances de migrar para a PEA, seja como ocupado seja como desocupado. Quanto maior o nível de escolaridade, mais facilidade o jovem encontra de sair da condição inativa.

Em termos regionais, a probabilidade de permanência dos jovens na inatividade foi mais elevada na Região Nordeste (67%) e na Região Norte (65%). A permanência na desocupação foi mais elevada na Região Sudeste, seguida na Região Nordeste, as duas regiões com as maiores quantidades de jovens nem-nem.

Os resultados apresentados mostram que os subgrupos de inativos e desocupados dos jovens nem-nem possuem determinantes e comportamentos de permanência e transição entre as situações de atividade e frequência distintos. As diferenças são significativas em relação ao sexo, ao nível de escolaridade e ao nível de rendimento domiciliar dos jovens.

Os jovens que estão em melhores condições sociais possuem mais facilidade de sair da condição de inatividade e de desocupação do que os demais. O baixo nível de renda domiciliar tem se mostrado como um dos principais entraves para a vida do jovem brasileiro. As desigualdades sociais, econômicas e regionais no País e a grande diferença na divisão sexual das tarefas domésticas e familiares estão no cerne da complexidade da condição nem-nem.

Comentários Finais

Essa tese foi motivada a partir da observação que o número de jovens nem-nem de 15 a 29 anos no Brasil situava-se em torno de 10 milhões entre 2004 e 2014, em torno de 20% deste grupo etário, a despeito da redução do número de jovens na população brasileira em decorrência da atual fase da transição demográfica, das políticas públicas educacionais e laborais voltadas para os jovens e do crescimento econômico em uma parte do período analisado.

A principal hipótese levantada é que essas políticas e o crescimento econômico não estavam agindo sobre o conjunto dos jovens nem-nem, levando uma parcela a não somente permanecer como a entrar nessa condição. Os jovens das regiões Norte e Nordeste seriam os menos favorecidos, enquanto os que viviam nas regiões Centro-Sul do País seriam os mais favorecidos. Para isso, seria necessário que a análise dos dados contemplasse a evolução dos jovens em nível regional.

Na busca pela compreensão da situação dos jovens brasileiros, optou-se pela adoção do conceito de jovens nem-nem internacionalmente aceito, NEET, *Not in employment, in education or training*. Em que pese ser um conceito controverso, sujeito a críticas, por conta da heterogeneidade dos seus subgrupos, justamente essa heterogeneidade se mostrou importante. Foi possível conhecer e analisar os jovens em seus subgrupos de desocupados e inativos, o que ainda não havia sido feito em estudos acadêmicos anteriores sobre os jovens nem-nem brasileiros. Os estudos focavam suas análises somente nos jovens que nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego, os inativos.

Internacionalmente, a literatura trata dessa controvérsia conceitual, analisa os jovens nem-nem na sua totalidade, buscando compreender as motivações que levam os jovens a essa condição, não somente em decorrência da crise econômica internacional de 2008/2009, mas também no longo prazo. O termo nem-nem ficou mais conhecido depois dessa crise, quando parte dos jovens europeus foram fortemente atingidos pela desocupação, entretanto ele remonta aos anos 80 no Reino Unido. O estudo de Istance et al (1994) foi considerado como o precursor na abordagem destes jovens ao se referir pela primeira vez às pessoas que não eram abrangidas por nenhuma das categorias do mercado de trabalho (emprego, educação ou treinamento).

Os jovens nem-nem estão presentes em todo o mundo, em maior ou menor intensidade de acordo com o grau de desenvolvimento econômico do país. O Brasil estaria em uma situação intermediária, assim como os demais países da América Latina. Em uma análise de longo prazo, desde os anos 1990 até 2010, a taxa dos jovens nem-nem entre 15 e 24 anos recuou somente 2,4 pontos percentuais, de 21,1% para 18,7%, demonstrando de certa forma a resistência da taxa. Essa resistência está atrelada ao forte componente de inatividade da taxa brasileira.

As dificuldades dos jovens brasileiros que desembocam na condição nem-nem perpassam por vários aspectos que foram levantados ao longo da tese. Existe um baixo nível de investimento em educação básica em comparação com outros países, o que significa pouco investimento em professores, infraestrutura e oferta de vagas em montante suficiente para absorver os jovens estudantes com qualidade. 41% dos jovens brasileiros abandonam o ensino médio antes da sua conclusão, enquanto nos países da OCDE e parceiros a média é de 21%, demonstrando o quadro alarmante da educação no Brasil. Ressaltando que o ensino médio no Brasil ainda não é obrigatório, diferentemente dos países desenvolvidos. Consequentemente, a parcela de jovens estudantes no Brasil é baixa, 36,5%, enquanto é elevada a parcela dos jovens que trabalha, 52,5%.

O abandono escolar precoce de homens e de mulheres jovens possuem justificativas distintas. Para as mulheres, são principalmente as obrigações domésticas e cuidado de parentes que dificultam sua permanência na escola, enquanto para os homens a necessidade econômica seria o principal motivo. As obrigações domésticas e cuidado de parentes no caso feminino refletem a desigualdade na divisão sexual do trabalho reprodutivo que sobrecarregam as mulheres, que ao lado da baixa oferta de creches e escolas públicas aumenta a permanência das mulheres na condição nem-nem, principalmente inativa.

Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar, o Brasil possui uma estrutura de fecundidade rejuvenescida. As mulheres são mães muito jovens com dificuldade de separar reprodução e sexualidade. São necessárias políticas públicas que atuem em todas essas questões, de forma a permitir que as jovens consigam se manter por mais tempo estudando, absorvendo informações que servirão para um melhor planejamento da sua vida familiar, evitando gravidez precoce indesejada.

Para os homens jovens, principalmente os provenientes de domicílios mais pobres, a cobrança por uma fonte de renda acontece com maior frequência do que no caso das mulheres. Essa cobrança leva ao abandono precoce dos estudos e à tentativa de se inserir no mercado de trabalho, antes mesmo de concluir a educação básica. O baixo nível de escolaridade não somente dificulta a sua entrada como aumenta a sua rotatividade em empregos precários e que pagam baixos salários.

A faixa etária de 18 a 24 anos tem sido a mais exposta à condição nem-nem em ambos os sexos, pois concentra as questões relacionadas à gravidez na adolescência, ao abandono escolar precoce e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Os jovens possuem taxas de desocupação três vezes maior do que os adultos.

O abandono escolar dos homens que querem entrar no mercado de trabalho envolve ainda uma questão: mais de 70% dos jovens nem-nem vivem fora das regiões metropolitanas. Ou seja, existe para esses jovens uma grande dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por falta de oferta de empregos.

As taxas de jovens nem-nem aumentaram entre 2004 e 2015 nas regiões Norte e Nordeste onde as participações de jovens na população são mais elevadas do que nas demais regiões e onde existe um descompasso maior entre a participação populacional juvenil e econômica. Nas demais regiões, as taxas mantiveram-se praticamente estáveis até 2014 como nas regiões Sudeste e Sul e caíram na região Centro-Oeste. Um ponto importante é que esse é o primeiro a mostrar detalhadamente as condições regionais dos jovens nem-nem.

Essa tese ao abarcar os jovens nem-nem na sua totalidade mostrou ainda que os jovens nem-nem vão além do estereótipo de mulher com filhos. São 35,4% de mulheres com filhos, 34,5% de homens e 29,7% de mulheres sem filhos, em 2015. As mulheres com filhos inativas representam o maior grupo, 27,5%, seguidas das mulheres sem filhos inativas, 18,5%.

Esse quadro apresenta diferenças regionais. Em todas as regiões, o maior grupo é representado por mulheres com filhos inativas, porém com diferenças significativas entre as regiões. A mulher sem filhos inativa era o segundo maior grupo em 4 das 5 regiões, com exceção apenas da região Sudeste onde o homem desocupado ocupava essa colocação, enquanto a mulher inativa sem filhos representava o terceiro maior grupo.

Apesar das políticas públicas educacionais e laborais adotadas para os jovens e o crescimento econômico observado em parte do período analisado, a condição nem-nem se agravou para os jovens das regiões Norte e Nordeste, confirmando nossa hipótese, enquanto se manteve estável nas regiões Sudeste e Sul e recuou na região Centro-Oeste. As grandes diferenças econômicas, sociais e regionais têm dificultado a redução da taxa de jovens nem-nem no Brasil.

Uma das contribuições deste trabalho foi mostrar que dentro do universo dos jovens nem-nem existem pessoas com diferentes características e motivações diferenciadas. Os demais trabalhos acadêmicos realizados sobre os jovens nem-nem pesquisaram os determinantes e as transições dos jovens nem-nem inativos. Essa tese avança no conhecimento ao mostrar os determinantes dos jovens nem-nem dentro da sua totalidade e nos seus subgrupos de inativos e desocupados, a partir do conceito adotado internacionalmente. Ao fazer essa opção, foi possível conhecer mais a fundo esse universo e compreender as principais fragilidades que envolvem os jovens brasileiros nessa condição.

Por outro lado, foram utilizadas pela primeira vez as informações da nova pesquisa domiciliar do IBGE, a PNADC, na análise das probabilidades de permanência e de transição dos jovens nem-nem. Os trabalhos anteriores sobre os jovens nem-nem inativos utilizaram as informações da antiga Pesquisa Mensal de Emprego, que foi descontinuada e que se restringia a apenas seis regiões metropolitanas.

Uma das principais conclusões da análise das probabilidades de transição da tese é que a população de jovens nem-nem possui um comportamento dinâmico no sentido de se renovar constantemente. É claro que a renovação entre os inativos é mais lenta e certamente um conjunto deles, especialmente no caso das mulheres, pode permanecer na condição de inatividade por longo prazo. Mas por outro lado, mesmo entre os inativos, a transição para o desemprego ou para a situação de ocupado ou desocupado não é desprezível, deixando claro que, embora o total de jovens nem-nem tenha se mantido relativamente estável no período analisado, há uma renovação constante da população nem-nem.

Ainda que essa população se renove, o fenômeno dos jovens nem-nem no Brasil é fortemente atrelado à figura feminina em decorrência das diferenças existentes na divisão

sexual do trabalho que atribui à mulher a maior parte dos cuidados com parentes e das tarefas domésticas. A mulher permanece como a principal responsável pelo trabalho reprodutivo o que torna a sua trajetória no sistema de ensino e no mercado de trabalho mais difícil do que para os homens. A condição nem-nem representa o segundo maior grupo de situação de atividade e frequência escolar entre as mulheres atrás somente daquelas que somente trabalham. Entre os homens, representa o menor grupo.

Para que ocorra uma mudança estrutural nessa situação torna-se premente avanços na divisão sexual do trabalho reprodutivo com os homens compartilhando com as mulheres as atribuições relativas aos cuidados com filhos, parentes e os afazeres domésticos. A mulher também tem o direito a decidir se prefere trabalhar e/ou estudar ou cuidar da família, mas isso deve ser uma escolha dela e não uma imposição pela permanência de uma estrutura social que ainda privilegia os homens. Essa situação está tão arraigada na sociedade brasileira que mesmo com a mudança de perfil dos jovens nem-nem, com redução das mulheres com filhos, o total de mulheres na condição nem-nem não recua.

Finalizando, seguem algumas sugestões de temas que poderiam ser explorados ampliando o conhecimento sobre a questão dos jovens nem-nem. Algumas são extensões naturais deste trabalho, enquanto outras avançam em novas direções

- Dar continuidade ao estudo dos nem-nem ao final da atual crise econômica para verificar se a piora já identificada na situação dos nem-nem em 2015 teve continuidade com o aprofundamento da crise. Para isso, podem ser utilizadas as informações trimestrais da PNADC.
- Analisar as probabilidades de permanência e de transição dos jovens nem-nem para outras situações de atividade e frequência escolar em períodos superiores a um trimestre utilizando os dados da PNADC com o intuito de avaliar como essas probabilidades se comportam no médio e longo prazo.
- Explorar as informações dos jovens nem-nem em regiões urbanas metropolitanas, regiões urbanas não metropolitanas e regiões rurais para avaliar como tem sido a sua evolução e como os jovens nem-nem se caracterizam em cada uma delas. Esta tese identificou diferenciais regionais significativos entre os nem-nem das grandes regiões geográficas e unidades da federação. Daí a possibilidade de existência de diferenças regionais importantes quando aprofundados os cortes regionais como no caso das regiões

não metropolitanas de parte da região Sudeste e em toda a região Sul que são mais desenvolvidas do que as demais regiões do país.

- Analisar quem são os jovens nem-nem dos domicílios mais ricos (ex: com mais de 2 salários mínimos per capita). Os jovens nem-nem possuem maior prevalência entre os jovens dos domicílios mais pobres, contudo estão presentes em todas as classes sociais. Conhecer as causas que levam os jovens que possuem melhores condições sociais e econômicas a essa condição, assim como seria sua dinâmica entre as diversas situações de atividade e frequência escolar traria novas informações à temática dos nem-nem brasileiros. Os estudos internacionais apontam para problemas relacionados à saúde mental e ao uso de entorpecentes para justificar a existência de jovens nem-nem nos países de renda elevada. Uma investigação se esses ou outros motivos também seriam causas importantes para os jovens nem-nem brasileiros de renda mais alta seria interessante.

- Comparar a situação dos jovens nem-nem brasileiros com a de outros países da América Latina. Na análise das taxas de jovens nem-nem por sexo foi possível observar diferenças significativas entre os países. Um estudo comparativo que investigasse os motivos da condição nem-nem nesses países, assim como apresentasse os determinantes que levam esses jovens a essa condição seria relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. (2015) Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF.

ALVES, J. E. D. (2016) A Fecundidade Na Adolescência No Brasil, in *Portal EcoDebate*, acesso em 21/11/2016

_____ (2015) *O precoce fim do bônus demográfico no Brasil*, in *Portal EcoDebate*, <http://www.ecodebate.com.br/2015/03/27/o-precoce-fim-do-bonus-demografico-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> acesso em 30/11/2015.

_____; BRUNO, M. A. P. (2006) População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas:

AMITRANO, C.R. (2013) Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: CORRÊA, VANESSA PETRELLI. Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

BAGGIO, S., IGLESIAS, K., DELINE, S., STUDER, J., HENCHOZ, Y., MOHLER-KUO, M., & GMEL, G. (2015). Not in education, employment, or training status among young Swiss men. Longitudinal associations with mental health and substance use. *The Journal of Adolescent Health* 56(2), 238–243. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jadohealth.2014.09.006>

BARON, J.D.; POPOVA, A. SANCHEZ, A.. (2016) Following Mexican Youth : A Short-Run Study of Time Use Decisions. Policy Research Working Paper; No. 7534. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23701>

BECKER, S. G. (1975) Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education, 2nd ed. New York: Columbia University.

BOLDRINI (2017). Entrevista concedida ao jornal ELPaís Brasil em 19/07/2017. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/19/economia/1500475025_052040.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM

BONELLI, R. (2014) . Produtividade e armadilha do lento crescimento. In Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes DE NEGRI e CAVALCANTE (ORGS) p. 111-141. IPEA.

_____ ; FONTES, J. (2013) O desafio brasileiro no longo prazo. In: BONELLI, R.; PINHEIRO, A.C. (Org). Ensaio IBRE de Economia Brasileira – I. Rio de Janeiro: IBGE-FGV.

BOURDIEU, P. (1983) A juventude é apenas uma palavra. In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983, 112-121.

BRUNO, G. S. F., MARELLI, E. SIGNORELLI, M. (2014) The rise of NEET and Youth Unemployment in EU Regions after the Crisis. Comparative Economic Studies, December 2014, volume 56, issue 4, pp 592-615

BRUNO, G. S. F., MARELLI, E. SIGNORELLI, M. (2013) Young People in Crisis: NEETs and Unemployment in EU Regions. Paper presented at 53rd ERSACongress, 27-31 August 2013, Palermo, Italy.

CABANAS, P. KOMATSU, B. K. MENEZES-FILHO, N.A. (2014) Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho, trabalho apresentado no Encontro Nacional da Anpec.

CALIENDO, M. KÜNN, S. e SCHIMITH, R. (2011) Fighting young unemployment: the effects of active labour market policies. IZA Discussion Paper

CAMARANO, A.A.; KANSO, S. (2012) O que estão fazendo os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? Mercado de trabalho. v.53, p. 37-44.

_____ ; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. (2006) Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?. In: Ana Amélia Camarano. (Org.). Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?. Rio de Janeiro: IPEA.

_____;PASINATO, M.T.;ARRUDA, M.R.;LAVISOLO, N.E. (2001)
Os jovens brasileiros no mercado de trabalho
Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 17, Novembro 2001.

CARCILLO, S.;FERNÁNDEZ, R.; KÖNIGS, S.; MINEA, A. (2015) NEET Youth in
the Aftermath of the Crisis. Challenges and Policies. OECD Social, Employment and
Migration Working papers nº 164. OECD Publishing.
<http://dx.doi.org/10.178/5js6363503f6-en>

CARDOSO, A. (2013) Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma
agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, agosto de 2013.

CARDOSO JUNIOR, J. C. (2007) *De volta para o futuro?* As fontes de recuperação do
emprego formal no Brasil e as condições para a sua sustentabilidade temporal. Texto
para Discussão 1310, IPEA, Brasília.

CASSIOLATO, M.M.C., GARCIA, R.C. (2014) PRONATEC: Múltiplos arranjos e
ações para ampliar o acesso à educação profissional. Texto para Discussão nº 1919,
IPEA, Rio de Janeiro.

CHEN, Y (2010) Once a NEET always a NEET? Experiences of employment and
unemployment among youth in a job training programme in Taiwan. International Journal
of Social Welfare. Voume 20, issue 1, January 2001, pages 33-42.

CIRÍACO, J.da S. ; MONTE, P. A (2015) . A situação ocupacional e educacional dos
jovens no Brasil: 2002 a 2012 XIV Encontro Nacional da ABET 2015 em
<http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Juliane-da-Silva-Ciriaco.pdf>

COBO, B.; SABOIA, A. (2010) A geração canguru no Brasil. In: XVII Encontro da
Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu. Anais do XVII Encontro
Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.

COLES, B.;HUTTON, S.; BRADSHAW, J.; GRAIG, G.; GODFREY, C.; JOHNSON, J.
(2002) Literature Review of the Costs of being “Not in Education, not in Employment
or Training” at age 16-18. Social Policy Research Unit, University of York,
University of Hull. Research Report 347.

CORSEUIL, C. H ; BOTELHO, R. U.(2014) Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. – Rio de Janeiro: IPEA.

_____ ; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. (2001) Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 797.

_____ ; FOGUEL, M., GONZAGA, G. & RIBEIRO, P. E. (2013) Youth Labor Market in Brazil through the Lens of the flow approach. UFC/CAEN.

COSTA, J; ULYSSEA G.(2014) O fenômeno dos jovens nem nem. *In: CORSEIUL , C; BOTELHO, R (Org). Desafio a trajetória profissional do jovem brasileiro. Brasília: IPEA, pp. 115-137.*

CUZZOCREA, V. (2014). Projecting the category NEET in the future. Perspectives on youth, 2014.

DE HOYOS, R.; ROGERS, H. SZÉKELY, M.. (2016). Out of School and Out of Work: Risk and Opportunities for Latin America's Ninis. World Bank, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/22349>.

_____ ; FIERROS, C. G. e VARGAS, J. V.(2016) Idle Youth in Mexico Trapped between the War on Drugs and Economic Crisis. Education Global Practice Group ,February 2016. Policy Research Working Paper 7558.

_____ ; POPOVA, A. e ROGERS, H. (2016) Out of School and Out of Work A Diagnostic of Ninis in Latin America, Policy Research Working Paper 7548 World Bank Group .

DENNET, J.; SASSER MODESTINO, A. (2013) Uncertain futures? Youth attachment to the labor market in the United States and New England.

DORSETT, R. (2006) The New Deal for Young People: effect on the labour market status of young men. *Labour Economics*, 13, p.p. 405-422.

EGAN, M., DALY, M., & DELANEY, L. (2015). Childhood psychological distress and youth unemployment: Evidence from two British cohort studies. *Social Science & Medicine*. 124,11–17. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socscimed.2014.11.023>

EUROFOUND (2012), NEETs – Young people not in employment, education or training: Characteristics, costs and policy responses in Europe, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

FEIXA, C.; STRECKER, T. (2016) De ni-nis a indignados. Precariedad juvenil y movimientos sociales en la España de la crisis. In Orgs: FILGUEIRAS.C. A. C. E MEDEIROS, R. Jovens, trabalho e políticas públicas: anseios e desafios. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas.

FLORES, M. L.R. (2015) Direito à creche e à pré-escola na vigência do Plano Nacional de Educação – Lei Federal nº 13.005/2014.

FLORI P. M. (2005) Desemprego dos jovens no Brasil. Revista da ABET, V. V, NQ1, Jan./Jun. 2005.

FRAGA, E.(2017). Ida de jovens para supletivo melhor indicador de escola, Folha de São Paulo 9/6/2014 in blog de Jorge Werthein consultado em 15/02/2017.

_____ (2016). Abandono escolar de jovem tem custo igual a gasto com país com ensino médio, Folha de São Paulo, 30/11/2016.

FURLONG, A.(2007) The zone of precarity and discourses of vulnerability: NEET in the UK.

_____; KELLY, P. (2005)The Brazilianisation of Youth transitions in Australia and the UK. Australian Journal of Social Issues ,40, 207-255.

GONZALEZ, R. (2009) Políticas de emprego para os jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In Castro et alli (org) Juventude e Políticas Sociais no Brasil. IPEA

IBGE - Censo Demográfico 2010

_____ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD , 2001 a 2009, 2011 a 2015.

_____ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Notas Técnicas volume 2014.

_____ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, 2012 a 2016.

_____ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, v. 1, 2014.

_____ - Sistema de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, IBGE, Rio de Janeiro, 2016.

ISTANCE ,D., REES, G. and WILLIAMSON ,H. (1994) Young people not in education, training or employment South Glamorgan. Cardiff South Glamorgan Training and Enterprise Council.

LAYARD, R., Nickell, S. & Jackman, R. (1991) *Unemployment: Macroeconomic Performance and the Labour Market*. Oxford University Press.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. (2000) A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 12.,2000. Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2000.

LIMA, R. G.(2012) O que fazer? Entre a escola e o mercado de trabalho: as trajetórias percorridas pelos jovens brasileiros nas últimas décadas.Juventude.br (Centro de Estudos e Memória da Juventude), v. 6, p. 5.

MACHADO, A.F.; RIBAS, R.P.; PENIDO, M. (2007) Mobilidade entre estados de pobreza e inserção no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil metropolitano em 2004, *Econ. aplic.*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 253-279, abril-junho.

MAIO, M.; SATOS, R.. (2005) Políticas de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). *Horizontes antropológicos*, vol 11. nº 23, Porto Alegre Jan-jun 2005.

MARTINS, J. S.(2016) Um estudo sobre os jovens que não estudam nem participam da força de trabalho no Rio de Janeiro (2004-2014). Monografia. Instituto de Economia. UFRJ.

MATION, L. F. (2014) Comparações internacionais de produtividade e impactos do ambiente de negócios. Capítulo 6 in *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes* p. 173-199.

MELO, H. P. M.; CASTILHO, M.(2009) Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 13, nº 1. Rio de Janeiro. Jan/abril.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H.. Verbete crédito educativo. Dicionário interativo da Educação Brasileira – Educabrazil. São Paulo: Mididaimix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/creditoeducativo/>>. Acesso em: 03 de fev. 2017.

MENEZES FILHO, N. A.; CABANAS, P. H. F.; KOMATSU, B. K.(2013) A condição“nem-nem” dos jovens é permanente? Centro de Políticas Públicas/Insper, Insper Policy Paper, n. 7. São Paulo.

_____;PICHETTI, P. (2000) Determinantes da duração do desemprego em São Paulo. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/34495188_Os_determinantes_da_duracao_do_desemprego_em_Sao_Paulo. Acesso em 12/01/2018.

MONTE, P., ARAÚJO, T. & LIMA, R. (2007). Primeiro emprego e reemprego: análise de inserção ocupacional e duração do desemprego no Brasil metropolitano. *Economia e Desenvolvimento*, 7(1), 139-177.

MONTEIRO, J. (2013) Quem são os jovens nem-nem?: uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. Texto de discussão. FGV/ Ibrc, n.34.

MUNIZ, J.(2003) As discontinuidades demográficas exercem efeito sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? In: WAJNMAN, S. e MACHADO, A.F. (Orgs.), Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG.

NERI, M. (2014) Onda Jovem no ensino profissional: determinantes e motivações. Ensaio econômico. Nº 760. 56p. FGV, EPGE.

OCDE- Education at a Glance 2015. Disponível em <http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2015.pdf>.

_____ -Education at a Glance 2014. Disponível em <http://www.oecd.org/edu/Education-at-a-Glance-2014.pdf>.

_____ - Um bom começo para a vida activa? Emprego para os jovens. Disponível em <http://www.oecd.org/els/emp/46748293.pdf> acesso em 29 de outubro de 2015.

_____. Youth not in education or employment (NEET) (indicator). Disponível em: <<https://data.oecd.org/youthinac/youth-not-in-employment-education-or-training-neet.htm> > Acesso em 14 de março de 2016.

O'DEA, B., GIOZIER, N., PURCELL, R., McCGORRY, P. D., SCOTT, J., FEILDS, K. L., HICKIE, I. B. (2014). A cross-sectional exploration of the clinical characteristics of disengaged (NEET) young people in primary mental healthcare. *BMJ Open*, 4 (12), e006378. <http://dx.doi.org/10.1136/bmjopen-2014-006378>.

OIT, World Employment and Social Outlook 2016: Trends for youth International Labour Office – Geneva: ILO, 2016) acesso em 25/09/2017

_____, Global Employment Trends for Youth 2015. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_412015.pdf . Acesso em 29/10/2015.

OLIVEIRA, M. M. de, Modelos de escolha binária. 1998.

http://www.fep.up.pt/disciplinas/2E103/modelos_de_escolha_binaria.pdf

OSE, S. O.; JENSEN, C. (2017) Youth outside the labour force — Perceived barriers by service providers and service users: A mixed method approach. Available from: https://www.researchgate.net/publication/318923179_Youth_outside_the_labour_force_Perceived_barriers_by_service_providers_and_service_users_A_mixed_method_approach. Acessado em 19/01/2018.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. (2005) Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 22, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2005.

QUINTINI, G; MARTIN, J.P; MARTINS S. (2007) The Changing Nature of the School-to-Work Transition Process in OECD Countries. IZA DP No. 2582. Alemanha, jan 2007. Disponível em: <http://repec.iza.org/dp2582.pdf>

REIS, M. (2015) Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Economia* vol.69 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015.

_____;AGUAS, M. (2014). Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. *Economia Aplicada*, 18(1), 35-50.

RIBAS, R. P.; MACHADO, A. F; GOLGHER, A. (2005) Flutuações e persistência na pobreza: uma análise de decomposição transitória-crônica In: XXXIII Encontro Nacional de Economistas – ANPEC. Natal. *Anais*.

RIBEIRO, S. C. (1991) A pedagogia da repetência. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, n. 4, p. 73-85, jul./dez.

SABOIA, J. (2014) Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? *Estudos Avançados* 28 (81) 115-125

_____ ; KUBRUSLY, L. S.(2014) Indicadores para o mercado de trabalho metropolitano no Brasil. Texto para Discussão 21/2014 Rio de Janeiro: Instituto de Economia – UFRJ.

SAMPAIO, I. M. : FRANÇA, R. L (2009) O PNPE na política do ministério do trabalho e emprego e a formação do jovem: precarização e captura da subjetividade. *Estudos do Trabalho* Ano III – Número 5 - Revista da RET- Rede de Estudos do Trabalho.

SERRACANT, P.(2012) Generación Ni-Ni. Estigmatització e exclusió social. Gènesi i evolució d'un concepte problemàtic e proposta d'un nou indicador. Barcelona: Observatori Català de la Joventut.

SIMÕES, A.; SANTOS, M. F. P.; VAZ, A. C. (2013) Os jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão conceitual, caracterização e evolução de 2001 a 2011. Estudo técnico nº 03/2013.

SQUEFF, G. DE NEGRI, F. (2014) Produtividade do trabalho e mudança estrutural no Brasil nos anos 2000. In De Negri, F. e Cavalcante, L.R.(Orgs) *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*, volume 1, Desempenho. Brasília, IPEA.

STÜLP, V. J.; FOCHEZATTO, A. (2004) A evolução das disparidades regionais no Rio Grande do Sul. *Nova Economia*, Belo Horizonte_14 (2) pgs.39-66, janeiro-abril.

SUMMA, R.(2014) Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. Texto para Discussão 13/2014 Rio de Janeiro: Instituto de Economia – UFRJ .

TEIXEIRA JUNIOR, A.E (2015) Produção de pesos longitudinais para estimação e análise de dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, Brasil.

THIMOTEO, T. (2013) Geração nem lá nem cá. Revista Conjuntura Econômica v. 67. n. 9, FGV, Rio de Janeiro.

TILMANN, E; COMIM F. (2014) Fatores da determinação do tempo entre trabalhar e estudar dos jovens no Brasil. Texto para Discussão n. 16 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul.

TROGIANI, C. et al. (2012) Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

VALOR ECONÔMICO. MEC acaba com Ciência sem Fronteiras para graduação no exterior, 02/04/2017. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4923926/mec-acaba-com-ciencia-sem-fronteiras-para-graduacao-no-externo> acesso em 23/10/2017.

VASCONCELLOS, M.T.L.; SILVA, P.L.N.; SZWARCOWALD, C.L. (2005) Aspectos de Amostragem da Pesquisa Mundial de Saúde no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 21, p. 589-599.

VENTURI, G. e TORINI, D.(2014) Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil. Organização Internacional do Trabalho. - Genebra: OIT, 2014 Work Youth Publication Series; Nº 15.

WEYRICH, M. L. (2007). Primeiro emprego: uma análise comparativa dos programas federal e estaduais. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, e Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União, Curso de Especialização em Orçamento Público.

ANEXO

Tabela 1: Taxa de jovens de 15 a 29 anos que nem trabalham nem estudam – União Europeia - 2004-2015

Regiões/Países	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
EU27	15.2	15.0	14.0	13.2	13.1	14.7	15.2	15.4	15.8	15.8	15.3	14.8
EU28	15.3	15.0	14.0	13.2	13.1	14.7	15.2	15.4	15.8	15.9	15.4	14.8
Macedônia	:	:	44.8	38.0	35.9	32.8	31.8	31.6	32.1	31.3	31.9	32.5
Turquia	:	:	40.4	40.8	39.2	38.1	35.2	32.7	31.7	29.3	28.4	27.9
Itália	19.6	20.0	19.2	18.8	19.3	20.5	22.0	22.5	23.8	26.0	26.2	25.7
Grécia	19.7	18.5	15.5	15.2	14.8	15.9	18.6	23.0	26.8	28.5	26.7	24.1
Bulgária	28.7	26.8	23.9	20.3	18.5	20.8	23.5	24.7	24.7	25.7	24.0	22.2
Croácia	19.2	17.9	15.8	14.5	13.0	14.9	17.6	19.1	19.7	22.3	21.8	20.1
Espanha	14.4	14.0	12.9	12.8	15.3	19.9	20.0	20.6	22.2	22.5	20.7	19.4
Chipre	10.2	17.9	11.9	10.3	10.9	11.5	12.9	14.8	17.3	20.4	19.5	18.4
Eslováquia	21.2	20.2	18.1	16.9	15.3	17.3	19.0	18.7	18.8	19.0	18.2	17.2
Irlanda	12.8	11.8	11.3	11.9	16.2	20.3	21.5	22.0	21.3	18.6	18.1	16.8
Hungria	16.9	17.1	16.5	15.7	15.9	17.9	17.7	17.6	18.7	18.4	16.4	15.1
França	13.1	13.2	13.2	12.8	12.6	14.7	14.8	14.7	15.1	13.8	14.2	14.7
Polónia	19.6	18.4	16.6	14.4	12.7	14.0	14.8	15.2	15.7	16.2	15.5	14.6
Bélgica	16.3	14.0	12.9	13.0	12.0	12.8	13.0	13.8	14.4	14.9	14.1	14.4
Portugal	12.0	12.3	12.0	12.7	11.9	12.5	13.6	13.9	15.6	16.4	14.6	13.2
Reino Unido	8.9	8.9	8.9	12.9	13.1	14.4	14.6	15.4	15.3	14.6	13.4	12.6
Estônia	15.4	13.5	10.8	11.6	11.4	18.3	18.1	14.7	15.1	14.3	13.8	12.5
Finlândia	10.7	9.5	9.4	8.4	8.9	11.3	10.5	10.0	10.4	10.9	11.8	12.4
Eslovênia	8.2	9.7	9.7	8.2	7.5	9.3	9.4	9.4	11.8	12.9	12.9	12.3
República Tcheca	17.7	16.9	13.7	11.6	10.7	12.7	12.9	12.1	12.9	12.8	12.1	11.8
Áustria	10.3	10.1	9.6	9.4	8.9	9.6	9.1	8.5	8.2	8.6	9.3	8.7
Alemanha	12.9	13.8	12.7	11.6	11.0	11.4	10.8	9.7	9.3	8.7	8.7	8.5
Dinamarca	6.4	5.9	4.7	5.3	5.0	6.5	7.3	7.6	8.2	7.5	7.3	7.7
Luxemburgo	8.1	6.8	8.0	7.3	9.2	7.5	6.1	6.6	7.6	7.2	6.5	7.6
Suécia	7.9	10.4	9.6	7.9	8.0	9.9	8.3	7.9	8.4	7.9	7.8	7.4
Suíça	7.6	7.8	8.0	7.1	6.9	8.8	7.9	7.7	7.6	7.7	7.5	7.2
Noruega	9.7	9.1	6.0	5.6	5.2	6.2	6.7	6.6	6.4	7.0	7.1	7.0
Países Baixos	6.6	6.6	5.5	4.9	4.6	5.3	5.7	5.9	6.5	7.5	7.6	6.7
Islândia	6.0	5.1	5.0	4.6	5.3	9.7	10.1	7.6	7.0	6.4	6.9	5.3

Fonte: Elaboração própria a partir de Eurostat

(disponível em

<http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=tesem150>)

Nota 1 : : - dado não disponível

Nota 2: São considerados ‘nem nem’ os jovens desocupados e inativos, assim como aqueles que nem estudavam nem receberam treinamento nas quatro semanas anteriores.

Tabela 2: Número de jovens de 15 a 29 anos na bases de dados cross-sectional e na base de dados longitudinal da PNADC – Brasil – 2012-2016..

Trimestre	Base de dados cross-sectional		Base da dados Longitudinal (<i>Apenas pessoas pareadas</i>)		
	Amostra	Expandido	Amostra	Expandido	
				Peso do IBGE	Peso longitudinal
1º Trimestre/2012	143.177	49.646.116	87.601	30.896.820	49.646.116
2º Trimestre/2012	142.083	49.419.426	91.588	31.864.984	49.419.426
3º Trimestre/2012	140.185	49.169.362	90.760	31.877.428	49.169.362
4º Trimestre/2012	137.933	48.942.573	89.219	31.838.506	48.942.573
1º Trimestre/2013	140.148	48.896.170	90.507	31.730.285	48.896.170
2º Trimestre/2013	141.437	48.609.225	89.376	31.101.469	48.609.225
3º Trimestre/2013	141.387	48.768.482	90.495	31.439.530	48.768.482
4º Trimestre/2013	139.932	48.599.007	89.557	31.486.760	48.599.007
1º Trimestre/2014	140.156	48.596.382	90.131	31.779.482	48.596.382
2º Trimestre/2014	138.946	48.537.023	90.154	31.883.834	48.537.023
3º Trimestre/2014	139.379	48.475.004	89.550	31.655.994	48.475.004
4º Trimestre/2014	138.049	48.265.234	88.302	31.129.394	48.265.234
1º Trimestre/2015	136.933	48.221.225	89.077	31.860.454	48.221.225
2º Trimestre/2015	136.736	48.148.516	89.157	31.703.705	48.148.516
3º Trimestre/2015	136.324	48.128.641	87.131	31.088.300	48.128.641
4º Trimestre/2015	133.990	48.369.791	85.914	31.527.095	48.369.791
1º Trimestre/2016	134.598	48.177.611	85.441	31.090.324	48.177.611
2º Trimestre/2016	135.570	48.393.723	85.260	31.010.267	48.393.723
3º Trimestre/2016	136.369	48.494.555	84.742	30.758.671	48.494.555
4º Trimestre/2016	135.337	48.396.132	83.513	30.584.506	48.396.132

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNADC.

APÊNDICE

Documentação das variáveis do modelo Logit a partir dos microdados da PNAD:

JOVEM NEM-NEM:

Sim:

Até 2006: V0602 = 4 e (V4705 = 2 ou V4704 = 2)

2007 em diante: V0602 = 4 e (V4805 = 2 ou V4704 = 2)

Não: complemento

V0602 = 4 – Frequenta creche ou escola, NÃO

V4705 = 2 ou V4805 = 2 – Condição de ocupação na semana de referência, DESOCUPADAS

V4704 = 2 – Condição de atividade na semana de referência, NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS

JOVEM NEM-NEM DESOCUPADO:

Sim:

Até 2006: V0602 = 4 e (V4705 = 2)

2007 em diante: V0602 = 4 e (V4805 = 2)

Não: complemento

V0602 = 4 – Frequenta creche ou escola, NÃO

V4705 = 2 ou V4805 = 2 – Condição de ocupação na semana de referência, DESOCUPADAS

NEM-NEM INATIVO:

Sim: V0602 = 4 e (V4704 = 2)

Não: complemento

V0602 = 4 – Frequenta creche ou escola, NÃO

V4704 = 2 – Condição de atividade na semana de referência, NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS

SEXO:

Homem: V0302 = 2

Mulher: V0302 = 4

V0302 – Sexo

COR OU RAÇA:

Branco: V0404 = 2

Não branco: V0404 \neq 2

V0404 – Cor ou raça

NÍVEL DE ESCOLARIDADE:

Ensino Fundamental incompleto: V4745 = 1 ou 2

Ensino Fundamental completo: V4745 = 3

Ensino Médio incompleto: V4745 = 4

Ensino Médio completo: V4745 = 5

Ensino Superior incompleto: V4745 = 6

Ensino Superior completo: V4745 = 7

Não determinado: V4745 = 8

V4745 – Nível de instrução mais elevado alcançado

FAIXA ETÁRIA:

15 a 17 anos: $15 \leq V8005 \leq 17$

18 a 24 anos: $18 \leq V8005 \leq 24$

25 a 29 anos: $25 \leq V8005 \leq 29$

V8005 – Idade na data de referência

QUINTOS DE RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA:

1) Randomizar a base para retirar efeito da ordenação geográfica

2) Ordenação da base pela V4621

1º quinto: peso acumulado $\leq 20\%$

2º quinto: $20\% < \text{peso acumulado} \leq 40\%$

3º quinto: $40\% < \text{peso acumulado} \leq 60\%$

4º quinto: $60\% < \text{peso acumulado} \leq 80\%$

5º quinto: $80\% < \text{peso acumulado} \leq 100\%$

Rendimento domiciliar per capita – V4621

Peso da pessoa – V4729

CONDIÇÃO NA FAMÍLIA:

Pessoa de referência: V0402 = 1

Cônjuge: V0402 = 2

Filho: V0402 = 3

Outro parente / agregado: V0402 = 4 ou 5

Não parente: V0402 = 5, 6 ou 7

Condição na família – V0402

GRANDES REGIÕES:

Norte: $11 \leq UF \leq 17$

Nordeste: $21 \leq UF \leq 29$

Sudeste: $31 \leq UF \leq 35$

Sul: $41 \leq UF \leq 43$

Centro-Oeste: $50 \leq UF \leq 53$

Unidade da Federação – UF

TEM MÃE VIVA:

Sim: V0405 = 1

Não: complemento

Tem mãe viva – V0405

MÃE MORA NO DOMICÍLIO:

Sim: $V0406 = 1$

Não: complemento

Mãe mora no domicílio – V0406

TEM FILHO DE ATÉ 5 ANOS (para mulheres):

1) variável auxiliar MTOTA (tem ou teve algum filho, para mulheres):

Sim: $V4735 = 1$ e $V1101 = 1$ e $(V1141 \neq 99$ e $V1142 \neq 99$ e $V1151 \neq 99$ e $V1152 \neq 99$ e $V1161 \neq 99$ e $V1162 \neq 99)$ e $(V1141+V1142+V1151+V1152+V1161+V1162 \geq 1)$

Não: complemento

2) Tem filho de até 5 anos

Sim: $MTOTA = 1$ e $(V1141+V1142+V1151+V1152 > 0)$ e $((V1182 \geq \text{ano}-5)$ ou $(V1182 = \text{ano}-6$ e $10 \leq v1181$ e $v1181 \leq 12))$

Não: complemento

JÁ TRABALHOU ANTES:

Sim: $1 \leq V9891 \leq 7$

Não: complemento

Faixa de idade em que começou a trabalhar – V9891

OUTRO NEM-NEM NO DOMICÍLIO:

Sim: soma (NEM-NEM) agrupado por V0102, V0103 > 1

Não: complemento

NEM-NEM conforme definido acima

Número de controle – V0102

Número de série – V0103

(V0102 e V0103 conjuntamente identificam domicílio)

CRIANÇAS NO DOMICÍLIO:

1) Define variável criança = 1 se $V8005 \leq 5$

2) crianças = soma(criança) agrupado por V0102, V0103

Zero: crianças = 0

Uma: crianças = 1

Duas: crianças = 2

Três ou mais: crianças ≥ 3

V8005 – Idade na data de referência

Número de controle – V0102

Número de série – V0103

(V0102 e V0103 conjuntamente identificam domicílio)